

**DARLETE CARDOSO**

**A OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA É (IM)POSSÍVEL?**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Linguagem.

Universidade do Sul de Santa Catarina.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Marta Furlanetto.

**TUBARÃO, 2003**

**DARLETE CARDOSO**

**A OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA É (IM)POSSÍVEL?**

Esta dissertação foi julgada adequada à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Linguagem e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Tubarão – SC, 10 de dezembro de 2003.

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Marta Furlanetto  
Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul

---

Prof. Dr. Francisco José Castilhos Karam  
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

---

Prof. Dr. Antônio Carlos Gonçalves dos Santos  
Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul

## DEDICATÓRIA

*Ao João Lucas e Luiz Guilherme, meus filhos, meus amores, que fazem tudo valer a pena. Sem vocês nada tem sentido.*

*“Perdoem a cara amarrada  
perdoem a falta de abraço  
perdoem a falta de espaço,  
os dias eram assim” (Ivan Lins)*

*Ao meu pai, que sentiria orgulho se estivesse aqui.*

## AGRADECIMENTOS

*“As pessoas entram em nossas vidas por acaso, mas não é por acaso que elas permanecem” (A. Destoef).*

*À Maria Marta, minha orientadora, sem as suas provocações não teria chegado... se é que cheguei em algum lugar. Pela paciência em ler meus “loongos” textos; pela cumplicidade e generosidade.*

*Aos mestres das Ciências da Linguagem, pelos novos mundos descortinados.*

*Aos colegas de turma do Mestrado, amizades novas conquistadas, pelas discussões proveitosas.*

*Aos meus alunos do curso de Jornalismo, que tiveram menos de mim neste período e mesmo sem o saber desafiaram-me a continuar.*

*À Márcia, por emprestar os ouvidos aos desabafos.*

*À Nádia pela disponibilidade em revisar o trabalho.*

*À Helô e ao professor Adair Bonini, pela leitura crítica.*

*À Lú, Sil, Laudelinos (Santos Neto e Sardá), Jorge Redwitz, Teresinha, Mário Abel, alunos e professores da Agcom, colegas do Notisul, que torcem por mim.*

*À mamãe e aos meus irmãos, que a seu modo me incentivam a seguir lutando.*

*A Deus, pela companhia e pela luz em todos os momentos, especialmente nos de desânimo.*

*“Quando se quer escrever alguma coisa, fica estabelecida uma espécie de tensão recíproca entre a gente e o tema, de modo que a gente atença o tema e o tema atença a gente”.*

Gabriel García Márquez

## RESUMO

Esta pesquisa apresenta uma reflexão sobre o que se entende por objetividade jornalística, através da análise do funcionamento discursivo e das posições de sujeito atravessadas no discurso do jornalismo. Inscrito na área de estudos da Teoria e análise de linguagens, este trabalho tem como linha de pesquisa a Análise do Discurso de orientação francesa, da qual utilizo seus procedimentos específicos, no âmbito da pesquisa, para promover uma análise comparativa entre as notícias sobre o mesmo fato (acontecimento), coletadas em dias alternados nos veículos de circulação no Estado de Santa Catarina: Diário Catarinense, A Notícia e O Estado, no período compreendido entre 1º e 31 de maio de 2002. A análise é efetuada a partir dos títulos, unidades discursivas que iniciam a cadeia narrativa do texto jornalístico. Em alguns casos analiso também o texto das matérias. O funcionamento discursivo é avaliado através dos ângulos e enfoques escolhidos pelos jornais, com vistas a verificar os efeitos de sentido e as posições de sujeito inscritas no discurso, bem como a regularidade discursiva, no esforço de compreensão da possível ou impossível objetividade do discurso jornalístico. A fundamentação teórica é composta de duas partes. Na primeira, busco no campo da Análise do Discurso a formação do sujeito afetado pela ideologia e pelo inconsciente. Faço um viés para reflexão da noção de sujeito na ciência, destacando-se o paradigma da complexidade empreendido por Edgar Morin e os estudos de Humberto Maturana. Promovo algumas reflexões acerca da noção de sujeito para investir na relação dialética da objetividade e da subjetividade na linguagem. Na segunda parte, trato do jornalismo como discurso social da realidade, passando pelo processo de produção da notícia para chegar à reflexão sobre a problemática da objetividade no jornalismo, geralmente tratada como mito pelo próprio meio. Na terceira parte, empreendo a análise propriamente dita. A idéia, mais que apontar caminhos para um fazer jornalístico responsável, é propor o debate sobre a pretensão de objetividade no discurso do jornalismo como dever ético, sem esquecer que a apreensão do objeto – o fato jornalístico – está permeado pela subjetividade do jornalista, na medida em que a condição humana é própria da existência do homem e está indissoluvelmente ligada à linguagem.

**Palavras-chave:** Jornalismo, Análise do Discurso, Objetividade, Subjetividade

## ABSTRACT

This study presents a reflection on what one understands for journalistic objectivity through the analysis of the discursive operation and of subject's positions crossed Journalism discourse. The work is included in the Languages Theory and Analysis Studies area, based upon the research field of French oriented Discourse Analysis, of which I use its specific procedures to promote a comparative analysis on news on the same fact (event) collected in alternated days from Santa Catarina State daily newspapers *Diário Catarinense*, *A Notícia* e *O Estado*, from 1st to May 31, 2002. Analysis starts from headlines as discursive units that begin the narrative chain of the journalistic text. In some cases I also analyze the reports. The discursive operation is evaluated through the angles and focuses chosen by the newspapers in order to verify the sense effects and subject's positions registered in the discourse, as well as the discursive regularity in an effort to understanding the possible or impossible objectivity of the journalistic discourse. Theoretical foundation has two parts. In the first one, from the Discourse Analysis orientation, I look for the subject's formation affected by ideology and by the unconscious. I make a bias to the understanding of the notion of the subject in science, standing out the paradigm of complexity undertaken by Edgar Morin and Humberto Maturana's studies. I also suggest some points on the notion of the subject in order to think the objectivity and subjectivity dialectics in the language. At the second part I deal with journalism as a social discourse on reality, going through the process of production of the news to the problem of the objectivity in journalism, generally seen as a myth by the environment. At the third part I undertake the analysis itself. The idea, more than to claim ways for a responsible journalism, is to suggest a debate on the pretense objectivity of journalist discourse as an ethical duty, without forgetting that the apprehension of the object - the fact - it is permeated by the journalist's subjectivity, as long as the human condition is characteristic of man's existence and it is inextricably linked to the language.

**Keywords:** Journalism, Discourse Analysis, Objectivity, Subjectivity.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS.....</b>	<b>10</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1 O CAMPO DA ANÁLISE DO DISCURSO.....</b>	<b>19</b>
1.1 O SUJEITO QUE MORA EM CADA UM.....	27
1.1.1 Admirável sujeito novo – o pensar complexo.....	32
1.2 O SUJEITO DIVIDIDO .....	41
1.3 LINGUAGEM E DISCURSO: LUGAR DE SUBJETIVIDADE.....	47
1.3.1 A subjetividade na linguagem em Bakhtin .....	51
1.3.2 Sujeito e signo .....	53
1.3.3 Sujeito e ideologia na perspectiva da Análise do Discurso .....	54
1.4 AD: UMA TEORIA NÃO-SUBJETIVA DA SUBJETIVIDADE?.....	57
1.4.1 O sujeito (as)sujeitado .....	59
1.4.2 Uma crítica ao sujeito (as)sujeitado.....	65
1.5 CAMINHOS SUBTERRÂNEOS: O SUJEITO EM FOUCAULT.....	70
1.5.1 Falar de discurso é falar de sujeito – a autoria.....	72
<b>2 JORNALISMO: DISCURSO DA REALIDADE SOCIAL .....</b>	<b>76</b>
2.1 A NOTÍCIA ENQUANTO ACONTECIMENTO DISCURSIVO .....	82
2.1.1 Os limites da notícia .....	85
2.1.2 A notícia: um produto especial .....	89
2.2 A TÉCNICA JORNALÍSTICA PADRONIZADA .....	94
2.2.1 A fragmentação da realidade .....	94
2.2.2 Padrão de linguagem ou linguagem padrão .....	97
2.2.3 A política do destaque e da supressão .....	100
2.3 PRODUÇÃO JORNALÍSTICA: A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE .....	102
2.3.1 A hipótese do <i>agenda-setting</i> .....	103
2.3.2 O newsmaking .....	108
2.4 INFORMAÇÃO E OPINIÃO: UMA QUESTÃO DE GÊNERO .....	112
2.5 A OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA.....	116
2.5.1 A problemática para uma possível objetividade .....	122
2.5.2 A impossível objetividade jornalística.....	128
2.5.3 Caminhos possíveis .....	134
2.5.4 Entre a verdade e a versão .....	141
2.6 O SUJEITO JORNALISTA: AUTOR OU MEDIADOR? .....	144
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>150</b>
<b>4 ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>155</b>



**CONCLUSÃO ..... 201**  
**REFERÊNCIAS ..... 214**

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

AD – Análise do discurso

AN – jornal A Notícia

DC – jornal Diário Catarinense

FD – Formação discursiva

FI – Formação ideológica

OE – jornal O Estado

## INTRODUÇÃO

Cabe ao jornalismo a tarefa de municiar a sociedade com informações. Tem a função de captar o maior volume possível de fatos para transmitir ao seu alvo – leitor, ouvinte, telespectador –, na medida em que é da natureza humana informar e informar-se. Diz Beltrão (1992) que a divulgação de informações e a exposição de diferentes pontos de vista sobre os assuntos relatados, mesmo que superficiais, contribuem para a formação da opinião pública e, por consequência, impulsionam os grupos humanos a ações e decisões na vida social.

Nesse sentido, o jornalismo faz parte da grande área da comunicação, que significa compartilhar conteúdos, ou seja, pôr à disposição do outro e dos outros as informações que se tem. Assim pensado, o jornalismo se insere como um sistema conectado ao meio ambiente. “Informação é uma necessidade simbólica básica e o sistema de mídia tem a responsabilidade social de mantê-la viva” (HENN, 1996, p. 93). É uma atividade tão presente na vida de todos, que um fato, aqui entendido como um acontecimento, só existe socialmente se aparece na imprensa, e ainda dependendo do destaque que ganha. Se o jornal não publica ou a televisão não mostra, é como se não tivesse acontecido. Exemplos disso são os fatos ocorridos durante os governos militares, que implantaram a censura no Brasil. Ainda hoje, pouca gente conhece, mesmo que parcialmente, muitos detalhes dos acontecimentos daquele período histórico: os bastidores das alianças políticas, os conchavos, os desmandos, a corrupção, as prisões, as mortes. Sob o regime ditatorial, a população não ouviu nem leu sobre eles na imprensa brasileira, mas ainda sofre seus efeitos nos campos político, econômico e social. A guerra do Vietnã e os conflitos nos países africanos são outros exemplos de como desconhecemos a realidade, se contarmos apenas com a informação através da imprensa. A própria crise no Oriente Médio, aos olhos do leitor mais desatento, parece que começou hoje. No entanto, ela apenas

recrudescer a cada período. Nem sabemos quem tem razão, se palestinos ou israelenses, pois temos conhecimentos superficiais sobre a história desses povos e de seu eterno conflito.

Em sua tarefa de informar, o jornalismo tem por atributo representar a voz social, através do que se convencionou chamar de ‘notícia’, cuja função é objetivar os acontecimentos. Tomo aqui a noção de notícia de Traquina (2001). Segundo ele, transformar um acontecimento ou uma questão em notícia significa dar-lhes existência pública, levá-los à discussão. As notícias contam aquilo a que não assistimos diretamente e cujo conhecimento seria remoto de outra forma. Nessas condições, mais do que à mediação necessária entre o fato e sua exposição, é à promoção do bem comum (no sentido do direito à informação) que o jornalismo deve orientar-se como intérprete, ou informador se preferir, das ações da sociedade.

Ciro Marcondes Filho (1989) preconiza que o ideal do jornalismo é que todos tenham a oportunidade de expressar suas idéias e posições como forma de amenizar o desequilíbrio da distribuição de poder. Mas nem sempre é assim. A imprensa<sup>1</sup>, em geral, teima em dizer às pessoas sobre o que e até como pensar, quando seu propósito primeiro deveria ser o de dizer no que pensar. Assim seria se o profissional do jornalismo<sup>2</sup> entendesse que sua tarefa, como diz Kotscho (2001, p. 8), não se limita a produzir notícias de acordo com algumas fórmulas científicas, mas é a “arte de informar para transformar”. Sou levada a concordar com Marcondes Filho (1989) quando diz que o jornalismo acaba por dar eco apenas a vozes institucionais, oferecendo-se como suporte do poder social, político ou econômico. Nem sempre “todos” têm acesso à imprensa para divulgar o seu lado do acontecimento. Nesse sentido, a notícia ganha um acabamento padronizado para o consumo. Nessa padronização, deparamo-nos com o que prega o processo de produção da notícia: ela é vestida com a roupagem do recente, do inédito, do verdadeiro, do interesse público, da imparcialidade e da objetividade, aspectos todos, e cada um, de riquíssimo conteúdo para reflexão. Um desses atributos, a objetividade, impulsiona o interesse em empreender a presente pesquisa.

Fórmula adotada pelo jornalismo com maior ênfase a partir do início do século XX, a objetividade é apontada como uma das principais virtudes da matéria jornalística; é o princípio básico que norteia o texto jornalístico. No entanto, essa é uma “virtude” que sempre

---

<sup>1</sup> Refiro-me à imprensa como a instituição formada pelo conjunto dos meios de comunicação. Diz-se imprensa escrita (jornais, revistas e publicações congêneres), falada (radiodifusão) e televisionada (teledifusão).

<sup>2</sup> Ao jornalismo refiro-me como a profissão do jornalista; como a atividade profissional que materializa os produtos da imprensa.

me provoca inquietações quando se percebe a influência e o poder da imprensa. Informar em estado puro, em textos enxutos, resumidos, sintéticos e funcionais é objetividade, enquanto seu contrário é subjetividade? Um texto que dispensa o uso de adjetivos, entendido como um “mecanismo” de juízo de valor, e escrito de modo impessoal é objetivo? A objetividade, com o intuito de informar sem opinar e que orienta a forma de fazer notícias, existe ou é mesmo um mito como muitos autores acreditam? Se a objetividade é estranha à consciência do homem, suas crenças, gostos e emoções, deve-se eliminar o jornalista como pessoa no mundo, torná-lo indiferente, como um simples espectador da realidade? É possível dissociar a objetividade da investigação jornalística e a subjetividade do investigador se a própria ciência, que durante muito tempo teve sua condição de objetividade intocada, ousa assumir novas posições através de alguns cientistas heróicos, a despeito das correntes conservadoras?

No jornalismo, esses questionamentos não são novos, sabe-se, mas (re)aparecem a todo momento em que nos propomos a refletir o papel do jornalismo, e parecem, sempre, carentes de posicionamentos e novas discussões, especialmente quando pensamos o jornalismo como uma instituição empresarial ou nos perguntamos quem é o jornalista, esse sujeito que corre atrás da notícia. Que lugar ocupa, na estrutura jornalística e social, esse sujeito que, por trás do gesto mecânico de cotidianamente colher informações, interpretar e redigir seu texto, tenta (ou deve) buscar a informação verdadeira em todos os seus contornos e ângulos para melhor informar (de forma objetiva e imparcial) o leitor, ouvinte ou telespectador?

Nesse processo de busca, o jornalismo encontra dificuldades para, como destaca Kotscho (2001), transformar a vida em notícia. A principal delas é a tarefa de recolher fragmentos de informações, como bem lembra Clóvis Rossi (1990) no prefácio do livro *A aventura da Reportagem*, pesá-los geralmente numa balança de muitas medidas e escolher alguns desses fragmentos, na expectativa de que eles revelem, no seu conjunto, a realidade. Para mim, a essa dificuldade está ligada uma outra mais complexa: a busca da verdade. Não há como discutir essa questão, evidentemente, sem passar por reflexões filosóficas. Afinal, o que é a verdade se o jornalismo trabalha com versões, e essas podem ser falsas?

Considero que a dificuldade maior, talvez, seja mesmo fazer com que o texto jornalístico dê conta de representar a realidade do mundo. O jornalismo figura como o olhar ou o espelho do mundo, mas na verdade transmite uma imagem do mundo, uma aparência da realidade. Dois aspectos podem ser apontados aqui: a existência transitória do discurso – para usar uma expressão de Foucault (1996) – e as relações de poder ideológico (político e econômico)

atravessadas no texto, muitas vezes (ou sempre) imperceptíveis, mas que produzem efeitos no receptor. Esses aspectos, a meu ver, são os que mais provocam (ou deveriam) inquietações no jornalista.

O primeiro aspecto, penso, tem a ver com o fato de que a notícia está destinada a desaparecer a cada dia. Todos os dias, as notícias de ontem são esquecidas para dar lugar a novos acontecimentos, que assumem novos valores na hierarquia do jornal, numa nova sequência de cenas produzidas com a mesma pressa com que são lidas, para, no dia seguinte, todos se esquecerem delas diante das novidades. É como um círculo vicioso. Em sua realidade material, o texto jornalístico tem uma duração que não pertence ao seu autor<sup>3</sup>, porque este também desaparece a cada dia que uma nova edição é esticada nas bancas.

O segundo aspecto tem a ver com o que se quer mostrar da realidade. A linha ideológica do jornal (todos têm uma?) mede a faixa do real que deve vir à tona nas suas páginas. E para isso a notícia é escolhida, moldada, retalhada, maquiada, sensacionalizada até, pois se destina a um público heterogêneo e indiferenciado. Nas páginas dos jornais todos devem se reconhecer como seres no mundo, mas o que elas oferecem, de fato, é um simulacro da realidade. No entanto, os componentes ideológicos somente serão perceptíveis pelo uso de instrumentos de análise das mensagens – ricas em quantidade e insuficientes em qualidade – que os meios de comunicação social colocam hoje à disposição da sociedade. Portanto, escrever uma notícia tende a ser mais difícil do que possa parecer à primeira vista. Escrever uma notícia exige, antes, a compreensão do fenômeno a ser informado.

Para tentar encontrar algumas respostas a essas inquietações, tenho como objetivo geral promover um estudo comparativo entre as notícias sobre o mesmo fato (acontecimento) coletadas nos veículos de comunicação de circulação estadual: Diário Catarinense, A Notícia e O Estado, com o propósito de analisar o funcionamento discursivo e as posições de sujeito, sob a perspectiva teórica da Análise do Discurso de linha francesa, no esforço de compreensão do que se entende por objetividade no discurso jornalístico.

Nessa busca, pretendo perseguir cinco objetivos que se fazem possíveis: observar a regularidade discursiva, ou seja, se há coerência entre as matérias publicadas no próprio jornal, bem como as diferenças entre os três jornais coletados, e se por ela se pode chegar à

---

<sup>3</sup> Entendo como autor toda a cadeia de produtores da notícia ou os agentes que fazem parte do processo de produção da notícia.

política editorial; comparar as matérias, observando os ângulos abordados e as escolhas que o jornal faz para averiguar se a notícia tenta dar conta de reproduzir (informar) a realidade; compreender o funcionamento discursivo das matérias, a partir dos títulos, através do levantamento do que a Análise do Discurso chama de marcas e vestígios implícitos (não-ditos) ao texto, para verificar a produção de efeitos de sentido e se estes deixam pistas que possibilitam identificar os componentes ideológicos (o político e o econômico) no discurso; investigar comparativamente a constituição do sujeito-jornalista, considerando as posições que ocupa no discurso para a produção de sentidos; e, por último, refletir sobre a objetividade no discurso jornalístico e de que forma ela se estabelece, verificando se ela é possível ou impossível.

A pertinência da análise se constitui pelo fato de que o jornalismo busca todos os dias atrair o leitor ao transmitir os acontecimentos do mundo, oferecendo uma variedade de assuntos para uma melhor informação, ao menos supostamente. A proposta de observar o funcionamento discursivo, por meio dos procedimentos da Análise do Discurso de linha francesa, justifica-se, na medida em que esta corrente de pensamento trabalha com conteúdos das teorias da ideologia e da psicanálise (do inconsciente), que deixam marcas, vestígios, equívocos e transgressões no discurso. No seu conjunto, possibilita a tentativa de compreensão do processo de produção e de seus efeitos de sentido.

O funcionamento discursivo pode constituir-se em um instrumento para observar o componente ideológico que organiza o discurso, ou seja, como essa representação circula no fio do discurso jornalístico para a manutenção das relações de poder que implicam no que Foucault (1996) chama de interdição e exclusão da ordem do discurso. No funcionamento discursivo encontra-se ainda a base para identificar, sob o dito, as marcas e os vestígios implícitos ao texto (não-ditos); os pressupostos e subentendidos, de acordo com Ducrot (1987).

Nos elementos implícitos (extralingüísticos), pode-se ainda buscar a regularidade, ou seja, a coerência entre o que é dito e os problemas levantados nas notícias veiculadas pelos jornais. A observação da regularidade discursiva pode oferecer mecanismos para verificar se as pautas<sup>4</sup> (matérias) permitem identificar a preocupação dos jornais com a busca da verdade

---

<sup>4</sup> Denomina-se pauta o planejamento de uma edição do jornal ou assunto a ser abordado. É a listagem dos fatos a serem cobertos no noticiário, geralmente com indicações sobre o ângulo de interesse, tamanho pretendido da matéria jornalística, recursos disponíveis para o trabalho do repórter, sugestões de fontes a serem entrevistadas (LAGE, 2001). Henn (1996) conceitua a pauta como um roteiro mínimo que orienta os repórteres na obtenção dos dados que vão compor a matéria jornalística.

independentemente de posições ideológicas. Nesse sentido, sob a aparência da objetividade da notícia jornalística, nela podem estar encerrados ou enredados aspectos subjetivos.

Transitar pelo fio do discurso é observar as incompletudes a que está sujeito o agente do fazer jornalístico. Esta questão está ligada à leitura que a imprensa faz dos acontecimentos e à forma de o seu discurso produzir sentido, tendo em vista que o ato de informar (noticiar) se diz neutro e imparcial e, no entanto, nele se entrecruzam, como em qualquer gênero discursivo, interesses ideológicos, políticos ou econômicos e sociais, tanto do veículo de comunicação, como do editor, do repórter, dos anunciantes e mesmo indiretamente dos leitores. Se o discurso não é neutro nem inocente e se está “contaminado” por esses interesses ideológicos, conforme aponta a Análise do Discurso, como se pode chegar à objetividade, na medida em que a filosofia do jornalismo se firma na busca da verdade em relação aos acontecimentos que noticia e propõe-se como um intérprete privilegiado da realidade? Interpelado por uma ética da informação e responsável pelas informações que relata, o jornalista não estará sujeito a assumir posições em larga medida ideológicas?

Ao incorporar o sujeito afetado pela ideologia e pelo inconsciente, pode-se inferir de antemão que a noção de objetividade é relativizada e os sentidos possíveis ganham um estatuto mais complexo, posto que o discurso é construído pela interação de múltiplas vozes e de formações discursivas que habitam o espaço discursivo, promovendo o que a Análise do Discurso chama de heterogeneidade, empreendida por Althier-Révuz (1998), ou polifonia, de acordo com Bakhtin (1997) e Ducrot (1987).

Para tentar alcançar os objetivos propostos, permito-me uma reflexão sobre a formação do sujeito, a partir dos empreendedores da Análise do Discurso de orientação francesa, passando por Althusser (1998) e sua teoria da ideologia e pela teoria de Lacan (1998) sobre o sujeito do inconsciente, e, por meio deles, analisar as posições do sujeito e os efeitos de sentido no discurso do jornalismo.

A idéia é promover um viés para discutir a objetividade científica e buscar subsídios no modo de fazer ciência hoje, bem como na constituição do sujeito da ciência. Acredito que através dessas correntes teóricas pode-se chegar a uma reflexão, talvez, mais realista do jornalismo, na medida em que este lida com a palavra, sujeita a ambigüidades, equívocos e simplificações. A reflexão acerca da subjetividade está presente na obra de Morin, quando este autor constrói o paradigma da complexidade e questiona a objetividade científica.



Para Morin (2000, p. 56), é na linguagem que o discurso “ganha seu sentido com relação à palavra, mas a palavra só fixa seu sentido com relação ao discurso no qual ela se encontra encadeada”. Este movimento está ligado também à cultura, no sentido de que “cada indivíduo traz em si praticamente, de maneira indefinida, inacabada, toda a sociedade, toda a sua sociedade”, continua a explicitar Morin (ibidem). E são as interações entre os indivíduos, a intersubjetividade, que fazem a sociedade participar de um processo também ininterrupto. Marcondes (2000) afirma que, constituída pela interação social, a intersubjetividade é trazida à discussão para dar conta da realidade social e da relação entre o sujeito e o mundo.

O jornalismo prega a objetividade; entretanto, ela é, muitas vezes, tratada como um mito dentro do próprio meio. Por isso, considero válido continuar a refletir sobre o assunto, ainda que muitos autores/pesquisadores dele já se tenham ocupado. A discussão justifica-se ainda pelo fato de que, para mim, a idéia de objetividade e, portanto, de subjetividade, no fazer jornalístico é cercada de problemas e ainda hoje uma questão aberta.

Vale ressaltar que o sujeito a que quero me referir, neste trabalho, transborda o campo sintático do sujeito da frase, ou seja, o sujeito da lógica, oposto de predicado, aquele a respeito do qual se afirma ou se nega algo numa proposição ou aquele que pratica uma ação. O sujeito a que quero me referir está relacionado ao indivíduo capaz de conhecer, constituído na e pela linguagem, no e pelo discurso, ou seja, produzindo e se reproduzindo (ou transformando-se) naquilo que diz. A tentativa de dar conta do conceito de sujeito e da subjetividade, por conseguinte, desperta uma multiplicidade de noções e ambigüidades em diversos campos das ciências humanas e sociais. Ser sujeito, ou constituir-se como sujeito, sempre foi um desafio do indivíduo dotado de linguagem. Desde que Descartes separou sujeito e objeto, os homens de ciências discutem a questão e buscam respostas em diversas áreas do conhecimento.

Cabe aqui uma explicação sobre a escolha da imprensa escrita como objeto de análise. Esta escolha deve-se mais à minha paixão que à minha atuação na imprensa escrita. Sei, no entanto, que para se tentar fazer ciência deve-se libertar de paixões. Mas penso que, independentemente desta, a imprensa escrita é o meio que eterniza os acontecimentos ao fixar a palavra. Possibilita ao homem construir sua história, ainda que muitos hoje preguem a morte do jornal impresso em virtude dos meios informáticos de reprodução. A palavra impressa permite-nos a (re)leitura com maior facilidade. E a cada releitura um novo olhar possibilita encontrar novos equívocos, novas incompletudes, novas marcas, novas interpretações.

A proposta de pesquisa parece-me uma tarefa de fôlego, mas desafiante. Entender a atividade comunicativa da imprensa e a linguagem construída entre emissores e receptores cria a expectativa de intervenção nesse processo de escrever e descrever o mundo a que o jornalismo se propõe. Essa posição, acredito, deve ser debatida tanto nos meios acadêmicos como na prática profissional para que possamos ter uma imprensa comprometida indelevelmente com o acesso à informação, criando uma nova realidade nos discursos midiáticos. O ideal do jornalismo deve ser o de tentar incluir os milhões de brasileiros excluídos também<sup>5</sup> da comunicação, e, por conseguinte, contribuir para a promoção dos objetivos finais do homem: liberdade e justiça social.

Entretanto, não pretendo, e nem poderia, dar conta de analisar ou responder a todas as questões levantadas, nem de compreender em seu conjunto os processos circunscritos na dinâmica do jornalismo. Nem me proponho a apresentar soluções para que o fazer jornalístico se aproxime do seu ponto ideal – seria insensatez e até ingenuidade sugerir isto. Esgotar o debate sobre a possível ou a impossível objetividade do discurso jornalístico também não é pretensão (nem intenção). Mesmo porque, a comunicação e o jornalismo, por consequência, são áreas em constante transformação em virtude das tecnologias que a cada dia mais se sofisticam. Considero ainda que o jornalismo, pelo seu papel social e responsabilidade na formação do cidadão, deva ser sempre questionado, refletido.

O desafio a que me proponho é uma tentativa de trazer à discussão alguns problemas enfrentados no dia-a-dia da profissão, bem como debater um pouco mais sobre as técnicas e processos (in)vestidos no exercício do jornalismo, diante de uma denunciada dicotomia entre teoria e prática. Compartilho o pensamento de Cornu (1998) quando ele diz que a discussão sobre a objetividade no jornalismo não pode ser abandonada porque é complicada. Ela está no cerne de uma “ética reflexiva” da informação e ao mesmo tempo é beneficiária de uma discussão, mais geral, sobre a objetividade do conhecimento, “a começar pelo conhecimento científico”.

---

<sup>5</sup> A palavra *também* é usada porque, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), estima-se que 54 milhões de brasileiros vivem hoje abaixo da linha de pobreza, destes 42% estão em situação de indigência, aos quais é negado o acesso à alimentação, à moradia, à educação, à saúde, enfim, à cidadania.

## 1 O CAMPO DA ANÁLISE DO DISCURSO

*“Existem sujeitos por toda parte, entre a luz e a sombra”.*  
(Michel Serres)

Ao enveredar pelos estudos da Análise do Discurso (doravante AD), um aspecto que me chamou a atenção foi a maneira de esta disciplina “olhar” a emissão e a recepção de uma mensagem. A teoria da informação (formulada por Shannon) explica que o emissor transmite uma mensagem através de um código a um receptor, utilizando um canal de comunicação. Para que a comunicação se estabeleça basta que o receptor conheça o código e capte a informação sem ruídos. Segundo essa teoria, grosso modo também adotada pelo jornalismo como sistema produtor de notícias, o processo de significação é linear: o primeiro fala (ou escreve) e o segundo decodifica a mensagem. Já na AD, o processo de significação entre emissor e receptor é simultâneo e a mensagem passa a ser discurso<sup>6</sup>.

Nesse sentido, de acordo com a AD, a linguagem, em seu funcionamento, põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela ideologia e pelo inconsciente. Temos, assim, um complexo processo de constituição dos sujeitos e de produção de sentidos, que não promove meramente a transmissão de informações, mas a interação social. A AD, portanto, privilegia também o destinatário na comunicação. Orlandi (2000, p. 15) parte dessa relação entre sujeitos e sentidos para definir a noção de discurso que, segundo ela, é “efeito de sentido entre locutores”. É exatamente essa noção de discurso que interessa à AD. O discurso coloca a palavra em movimento e através dela “observa-se o homem falando”. Esse observar é, em síntese, analisar o funcionamento discursivo nos textos, ou como o discurso significa.

---

<sup>6</sup> Toda produção de linguagem pode ser considerada discurso, de acordo com Maingueneau (1993).

O discurso promove uma mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Orlandi (ibidem, p. 15) diz que essa mediação “torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive”. Parece-me oportuno antecipar aqui uma interface com o jornalismo, que também se constitui como um mediador no âmbito social, como um intermediário entre o fato e a sociedade.

Para a AD, não interessa a língua enquanto um sistema abstrato, explicado pela teoria saussuriana da dicotomia língua x fala. Também não se pode confundir discurso com fala. A língua não é fechada nela mesma como na lingüística estrutural, mas é a possibilidade de discurso. A AD, portanto, “levando em conta o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer” (ORLANDI, 2000, p. 16). Falar, nessa perspectiva, é diferente de dizer.

Sob a égide do estruturalismo, a reflexão sobre a escritura, e conseqüentemente sobre o discurso, propicia uma articulação entre a lingüística, o marxismo e a psicanálise.

A análise do discurso na França é, sobretudo, - e isto desde 1965, aproximadamente - assunto de lingüistas, mas também de historiadores e de alguns psicólogos. A referência às questões filosóficas e políticas, surgidas ao longo dos anos 60, constitui amplamente a base concreta, trans-disciplinar de uma convergência sobre a questão da construção de uma abordagem discursiva dos processos ideológicos (MAINGUENEAU, 1993, p. 10).

Influenciado pelos trabalhos de Foucault sobre o discurso e de Althusser sobre a ideologia, Michel Pêcheux foi um dos precursores da AD. Os conceitos de ideologia e de discurso são as “duas vertentes que vão influenciar a corrente francesa de AD” (BRANDÃO, 1994, p. 18). Pêcheux (1997b, p. 251) justifica: “a linguagem está na moda desde o episódio do estruturalismo filosófico dos anos 60”. Para Pêcheux (1997a, p. 57), a língua permite que, através do discurso, “se possa detectar os momentos de interpretação enquanto atos que surgem como tomadas de posição”. Estas são reconhecidas como efeitos de identificação assumidos e não negados.

Sob a perspectiva da AD, a linguagem é linguagem porque produz sentido. “E a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história” (ORLANDI, 2000, p. 25). A autora

alerta ainda que a AD não estaciona na interpretação: diferentemente da hermenêutica<sup>7</sup>, além de interpretar, teoriza e descreve. A AD coloca a linguagem em questão e trabalha os limites do discurso e seus mecanismos, como parte dos “processos de significação”, através de dispositivos teóricos. Procura os efeitos de sentido no texto/discurso para significar, compreender, ir além do que se diz, do que fica na superfície das evidências. “Os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos” (ORLANDI, 2000, p. 25). Maingueneau (1993) resume que a AD supõe um sentido oculto que deve ser captado no texto.

Assim, Orlandi (ibidem, p. 30) afirma que a posição do analista é descobrir “vestígios” e “marcas” que estão de alguma forma presentes na maneira como se diz alguma coisa, nas condições de produção da linguagem afetada pela memória, pela posição do sujeito, pela ideologia, pelo inconsciente, pelo contexto, pelas relações sociais. “Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer do texto também fazem parte dele”. Margens do dizer é aquilo que fica subentendido ou implícito a todo dizer, ou seja, o sentido oculto nas palavras ditas.

Nessa direção, na intenção de todo discurso está a promessa de um sentido. Ricoeur (1990, p. 89), como hermeneuta que é e cujos estudos sobre a linguagem e a ideologia também contribuem para a AD, bem explica que dizer alguma coisa é querer que o ouvinte encontre sentido no que está dito. É se expor. Não fosse assim, não precisaria do discurso. O homem estaria fadado ao silêncio absoluto. É dizer também o sentido não dito, mas dizível da realidade humana. É nesse não-dito, mas dizível, que o analista pode encontrar as marcas ideológicas atravessadas no discurso. Nem na ciência, nas palavras de Ricoeur, há lugar não-ideológico, porque falar de um lugar neutro “é puro engodo”.

Ao se considerar que o discurso “desposui o sujeito falante do papel central para integrá-lo no funcionamento dos enunciados, dos textos, cujas condições de possibilidade são sistematicamente articuladas sobre formações ideológicas” (MAINGUENEAU apud ORLANDI, 1996, p. 188), merece atenção o conceito de ideologia, que abordarei mais adiante, pela sua importância no funcionamento discursivo. Para a AD, nenhum ser humano pode se livrar ou desvincular-se por completo da condição ideológica ao colocar a linguagem em

---

<sup>7</sup> Por hermenêutica entende-se a interpretação de textos bíblicos e, mais geralmente, a interpretação de qualquer texto difícil, com vontade científica, segundo Durozoi e Roussel (1999).

funcionamento. A AD trabalha, portanto, a relação língua-discurso-ideologia. Orlandi (1996, p. 13) ressalta que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia”, expressão que se tornou, com base em Althusser, uma máxima da AD. A língua só faz sentido porque o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia.

Mas o sujeito não é afetado apenas pela ideologia. Também o é pela história, que produz sentidos na materialização da língua (discurso). Isso não acontece por acaso e nem aleatoriamente: a AD está aberta à interdisciplinaridade. Cabe lembrar que a AD se inscreve como uma disciplina da lingüística, mas parte da confluência de campos de conhecimento como as ciências humanas e sociais, entre elas a psicanálise e a filosofia. Maingueneau (1993, p. 12) defende o reconhecimento da AD na dualidade radical da linguagem, que é ao mesmo tempo “integralmente formal e integralmente atravessada pelos embates subjetivos e sociais”.

A AD se constitui pela afirmação da não-transparência da linguagem. Orlandi (1996, p. 117) ressalta que não se pode esquecer que o funcionamento discursivo não é integralmente lingüístico. Fazem parte dele as condições de produção, que representam “o mecanismo de situar os protagonistas e o objeto do discurso”. Segundo Maingueneau (1993, p. 14), a AD relaciona-se com textos produzidos, como correlatos “de uma certa posição sócio-histórica”, e não simplesmente se propõe a examiná-los a partir de sua produção por um determinado sujeito. Maingueneau (p. 16) revela que a AD é criticada por limitar-se ao *corpus* impresso e defende que o seu interesse é com a produção de sentidos e não tem apenas propósitos comunicacionais, pois não é suficiente constatar que um discurso é feito de palavras. Esta disciplina cruza os discursos produzidos, nas suas diferentes tipologias (político, jurídico, pedagógico, religioso, jornalístico, narrativo, didático, etc.), “especificando-os espacial e temporalmente, associando-os necessariamente a condições de produção particulares”. Além disso, atravessa o conjunto de ramos da lingüística para preocupar-se com a dimensão ideológica do funcionamento discursivo socialmente pertinente.

O aprofundamento dos estudos sobre a linguagem, bem como o surgimento de áreas como a semiologia, a semiótica, a própria semântica e a pragmática, serviram para denunciar a crise que atravessava a lingüística “na sua incapacidade [como escreve Bakhtin (1997, p. 26)] de resolver seus problemas de modo satisfatório”. Isso em virtude do caráter ideológico do signo lingüístico e da natureza social da linguagem. A AD preocupa-se com o caminho que o signo lingüístico faz entre o sinal inerte do sistema sincrônico abstrato, construído por Saussure, e a visão da linguagem como produto da interação social, proposta por

Bakhtin. Para Brandão (1994), esse caminho é o percurso da elaboração mental do conteúdo do signo até sua materialização como expressão da enunciação e constituição do significado entre o locutor e o interlocutor.

Pêcheux (1997b, p. 87) defende que a lingüística “é solicitada constantemente para fora de seu domínio, acerca de um certo número de pontos sobre os quais, acreditamos, é impossível que ela não tenha sua contribuição a dar”. O autor não exclui a interação entre as áreas da linguagem, como o fez Saussure quando deixou de lado a questão da fala (*parole*). Ao colocar a fala em conflito, este considerou que a mesma não faz parte da lingüística, preocupando-se “apenas” em formalizar uma teoria sobre a língua (*langue*). Pêcheux (*ibidem*, p. 88), por sua vez, acredita que se a lingüística é solicitada a responder sobre pontos exteriores ao seu domínio é porque ela encontra em seu interior questões que lhe dizem respeito, “de certo modo”. Assim sendo, a AD não se faria como disciplina se não houvesse questões a resolver em todas as formas e áreas da linguagem, inserido aí o discurso jornalístico.

É preciso lembrar aqui que, depois de Saussure, Bloomfield, Greimas, Chomsky e tantos outros que formalizaram a língua como sistema e como estrutura, a lingüística ganhou rápido desenvolvimento e aumentou seu domínio como ciência para dar conta de esclarecer questões da linguagem até então impensadas ou desconsideradas. Mesmo contando com inúmeras correntes de pensamento, ou abraçando e agregando diversas áreas de conhecimento, a linguagem ainda, e sempre, oferece desafios, conflitos e possibilidades a serem (re)veladas pelo próprio homem como ser de linguagem.

Benveniste (1995) lembra nas primeiras páginas de *Problemas de lingüística geral* a amplitude que a lingüística moderna adquire, não sem demonstrar preocupação com os caminhos abertos para se compreender a linguagem, que disfarçam as profundas transformações e conflitos por ela sofridos. A nova forma de conferir propriedades universais para as questões e problemas da linguagem alarga o horizonte dos lingüistas, na avaliação de Benveniste, pesquisador este que formulou a teoria da enunciação da qual a AD se utiliza. O autor (*ibidem*, p. 26) também reafirma que a linguagem reproduz a realidade. “Aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento”. Para ele, a partir daí se estabelece a situação inerente ao exercício da linguagem: a da troca e a do diálogo. Essa afirmação nos leva a pensar a linguagem como lugar de encontro dos indivíduos; como interação social reconhecida por Bakhtin (1997); ou como relação entre sujeitos e sentidos postulada por Orlandi. Benveniste explica ainda que o exercício da linguagem pelos indi-

víduos confere ao ato do discurso uma dupla função: o locutor representa a realidade, enquanto o ouvinte recria a realidade a partir do que toma conhecimento. Nesse sentido, a linguagem é o instrumento da comunicação intersubjetiva.

Pêcheux (1997b, p. 91) distingue língua e discurso por oposição entre base lingüística e processo discursivo. Ele nos ensina que enquanto a primeira possui leis internas que lhe conferem uma autonomia relativa, o segundo se desenvolve sobre a base dessas leis internas. Diz o autor que o processo discursivo visa explicitamente a “recolocar em seu lugar (idealista) a noção de fala (*parole*) juntamente com o antropologismo psicologista que ela veicula”. O autor postula, portanto, a presença da ideologia e do inconsciente quando alguém diz alguma coisa. Em resumo, para Pêcheux (ibidem, p. 92), todo processo discursivo “se inscreve numa relação ideológica de classes”.

Considero que o exame acima, ainda que resumido, com relação às questões da linguagem, é necessário para que possamos refletir sobre o aparecimento da AD como disciplina. O fato é que na AD se encontrou um caminho para estudar o discurso, ou seja, os textos efetivamente produzidos. Ela trata, claro está, dos problemas da linguagem. Atravessada por outras ciências, põe em questão a linguagem para verificar e esclarecer o funcionamento do discurso. Justifica Indursky (1997, p. 17): “no momento em que a lingüística determinou que o seu objeto de estudo encontra seu limite na frase, o discurso, por sua própria natureza e extensão, ficou dela excluído”. Entende a pesquisadora que a unidade analítica da AD “é o texto, e não o signo ou a frase”, ainda que busque contribuições na lingüística. Entendo, assim, que a AD nasce não para compreender a estrutura do discurso e nem o conteúdo do texto ou da frase, mas o funcionamento da língua para a produção de sentidos, conforme explicita Orlandi (2000, p. 18): “a questão a ser respondida não é ‘o quê’ mas o ‘como’”.

A função do analista é compreender, que Orlandi (2000) diferencia de interpretar. A interpretação, para ela, é o sentido pensando-se o co-texto, ou seja, as outras faces do texto e o contexto imediato. Compreender é saber como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música, etc.) produz sentidos. É saber como as interpretações funcionam. A compreensão portanto, permite que se possa “escutar” outros sentidos que estão ali. Esse escutar desfaz a “ilusão de transparência da linguagem”. Na visão de Orlandi (p. 59), o analista, ao construir um dispositivo de interpretação, decide quais escutas será capaz de “ouvir para lá das evidências e compreender, acolhendo a opacidade da linguagem, a determinação dos sentidos pela história, a constituição do sujeito pela ideologia e pelo inconsciente, fazendo espaço para



o possível, a singularidade, a ruptura, a resistência”. Isto quer dizer que o analista coloca o dito em relação ao não-dito, o modo como é dito, o lugar em que é dito e ainda aquilo que não diz, mas que “constitui os sentidos das palavras”. A autora avisa, porém, que a AD não procura o sentido verdadeiro, mas o sentido “dentro do verdadeiro”, ou seja, o real do sentido estabelecido pela materialidade lingüística e histórica.

Tomando-se a questão do contexto, uma mesma palavra, na mesma língua, significa diferentemente, dependendo da posição em que o sujeito é inscrito. Isto porque, “falamos a mesma língua, mas falamos diferente” (ORLANDI, 2000 p. 60). O analista do discurso vai lidar com isso, mostrar isso, ao debruçar-se sobre os efeitos de sentido do discurso. Orlandi explica que o analista vai imaginar os dizeres que estão apagados, mas presentes no discurso. Promove uma reformulação de um dizer que poderia ser outro, através de marcas, que são as “pistas” deixadas no discurso e que poderiam dar outro sentido se fosse dito de um outro modo. A posição de sujeito é deslocada pelo analista para que se trabalhe no “entremeio da descrição com a interpretação”. Diz a autora (ibidem, p. 61) que a análise deve atravessar “o efeito de transparência da linguagem, da literalidade do sentido e da onipotência do sujeito”. O analista desloca-se para “contemplar o processo de produção de sentidos em suas condições de produção”.

Assim, faz-se necessário esclarecer que interessam à AD (BRANDÃO, 1994, p. 32 e INDURSKY, 1997, p. 18) três regiões de conhecimento em suas articulações contraditórias, de acordo com a proposta de Pêcheux e Fuchs, da escola francesa, nas quais funda o seu quadro epistemológico: a) o materialismo histórico, que compreende a teoria da ideologia; b) a lingüística, que compreende os mecanismos sintáticos e a teoria da enunciação; e c) a teoria do discurso, que compreende os processos semânticos de significação para a produção de sentidos. A essas três regiões é acrescentada a teoria da subjetividade de natureza psicanalítica, que as atravessa e articula.

Percebo, porém, que esta, a teoria da subjetividade, muitas vezes, não é aprofundada o bastante pelo círculo teórico da Unicamp, cujos pesquisadores dão seqüência à pesquisa da AD francesa desde a morte de Pêcheux, embora reconheçam que esteja atravessada nas três regiões do conhecimento. Convém ressaltar, no entanto, que Orlandi substitui a teoria do discurso pela psicanálise quando trata das três regiões de conhecimento herdadas pela AD. A autora amplia essas regiões e afirma ainda que a relação entre elas não ocorre de modo servil, pois trabalham uma noção de discurso que não equivale ao que teoriza a psicanálise, nem se

reduz ao objeto da lingüística, nem se deixa absorver pela teoria marxista focada no materialismo histórico. Ela (2000, p. 20) explica que a AD:

interroga a Lingüística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele.

Ora, vê-se que Orlandi estabelece que a AD trabalha a confluência desses três campos de conhecimento para construir um novo objeto, o discurso, e verifica como este é investido de significância para e por sujeitos. Por outro lado, as demais pesquisadoras citadas acima repetem a proposta de Pêcheux e Fuchs, que trazem a teoria do discurso em sua determinação histórica como uma das regiões, deixando à Psicanálise, ou mais precisamente à teoria da subjetividade, o papel de atravessar essas regiões. Vejo, portanto, uma diferença na forma de pontuar uma possível teoria da subjetividade.

De qualquer forma, a AD se propõe como um instrumento a mais na compreensão do homem e da realidade que o cerca. Na AD o sujeito é apreendido a partir da psicanálise (sujeito dividido), do materialismo (afetado pela ideologia), da lingüística (aquele que sofre a ação) e ainda da teoria do discurso (relação entre sujeitos). Nas palavras de Indursky (1997, p. 27), a teoria do discurso acabou por propor um sujeito forte, “portador soberano e consciente de intenções e responsável por suas decisões e seu dizer”.

Mas, por outro lado, devo lembrar que a subjetividade não é apreendida da mesma maneira, nem por esses campos citados, nem pelas abordagens inspiradas nas ciências clássicas, na semiótica, nas ciências sociais e humanas. Ou seja, a idéia de sujeito não está circunscrita a campos ou disciplinas específicas, como bem lembra Signorini, mas é recuperada pela análise. Nessa direção, a autora argumenta que:

essa recuperação tanto pode ser do tipo fenomenológico (o sujeito transcendentalizado da ontologia clássica) como pode ser em negativo, a partir de uma falta ou falha na estruturação do simbólico (o não sujeito da ciência clássica; o sujeito do inconsciente na psicanálise), ou mesmo como categoria funcional esvaziada de toda consistência personológica ou essencialista (a forma e a função-sujeito do materialismo histórico e da semiótica). A esse esvaziamento corresponde também a pluralização do sujeito (alternância de formas e funções, contradição), em função da multiplicidade dos lugares produzidos no campo ideológico-discursivo e, portanto, das posições e categorias identificatórias assim produzidas (1998, p. 334-335).

O sujeito é, assim, e sempre, problematizado, pelas convergências e mesmo pela pluralização ao atravessar disciplinas para que se possa recuperá-lo (ainda que essa recuperação seja, digamos, virtual e etérea, sobretudo se considerarmos o sujeito uma ficção como

queria Nietzsche ou produção ideológica como propôs Marx). O discurso é um campo de materialidades no qual se manifestam diversas posições de subjetividade, como teoriza Brandão (1998, p. 36). Ela lembra que o discurso não se caracteriza pela unidade do sujeito, mas “pela sua dispersão” decorrente das possíveis posições assumidas por ele no discurso, o que acaba por conferir-lhe diferentes estatutos.

Na medida em que este trabalho visa a analisar o discurso jornalístico, sob a perspectiva da AD, há, portanto, que se interpretar ou des(construir) o discurso do jornal. Procurar na dispersão dos elementos dos textos noticiosos as suas lacunas, falhas, desordens, superposições, incompatibilidades, trocas e substituições, de acordo com a proposta de Foucault (1997). Enfim, buscar os “vestígios e marcas”, de que fala Orlandi (2000), nas formações discursivas (doravante FDs) que atravessam o discurso, bem como nas suas condições de produção, que compreendem as posições de sujeito e a situação dos dizeres nos textos. Para a reflexão proposta de uma possível ou impossível objetividade da linguagem jornalística faz-se necessário, portanto, abordar a problemática do sujeito.

## **1.1 O SUJEITO QUE MORA EM CADA UM**

Começo a reflexão acerca do sujeito e da subjetividade a partir do enfoque filosófico. Sob esse prisma, a idéia de sujeito remete a um ser, organismo vivo com capacidade de possuir qualidades e praticar atos. Ao nível lingüístico, para usar a noção de Silveira (2001, p.34), é aquele que está sujeito a alguma coisa. Mesmo nesse campo, o sujeito pode ser expresso de muitas maneiras. “Ele nasce e se esvai na espessura do que se diz, do que se vê”. De um modo geral, define-se que o sujeito é o que a linguagem expressa ou permite que ele seja.

Já na metafísica, sujeito é sinônimo de substância ou substrato. Designa o ser ao qual se referem as transformações e os acidentes (DUROZOI e ROUSSEL, 1999, p. 455). Na psicologia, sujeito é o indivíduo submetido a uma observação ou a uma experiência. Torna-se, portanto, sinônimo de objeto, ou seja, sujeito de reflexão. No sentido político, por sua vez, é o súdito, o indivíduo submetido à autoridade absoluta do Estado.

O sujeito opõe-se ao objeto, segundo a teoria do conhecimento, que trata do sujeito empírico (o eu individual), cujo conhecimento é dito subjetivo; do sujeito universal (cartesiano), cujo pensamento é idêntico em qualquer homem; do sujeito transcendental (sujeito

puro kantiano), que considera sujeito e objeto como parte da relação de conhecimento. Na filosofia do sujeito ou da consciência, a tendência é definir o homem pela interioridade pura, ou seja, “como indivíduo livre e responsável, capaz em última instância de explicar o mundo e proporcionar-lhe um sentido” (ibidem, p. 456).

O sujeito pensante entra em cena, a partir de Descartes, conforme Marcondes (2000b, p. 162), com o intuito de “pôr a razão em bom caminho”, para fazer com que o homem conheça o real de modo definitivo e verdadeiro. No sentido do subjetivismo cartesiano, é a busca no indivíduo, no sujeito pensante, da fonte do conhecimento (sujeito epistêmico).

Enquanto Kant parte da noção de sujeito transcendental, em Hegel o sujeito não é um ser abstrato, mas “presente em obras e numa vida coletivas” (TOURAINÉ, 1994, p. 85). Essa noção afasta-se do dualismo de Descartes e de Kant, que dominou o pensamento filosófico por tanto tempo. Hegel, diz o autor, “vê na sociedade civil a sujeição do homem às leis de produção e do trabalho e, contra essa dependência, apela à cidadania, e portanto, à relação para com o Estado”. Ao considerar a experiência, Hegel assume que o modo de compreensão do sujeito é necessariamente histórico. A importância dada por ele à relação com o outro na constituição da identidade influencia outros pensadores, a exemplo de Sartre e Lacan. O indivíduo é vinculado à tradição, à cultura e à sociedade.

Em caminho paralelo, encontramos o pensamento de Marx. Marcondes (2000b, p.229) revela que o seu objetivo é “inverter o homem de Hegel” ao privilegiar o trabalho como fundamento para a formação da consciência, pois o homem é determinado pelas condições materiais de vida. A consciência livre e autodeterminada passa a ser condicionada pelo trabalho, o que vai contra o homem absoluto de Hegel. Em Marx, para quem o sujeito é ideológico, o indivíduo é alienado pelas forças produtivas. Essa alienação, segundo Touraine (1994) impede os indivíduos de se tornarem sujeitos de sua própria vida para se submeterem à dominação de classe. Nesse sentido, não é a consciência que determina a existência do indivíduo, mas a existência social é que determina a sua consciência. Como forma de dominação, a ideologia gera a consciência ilusória ou falsa consciência.

Na ruptura com o racionalismo, o sujeito ganha outra dimensão. O objeto é sempre condicionado pelo sujeito e, portanto, apenas uma representação do sujeito. Este conhece a si mesmo como sujeito através da reflexão e do autoconhecimento (MARCONDES, 2000b). A essência da subjetividade é o eu. A existência individual passa a não ter importância, pois o

indivíduo é parte do todo. Para o autor (ibidem, p. 251), o sujeito contemporâneo é considerado como sujeito pensante, “dotado de uma mente ou consciência, caracterizada por uma determinada estrutura cognitiva, bem como por uma capacidade de ter experiências empíricas sobre o real”.

Nesse novo pensar sobre o sujeito, a linguagem surge como alternativa de explicação de nossa relação com a realidade enquanto relação de significação. O pensamento subjetivo como processo mental depende da linguagem, de significados, de um sistema simbólico. A centralidade da subjetividade, a ênfase no indivíduo e a valorização do homem aparecem como características do pensamento moderno.

Mas a grande ruptura do sujeito acontece efetivamente com a teoria psicanalítica de Freud e sua descoberta do inconsciente. Essa ruptura, interpreta Touraine (1994, p. 126-127), acontece entre o indivíduo e o social. Frente ao prazer está a lei, mundos completamente opostos, mas ambos exteriores à consciência. Freud parte do inconsciente, em lugar da consciência, no sentido da atividade psíquica. A consciência é considerada como “o invólucro em contato com a realidade” percebida pela atividade psíquica profunda. Os desejos e impulsos são inconscientes e manifestam-se em nossos sonhos e em nosso modo de agir.

Nietzsche vê também na consciência uma construção social, sendo que o indivíduo é submetido a papéis sociais. A partir de Nietzsche e de Freud, afirma Touraine (1994), o indivíduo deixa de ser concebido apenas como um trabalhador, um consumidor ou mesmo um cidadão ou um ser social, para se tornar um ser de desejo, habitado por forças impessoais e linguagens, mas também um ser individual, privado. O sujeito, portanto, está dividido. Não está mais ligado a um universal, ou seja, a Deus, à razão e à história.

De outro lado, Sartre traz o existencialismo na figura do *maître à penser*<sup>8</sup>. Diz Marcondes (2000b, p. 259) que Sartre caracteriza o homem como o ser que se define por uma consciência em que existir e refletir são o mesmo. O homem é, portanto, dotado de autoconsciência. Heidegger, por sua vez, traz à luz a necessidade de uma análise ontológica e hermenêutica que revele o ente que nós somos, o ser-aí (*dasein*). Heidegger diz que o ser “é o conceito mais universal e o mais vazio” (1998, p.27). De acordo com a explicação de Marcondes (2000b, p. 267), o homem é o último ente que busca o ser. O ser-aí heideggeriano é ser-

---

<sup>8</sup> A expressão é usada para tratar do intelectual como figura pública, cujo conhecimento influencia tendências e atitudes e se pronuncia sobre os acontecimentos políticos, sociais e culturais do seu tempo.

possível voltado para o futuro; é ser-aí lançado já no mundo voltado para o passado e dependente de sua memória; e é ser-aí como presença, ou seja, existe no presente.

Enquanto sujeito que conhece, Aranha e Martins (1992, p. 321) dimensionam o homem em: ser físico e biológico, psicológico e cultural. Para os autores, é a descentralização do sujeito em busca de uma relação intersubjetiva (entre sujeitos) que possibilita a comunicação e retira o indivíduo de seu universo fechado. Nesse sentido, na linguagem há um sentido intersubjetivo que supera o pessoal. O homem é uma totalidade em que partes contraditórias se acham imbricadas, “indissolivelmente ligadas”.

Touraine (1994, p. 182) considera que o sujeito sobreviveu a muitos “ataques e menosprezos”, mas pode-se encontrar razões para acreditar no seu retorno. Na modernidade, o mundo não terá mais unidade, a despeito das tentativas do cientificismo. Até então, pensava-se que antes de ser ator de uma vida pessoal, o homem deveria sujeitar-se ao mundo pela integração social, onde desempenha papéis. Mas só há constituição do sujeito na medida em que se esforce em construir a unidade como pessoa.

Na modernidade, o sujeito se reconhece e mesmo se define por seu esforço em reunir o que foi separado. Mas a divisão jamais cessará. O sujeito traz heranças contraditórias, embora reconheça que elas são em parte complementares. “A sua própria razão de viver está em fazê-las viver juntas associando o conhecimento do mundo e de si-mesmo à liberdade pessoal e coletiva” (TOURAINÉ, 1994, p. 234). O sujeito é definido pela relação de uns com os outros. Não se constitui a não ser reunindo o desejo e a relação intersubjetiva. Eis aí o grande conflito. Touraine (ibidem, p. 296) considera que a grande contribuição da psicanálise, de Freud a Lacan, é a de ter “separado o sujeito do enunciado, o Ego, do sujeito da enunciação” ao qual reserva o nome de Sujeito (maiúsculo). Sob essa perspectiva, o sujeito possui duas faces que não se devem separar: é ruptura, mas também continuidade.

Na avaliação de Marcondes (2000b), as descobertas científicas recentes vão ainda provocar transformações profundas na maneira de conceber o homem e o conhecimento, com impacto no pensamento filosófico. E cita duas que merecem destaque: a revolução da informática, que traz à discussão a questão da inteligência artificial, cuja idéia é criar uma máquina que pense; e a revolução biológica provocada pela engenharia genética, que traz a possibilidade de manipulação das espécies, inclusive do homem. O autor levanta a questão da natureza da vida e a da possibilidade de interferência do homem nos organismos vivos. Essas questões

eram impensáveis até bem pouco tempo, mas começam a provocar grandes reflexões, como também preocupações, em todas as áreas do conhecimento.

Na tentativa de refletir mais um pouco, trago à discussão o pensamento de Alan Badiou, que também coloca o sujeito no centro das questões filosóficas. Este autor (1994, p. 43) trata o sujeito como uma nova categoria filosófica, que se delimita em relação a várias outras. O sujeito depende de um processo, começa e acaba. O autor não compartilha da idéia de que o sujeito é uma substância, um ser, uma “coisa pensante”, como disse Descartes. O sujeito, para Badiou, tem uma consistência em que se pode determinar seus componentes. Ele não é uma fonte de verdade, mas constituído por uma verdade. “Não é por haver sujeito que há verdade, mas, pelo contrário, porque há verdade há sujeito”.

Badiou (1994, p. 109) defende que a filosofia do sujeito está na ordem do dia e diz que para falar do sujeito é preciso partir de uma teoria da verdade, pois este não é outra coisa senão “um ponto de verdade”, ou seja, ocorrências locais do processo de verdade. E a verdade não está limitada a uma forma de juízo, mas a um processo real.

O sujeito assim concebido é diferente do sujeito psicológico, do sujeito reflexivo, no sentido de Descartes, e também do sujeito transcendental, no sentido de Kant. Badiou (*ibidem*, p. 111) exemplifica que o sujeito no processo artístico não é o artista, o gênio. Na verdade, os pontos-sujeitos da arte são as obras de arte. “O artista entra na composição desses sujeitos (as obras são as ‘suas’ obras) sem que se possa de nenhuma maneira reduzi-las a ele”. Podemos, através desse exemplo, traçar um paralelo com o jornalismo, onde o jornalista se faz sujeito na sua escritura, ainda que traga os dizeres de outros para o seu texto (suas fontes de informação, personagens dos acontecimentos que relata nas reportagens). É em relação a tais sujeitos que se pode falar de uma ética da verdade, que ele opõe à ética dos direitos do homem. “Chamaremos de ‘ética da verdade’ aquilo que regula a presença de alguém na composição de um sujeito de verdade”. Esse “alguém” é tomado no processo de uma verdade, tornando-se ponto do processo.

Pertencer à composição de um sujeito de verdade depende de um traçado próprio, de uma ruptura continuada. Nesse sentido, para Badiou (*ibidem*, p. 112), o sujeito só tem uma saída: continuar. E encerro esta parte da reflexão com suas palavras: “Continuar a ser esse sujeito que ele se tornou. E, através disso mesmo, continuar a fazer advir uma verdade”.

### 1.1.1 ADMIRÁVEL SUJEITO NOVO – O PENSAR COMPLEXO

Permito-me aqui promover um viés para refletir sobre o pensamento científico por considerar que na atualidade algumas questões são levantadas acerca do sujeito da ciência. Entendo também que essa reflexão é pertinente para avaliar o discurso da imprensa na medida em que a prática jornalística busca elementos no fazer científico para estabelecer os pressupostos da objetividade na notícia.

A partir dessa contextualização, trago inicialmente algumas considerações sobre o que se entende tradicionalmente por objetividade e pelo “seu contrário”, a subjetividade. A primeira, diz respeito a tudo o que é objetivo, ou seja, ao que existe independente do sujeito, entendido como indivíduo capaz de conhecer. Caracteriza, no plano metafísico, o que existe fora do pensamento humano. Em ciência, é sinônimo de racionalidade. Requer a imparcialidade do sujeito e o emprego de procedimentos de observação e de experimentação, garantindo validade às operações que dependem de investigação científica na construção de um conhecimento universalmente aceito. Por objeto entende-se “qualquer realidade concreta identificável, mas também a meta ou o fim que se visa agindo ou refletindo” (DUROZOI e ROUSSEL, 1999, p. 347). Segundo Rauen (1999, p. 10), “objeto é tudo o que pode ser conhecido”, ou seja, o que pode ser descrito de alguma maneira.

O objetivo da ciência, de acordo com Rauen (1999), é determinar as leis gerais que regem determinados eventos, entendidos como fenômenos que têm uma lei subjacente. Portanto, a ciência deve ser objetiva no sentido de analisar o objeto sem a interferência, sem o envolvimento emocional do sujeito que observa determinado fenômeno.

O termo ‘objetividade’ é usado sob o ponto de vista do conhecimento humano para proposições simples ou teorias complexas possuidoras de propriedades e características que transcendam às crenças e aos estados de consciência dos indivíduos que as projetam e contemplam, segundo Chalmers (1999, p. 154). O autor ressalta que o conhecimento objetivo é tratado “como algo exterior, antes que interior, às mentes ou cérebros dos indivíduos”. O ponto forte do objetivismo é que as teorias científicas podem ter conseqüências que os proponentes não previam ou ignoravam.

Já a subjetividade é o conjunto de particularidades psicológicas que pertencem a um sujeito, no sentido comum. No sentido filosófico, sujeito é sinônimo de vida consciente e



singular, e subjetividade “é sinônimo de vida consciente, tal como o sujeito pode captá-la nele, e, onde delimita sua singularidade” (DUROZOI e ROUSSEL, 1999, p.453). Subjetivo é, portanto, o que pertence a um sujeito, na medida em que este é consciente e difere dos outros. No sentido transcendental kantiano, o subjetivo qualifica as propriedades do entendimento humano por oposição às coisas em si. No sentido moral, ainda de acordo com Durozoi e Roussel (ibidem), o princípio subjetivo é válido somente para uma vontade, “não permite que tenha acesso à universalidade da lei”. Segundo os autores, é denominado subjetivismo “qualquer tendência ou teoria que privilegie o subjetivo ao objetivo”.

A partir dessas considerações, parece-me pertinente pontuar algumas discussões que se fazem presentes no campo científico, trazendo para o debate alguns pensadores que se debruçaram sobre a questão da objetividade x subjetividade. Creio que a pesquisa científica é, de um lado, controlada por dispositivos de poder e, de outro, por dispositivos de saber, provocando o conflito de idéias, o que, claro, é importante para o desenvolvimento da ciência. Sob essa ótica, parece-me oportuno assinalar que, à medida que a ciência evolui, novas modalidades de produção do saber colocam o sujeito no centro da discussão. É impensável, pois, que esse não seja o seu lugar, no sentido de que é por ele e para ele que a ciência se destina. E a despeito das tentativas de deixá-lo de lado, ou ultrapassá-lo ou transcendentalizá-lo, pela necessidade de não haver interferência nos resultados das pesquisas, fatores subjetivos sempre (re)aparecem em cena para se repensar o aparato de dispositivos tecnológicos, cognitivos, semióticos, culturais e sociais que entra em contexto no modo de produção científica.

Ainda que muitos autores tentem salvaguardar um núcleo de objetividade e de racionalidade no seio do pensamento científico, que, lembrando, historicamente prega o dualismo objeto x sujeito, a ciência atual assume novos contornos. A problemática do sujeito entra em discussão em determinadas comunidades científicas, em função das transformações que se operam nas diferentes ciências da natureza e do homem. Signorini (1998) bem destaca, como já vimos, que a subjetividade não está circunscrita a campos determinados nos estudos contemporâneos. A questão do sujeito é trazida transversalmente em diversas investigações teóricas e aplicadas nos últimos anos, como o é também na AD.

E o grande desafio a que buscam responder muitos desses estudos é justamente o de (re)pensar a subjetividade num momento de grandes transformações, tanto no campo da economia e da política – capitalismo avançado e globalização econômica, fortalecimento das minorias –, quanto no campo das ciências, das tecnologias e das artes – rupturas e bifurcações no campo epistemológico; coexistência de múltiplos paradigmas conceituais e teórico-metodológicos (SIGNORINI, 1998, p. 334).

Edgar Morin é um dos pensadores que colocam o sujeito da ciência na fogueira das discussões. Este pesquisador debate a questão da objetividade científica ao formular o paradigma da complexidade, que defende o pensamento complexo, num permanente intercâmbio entre as áreas do conhecimento e a natureza. O autor considera que a ciência objetiva não exclui o espírito humano, o sujeito individual, a cultura, a sociedade, mas mobiliza-os, pois ela própria precisa do consumo e do conflito.

A objetividade, lembra Morin ([1990], p. 17), vem dos dados da observação, mas para ser reconhecida supõe três aspectos principais: a) concordância dos resultados estabelecida por observadores ou experimentadores diferentes e que podem, eventualmente, ter concepções opostas; b) instrumentos e técnicas de observação que advêm de uma cultura, de uma sociedade; c) comunicação intersubjetiva entre observadores e experimentadores. É exatamente nesse terceiro item que mora o problema para o autor. Ele diz que a objetividade deixa de ser possível quando uma comunidade científica está atrelada a aspectos sociais e comunitários, além de problemas culturais e históricos, teológicos ou políticos. Morin ([1990], p. 17) afirma que há

[...] um elo indestrutível entre a intersubjetividade e a objetividade, no qual a objetividade é ao mesmo tempo fundamento primeiro e conseqüência última. Neste dinamismo em anel a objetividade ultrapassa e transcende a intersubjetividade de que depende, sem nunca poder escapar-lhe. Ela não pode nunca ser concebida nem como *a priori* nem como ponto de vista absoluto.

De acordo com Morin, não se pode simplesmente considerar a objetividade como dado, pois o reconhecimento da complexidade do problema exige a participação de múltiplos intervenientes e atores (intersubjetividade).

O paradoxo se estabelece na medida em que a ciência quer conhecer um mundo objetivo, independente de seu observador. Morin (*ibidem*, p. 19) considera que isso é impossível pela necessidade de abandonarmos a visão ingênua de que a teoria é o reflexo do real, para nos darmos conta de que ela é um sistema de idéias, “uma construção do espírito que levanta problemas”. Para conhecer o conhecimento, é preciso conhecer uma espécie de universo, ou seja, o modo de existência e de organização das idéias, que provêm do espírito-cérebro humano. Esses dois termos, para o autor, são inseparáveis: “se o espírito é produzido pelo cérebro, o cérebro é um conceito do espírito”. Interessa a ele, portanto, articular espírito e cérebro.

A partir desse paradoxo, Morin (1996, p. 55) defende a idéia do pensamento complexo nas relações do homem com o universo e com o outro, capaz de unir conceitos que se opõem. As suas reflexões estão centradas no problema do conhecimento, que, para ele, está cada vez mais partido, reduzido, compartimentado em disciplinas. Por outro lado, entretanto, existe uma realidade planetária e polidisciplinar em que os conjuntos complexos e as inter-relações tornam-se invisíveis. Para emergir a noção de sujeito é preciso pensar em termos de um paradigma da complexidade. E justifica: “do contrário, só continuaremos dissolvendo-o e transcendentalizando-o, e não chegaremos a compreendê-lo jamais”.

Em *A epistemologia da complexidade*, Morin (2000a, p. 90) destaca que reconhecer a complexidade é confessar a dificuldade que a ciência tem de descrever, de explicar. O pensamento complexo<sup>9</sup> admite a confusão diante de um objeto que comporta traços diversos, que traz uma multiplicidade e uma indistinção interna.

A palavra “complexidade” exprime ao mesmo tempo confusão da coisa designada e embaraço do locutor, sua incerteza para determinar, esclarecer, definir e, finalmente, sua impossibilidade de fazê-lo. O uso banal da palavra “complexidade” significa quando muito “isso não é simples, isso não está claro, tudo não é branco nem preto, não se pode confiar nas aparências, existem dúvidas, nós não sabemos muito bem”.

Morin (ibidem, p. 91) destaca, criticamente, que quando a ciência isola ou fragmenta um objeto, elimina a singularidade, a localidade, a temporalidade, o ser e sua existência, mas também torna mais difícil a colocação do saber em seu contexto, atrofiando nossa capacidade de reunir conhecimentos através de informações, dados e idéias.

O pensamento complexo torna-se um apelo ao bom uso da razão nas questões humanas. Le Moigne (2000, p. 14) classifica a inteligência da complexidade como um acontecimento intelectual que incita a deixarmos o “porto das certezas científicas” que foram forjadas “à força do martelo”. E afirma que esse pedestal das certezas científicas não era tão sólido quanto se pregava, idéia que perdurou por cerca de 300 anos, a partir de *O discurso do método*, de Descartes, e através de uma longa lista de pensadores. Deixar esse “porto das certezas científicas” é admitir uma complexidade do pensamento.

A formatação do Paradigma da Complexidade é trabalhada por Morin a partir de 1977 no tomo 1 de *O Método*. Na obra, ele suscita uma nova tomada de consciência do erro

---

<sup>9</sup> De acordo com o *Dicionário de filosofia*, complexo é o adjetivo que “qualifica o que é constituído de vários elementos” (DUROZOI e ROUSSEL, 1999, p. 89). No pensamento complexo, uma idéia é decomposta em várias outras.

fatal, segundo o qual é a ciência que torna o homem sábio, na medida em que o sábio “era incapaz de se conceber como sujeito da ciência” (MORIN, 2002a, p. 467). A idéia de complexidade surgiu com Warren Weaver, co-formulador (com Shannon) da teoria da informação, no início dos anos 50, segundo Morin ([1990]). A grande utilidade de uma epistemologia complexa, para Morin ([1990], p. 32), é que ela “poderá fazer-nos tomar consciência dos limites do conhecimento, o que é um progresso, porque o conhecimento dos limites é sempre um progresso do conhecimento”.

Para defender uma nova “ciência com consciência”, Morin (2000b, p. 28) traça um paralelo entre a ciência clássica e a moderna. Na visão cartesiana, de um lado, está o sujeito, o homem que reflete sobre si mesmo, problema esse colocado sob a responsabilidade da filosofia. E de outro, o objeto como problema da ciência, ou do conhecimento científico. A partir dessa visão, Morin sublinha que, ao considerarmos o sujeito como um parasita, opera-se uma ruptura entre a reflexividade filosófica e o conhecimento científico. Exclui-se a possibilidade de o sujeito pensar e refletir. Nesse ponto, o conhecimento científico está sem consciência: “sem consciência moral, sem consciência reflexiva e também subjetiva”. Abandonar a cultura humanista, aquela capaz de interrogar o homem e a sociedade, é pensar no desaparecimento do ser humano para dar lugar ao objeto.

Defensor de uma visão holística da ciência e do espírito, o físico Fritjof Capra (1982) também prega uma visão da realidade baseada na consciência de um estado de inter-relações e de interdependência entre os fenômenos físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais, ou seja, uma visão que transcenda as fronteiras disciplinares e conceituais. Ele também propõe uma mudança profunda no pensamento, percepção e valores que formam uma determinada visão da realidade. Para Capra (1982, p. 29), um sistema ideacional de valores “sustenta que a verdadeira realidade se situa além do mundo material, do domínio espiritual, e que o conhecimento pode ser obtido através da experiência interior”. O autor coloca a subjetividade como perspectiva complementar à racionalidade ao compará-la com o conhecimento intuitivo. Compartilha com o pensamento de Morin quando diz que:

O pensamento racional é linear, concentrado, analítico. Pertence ao domínio do intelecto, cuja função é discriminar, medir e classificar. Assim, o conhecimento racional tende a ser fragmentado. O conhecimento intuitivo, por outro lado, baseia-se numa experiência direta, não-intelectual, da realidade, em decorrência de um estado ampliado de percepção consciente. Tende a ser sintetizador, holístico e não-linear” (ibidem, p. 35).

Apesar de Morin (2002, p. 157) criticar o holismo por entender que este “operou uma redução ao todo”, deixando de lado as partes enquanto partes, ambos os pensadores não negam que o método cartesiano foi bastante útil para o desenvolvimento de teorias científicas e de complexos projetos tecnológicos, mas não é o único meio válido para se chegar ao conhecimento. Capra (1982, p. 292) afirma que temos que reconhecer suas limitações, pois também desempenhou um importante papel no atual desequilíbrio cultural. A evolução humana progride através de uma interação dos mundos interno e externo, portanto, do sujeito e do objeto, dos indivíduos e das sociedades, da natureza e da cultura.

Diante desse novo olhar para a ciência, trago para o debate ainda as idéias de Damásio, outro a desafiar o dualismo tradicional na obra *O erro de Descartes*. Ele também defende uma visão integrada do ser humano (corpo e mente), e deste com o meio ambiente. Damásio (1998, p.12) não questiona especificamente a objetividade científica, mas a teoria cartesiana, via neurologia, e que vem ao encontro da proposta de Morin e das considerações de Capra. Sua pretensão é mostrar que a razão pode não ser tão pura quanto a maioria de nós pensa e que as emoções e sentimentos, por outro lado, podem não ser de todo intrusos da razão, “mas enredados nas suas teias, para o melhor e para o pior”. Para ele, a capacidade de sentir emoções é o que nos torna humanos e, nem por isso, ela compromete a racionalidade, que nos faz decidir de acordo com “um sentido de futuro pessoal, convenção social e princípio moral”.

Damásio (1998, p. 19) reavalia a concepção racionalista de que, para alcançar os melhores resultados, as emoções têm que ficar de fora, ou que o processo racional não deve ser prejudicado pela paixão. O autor trata também a questão da intuição, que atua fora de um nível consciente, definindo-a como um mecanismo oculto e misterioso, por meio do qual “chegamos à solução de problemas sem raciocinar”.

Em resumo, para Damásio (ibidem), o dualismo cartesiano tornou-se uma tragédia e uma negligência para o conhecimento, especialmente nas áreas da medicina e da biologia, para a compreensão da fisiologia e da patologia do corpo, pois alma e espírito são estados complexos e únicos de um organismo em toda a dignidade e dimensão humana. Unir o que foi separado pode ser mais do que o mero registro da vida como ela é. Diz Damásio (p.282): “O conhecimento científico pode constituir um pilar que ajude os seres humanos a resistir e a vingar”. E a continuar, como prega Badiou (1994).

Volto a Morin (2000b): ele considera que o problema da ciência é também um problema ético e da consciência reflexiva, pois ambos postulam a reintrodução do sujeito. Os problemas científicos do mundo moderno envolvem extraordinárias questões filosóficas e sociais, como as armas químicas e biológicas, a clonagem humana, a ecologia, as descobertas da física e da biologia, porque todos tratam da vida no universo e da relação do homem com o universo e com o outro, numa retomada da reflexão, e, portanto, da subjetividade. Os cientistas não podem deixar a discussão dessas questões para os políticos. Morin argumenta que um dos princípios defendidos na inteligência da complexidade é associar as reflexões filosóficas com a ciência. Morin (2000b, p. 38) explica que, mesmo que dados objetivos possam ser mantidos, as teorias mudam e novos dados objetivos aparecem, sublinhando-se que nesse caminho da verificação científica há também o conflito das teorias. “Os cientistas são homens que têm idéias metafísicas, quer camuflem quer não”. E, nesse sentido, há a interferência da ideologia e de seus conflitos. “Cada um, com a sua mania, produz mais ou menos conscientemente as teorias em relação a sua libido ideológica” (p.38).

Nesse ponto, cabe ressaltar o que Badiou (1972, p. 13) nos diz sobre ciência. Ele considera que falar de ciência é um sintoma de ideologia, assim como falar de ideologia no singular também o é. Ciência e ideologia, para ele, são plurais. No entanto, a sua multiplicidade é diferente, pois a ciência forma “um sistema discreto de diferenças articuladas”, enquanto as ideologias formam uma combinação contínua de variações. A unidade do par (empirismo e formalismo) é “já e sempre a condição de existência do discurso ideológico”, pois, como nos ensina Marx, o homem somente se propõe problemas que pode resolver.

É Morin (2000b, p. 40) quem reforça que as teorias científicas são produções do espírito humano porque emanam das atividades sociais. Segundo ele, “elas não podem escapar de uma dependência com relação à sociedade que as produz”. Está convencido de que o desenvolvimento do conhecimento científico conduz à restituição do diálogo entre o sujeito e o objeto, se não diretamente, mas pelo menos “entre o observador e aquele que o observa”. Para Morin, o problema do sujeito é inevitável nas ciências humanas. Já nas ciências físicas, pode-se eliminar o sujeito individual, mas não o sujeito epistêmico e nem o observador.

Em *A crítica da modernidade*, Touraine (1994), como já vimos, discute o tema sujeito e subjetivação. Para ele, a modernização repousa no diálogo entre razão e sujeito, pois sem razão o sujeito se fecha na obsessão de sua identidade, o que seria uma perversão totalitária. Por outro lado, sem sujeito, a razão se torna instrumento de poder. Touraine (p. 100), con-

tudo, sugere que a modernidade força a abertura de um mundo que estava cercado e fragmentado, na medida em que as mudanças se intensificam e “aumenta a densidade em homens, em capitais, em bens de consumo, em instrumentos de controle social e em armas”. Segundo este autor (1994, p.182), a idéia de modernidade está ligada à eficácia da racionalidade instrumental, “dona do mundo que se tornou possível pela ciência e pela técnica”. No entanto, esta é a metade da modernidade. A outra metade está na idéia da “emergência do sujeito humano como liberdade e como criação”. As idéias de racionalização e de subjetivação estão voltadas uma para a outra, pois, ao mesmo tempo em que se contradizem, completam-se.

Então, pergunto: negar o observador não é o mesmo que negar que é este quem modifica a realidade, ou amplia o conhecimento da realidade, já que um fenômeno só é fenômeno se observado por alguém? Badiou (1994, p. 37), que também defende que a subjetividade voltou à ciência, considera que é preciso levar o mundo interno mais a sério e reconhecer a sua importância no mundo objetivo. A ciência deve ser objetiva até certo ponto, tendo em vista que há dois lados que não podemos deixar de considerar: um intuitivo, no qual a criatividade ganha importância, e outro objetivante, que quer entender tudo.

Em *A ontologia da realidade*, Maturana trabalha a objetividade científica pelo caminho do que denomina de objetividade sem parênteses e entre parênteses. Interroga o observador enquanto ser biológico, embora não negue o mundo dos objetos. Leva em consideração a experiência do observador na linguagem no momento em que este reflete as teorias em um nível de circularidade no trato com a realidade do ser. Para ele (2001, p.45), nenhum domínio de conhecimento é responsável, as pessoas é que o são. Isso faz com que “os cientistas sejam pessoas que estão em pontos nodais de muitos momentos do viver humano moderno”.

Maturana (ibidem, p. 50) trata também da relação entre emoção e razão, e considera que tudo o que é aceito como explicação científica está dentro de um espaço de preferências, de desejos, e, portanto, “de não-racionalidade”. As explicações científicas não são predições, mas a proposição de mecanismos. Para ele, o conhecimento implica interações. No entanto, isso não exclui o fato de que o cientista precisa selecionar, numa diversidade de mecanismos, aquele em que deposite mais confiança para explicar um fenômeno do mundo em que vivemos. Nesse sentido, considero correto afirmar que, de certo modo, há subjetividade (uma escolha) em explicações científicas objetivas, pois realizadas por um sujeito observador<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> O observador é definido por Maturana como qualquer ser humano que opera a linguagem.

A noção de realidade objetiva, segundo Maturana (ibidem), refere-se a algo que supomos universal e independente do que fazemos e que utilizamos como argumento para convencer alguém. Na ciência tradicional, o real é universal e objetivamente válido, porque independe do que fazemos e, uma vez apontado, não pode ser negado. Mas defende que, enquanto observadores, aplicamos sempre algum critério particular de aceitação, ou rejeição, àquilo que escutamos, sentimos, vemos, tocamos ou pensamos. Ao observar, o observador explica a sua observação, utilizando-se de dois caminhos, os quais Maturana considera mutuamente exclusivos: o da objetividade sem parênteses ou das ontologias<sup>11</sup> transcendentais e o da objetividade entre parênteses ou das ontologias constitutivas.

Em síntese, no caminho da objetividade sem parênteses, o observador assume a existência de um fenômeno observado independentemente do que ele faz ou conhece. O observador, nesse caminho, pode conhecê-lo, saber dele, através da percepção ou da razão. Nesse caso, a aceitação de um critério pelo observador implica uma referência a alguma entidade que existe independentemente do que ele faz, quando confrontado com a práxis do viver. Assim, diz Maturana (2001, p.148), “esse caminho explicativo é constitutivamente cego (ou surdo) à participação do observador na constituição do que ele ou ela aceita como uma explicação”. Esse caminho leva o observador à afirmação de um domínio de realidade objetiva, ou seja, um universo, um referente transcendente, que ele atribui como fonte de validade para as explicações. Ou seja, é o que prega a ciência tradicional.

No caminho da objetividade entre parênteses, por sua vez, o observador se aceita como ser humano e, portanto, encontra-se “como fonte de toda a realidade através de suas operações de distinção da práxis do viver”. Nesse caminho, as explicações são constitutivamente não reducionistas (em mais de um domínio de realidade) e não transcendentais (sua existência depende do observador e do critério de observação). Nele, afirma Maturana (p. 254), “não há a busca de uma única e última explicação para nada”.

Para Maturana (2001, p. 264), agir de maneira objetiva, na prática, significa “apenas” não deixar que o desejo de um resultado do cientista suplante sua pesquisa, obscurecendo a impecabilidade como gerador operacional de explicações científicas. Isto porque, para a maioria dos cientistas, a ciência é um domínio de prática e não de reflexões, como já criticado por Morin. Não se pode esquecer, no entanto, como bem disse Einstein, que as teorias científicas

---

<sup>11</sup> Ontologia é a ciência do ser em geral, na filosofia clássica. Na contemporânea, designa o estudo da existência do ser (DUROZOI e ROUSSEL, 1999).



ficas são criações da mente humana. O caminho que o observador segue não depende de um argumento racional, mas de suas preferências, de sua disposição interna, e, até mesmo, da emoção no momento da explicação.

Acho importante destacar ainda que, como humanos somos seres de linguagem - e os cientistas também o são - e a partir dela são construídas as imagens do mundo, as interpretações do mundo. Como afirma Maturana (2001, p.269): “estar fora da linguagem, para nós observadores, é totalmente destituído de sentido”.

Todas essas reflexões nos levam à conclusão de que nos séculos XVIII e XIX defendeu-se firmemente a teoria do conhecimento dito verdadeiro através do racionalismo cartesiano. A passagem para o século XX produziu, já, uma mudança na epistemologia das ciências trazendo o racionalismo crítico, ou seja, a idéia de que o conhecimento é discutível. Ao seu final, se estabelece a crise entre sujeito e objeto. Há, portanto, motivos para se acreditar que este século XXI seja o da (re)introdução do sujeito; não um sujeito fechado em si mesmo, mas um sujeito que ocupe num novo lugar e que lute efetivamente por um mundo real mais humano, a despeito das imperfeições do homem diante da natureza.

## **1.2 O SUJEITO DIVIDIDO**

A formação do sujeito e da subjetividade que interessa a esta reflexão passa pela abordagem sobre o sujeito dotado de inconsciente. Os estudos mais profícuos estão na teoria psicanalítica que passo a tratar através da obra lacaniana. Isto porque não se pode refletir sobre o sujeito e a subjetividade na linguagem e, por conseguinte, no discurso, sem passar pela formação do sujeito do inconsciente, sujeito esse que a AD busca.

Segundo Dor (1992), Lacan iniciou seus estudos a partir dos processos psíquicos do inconsciente circunscritos por Freud - considerado o pai da psicanálise -, e na audaciosa hipótese de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem. Aplicou o estruturalismo no terreno da psicanálise ao dar crédito à tese de Saussure sobre a distinção do significante e do significado. Para Dor (ibidem, p. 14), ele capturou a primazia do significante “onde o sujeito se encontra tomado”. Essa supremacia, explica Dor (ibidem, p. 45), traduz-se por uma dominação do sujeito pelo significante “que o predetermina lá mesmo onde ele crê escapar à determinação de uma linguagem que ele pensa controlar”.

Lacan (1998), então, defende que o significante é aquilo que representa um sujeito para outro significante. Para ele, o significante designa e ao mesmo tempo condiciona os efeitos de significado por sua própria presença de significante. Em *Escritos*, no ensaio *A instância da letra no inconsciente*, Lacan (1998, p. 503) diz que “o significante entra de fato no significado”. E mais adiante (p. 508) explica que o significante “só pode operar por estar presente no sujeito”. Nesse sentido, supõe que o significante “passou ao patamar do significado”.

Vale ressaltar que o significante saussuriano não deve ser confundido com o lacaniano. Para Saussure ([2000], p. 81), o signo é uma entidade psíquica de duas faces: o significante, que é a imagem acústica do signo, e o significado, o seu conceito mental. Creio que se possa dizer que o significante em Lacan é o sujeito de e na linguagem, pois o significante determina o sujeito, enquanto em Saussure é o objeto. Para Lacan (1998), a própria natureza da sujeição ao significante ordena a estrutura da subjetividade.

A teoria lacaniana dá ênfase a três registros essenciais da realidade humana: o simbólico, o imaginário e o real. Esses registros encontram-se vinculados à estruturação da subjetividade que Lacan não deixará de aprofundar na sua obra. Tento explicar com Ogilvie (1988, p. 122-123): no jogo do sistema simbólico da linguagem, o inconsciente lacaniano não é mais uma profundidade, mas uma superfície de face dupla: o real é o inconsciente e este é o simbólico, pois o real do sujeito “só vem à luz sob a forma de suas formações simbólicas”. É a materialidade da linguagem, portanto. Quando o indivíduo fala eu, o sujeito do inconsciente está exposto, despojado de toda profundidade. “O sujeito é uma superfície e um sistema de dobradura”. Nesse sentido, na teoria lacaniana, real, simbólico, imaginário se articulam na constituição do sujeito. “O real não é aquilo visado pela física, ainda que não lhe seja estranho; o imaginário não é a imaginação; o simbólico não é a cultura”.

O simbólico e o imaginário são ligados entre si pelo real, de tal modo “que se pode passar de um ao outro e vice-versa de uma maneira contínua”, de acordo com a interpretação de Dor (1995, p. 19). Ao chegar ao simbólico, o sujeito em formação “aliena-se no imaginário, dividindo-se”. É nesse sentido que Lacan (1998, p. 431), no ensaio *A coisa freudiana*, traz à luz a teoria do sujeito dividido em Outro (“Autre com A maiúsculo”) e outro (“autre com a minúsculo”). Ele ensina que há dois sujeitos providos, cada um deles, de dois objetos, “que são o eu e outro” (ibidem). Em situação de análise, é ao “Outro” maiúsculo que a fala do analista deve endereçar-se (ao inconsciente do analisado), enquanto o “outro” minúsculo (o eu do analisado) é aquele que ele vê e ouve, ou seja, aquele que fala no discurso, o consciente.

“O Outro é, portanto, o lugar onde se constitui o que fala [o consciente] com aquele que ouve [o inconsciente], o que diz já sendo a resposta, e o outro decidindo, ao ouvi-lo, se esse um falou ou não”.

De acordo com Lacan (ibidem, p. 440), em *A psicanálise e seu ensino*, “o inconsciente é esse discurso do Outro em que o sujeito recebe, sob a forma invertida que convém à promessa, *a sua própria mensagem esquecida*” [grifo meu]. Nessa perspectiva, o Outro (inconsciente) guarda a fala do outro (consciente). Por isso, o inconsciente é estruturado como uma linguagem e esta, por sua vez, é sempre articulada simbolicamente. Segundo a explicação de Lacan (p. 529), na conferência *Instância da letra no inconsciente*, “o inconsciente é o discurso do Outro”. Esse Outro é invocado pela linguagem.

Trago novamente Dor (1995, p. 23) para tentar clarear um pouco a questão: o Outro é o referente simbólico a que está submetido o sujeito. Para se constituir sujeito, o indivíduo se orienta em relação ao Outro, que é o “centro de gravidade da subjetividade”. É por ele que o sujeito domina a linguagem. A posição do sujeito é determinada pelo que ele fala. Essa fala, como função simbólica, define o maior ou menor grau de plenitude, de aproximação, do sujeito com o imaginário. Dor (ibidem, p. 43) avalia que é no Outro que o sujeito se vê e “é igualmente no Outro que vem se situar o ponto de onde se olha”. É precisamente nesse ponto, no lugar do Outro, que o sujeito começa a se constituir ao nível do inconsciente. O Outro é um guia que comanda o sujeito quando ele fala. É o lugar de onde se constitui a referência do Eu. E este se sustenta apenas a partir do olhar “do grande Outro”, o inconsciente.

Mello (2000, p. 117) designa o Outro como um “estrangeiro íntimo”, adversário e inimigo que nos desvia do caminho. Este Outro habita inexoravelmente os homens e a racionalidade não consegue nunca combater. O Outro faz o sujeito agir e falar. E Lacan explica como chegou à formação do sujeito dividido, no ensaio *De uma questão preliminar*:

Ensinamos, seguindo Freud, que o Outro é o lugar da memória que ele descobriu pelo nome de inconsciente, memória que ele considera como um objeto de uma questão que permanece em aberto, na medida em que condiciona a indestrutibilidade de certos desejos (1998, p. 581).

Por isso, a AD trabalha a linguagem afetada pelo inconsciente, porque aquilo que está guardado (memória) vem à tona no discurso.

A obra lacaniana nunca deixou de abordar o *cogito* cartesiano, que constitui a “matriz subjetiva por excelência” (DOR, 1995, p. 55), especialmente porque ilustra o sujeito da ciência de que trata a psicanálise e sua prática.

Na teoria cartesiana há a divisão entre sujeito e objeto, enquanto a psicanálise divide o sujeito em consciente e inconsciente. Também o sujeito da ciência é constituído por esta parte implícita que se esquia de nós mesmos porque estamos separados dela, ainda que ela se “constitua” através da função significante, o sujeito do inconsciente. Dor (1995, p. 56) esclarece que, enquanto Descartes tentou fundar um tipo de estrutura subjetiva na essência do seu *cogito*, Freud e Lacan esforçaram-se para destituir seus fundamentos ao provar o seu caráter ilusório, como também “de sua clivagem constitutiva (a divisão do sujeito) de onde a miragem persistente do Ego (*Moi*) que se toma pelo Eu (*Je*)”.

A topografia cartesiana, segundo Dor (ibidem, p. 65), está pontuada na edificação subjetiva assinalada na seqüência: a dúvida – o *cogito* – a construção do saber. A certeza da existência do sujeito em Descartes está no fato de que o homem pensa. Lacan propõe assim um desmonte do *cogito* cartesiano, na medida em que este revela ser uma experiência filosófica da busca do sujeito. Seguindo na trilha do sujeito estruturado como linguagem, em Lacan o sujeito do inconsciente não é aquele que pensa, mas aquele assujeitado (sujeito a) à sua própria mensagem esquecida, internalizada. Do ponto de vista da psicanálise não se pode falar do sujeito de um saber, mas “de um sujeito-suposto-saber”.

Se o inconsciente é o discurso do Outro, o sujeito pode ser entendido como sujeito do inconsciente. Assim, a partir do sujeito do inconsciente, cuja articulação encontra-se na palavra, Lacan (1998) supõe duas vertentes na materialidade do discurso: a do sujeito da enunciação e a do sujeito do enunciado.

Nesse ponto, Dor (1992, p. 116-117) toma os conceitos de enunciado e de enunciação em lingüística para entender o pensamento lacaniano. O enunciado é tomado como resultado de um ato de enunciação, como ato de criação de um sujeito falante. Já a enunciação é o ato individual daquele que fala. É pelo “Eu” que o sujeito atualiza-se em seus próprios enunciados, na maioria das vezes, mas pode encontrar um representante no “a gente”, “o tu”, “o nós”, etc. “Estes pronomes constituem, para o sujeito, um meio de revelar uma certa neutralidade subjetiva em relação a seus próprios enunciados, como é de praxe, por exemplo, no discurso didático”. Nesse sentido, o sujeito articula proposições generalizando ou universalizan-

do. Essa participação subjetiva, na análise de Dor (1992), atualiza um representante como sujeito do enunciado num discurso, designado como sujeito do enunciado.

Dor (ibidem, p. 118) complementa que se trata aí do locutor enquanto entidade subjetiva e como lugar e agente de produção do enunciado. Existe, portanto, uma oposição entre o sujeito do enunciado e o sujeito da enunciação provocada pela própria divisão do sujeito. Essa oposição remete ainda à oposição efetuada por Lacan entre o “dito” e o “dizer”, questão que está ligada “à verdade do sujeito”. Na interpretação de Dor, o inconsciente emerge no dizer, ao passo que no dito a verdade do sujeito se perde por aparecer somente “sob a máscara do sujeito do enunciado, onde ela não tem outra saída, para se fazer ouvir, senão se meio-dizer”. São essas duas oposições subjetivas (enunciado/enunciação ou dito/dizer) que atualizam a estrutura de divisão do sujeito em consciente e inconsciente. Assim, nos seus estudos do inconsciente, Lacan (1998) sublinha que um dito precisa se dizer e, nesse dizer, está articulado o desejo do inconsciente (do Outro).

Para Guirado (1995, p. 72), é a divisão que vai “derivar na possibilidade de falar em sujeito da enunciação e do enunciado, como uma divergência inevitável”. Nesse sentido, no processo de enunciação há um discurso que vai além e em direção diferente ao conteúdo do enunciado. O inconsciente está acima do indivíduo, é um lugar, uma convenção significativa que está em relação de exterioridade com o sujeito, além do que o sujeito representa.

Em *Subversão do sujeito e dialética do desejo*, Lacan (1998, p. 821) afirma que o sujeito está separado do Outro (o sujeito do inconsciente) pelo muro da linguagem. Há uma relação de intersubjetividade entre o eu e o Outro que habita em nós, pois, como ele próprio diz, é pela linguagem que o sujeito se constitui, “uma vez que é do Outro que o sujeito recebe a própria mensagem que emite”. No discurso, interpreta Dor (1995, p. 170), o “Eu” é o lugar onde o sujeito se produz como aquele que fala. O analista, ao interpretar, não faz senão “citar” uma fala que já existe no sujeito. É exatamente nesta perspectiva o ponto de atração da psicanálise com a AD. Melhor dizendo, é nela que a AD vai buscar os fundamentos para trabalhar o discurso. Nela vamos compreender porque a linguagem é afetada pelo inconsciente; porque o sujeito escolhe uma e não outra fala, deixando vestígios e pistas nas margens do discurso.

Na avaliação de Ogilvie (1988, p. 66), a revolução do trabalho de Lacan é justamente a reflexão de que o meio social entra no indivíduo formando a exterioridade de sua estrutura interna. “Um indivíduo é, portanto, sempre muito mais do que ele mesmo: é antes de

tudo uma atividade que ao mesmo tempo supõe e reproduz, desenvolvendo-se, um meio, isto é, um sistema de relações, de significações e de elementos integrados que formam uma totalidade”. O caráter social vem, portanto, ocupar o lugar de uma carência, de uma deficiência, que desemboca na idéia da fragilidade humana, pensada como a impossibilidade de o homem se desenvolver só. O sujeito, nesse sentido, porta já em si uma alteridade<sup>12</sup>, sendo que as determinações da cultura e do meio ambiente são efeitos de presença.

Vimos que o sujeito do inconsciente em Lacan, compreendido no meio social em que o sujeito humano é mantido, não conhece outra sociedade que não a das palavras. A psicanálise não é uma concepção do universo, mas tem o objetivo de elaborar a noção de sujeito, sujeito esse reconduzido a seu assujeitamento (sujeitamento<sup>13</sup>) determinado pela linguagem, para usar um termo da AD.

Lacan empreende assim o que chama de um novo continente: a subjetividade como estrutura específica, caracterizada por uma pretensão à verdade. O sujeito não está mais ligado à verdade, não é destinatário privilegiado da verdade, mas à ilusão de uma verdade. Já o domínio de Freud é o da verdade do sujeito. Ogilvie (ibidem, p. 127) revela que Lacan não tem o projeto contraditório de expor numa linguagem simples o problema da complexidade introduzida no sujeito pela sua relação com a linguagem. Isto porque, o sujeito não pode se colocar à distância de seu objeto como simples espectador. Na psicanálise, a língua é submetida a uma tensão, que corresponde à situação na qual o discurso é elaborado e recebido. Ogilvie (p.129) explica que “o inconsciente não é o não-consciente, mas o estruturalmente inacessível”. O sujeito surge dos significantes que o recobrem no Outro, lugar transcendental.

Diante dessa perspectiva, faz sentido o que já expusemos anteriormente com Badiou, quando ele apontou o sujeito não como uma fonte de verdade, mas constituído por uma verdade. Assim como para Lacan a verdade é uma característica do sujeito enquanto ser de linguagem, para Badiou (1994) só há verdade porque há sujeito.

Em resumo, o que Lacan formula é que o homem não é mais uma referência tão segura, pois quando se analisa que nossa linguagem vem do Outro, na medida em que é por nós enunciada de forma invertida – ou seja, enunciada pelo consciente, mas que na verdade

---

<sup>12</sup> Alteridade é a característica do que é outro, opondo-se a mesmo (DUROZOI e ROUSSEL, 1999).

<sup>13</sup> Furlanetto prefere o termo sujeitamento (sueição) a assujeitamento (2001a).

vem do inconsciente – revelamo-nos como uma fantasia do homem, na ilusão de que o sujeito porta a verdade. É nesse complexo que ele sustenta a estrutura do sujeito dividido.

A consciência da subjetividade talvez possa aproximar a distância entre o eu e o Outro (entre o consciente e o inconsciente) para que o homem (como sujeito e não sujeito a) forme uma relação de totalidade, ao invés de se confrontar como dois objetos diferentes, pois, segundo sugere Lacan (1998, p. 436), no ensaio *A coisa freudiana*, “o sujeito é responsável como sujeito que fala”. Nesse paralelo, a linguagem, que faz a divisão originária do sujeito lacaniano, pode também promover a sua integração, para que o sujeito se situe como ser no mundo e busque a totalidade, sem se colocar à distância como simples espectador (ou sujeito a), mas como ser transformador. Digo isto porque o próprio Lacan (ibidem, p. 266), em *Função e campo da fala e da linguagem*, não descarta a possibilidade de que o sujeito seja um dia mais harmonizado, ante essa relação que “só é a dois na aparência”.

### 1.3 LINGUAGEM E DISCURSO: LUGAR DE SUBJETIVIDADE

A capacidade de linguagem do homem é usada, diz o senso comum, para expressão ou representação do pensamento; para a constituição de uma imagem perceptível da realidade. Pensar e falar são atividades distintas, mas conjugam-se na prática da comunicação. Pensamos e falamos cotidianamente sem nos darmos conta de que estamos pensando e falando, o que para nós acontece ao mesmo tempo. Pareceria muito estranho imaginarmo-nos pensando uma coisa e falando outra, conscientemente. Diz Benveniste (1995, p. 80) que a possibilidade do pensamento liga-se à faculdade de linguagem, no sentido de que a língua é uma estrutura enformada de significação. Pensar é, pois, manejar os símbolos da língua. No sentido freudiano, o sujeito serve-se da palavra e do discurso para representar-se. De acordo com essa concepção, é nesse encontro que a instância da subjetividade aparece.

Brandão (1998, p. 37) aponta duas tendências para a reflexão sobre a subjetividade na linguagem. A epistemologia clássica, cartesiana, vê a língua enquanto função representativa do real. Segundo essa tendência, um enunciado é verdadeiro se corresponder a um estado de coisas existentes. A outra tendência desloca a função representativa do real para que a língua possa adquirir espessura própria. Nela, o sujeito ocupa uma posição privilegiada: a verdade passa a ser solidária com a subjetividade; é algo representado por um sujeito que lhe confere sentido e não mais se manifesta por sua força interna. “Subjetividade que se constitui

na linguagem e pela linguagem”. Isso que dizer que o sujeito se constitui na linguagem para representar o mundo, apropria-se dela para instaurar a subjetividade ao mesmo tempo em que, enquanto sujeito constituído pela linguagem, pode representar o mundo.

É a língua, de acordo com Benveniste (1995, p. 84), que fornece o instrumento ao discurso, no qual a personalidade do sujeito se liberta e se cria, atinge o outro e se faz reconhecer por ele. Nessas condições, a língua aparece como estrutura social em que a palavra e o discurso são utilizados deliberadamente, intencionalmente, para fins individuais e intersubjetivos. É nesse autor que vamos encontrar a relação intersubjetiva do eu/tu, que converte a linguagem em discurso. “É identificando-se como pessoa única, pronunciando *eu*, que cada um dos locutores se propõe alternadamente como sujeito” (ibidem, p. 280). Para Benveniste (p. 285), a linguagem está na natureza do homem e não o encontramos nunca separado dela. “É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem”.

A subjetividade é, assim, um traço característico da linguagem humana, pois é próprio da linguagem ser expressada por sujeitos. Os sujeitos, segundo Aurox (1998, p. 42), não se contentam em exprimir um conteúdo representativo, “mas atribuem um ponto de vista sobre este conteúdo”. Também Damásio (1998, p. 274) pronuncia-se a respeito da subjetividade na linguagem:

Os seres humanos dispõem de capacidades narrativas de segunda ordem, proporcionadas pela linguagem, que podem produzir relatos verbais a partir dos não-verbais. A forma apurada da subjetividade humana resultaria desse último processo. A linguagem pode não estar na origem do eu, mas está sem dúvida na origem do *eu* enquanto sujeito verbal.

Na concepção de Benveniste (1995, p. 286), como vimos há pouco, a linguagem é a possibilidade que cada locutor tem de se apresentar como sujeito, ou seja, é “na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito”. Isto porque ela fundamenta a realidade na realidade do ser. A subjetividade define-se não pelo sentimento que cada indivíduo experimenta ele mesmo, mas pela unidade psíquica que transcende a reunião das experiências vividas e que assegura a permanência da consciência. Como o fundamento da subjetividade é determinado pelo “status lingüístico da pessoa”, Benveniste alerta que a consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste, ou seja, “eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica reciprocidade – que eu me torne *tu* na alocação daquele que por sua vez se designa por *eu*”.



Por meio do estudo dos pronomes, Benveniste faz emergir a subjetividade na linguagem, na medida em que o fundamento da subjetividade está no exercício da língua. É por isso que a preocupação de Benveniste, diz Brandão (1998, p. 38), é verificar como o locutor faz uso da linguagem. Ele analisa o ato de produzir um enunciado e não o texto de um enunciado, ou seja, “o processo e não o produto”. É nessa direção que Benveniste empreende sua teoria formal da enunciação.

Orlandi (1996, p. 107) concorda que o locutor, no exercício do discurso, apropria-se das formas (verbais e não-verbais) que a linguagem propõe. No entanto, a autora critica a teoria de Benveniste. Ela diz que na concepção dialética proposta pelo autor, o *eu* subsume o *tu*, na medida em que o *tu* “só se faz presente se se torna um *eu*”. Para ela, esse estatuto da enunciação da teoria de Benveniste é obscuro e disso decorrem dificuldades na sua interpretação. Também Brandão (1998, p. 39) tenta esclarecer a questão:

Embora postule o *tu* na relação intersubjetiva, esse *tu* permanece apenas figura complementar ao *eu*, é pessoa não-subjetiva; enfim, o que queremos dizer é que Benveniste não expande a noção de subjetividade para fora do eu (pessoa subjetiva), não atribuindo ao *tu* (pessoa não-subjetiva) um estatuto constitutivo dessa subjetividade.

Segundo Auroux (1998, p. 253), a noção de subjetividade designa a consciência interior, considerada em sua extensão mais ampla. “Somente o sujeito tem acesso a esta interioridade, em oposição à objetividade do mundo externo que pensamos ser acessível a todos”. O autor argumenta que é preciso articular a relação da linguagem com a subjetividade e com o modo como essa subjetividade tem acesso ao mundo. Para ele, a subjetividade não deve ser compreendida apenas na esfera do *eu*, mas também em um *nós*, isto é, na intersubjetividade. A presença do outro é requisitada para a compreensão da objetividade do mundo. Diante dessa perspectiva, Auroux (ibidem, p. 254) analisa que a intersubjetividade “coloca em jogo o destino do sujeito em sua relação com a verdade e com o sentido”. Tomando as concepções de verdade em Heidegger e na teoria psicanalítica, Auroux afirma que o discurso é o campo da realidade trans-individual do sujeito, pois este está empenhado na posição de interlocução. É essa posição de locutor que o constitui intersubjetivamente.

Ducrot (1977) concorda com Benveniste que a subjetividade é inerente à linguagem, mas amplia esta afirmação ao dizer que só a subjetividade do discurso pode tornar possível uma identificação entre a enunciação e o ato realizado. A comunicação, para Ducrot (p. 10), é um ato de fala, pois comunicar é sempre comunicar a alguém. Entretanto, seu sentido não está apenas na relação intersubjetiva para a transmissão de informação. É, segundo ele,

“fazer saber, pôr o interlocutor na posse de conhecimentos de que antes ele não dispunha”. Os atos de fala, segundo esse autor, têm uma função complexa. Quando Benveniste resume que os pronomes pessoais marcam a presença da intersubjetividade no interior da língua, é porque o pronome *eu*, por exemplo, não é somente um meio de uma pessoa falar dela mesma, mas obriga o seu interlocutor a designar-se com o mesmo pronome. Isso constitui, segundo Ducrot (ibidem, p. 11), “um aprendizado e um constante exercício de reciprocidade”.

Diz Ducrot que somos levados a admitir que as relações intersubjetivas inerentes à fala não servem apenas à troca de conhecimento, mas a uma grande variedade de relações inter-humanas. O trecho abaixo explica bem o que o autor quer mostrar:

A língua, então, não é mais apenas o lugar onde os indivíduos se encontram; ela impõe também, a esse encontro, formas bem determinadas. Não é mais somente uma condição da vida social, mas um modo de vida social. Ela perde sua inocência. Deixar-se-á, portanto, de definir a língua, à moda de Saussure, como um código, isto é, como um instrumento de comunicação. Mas ela será considerada como um jogo, ou melhor, como o estabelecimento das regras de um jogo, e de um jogo que se confunde amplamente com a existência cotidiana (1977, p. 12).

A confrontação dos indivíduos através da linguagem está no que Ducrot (1987, p.29) denomina de fato de língua (pressuposto) e fato de fala (subentendido). Essa confrontação é antes de mais nada um fato de discurso, pois um enunciado ele mesmo não está investido de nenhuma função polêmica ou intersubjetiva, conforme o que estabelece Benveniste. Para Ducrot, a intersubjetividade aparece unicamente na enunciação do enunciado. Ele argumenta que essa distinção também pode ser aplicada ao pressuposto e ao subentendido, pois o conteúdo dos enunciados dotados de elementos semânticos postos é de responsabilidade do locutor, enquanto que os elementos semânticos pressupostos são partilhados pelo locutor com o ouvinte. Assim sendo, a pressuposição não está na enunciação, mas inscreve-se na própria língua como tática argumentativa dos interlocutores, de modo a dar continuidade ao discurso.

Segundo a teoria formulada por Ducrot (1987, p. 10), que a AD trata por não-ditos, o conteúdo pressuposto é o que o conteúdo dito quer dizer. “É apresentado como uma evidência, como um quadro incontestável no interior do qual a conversação deve necessariamente inscrever-se”. O pressuposto pertence ao domínio das duas personagens do diálogo, como objeto de uma cumplicidade que liga entre si os participantes do ato de comunicação. Já o conteúdo subentendido é mais difícil de aparecer na relação com a materialidade lingüística (sintaxe). Excluído do sentido literal de um enunciado, o subentendido está protegido das pa-

lavras e deixa ao interlocutor a responsabilidade de interpretação. “Permite acrescentar alguma coisa sem dizê-lo, ao mesmo tempo em que ela é dita”.

Assim, Ducrot (1987, p. 30) explica que “a língua, independentemente das utilizações que dela podem ser feitas, apresenta-se fundamentalmente como o lugar do debate e da confrontação das subjetividades”.

### 1.3.1 A SUBJETIVIDADE NA LINGUAGEM EM BAKHTIN

Um dos mais importantes pensadores da linguagem do século passado, Bakhtin (1997) defende a abordagem marxista na filosofia da linguagem, cuja amplitude serve a todos os domínios das ciências humanas e sociais. Este autor valoriza a língua como um complexo de relações sociais e ideológicas, que afetam a significação. A subjetividade está presente na medida em que Bakhtin valoriza a presença do interlocutor no processo de comunicação, pois, para ele, o locutor pensa e se exprime sempre para um auditório por meio de signos. “A própria consciência só pode surgir e se afirmar como realidade mediante a encarnação material em signos”, diz o autor (1997, p. 33) em *Marxismo e filosofia da linguagem*.

Os signos só emergem, decididamente, do processo de interação entre uma consciência individual e uma outra. E a própria consciência individual está repleta de signos. A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social (ibidem, p. 34).

Bakhtin não usa a palavra intersubjetividade nesta obra, mas essa idéia está presente quando analisa a troca do material verbal nas relações sociais. Ele também não trata de sujeito diretamente, mas de psiquismo subjetivo do homem, traço particular do ser. Para ele (p. 49), “por natureza, o psiquismo subjetivo localiza-se no limite do organismo e do mundo exterior, vamos dizer, na fronteira dessas duas esferas da realidade”.

O processo de criação de todo fenômeno ideológico passa obrigatoriamente pelo psiquismo. Bakhtin (1997, p. 57) enfatiza que todo signo ideológico exterior, qualquer que seja sua natureza, banha-se nos signos interiores, na consciência. Nasce no oceano de signos interiores e nele continua a viver, pois “a vida do signo exterior é constituída por um processo sempre renovado de compreensão, de emoção, de assimilação, isto é, por uma integração reiterada no contexto interior”. Para observar o fenômeno da linguagem é preciso, portanto, situar os sujeitos (o emissor e o receptor) no meio social.

Defensor da interação verbal, Bakhtin analisa duas tendências situadas como objeto de estudos da linguagem: o subjetivismo idealista e o objetivismo abstrato. Ele questiona se essas duas teses, por si sós, revelam o verdadeiro núcleo da realidade lingüística. Para tentar responder à questão, ele as submete a uma análise crítica.

O objetivismo abstrato é um sistema de formas normativas que se torna a substância da língua, sistema esse estável e imutável, composto por leis objetivas relativamente a toda consciência subjetiva e que nada tem a ver com os fatores ideológicos. Suas raízes estão no cartesianismo, na idéia de língua convencional abstrata que caracteriza o racionalismo. Essa idéia teve sua brilhante expressão com Saussure [2000], na chamada escola de Genebra, como já se sabe. Assim, Bakhtin (1997, p. 96) critica que essa tese não responde em nenhum momento ao processo de evolução da língua. De acordo com essa visão, quando olhamos a língua, nela não encontramos nenhum indício de um sistema de normas imutáveis. A língua é inseparável de seu conteúdo ideológico e essa separação “constitui um dos erros mais grosseiros do objetivismo abstrato”. Bakhtin salienta que a tese coloca a língua fora do fluxo de comunicação verbal. O objetivismo abstrato, na sua avaliação, rejeita a enunciação, o ato de fala, como individual.

O subjetivismo idealista, ao contrário, só leva em consideração a fala, mas também como ato individual. Sua crítica é firmada na teoria de que toda enunciação é de natureza social. Por isso, a tese é também rejeitada por Bakhtin (*ibidem*, p. 112) na medida em que o centro organizador da expressão não se situa no interior, mas no exterior. Para ele, o ato de fala, a enunciação, é um processo de interação de dois indivíduos socialmente organizados, pois “a palavra dirige-se a um interlocutor”. E diz mais (p. 113): “deixando de lado o fato de que a palavra, como signo, é extraída pelo locutor de um estoque social de signos disponíveis, a própria realização deste signo social na enunciação concreta é inteiramente determinada pelas relações sociais”.

Em resumo, os estudos de Bakhtin são orientados para a relação dialógica, que leva a sério a palavra do outro. O sujeito da linguagem se constitui a partir da interação com o outro. O autor desenvolve, assim, a teoria da polifonia, que inicialmente chama de “esquemas lingüísticos” ou “discurso citado”. Defensor do dialogismo e da multiplicidade de vozes, penso que Bakhtin revela nessa sua teoria a subjetividade na linguagem.

### 1.3.2 SUJEITO E SIGNO

O sujeito de e no discurso pode ser expresso de muitas maneiras, ou seja, ele é o que a linguagem expressa de muitas maneiras. Todo discurso traz consigo a memória, o interdcurso, que o alimenta e o faz produzir sentidos, gerando, podemos dizer assim, variadas interpretações (em contexto podem ser ilimitadas). É o que diz Umberto Eco (1991, p. 31) ao trabalhar a relação signo, texto e sujeito. “Um texto não é apenas um aparato de comunicação. É um aparato que questiona os sistemas de significações preexistentes a ele, freqüentemente os renova, às vezes, os destrói”. Para o autor, o que há de fecundo nas temáticas da textualidade é que ela se apresenta como um conjunto de instruções variadas, orientando para a construção de outros textos, a partir de significações preexistentes. Nesse ponto, podemos fazer a relação com o que estabelece a AD. Em todo texto (discurso) há sempre sentidos que não estão expressos no dito, mas que podem ser interpretados (os não-ditos ou subentendidos).

Eco (ibidem, p. 32) parte dessa idéia para refletir sobre as categorias de semelhança ou de identidade do signo, que, por sua vez, se tornaria coerente com a ideologia do sujeito. Para ele, uma “ficção” que dominou toda a história da filosofia foi a do sujeito como uma “presumível unidade transcendental que se abre para o mundo (ou para o qual o mundo se abre) no momento da representação”. O sujeito assim pensado “transfere as próprias representações para outros sujeitos no processo de comunicação”. Eco faz a crítica dessa idéia, mas, para ele, o signo é “instrução para a interpretação” a partir da perspectiva peirciana de que um signo é “algo através de cujo conhecimento nós conhecemos algo a mais”.

A noção de signo, em Eco (1991, p. 62), é solidária com a noção de sujeito, que ele considera em crise. Como momento sempre em crise do processo de semiose, o signo é o instrumento através do qual o próprio sujeito se constrói e se desconstrói constantemente. Nesse sentido, o sujeito entra numa crise benéfica porque participa da crise histórica e constitutiva do signo. “O sujeito é aquilo que os constantes processos de ressegmentação do conteúdo permitem que ele seja”. Ele argumenta que o sujeito é falado pelas linguagens verbais e não-verbais e pela dinâmica das funções sígnicas, não pela cadeia significante, embora o processo de ressegmentação se realize por alguém ou por uma coletividade de sujeitos. “Somos, como sujeitos, o que a forma do mundo produzida pelos signos nos permite ser”. É o processo de semiose constante que diz quem somos, o que e como pensamos.

A palavra ou signo que o homem usa é o próprio homem, pois, como fato de que cada pensamento é um signo – considerado junto com o fato de que a vida é um fluxo

de pensamentos – prova que o homem é um signo, assim como o fato de que cada pensamento é um signo *externo* prova que o homem é um signo externo, isto é, o homem e o signo externo são idênticos, no mesmo sentido em que as palavras *homo* e *homem* são idênticas. Assim, minha linguagem é a soma de mim mesmo, uma vez que o homem é o pensamento (PEIRCE apud ECO, 1991, p. 62).

A partir dessa perspectiva da semiótica peirciana de que o homem só pode pensar através de signos, Eco defende a tese de que a ciência dos signos é a ciência de como se constitui o sujeito historicamente.

### 1.3.3 SUJEITO E IDEOLOGIA NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DO DISCURSO

A ideologia, assim como o inconsciente, produz evidências subjetivas nas quais se constitui o sujeito (PÊCHEUX, 1997b). No empreendimento da AD, a questão da constituição de sentido junta-se à da constituição do sujeito na figura da interpelação. A tese de Althusser (1998, p. 95) de que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos é tomada pela AD para verificar o funcionamento do discurso e seus efeitos de sentido. O autor diz que *eu* e *você* “somos sempre sujeitos”, e enquanto sujeitos praticamos ininterruptamente a ideologia. Esta garante que “somos de fato sujeitos concretos, individuais, inconfundíveis e (obviamente) insubstituíveis”. A ideologia, na formulação de Althusser (*ibidem*, p. 85) a partir da teoria marxista, representa a relação imaginária dos indivíduos em suas condições reais de existência. Ela transforma os indivíduos em sujeitos através do que chama interpelação.

Ricoeur (1990, p. 65) considera a ideologia um fenômeno negativo, pois é uma representação, cuja função é “dissimular a pertença dos indivíduos, professada por um indivíduo ou por um grupo e de que estes têm interesses em não reconhecer o fato”. O autor trata da ideologia a partir de três funções: a geral, a de dominação e a de deformação.

A função geral da ideologia tem como ponto de partida os conceitos de ação social e de relação social. Ricoeur (*ibidem*, p. 68) analisa a ação social com base teórica em Marx, para quem o comportamento de um homem é orientado em função do comportamento do outro. A idéia de relação vem do fato de que o fenômeno ideológico está ligado à necessidade, para um grupo social, “de conferir-se uma imagem de si mesmo, de representar-se, no sentido teatral do termo, de representar e de encenar”.

A função de dominação, segundo Ricoeur (p. 71), vincula-se aos aspectos hierárquicos da organização social. “O que a ideologia interpreta e justifica por excelência, é a rela-

ção com as autoridades, o sistema de autoridade”. Na função de deformação da ideologia, para Ricoeur (p. 73), está embutida a idéia de inversão, processo pelo qual a realidade é substituída por aquilo que os homens dizem, imaginam e representam. “A ideologia é esse menos-prezo que nos faz tomar a imagem pelo real, o reflexo pelo original”.

Marcondes (2000a, p. 29), que examina a noção de ideologia em relação à linguagem, diz que os papéis lingüísticos através dos quais o sujeito fala e age mascaram a sua determinação social. A ideologia se define segundo dois elementos: tem função diretiva que corresponde aos interesses de um grupo ou classe social dominante; e função de ocultamento, que acaba por produzir uma “ilusão de objetividade” indispensável para que a ideologia exerça a sua função diretiva. Nessa perspectiva, a linguagem apresenta-se como uma instância autônoma e transparente, mas na realidade “as relações sociais que a pressupõem e que a constituem não são simples e aparentes”. A linguagem é ideológica, para Marcondes (2000a, p. 93), na medida em que exige que os indivíduos a assumam enquanto sujeitos.

A linguagem é ela própria o lugar de fixação do significado, da fixação dos papéis desempenhados pelos falantes. A ideologia, a este nível, produz a ilusão de que é o sujeito, centro de decisões livres, que fala, que controla plenamente seu discurso e encobre a realidade da origem da linguagem ao fazer com que os indivíduos assim se comportem.

No discurso, o indivíduo se torna sujeito interpelado pela ideologia. Nesse sentido, a ideologia age ou funciona transformando os indivíduos em sujeitos. Althusser (1998, p. 98) explica que “os indivíduos são sempre/já sujeitos” e que estes são abstratos em relação aos sujeitos que existem desde sempre, mesmo antes do nascimento do indivíduo. Ele afirma que não existem sujeitos sem o Sujeito, único, centro, ao qual os sujeitos são submetidos.

Isso significa que toda ideologia tem um centro ocupado pelo Sujeito Absoluto e que interpela todos os indivíduos, ou seja, todos são sujeitos a ele. Althusser (ibidem, 104) argumenta, no entanto, que há ambigüidade no termo ‘sujeito’, pois ser sujeito significa ao mesmo tempo uma subjetividade livre. Sob essa ótica, o sujeito é autor e responsável por seus atos, mas é também um ser subjugado e submetido a uma autoridade superior, isto é, “desprovido de liberdade, a não ser a de livremente aceitar a sua submissão”. Essa autoridade a que se refere Althusser é exercida pelos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE).

Os sentidos, assim, aparecem como efeito de ideologia, de acordo com Furlanetto (2002). E cito a autora:

Somos levados a pensar que a ideologia esconde algo complexo e mostra uma face simples no plano das significações; que ela também apaga e esconde do próprio sujeito sua formação heterogênea e seu forte condicionamento pelas condições externas da sociedade em que ele vive; que ela, dando enganosamente a ele uma marca de individualidade (o “Você não é qualquer um” da publicidade), o apresenta como um ser livre e com direitos (embora estes tenham sua contrapartida: os deveres).

Para a AD, a ideologia não se define como ocultação da realidade, mas como prática significativa no gesto de interpretação. Esclarece Orlandi (1998, p. 48) que a ideologia não está no nível do consciente: “ela é efeito da relação do sujeito com a língua e com a história em sua relação necessária, para que se signifique. O sujeito, por sua vez, é lugar historicamente (interdiscurso) constituído de significação”.

É Maingueneau (1991<sup>14</sup>) quem nos diz que para analisar o texto, ou desmontá-lo, é preciso remetê-lo a um outro texto: o da ideologia. “Essa duplicidade é familiar à psicanálise, que busca, pela escuta da superfície dos textos, a profundidade de outro texto, de um outro discurso, o discurso do inconsciente”. Ao mesmo tempo, para a pesquisa sobre a ideologia, interessa a estrutura de um des-conhecimento. Para Maingueneau, portanto, o que Althusser propõe em sua teoria da ideologia é mostrar a inconsistência dos textos, levados à categoria de produto do trabalho ideológico, assim como o sonho é o produto de um trabalho psíquico. Assim, para o autor, “nos dois casos o analista está às voltas com o processo de ilusão”.

Para Pêcheux (1997b, p. 129), que retoma Althusser, é um erro de dupla face considerar, de um lado, as ideologias como idéias e não como forças materiais, e, de outro, conceber que elas têm origem nos sujeitos e não que constituem os indivíduos em sujeitos.

Nessa direção, o discurso é o instrumento usado para a reprodução da ideologia, mas é também lugar de combate na luta de classes, no sentido marxista. Pêcheux (ibidem, p. 92) nos diz que “todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes”. Assim, o discurso não é neutro nem indiferente com relação à ideologia.

É consenso dizer que os sujeitos compõem uma massa/povo com as mesmas idéias. De acordo com a concepção idealista formulada por Pêcheux (ibidem, p. 131) na identificação de um Sujeito universal, há a reprodução de um sujeito ideológico como sempre/já dado. Para Pêcheux, isso significaria a construção de uma teoria (não-subjetivista) da subjetividade, que se propõe a designar os processos de imposição e dissimulação que constituem o

---

<sup>14</sup> Tradução de Maria Marta Furlanetto.



sujeito. Essa teoria situa o sujeito naquilo que ele é como membro de um grupo, ao mesmo tempo em que é dissimulado ou “assujeitado” através de uma ilusão de autonomia.

#### **1.4 AD: UMA TEORIA NÃO-SUBJETIVA DA SUBJETIVIDADE?**

Formulada por Althusser e desenvolvida por Pêcheux (1997b, p. 133), a teoria não-subjetivista da subjetividade, que o próprio autor considera um esboço incerto e incompleto, apresenta-se como uma teoria das condições ideológicas tanto da reprodução como da transformação das relações de produção, mediante o estabelecimento da articulação entre inconsciente e ideologia, no sentido freudiano e marxista, respectivamente. Malidier (1997, p. 22), que faz um percurso histórico da criação da AD como disciplina, relata que Pêcheux buscou a teoria da enunciação de Benveniste para pensar o quadro da teoria não-subjetiva da subjetividade, pressentindo que sua leitura poderia conduzir ao que se chamou de “a operação de salvamento do sujeito”.

Tento, então, trazer algumas reflexões sobre a teoria proposta por Pêcheux. Indursky ([1999]) explica que, pela teoria não-subjetiva de Pêcheux, o sujeito é interpelado pela ideologia sem que o indivíduo se dê conta dessa interpelação. “Não há sujeito sem ideologia, embora ela não seja um processo da ordem do consciente”. A autora complementa que o sujeito, para Pêcheux, além de social é histórico (ideológico) e dotado de inconsciente, o que faz com que atue sob o efeito de duas ilusões: “pensa ser a fonte de seu dizer e ser responsável pelo que diz” (INDURSKY, 2000, p. 70).

Nessa perspectiva, Pêcheux (1997b, p.133) considera que o recalque inconsciente e o assujeitamento (sujeitamento) ideológico não podem ser confundidos, pois estão materialmente ligados através do Sujeito (maiúsculo), sujeito esse absoluto e universal, que de acordo com Althusser (1998) é traduzido pelos AIEs, e do Outro, conforme a formulação de Lacan, que como vimos defende a idéia de que o inconsciente é o discurso do Outro, ou seja, não somos fonte do dizer, pois há sempre um Outro que fala em nós.

O objetivo de Pêcheux (ibidem, p. 158) é formular uma teoria materialista do discurso (sob a forma de formações ideológicas - FIs), colocando “o sujeito do discurso como origem do sujeito de discurso”. É o que chama de forma-sujeito (termo tomado de Althusser), que se define pela existência histórica dos indivíduos em suas práticas sociais. Trabalhar o

sujeito do discurso como origem do sujeito de discurso, tenta esclarecer Pêcheux (p. 160), significa dizer que, no processo de interpelação-identificação, a ideologia fornece as evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem”.

Nesse ponto, trago Furlanetto (2002, p. 16) para melhor explicitar o termo forma-sujeito. A autora afirma que a forma-sujeito, tal como apresentada por Althusser, aparece como correspondente ao indivíduo humano no exercício de uma prática social, como existência histórica, na medida em que tudo no discurso é histórico. “No caso da prática discursiva, ele se encontra enredado no processo discursivo que se desenvolve no labirinto das formações discursivas que, por sua vez, são recobertas pelas formações ideológicas numa formação social dada”.

Assim sendo, uma teoria não-subjetiva como quis Pêcheux não seria por demais subjetiva? Vamos ao que diz Furlanetto (2002). Ela argumenta que se o ideológico é apresentado por Pêcheux como marcadamente exterior, ou seja, sua objetividade reside no fato de que algo fala sempre antes, em outro lugar e independente, essa qualidade (o ideológico) é então constituinte da subjetividade. Assim, pela forma-sujeito, o sujeito é efeito da ideologia, considerado como essência do real, como algo uno e identificável, autônomo, como ilusão idealista. A autora diz que a “realidade” que aqui se pensa é a da forma-sujeito como efeito e não como ponto de partida. A forma-sujeito, no entendimento de Orlandi (2000, p. 50), corresponde à contradição entre o sujeito livre e submisso. Ele tudo pode dizer, torna-se sujeito mestre de suas palavras, desde que se submeta à língua. “Essa é a base do que chamamos assujeitamento<sup>15</sup>”. Assim, parece ter razão Furlanetto (2002) de que a forma-sujeito é efeito, pois sujeitado à ideologia.

Assim considerado, o sentido de uma palavra não existe em si mesmo, é determinado pelas posições ideológicas nas quais é produzida. Pêcheux (1997b, p. 160) explica: “as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”. A essas posições nas quais o sujeito se inscreve Pêcheux denomina de formações ideológicas (FI). Equivale a dizer que é a FD que determina o que pode e deve ser dito. Furlanetto (2002) observa: “as mesmas palavras significam diferentemente, se as formações discursivas forem diferentes”. Mascarado sob a transparência da linguagem está

---

<sup>15</sup> Vimos que Furlanetto (2001b) prefere sujeitamento ou sujeição.

o sentido material das palavras ou dos enunciados. Foucault (1997, p. 163) também alerta que “as palavras não são usadas cada vez no mesmo sentido”. Foi ele quem empreendeu a teoria das FDs, tomadas pela AD, que determinam as posições ocupadas pelo sujeito no discurso.

Assim, Pêcheux (1997b, p. 161) discorre sobre a teoria das FDs que interpelam os indivíduos em sujeito-falantes, ou seja, em sujeitos de seu discurso. A FD é, portanto, o lugar de constituição do sentido e onde todo sujeito se reconhece a si mesmo e em outros sujeitos, por meio de um consenso intersubjetivo. Dependendo da posição que ocupa, o sujeito é inscrito numa FD, mas seu discurso pode estar atravessado por outras FDs, de acordo com sua memória discursiva. Ou seja, o sujeito é descentrado.

Recorro também a Furlanetto (2002) para explicar a noção de FD: “lugares que são normatizados em relação ao que pode ser dito (ou não) e deve (ou não) ser dito”. Diante disso, a autora conclui que o trabalho do analista é remeter o objeto de seu estudo, o dizer ou o dito, a uma FD para que possa compreender o sentido do que ali está dito, indagando se a FD é algo preexistente. “Para isso, deve observar as condições de produção e o funcionamento da memória discursiva correspondente”. Furlanetto, então, questiona: “Mas onde estão esses dispositivos, a considerar, primeiramente, que uma FD não tem limites precisos, não é um bloco homogêneo, mas se reconfigura incessantemente?”.

Indursky ([1999]) esclarece que a FD é heterogênea e da mesma forma o sujeito também o é, pois a forma-sujeito mostra-se fragmentada, em virtude da dispersão das posições de sujeito em que a forma-sujeito se divide, “revelando-se bastante desigual a si mesma”. Isto posto, Pêcheux (1997b, p. 162) propõe chamar de interdiscurso o complexo de FDs, submetido a desigualdades, contradições e subordinação. O complexo de FIs fornece a cada sujeito a sua realidade, “enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas”. Devo esclarecer aqui o que se define por interdiscurso. Na AD, entende-se memória discursiva como interdiscurso, um saber discursivo que possibilita que nossas palavras façam sentido. Em outras palavras, o interdiscurso determina que algo fala sempre antes em outro lugar.

#### **1.4.1 O SUJEITO (AS)SUJEITADO**

O sujeito em AD ganha status de assujeitado à ideologia e ao inconsciente. Ele é ainda descentrado, isto é, atravessado por FDs em que se entrecruzam vozes de outros discursos.

sos. É sobre essas questões que proponho o debate agora para tentar compreender a teoria não-subjetiva da subjetividade de Pêcheux (1997b).

Começo então por Paul Henry (1992, p. 76), estudioso da linguagem e do discurso, que reconhece, com base nos estudos sobre a pressuposição de Ducrot, um processo de desdobramento do sujeito da enunciação: “um desses sujeitos sendo identificado ao locutor e considerado como responsável pelos conteúdos formulados, o outro, o duplo do primeiro, não sendo mais identificado ao locutor e tomando, por esse fato, o estatuto de sujeito universal”. Para Henry, o desdobramento do sujeito provém da teoria das ideologias e das formas de existência da subjetividade. Seu objetivo é mostrar que a pressuposição é de natureza lingüística e, portanto, faz parte da significação literal dos enunciados. O autor considera que a distinção entre pressuposição e subentendido formulada por Ducrot põe em jogo a relação com o enunciado e com a língua.

Henry (1992, p. 106) concorda que a linguagem tem um papel no processo de assujeitamento ou efeito sujeito, especialmente quanto aos aspectos ideológicos desse processo. No entanto, é possível mostrar que a pressuposição “é um caso particular das relações entre frases que estão na origem da produção e reprodução das significações”. Essa posição, segundo Henry, coincide em certos aspectos com a de Foucault, em *Arqueologia do saber*, sobre as relações de coexistência entre os enunciados, no interior do que ele chama de FD. Em Foucault (1997) não há efetivamente sujeito, mas posição de sujeito, suscetível de ser ocupada por fontes diversas nos discursos formulados.

O anti-subjetivismo de Foucault, tomado por Pêcheux ao formular a teoria não-subjetivista do sujeito, na avaliação de Henry (ibidem, p. 114), “leva-o a deixar de lado a questão do assujeitamento, a questão do sujeito”. Pela proposta de Foucault, de um lado estão as relações entre linguagem e constituição do sujeito, e, de outro, as relações entre ideologia e assujeitamento. Em relação a essa questão, Henry considera que toda realidade humana é ou bem uma realidade psicológica ou bem realidade social. Assim, Henry (p. 148) expõe criticamente que não se pode “evacuar o sujeito, como uma simples ilusão”, pois a questão do sujeito é tão pertinente quando a da linguagem. Cabe explicar que a idéia de ilusão do sujeito vem da psicanálise, empreendida por Lacan e trazida para a AD.

Vimos que a AD se sustenta de uma teoria do discurso. Quanto a isso, Henry (2001, p. 162) mostra que, tanto em Foucault como em Pêcheux, a categoria de discurso im-

plica uma des-individualização do sentido e da significação, porque os fatos de sentido não são remissíveis ao discurso de um sujeito, mas a FDs que têm realidade no nível do indivíduo. “Elas determinam as posições que pode e deve ocupar todo indivíduo, para ser o sujeito de uma enunciação provida de sentido”.

Para Henry (1992, p. 164), a finalidade da análise, na experiência do discurso, é conduzir a um reconhecimento parcial (já que a análise não tem fim) do desejo do inconsciente, através de repetições que o discurso impõe. Nesse nível, o significante saussuriano (distinção do verbal e não-verbal) deixa de ter sentido. O nível significante é agora aquele que Lacan chama de simbólico. O simbólico não é a linguagem, mas a linguagem é o simbólico realizado; o simbólico é aquilo que, na linguagem, é constitutivo do sujeito como efeito. E, nesse sentido, o interesse da análise pela questão do inconsciente está nos seus efeitos sobre a linguagem.

O sujeito, segundo Henry (1992), não pode ser pensado como uma unidade de uma interioridade, na medida em que ele está dividido entre aquilo que ele fala verdadeiramente e aquilo que fala nele, o Outro lacaniano. É pelo viés do imaginário que o simbólico exerce seus efeitos sobre o sujeito, questão que está bem exposta em Dor (1992; 1995). Henry (1992, p. 188-189) afirma que “o sujeito é sempre, e ao mesmo tempo, sujeito de ideologia e sujeito de desejo inconsciente e isso tem a ver com o fato de nossos corpos serem atravessados pela linguagem antes de qualquer cogitação”. A linguagem é o que torna possível uma apropriação do real. Henry (p. 193) conclui que do ponto de vista científico, a linguagem, como ferramenta, é imperfeita. “Enquanto instrumento de comunicação e de troca, do pensamento e da sua expressão, a linguagem acaba traindo o pensamento, por ser causa de mal-entendidos, de ilusões e de erros”.

Na perspectiva da AD, não é o sujeito (*ego*) que se apropria da linguagem, contrariando a formulação de Benveniste, “mas há uma forma social de apropriação da linguagem em que está refletida a ilusão de sujeito” (ORLANDI, 1996, p. 110). A ilusão de sujeito a que se refere a AD é sua interpelação pela ideologia – embora Henry tenha reconhecido que não se pode considerar o sujeito como simples ilusão, pois a questão do sujeito é tão pertinente quanto a da linguagem. Nesse caso, posso inferir que a teoria não-subjetiva da subjetividade seria, então, o apagamento do sujeito em proveito da posição que ocupa, representando-se em uma ou outra FD?

No jogo do lugar social e dos sentidos que reflete a ilusão de sujeito, acrescenta Orlandi (1996, p. 112), está representado o processo histórico e social do discurso, recuperado pela AD, e que considera as condições de produção como constitutivas do discurso. Por isso, ela acredita que a função da linguagem não é apenas a de informar ou a de persuadir. É também a de promover “o reconhecimento pelo confronto ideológico”, trazendo a idéia hegeliana. Isto porque nem só os interlocutores estão representados no discurso, mas também a relação que estes mantêm com as FIs. Esta relação está marcada no e pelo funcionamento discursivo.

A noção de funcionamento discursivo, na definição de Orlandi (1996, p. 125) a partir de princípios teóricos extraídos de Pêcheux, “é a atividade estruturante de um discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor determinado, com finalidades específicas”. É a partir dessa noção de funcionamento que a AD propõe a teoria não-subjetiva, pois o que é trabalhado no discurso é o efeito de sentido. O que se vai observar não é a imagem do outro, mas a do lugar do outro no discurso, sob uma perspectiva ideológica. A autora ressalta que o funcionamento discursivo é atravessado pela tipologia<sup>16</sup> do discurso, ou seja, o lugar social ocupado pelo locutor, “espaço particular entre o individual e o universal”.

Considerando que a apropriação da linguagem é social, os sujeitos de linguagem (eu e tu) são interlocutores que se constituem na bipolaridade contraditória do texto (o discurso). Segundo essa posição, não se privilegia “nem o locutor nem o ouvinte, mas a relação que os constitui: a instância da interlocução, *a interação*” (ORLANDI, p. 125). Isto porque a palavra é partilhada numa relação recíproca e, portanto, lugar de tensão, debate, confronto e conflito.

Maingueneau (2001, p. 54) também trata o discurso como uma interatividade entre dois parceiros (cuja marca encontra-se no binômio eu – você). Mesmo produzido sem a presença de um destinatário (como no caso do texto escrito), todo enunciado é marcado por uma interatividade constitutiva. O autor lembra que esta é também denominada dialogismo (usando o termo de Bakhtin). É lugar de troca, explícita ou implícita. O autor acrescenta que um discurso só é discurso, portanto, enquanto remete a um sujeito, um *eu*, que se coloca como fonte de referências pessoais, temporais, espaciais (os chamados dêiticos) ao mesmo tempo.

A noção de sujeito, em Orlandi (1996, p. 187), é avaliada pela constituição que vem da relação entre identidade e alteridade, que se constituem e se distinguem mutuamente.

---

<sup>16</sup> Na tipologia do discurso Orlandi (1996, p. 163) trabalha com o discurso lúdico, o polêmico e o autoritário.

Essa contradição é pensada na AD em dois lugares: primeiro, pela ilusão de que o sujeito é fonte de seu dizer, “quando na verdade o seu dizer nasce em outros (heterogeneidade)”; e segundo, pela relação entre FD e FI, visto que há sempre a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia. Nesse sentido, o sujeito se desloca, na medida em que o discurso despossui o sujeito falante de seu papel central, para integrá-lo no funcionamento dos enunciados. Ou seja: o sujeito é descentrado, porque atravessado por FDs que o constituem. No funcionamento discursivo, as palavras, portanto, recebem seus sentidos pelas FDs atravessadas no discurso, provocando efeitos do interdiscurso (memória discursiva). A evidência do sujeito, que revela que somos sempre já sujeitos, por sua vez, “apaga o fato de que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia”.

No entanto, a própria Orlandi (2000, p. 47) concorda que a marca da subjetividade está na relação do sujeito com a língua, a história e os sentidos, e ao mesmo tempo com a exterioridade, pois “não há discurso sem sujeito”. Em AD, nem a linguagem, nem os sentidos, nem os sujeitos são transparentes. São os efeitos (de sujeito e de sentido) que trabalham a ilusão da transparência da linguagem. Sob a perspectiva da AD, ao ser atravessado pela linguagem e pela história, o sujeito só tem acesso a parte do que diz, tendo em vista que é materialmente dividido desde sua constituição: “ele é sujeito e é sujeito a” (ORLANDI, 2000, p. 49). A autora lembra que o sujeito discursivo é visto como uma posição (tomando Foucault): “não é uma forma de subjetividade mas um ‘lugar’ que ocupa para ser sujeito do que diz”.

Submetendo o sujeito mas ao mesmo tempo apresentando-o como livre e responsável, o assujeitamento se faz de modo a que o discurso apareça como instrumento (límpido) do pensamento e um reflexo (justo) da realidade. Na transparência da linguagem, é a ideologia que fornece as evidências que apagam o caráter material do sentido e do sujeito.

Resumindo, os sujeitos e os sentidos, para Orlandi (2000), funcionam e constituem-se na falta, no movimento, no entremeio da linguagem, do simbólico e, portanto, não são completos ou constituídos definitivamente. Nesse jogo, o homem significa e se significa, derivando para outros sentidos, para outras posições. O sujeito de discurso é concebido, dessa forma, como assujeitado (sujeito a) à exterioridade das FDs, com as quais ele se identifica.

Essa é uma tentativa de explicar a teoria não-subjetiva da subjetividade. A partir dela, a AD trabalha o efeito de evidências dos sujeitos e também dos sentidos no discurso. Contudo, concordo com Furlanetto (2002) ao considerar que essa teoria, às vezes, ameaça transformar-se em “teoria subjetiva da não-subjetividade”. Sua crítica vem do fato de que o sujeito em discurso não realiza apenas atos, mas se constitui em práticas de linguagem. “O

sujeito é constituído, sim, mas também constitui-se a si mesmo, eventualmente reconhecendo essa complexidade”.

Busco em Brandão (1998, p. 41) os dois níveis de esquecimento (ligados à noção de interdiscurso) operados no sujeito e que foram formulados por Pêcheux. O esquecimento nº 1 realiza-se no nível inconsciente, ideológico, em que o sujeito esquece (apaga) qualquer elemento que remete ao exterior de sua FD. Ele aceita uma certa seqüência lingüística e recusa outra, no intuito de produzir determinados sentidos. Já o esquecimento nº 2 instaura-se no nível do pré-consciente ou consciente, segundo o qual o sujeito enunciador cria fronteiras entre o que pode e deve ser dito e o que não pode ser dito. Quando constitui seu enunciado no interior de uma FD dominante (sempre há uma), ele elege algumas formas e oculta outras. É essa operação “que dá ao sujeito a ilusão de que seu discurso reflete o conhecimento objetivo que tem da realidade, de que é senhor de sua palavra, origem e fonte do sentido” (BRANDÃO, 1998, p. 41).

É oportuno trazer ainda algumas considerações de Indursky (2000). Para ela, a teoria de Pêcheux demonstra um amadurecimento na evolução da concepção de sujeito, visto que não há discurso sem sujeito. Assim compreendido, o sujeito, que pensa ser a fonte de seu dizer e responsável pelo que diz, atua sob o efeito de duas ilusões (os tais esquecimentos nº 1 e nº 2). E assim Indursky (p. 81) justifica:

Um sujeito com tais características determina o que Pêcheux chamou de uma teoria não-subjetiva da subjetividade que, ao representar-se no discurso, pode fazê-lo de várias formas, assumindo diferentes posições-sujeito e projetando diversos efeitos de sentido, mostrando-se, por conseguinte, fragmentado, heterogêneo e disperso [e descentrado, acrescento].

Penso que com a formulação dessa teoria Pêcheux tentou dar alguma objetividade à questão do sujeito constituído na e pela linguagem. Mas não estaria aí uma ilusão de objetividade da teoria não-subjetiva da subjetividade? Esta é uma questão intrigante. Ora, a teoria não-subjetiva da subjetividade é um acréscimo que Pêcheux faz para compreender o sujeito da AD a partir da articulação entre inconsciente e ideologia, quando traz de Althusser a noção de que as ideologias não têm origem no sujeito, mas constituem o indivíduo em sujeito. A teoria designa os processos de imposição e dissimulação que constituem o sujeito, situando-o (significando para o sujeito o que ele é) e ao mesmo tempo dissimulando a situação de assujeitamento (sujeitamento para Furlanetto) pela ilusão de autonomia constitutiva de modo que o sujeito “funcione por si mesmo”.



Para mim, a não-objetividade de uma teoria desta natureza estaria em admitir como fundamento que o indivíduo interpelado como sujeito livremente se submete (assujeita-se para usar a expressão da AD) ao Sujeito (ideológico) e também a esse absoluto e universal designado como Outro (do inconsciente lacaniano). Por outro lado, para a AD, o sujeito não é centro de seu dizer. Ele perde a centralidade, deslocando-se entre uma e outra FD. No entanto, há sempre uma FD dominante (ela não é intencional, ou seja, o sujeito não tem consciência da posição que assume?). Penso que é a partir desse sujeito descentrado, disperso em diferentes posições em FDs heterogêneas, projetando diversos efeitos de sujeito, que Pêcheux tenta formular a teoria não-subjetiva da subjetividade.

Nesse sentido, vejo um sujeito escorregadio entre uma FD (posições de sujeito) e outra, um sujeito em conflito, diverso e desigual, experimentando identidades e alteridades, que se modifica e se transfigura, dependente e interdependente. Não é apenas um efeito de sujeito, mas um sujeito complexo (de Morin), que recebe influências internas e externas, que se constitui nas partes e no todo, que tem consciência de si a partir da consciência do outro e vice-versa. A própria AD reconhece que o sujeito “constitui um pressuposto, não um objeto de estudo” (MAINGUENEAU, 1993, p. 34). Ele é uma representação de sujeito. Diante de um conjunto de diferentes posições (sujeito fragmentado pela forma-sujeito, descentrado pelas FDs), o sujeito não seria resultado de diferentes formas de subjetivação?

#### 1.4.2 UMA CRÍTICA AO SUJEITO (AS)SUJEITADO

A noção de sujeito tem lugar importante para Possenti. Este autor recusa as concepções em moda que o consideram como assujeitado, bem como as que postulam um sujeito comparável ao *cogito* cartesiano. Numa alusão ao discurso da psicanálise e da ideologia, Possenti (2001, p. 2) critica a idéia de que o sujeito é uma ilusão. Para ele, os seus defensores “têm a ilusão de produzir um discurso sem sujeito”. Por outro lado, o autor postula uma noção não ingênua de sujeito, qual seja, opor a idéia de sujeito à de estrutura. Para Possenti, pela noção de estrutura – que não é acabada e nem sem “trinchas”, dadas as transformações sofridas nas sociedades e nas línguas – a única definição possível de sujeito seria pela sujeição. Porque as estruturas/sistemas são instáveis pela ação dos indivíduos, é que ele considera que a única definição possível para sujeito é pela ação.

A crítica está baseada em Granger, para quem “a experiência supõe sujeitos, e os sujeitos não são espelhos” (apud, *ibidem*, p. 32). Assim, sob o ponto de vista do materialismo histórico, nem sempre é fácil determinar marcas de ideologia suficientes para se constituir elementos explicadores do discurso.

A única possibilidade de utilizar-se de noções oriundas de uma teoria das ideologias como chave explicativa de qualquer discurso seria identificar linguagem e ideologia, isto é, considerar ideologia como sinônimo puro e simples de representação e não de um tipo específico de representação (POSSENTI, 2001, p. 33).

Considerar, portanto, a ideologia igual à representação é considerar que todas as línguas são ideológicas. Com uma visão conservadora, Possenti acrescenta que a noção de ideologia em sua relação com a linguagem, ou com qualquer língua, pode se tornar produtiva para explicar certos dados, mas não todos indistintamente, porque há o risco de alguns discursos não serem ideológicos, mas inscritos no âmbito do conhecimento científico. Cabe ressaltar que o discurso científico é associado, comumente, ao apagamento dos co-enunciadores na medida em que “as verdades científicas não estão ligadas a um ‘eu’ e a um ‘você’ particulares, pois são tidas como verdadeiras em qualquer circunstâncias” (MAINGUENEAU, 2001, p. 131). Lembro, contudo, que Ricoeur (1990) critica essa idéia.

Furlanetto (2002) também questiona se a ilusão de sujeito, que possibilita o efeito de transparência e o efeito de identidade subjetiva, não estaria se colocando fora da ideologia, posto que se estaria recusando o sujeito psicológico, que coincidiria com o sujeito que fala e diz *eu* e seu ser empírico. A autora provoca uma reflexão quanto à posição já explicitada de Orlandi: “condicionado, o sujeito só teria acesso a parte do que diz – mas não sabemos, de antemão, a que parte ele tem acesso”. Seria o caso de verificar se a parte a que o sujeito da AD tem acesso estaria no nível consciente ou no exterior das FDs, nas quais o sujeito se inscreve para produzir seu discurso, enquanto a outra parte (a que ele não tem acesso) estaria no nível dos esquecimentos, quando o sujeito tem a ilusão de que é fonte do seu dizer? Pensando nos esquecimentos, a não-subjetividade seria igual a objetivação?

Possenti (2001, p. 39) critica que a AD valoriza mais o discursivo como objeto de análise, compreendendo ambos (o lingüístico e o discursivo) no domínio da semântica. Ele afirma que a teoria lingüística, ou o lingüístico, deve ser levada a sério na AD. Do contrário, acabaríamos por proferir “um discurso sem discurso, ou melhor ainda, um discurso sem língua”. Ainda que não contenham todos os elementos necessários para a interpelação, a sintaxe

e a semântica não devem ser consideradas inexistentes, uma vez que “os significados e as formas estão relacionados de maneira determináveis para uma teoria lingüística”.

Para Maingueneau, ainda que se considere que o enunciável numa FD não coincide necessariamente com o que é gramatical, a relação de uma FD com a língua não é de uma simples inclusão: é interação de diversos registros e está em constante negociação no discurso. Maingueneau (1991) enfatiza que o método da AD sempre foi vinculado à lingüística, pois passar por ela “é antes de tudo pensar que, fazendo esse apelo, pode-se melhor empreender os processos discursivos”. Os objetivos da AD excedem em muito aos da lingüística, mas se realizam na materialidade da língua. Para a AD, argumenta Maingueneau (1990), o saber lingüístico não é convocado apenas para dissipar as opacidades que podem estar inscritas no discurso, mas torna-se parte do processo interpretativo.

A explicação de Possenti (2001, p. 64) para a adoção da noção de sujeito em ação está no fato de que a atividade do sujeito é de natureza constitutiva na instância do enunciado e não como apropriadora através de um aparelho formal de enunciação. A atividade do sujeito, diz, não se dá apenas em relação aos e sobre os próprios mecanismos sintáticos e semânticos: “é nessa atividade que o sujeito se constitui como tal, e exatamente por esta atividade”.

O autor critica ainda a formulação de Benveniste que considera que o falante se utiliza de uma língua como instrumento. Possenti (2001, p. 73) considera simplista dizer que a evidência de subjetividade na linguagem são as marcas pessoais *eu* e *tu*, como postula Benveniste, pois “tudo que sai da boca do homem tem sua marca”. O simples fato de falar já indica a presença da subjetividade na linguagem e não necessariamente dizer *eu*. A presença da subjetividade, segundo o autor, está na escolha de certos recursos expressivos e não de outros, e na instauração de certas relações entre locutor e interlocutor. Possenti (1995) não concorda também com a AD quando esta desconsidera algumas passagens dos textos de Benveniste para se ater à crença de que o sujeito é a fonte do sentido.

De acordo com Possenti (2001, p. 73), o locutor pode fazer a subjetividade ser ressaltada ou apagada, segundo se submeta mais ou menos fortemente às expectativas institucionais. A língua implica subjetividade, pois o sujeito irrompe na seleção de um conjunto de recursos expressivos em vez de outros para provocar efeitos. Ainda que declare que o termo discurso continue vago, Possenti considera-o como um enunciado efetivamente produzido. O

autor pede que a gramática ajude a explicar o discurso e não se oponha a ele. Vê o discurso como um novo modo de colocar os recursos expressivos de uma língua.

Neste mesmo caminho, lembro o que diz Furlanetto (2002): o sujeito discursivo não realiza apenas atos, mas se constitui em práticas de linguagem. “Talvez pudéssemos aceitar ao mesmo tempo os sentidos que aí são possíveis: o sujeito é constituído, sim, mas também constitui-se a si mesmo, eventualmente reconhecendo essa complexidade”.

Levando em conta que, na AD, o sujeito sempre existe por trás ou nas margens de cada texto produzido, Furlanetto (2001a, p. 42) postula a humanização do sujeito, ou sua recuperação, que deveria passar pelo reconhecimento de uma certa atitude diante de qualquer possibilidade do texto. Ela diz que o “sujeito histórico precisa de uma identidade para sobreviver, para não ser apenas um fantasma num mundo de fantasmas sociais que ninguém sabe de onde vieram”. Furlanetto (ibidem) questiona também se a AD não parece ser mais estruturalista do que se poderia pensar (lembrando que o estruturalismo descartou o sujeito), pois pelo apelo à ideologia o subjuga (sujeita-o), não admitindo nele parcelas mais substanciais de consciência. Creio que há que se questionar este aspecto, se pensarmos a consciência no sentido de Maturana (2001, p. 239-240). Para ele, a consciência “não é uma característica do cérebro mas sim um aspecto do viver na linguagem”. A linguagem, nesse sentido, “constitui a operacionalidade que dá lugar às condições que tornam possível as experiências de autoconsciência e de consciência”.

Possenti (2001, p. 157) confessa que trabalhar com a AD torna-se uma tarefa que “corre o risco de tornar-se uma lingüística do pobre, uma semilingüística e uma semi-história”. Ele diz que compreende as pressões que sofrem os analistas que procuram no discurso apenas o sentido ou a ideologia. A ênfase, para ele, deve ser dada à materialidade lingüística do discurso, o que não representa deixar de lado a questão do sentido, ou dos efeitos de sentido. Ampliando a noção de Pêcheux de que o termo ‘discurso’ é mais que a simples transmissão de informação para se tornar efeito de sentidos entre interlocutores, Possenti (p. 276) acredita que o discurso é sempre efeito de sentido, “mesmo quando ocorre veicular uma informação, para não conferir prioridade a nenhum dos ‘papéis’ do discurso”, pois essa informação se incluirá entre os efeitos de sentido.

Maldidier (1997, p. 24) também expõe que a AD tem suas “infelicidades”. Para ela, paradoxalmente o que constitui a AD também é o que a bloqueia: “o fechamento do cor-

pus discursivo, a homogeneidade produzida pelo corpus, a dissociação entre descrição e interpretação”. De alguma maneira, para ela, a AD repete as condições da fundação saussuriana do objeto da lingüística, como também levantou Furlanetto (2001a). Segundo Malidier (1997, p. 24), “a homogeneidade da língua assegura, de fato, a regulação das exclusões e os recalques fora do objeto”. Mas ela alerta que houve uma reviravolta teórica em torno da AD com a chegada “tardia, mas massiva” da pragmática, da filosofia da linguagem, da análise da conversação e com a nova recepção proposta por Bakhtin. Relativiza Malidier (ibidem, p. 25): “toda essa agitação traz consigo novas referências, abre possibilidades de re-filiações e favorece a emergência de novos objetos”.

Apesar das críticas, Possenti (1995, p. 46) considera brilhante a idéia de heterogeneidade assumida pela AD. Para ele, análises “de extremo interesse têm revelado facetas antes insuspeitadas do funcionamento da linguagem”. Ele cita as propostas derivadas de Bakhtin e de Lacan, de Authier-Révuz sobre a heterogeneidade, de Maingueneau e de Ducrot sobre a polifonia. O autor ressalta a idéia de que o sujeito não é uno, ou seja, “o discurso que produz não é produto exclusivo de um pretense sujeito uno e não submetido a condições exteriores”. Resgata, portanto, a intersubjetividade.

No que se refere à atividade discursiva, Possenti contesta a idéia de que o sujeito seria mais uma função do que um lugar de origem, mas concorda em deixar de lado a idéia superada, segundo ele, da concepção cartesiana de unidade. São reduções dizer que o sujeito é dividido ou que é efeito, pois equivale a dizer que o sujeito não existe. A noção de funcionamento como propriedade do discurso, no fim das contas, é a ausência do sujeito em sua origem. Para demonstrar sua posição, Possenti (1995, p. 48) analisa textos onde se dá a inscrição da subjetividade, onde se torna visível o discurso do eu, embora, admita, também seja visível o discurso do outro. Enfatiza que sua intenção é argumentar que a presença do outro não é suficiente para apagar a do eu: “é apenas suficiente para mostrar que o eu não está só”.

Diante dessas questões, penso que tem razão Furlanetto ao dizer que a teoria de Pêcheux é a subjetividade da não-subjetividade. A conclusão a que chego, considerando o que diz também Possenti, é que se poderia, em certo sentido, des-condicionar, des-assujeitar o sujeito para, afinal, dar um lugar mais importante ao eu, assumindo-se mais no que diz. Se a ciência postula um retorno do sujeito e o coloca no centro da discussão, por que não assumir o eu? A ilusão de sujeito seria o mesmo que dizer que não há realidade, mas representação da realidade que o poder simbólico da linguagem cria? O sujeito é constituído pela ideologia e

dividido (Outro igual a sujeito suposto saber) e se constitui na e pela linguagem, que, como material simbólico, é também efeito e representação. Se o sujeito é efeito é também ilusão. E começamos a cair em armadilhas.

## 1.5 CAMINHOS SUBTERRÂNEOS: O SUJEITO EM FOUCAULT

Nas reflexões sobre a AD não se pode prescindir do trabalho de Foucault, embora, no dizer de Maingueneau (1991), a sua influência tenha sido sempre subterrânea, pois Foucault não teve a preocupação de propor aparelhos metodológicos. Difere portanto da AD, que se propõe a criar dispositivos de análise, buscando contato com disciplinas vizinhas, como a história, a sociologia, a psicologia, a antropologia, a política, enfim, além da lingüística, da semântica e mesmo da pragmática, ainda que a AD tenha com esta última (a pragmática) uma relação contraditória, na medida em que considera a linguagem uma forma de ação, um ato de fala (Possenti fez a crítica). Na AD, a pertinência do ato de fala é dada pela própria enunciação, que aciona “convenções reguladoras” entre as falas dos sujeitos, distribuindo papéis entre parceiros de fala (GUIRADO, 1995, p. 27).

Talvez possamos dizer que a grande contribuição de Foucault para a AD seja a teoria das FDs, empreendida especialmente em *Arqueologia do saber*. Nessa perspectiva, Maingueneau (1991) explicita que o interesse da AD não é um texto particular, mas um conjunto de textos, “na medida em que eles definem num espaço social uma certa identidade enunciativa historicamente delimitável”. Não é, então, uma forma de subjetividade, mas um lugar de onde se fala. Não se trata, pois, segundo a concepção de Foucault (que Maingueneau explora), de dizer qual a relação entre o autor e o que ele diz ou quer dizer. Isto significa postular, como já vimos, que o enunciador não fala em seu nome, mas assume uma posição definida pela FD na qual se inscreve. Em Foucault (1997), a aparição do sujeito, a subjetivação, é antes de tudo sujeição, pois o sujeito foi criado pelo poder, situado como um conjunto de enunciados produzidos de maneira autônoma em todas as instituições.

No entender de Foucault (1997, p. 15), é a história (memória que decifra os rastros deixados pelo homem) o correlato indispensável à formação do sujeito. Ela garante que tudo o que lhe escapou poderá ser devolvido, como “a certeza de que o tempo nada dispersará sem restituí-lo em uma unidade recomposta”. Na história está a promessa de que o sujeito poderá de novo se apropriar do que foi mantido à distância, por meio da consciência histórica. Ela

reativa a própria consciência quando as pesquisas da psicanálise, da lingüística e de tantas disciplinas descentram o sujeito em relação às leis de seu desejo, de sua linguagem, de sua ação ou do jogo de seu discurso. Nesse sentido, creio, nem tudo está perdido para o sujeito.

O sujeito se constitui nas posições que assume, nas quais está envolvido quem fala, o lugar institucional e a situação em que se encontra e que lhe permite questionar, observar, informar, deslocar-se, assegurar o seu espaço, perceber, descrever. São as posições que o sujeito assume que lhe permitem desempenhar papéis sociais e institucionais e tornar-se responsável pelo que diz. É o caso do jornalista, que, ocupando o lugar institucional (o jornal), assume posições de sujeito (formações discursivas) na rede de informações.

No feixe de relações enredadas por essas posições, o sujeito não é uno, mas está inscrito num campo de subjetividade em que se manifesta sua dispersão, descontinuidade, escolhas. É no discurso que o sujeito se constitui segundo as posições assumidas e reveladas, posições essas que dão sentido ao dito. Nessa perspectiva, como objeto de análise, um discurso só é discurso na medida em que pode ser assinalada a posição de sujeito. Para Foucault (1997, p. 109), “descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer); mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser sujeito”.

Por isso, um enunciado pode ser o mesmo, mas seu sentido não o será na medida em que depende da posição ocupada pelo sujeito e do contexto (quem fala, situação e lugar institucional). Inscritas nas FDs, as posições de sujeito são reveladas na prática discursiva, onde os enunciados são objetos que os homens, no dizer de Foucault (1997, p. 121), “produzem, manipulam, utilizam, transformam, trocam, combinam, decompõem e recompõem, eventualmente destroem”. O sujeito em sua posição faz o enunciado circular, servir, realizar um desejo ou um interesse, entrar em contestações e lutas. No entanto, ao invés de conferir um sujeito, abre-se em um conjunto de posições subjetivas possíveis. O enunciado, visto sob esse prisma, não é uma ação ou uma operação individual, mas um jogo de posições possíveis para um sujeito se constituir.

Para Foucault (1997, p. 141), o núcleo central da subjetividade encontra-se por trás da história, sob os acontecimentos; é definido pela posição possível dos sujeitos falantes. Na análise, não é preciso “situar os enunciados em relação a uma subjetividade soberana, mas reconhecer, nas diferentes formas de subjetividade que fala, efeitos próprios do campo enun-

ciativo”. O discurso é, pois, o caminho de uma contradição a outra. A contradição, própria do sujeito (homem), bem como a oposição (maneiras diferentes de formar enunciados) são manifestadas pelas posições de subjetividade, de conceitos e escolhas estratégicas.

Em seu empreendimento sobre as FDs, Foucault (ibidem, p. 227) defende que ignorou ou recusou-se a relacionar o discurso com uma subjetividade, porque quis “definir as posições e as funções que o sujeito podia ocupar na diversidade dos discursos”. Fora de qualquer referência a uma subjetividade com sua arqueologia, Foucault quis definir as diferentes posições de sujeito que um enunciado pode implicar. Mas não nega o sujeito nem a subjetividade no discurso.

### 1.5.1 FALAR DE DISCURSO É FALAR DE SUJEITO – A AUTORIA

Para se falar de discurso, há a necessidade de se falar de sujeito, tendo em vista que não há discurso sem sujeito e este não se constitui a não ser no e pelo discurso. Em *Ordem do discurso*, Foucault (1996, p. 6) trata do envolvimento do sujeito com a palavra, com o que chama de “interstícios da frase”. Nesta obra, ele aborda a sua inquietação diante da existência transitória do discurso, de seus poderes, perigos e asperidades.

Foucault (ibidem, p. 26) envereda seus estudos para o que chama de um princípio de rarefação do discurso: a autoria. O autor não é entendido como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu o texto, mas “como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de coerência”. Para ele (p. 27), mesmo um discurso que fica (publicado), como é o caso do científico, o autor não aparece, logo, está apagado. “O autor só funciona para dar nome a um teorema, um efeito, um exemplo, uma síndrome”. Não será aí que Foucault se engana? Lembremo-nos da crítica ao sujeito (as)sujeitado.

No caso do discurso literário, Foucault (1996, p. 27-28) descreve uma outra forma de autoria, porque nele estão articuladas (atravessadas) as experiências vividas. “O autor é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real”. Diz Foucault (p. 29) que a existência do indivíduo, na função autor, e a unidade de seu texto está no que recortará, “em tudo o que poderia ter dito, em tudo o que diz todos os dias, a todo momento, o perfil ainda trêmulo de sua obra”. Nessa perspectiva, o autor limita o acaso no jogo de uma identidade que tem a “forma da individualidade e do eu”.



Conservar ou produzir discursos é função do que Foucault (1996, p. 40) chama de “sociedades de discursos”, como também o é fazê-los circular em determinado espaço e distribuí-los segundo determinadas regras. Para o autor, não existem mais sociedades de discursos, a exemplo daquelas da Idade Média que dominavam a circulação (igreja, nobreza). No entanto, pede que ninguém se deixe enganar: “mesmo na ordem do discurso verdadeiro, mesmo na ordem do discurso publicado e livre de qualquer ritual, se exercem ainda formas de apropriação de segredo e de não-permutabilidade”. Exemplos são o segredo técnico e científico, as formas de difusão e de circulação do discurso médico, os que se apropriam do discurso econômico ou político. Ele não cita a imprensa, mas com certeza pode-se considerá-la uma sociedade de discurso, que detém formas de controle do que pode e deve ser dito. Basta observarmos que hoje um acontecimento só ganha repercussão, salvo melhor juízo, se os poderes a ela ligados o desejarem e se servir a seus interesses. Isto porque, conforme comentado na introdução desta pesquisa, um acontecimento só existe socialmente se aparecer na imprensa, tal a dependência a que estamos sujeitos da circulação da informação.

Em escala muito mais ampla, diz Foucault (1996, p. 44) que é preciso reconhecer grandes planos no que poderíamos chamar a apropriação social dos discursos. Ele cita a educação que, embora todo indivíduo deva ter acesso a ela, segue as linhas marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. “Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”.

Para Foucault (1996), é abstrato separar os rituais da palavra, as sociedades de discurso, os grupos doutrinários e as apropriações sociais. O sistema judiciário, o da medicina, o da política e também o do jornalismo são, sob certos aspectos e resguardadas suas características, sistemas de sujeição do discurso. Para Foucault (p. 49), o discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade. O discurso nada mais é do que jogo, de escritura, de leitura, de troca: “essa troca, essa leitura e essa escritura jamais põem em jogo senão os signos”.

De acordo com Guirado (1995, p. 46), na análise proposta por Foucault, é no âmbito das FDs que a coisa se dá, ou seja, a materialidade do discurso dá conta de si sem precisar procurar além ou aquém dela. Para a autora (ibidem, p. 75), a AD deixa pontas desamarradas quando seu alvo imediato é orientado pelas FDs e quando deixa de lado a singularidade “demarcadas por regiões de sentidos construídos pelo (ou no) sujeito”.

Penso que se há razões para se pensar no retorno do sujeito, há razões também para o retorno do autor. Furlanetto (2001, p. 13) questiona se a autoria estaria vinculada apenas a uma assinatura, quando representa um direito jurídico, associada à propriedade, aos direitos do autor e aos de reprodução. Ela propõe uma desconstrução da autoria que “passa pela crítica de um autor transcendental apesar de morto (ou isto mesmo); passa pela crítica de um sujeito consciente, fonte de sentido, capaz de produzir uma linguagem transparente”. Nessa crítica, para Furlanetto (ibidem, p. 21), não se deve suprimir as diferenças (heterogeneidades) que constituem o sujeito e o texto, “senão o sujeito morre, morre a leitura e permanece o *logos*, a racionalidade, a verdade absoluta, que só uns poucos poderiam alcançar”.

Para Carreira (2001, p. 53), o autor é apreensível enquanto posição, mas é também o sujeito que se descaracterizou para ocupar essa posição (sujeito que é efeito em AD). A autora tenta deslizar da noção de sujeito para a de autor sem sobrepor as duas noções, mas fazer uma assimetria entre elas. “Sempre falamos de um quando falamos de outro”. Ainda que se parta da noção de sujeito para chegar à de autor, Carreira (2001) acredita que na análise pode-se partir das marcas de autoria para se chegar ao sujeito, que emerge entre os significantes. Como princípio organizador do discurso, o autor reinventa seus ditos e se preocupa em se fazer entender por seus interlocutores; tenta cercar o sentido e apagar a heterogeneidade constitutiva do sujeito e do discurso. Assim Carreira (p. 58) chega à noção de autor, apreensível enquanto posição, diferente do sujeito, que está suspenso (pela ideologia e pelo inconsciente).

Gallo (2001, p. 69) propõe que a autoria pode ser observada em dois níveis pela AD: função-autor e efeito-autor. A função-autor está em um nível enunciativo-discursivo e tem relação com a heterogeneidade enunciativa, condição de todo sujeito e, conseqüentemente, de todo o acontecimento discursivo. Por ela, o sujeito garante o movimento dos sentidos. O outro, que chama de efeito-autor, nível discursivo por excelência, diz respeito ao confronto de posições (cuja resultante é uma nova FD dominante) que o sujeito ocupa em diferentes FDs. “Em ambos os níveis, a autoria tem relação com a produção do ‘novo’ sentido e, ao mesmo tempo, é a condição de maior responsabilidade do sujeito em relação ao sentido que o produz e, por essa razão, de maior unidade”.

Orlandi (2001, p. 24) “dessacraliza” a função-autor daquele que em um tempo e lugar determinado produz uma “obra” (produto original de um discurso fundador) para uma noção de autoria cotidiana. Todo aquele que produz um texto com unidade, coerência, não contradição, é um produtor de linguagem, um autor. “A noção de autor, em nossa perspectiva,

pode assim se aplicar ao corriqueiro da fabricação da unidade do dizer comum, afetada pela responsabilidade social: o autor é um sujeito responsável pelo que diz”.

Suponho que na AD todo sujeito possa tomar o lugar do sujeito da enunciação, pressupondo um sujeito universal, que toma posições com relação às representações das quais é suporte. A AD tem necessidade de definir que sujeito é esse que fala e de onde procede a autoria do discurso, se de um sujeito singular ou de um sujeito que ocupa um lugar social. Vimos que a discussão no campo da AD remete-nos ao funcionamento do discurso e suas condicionantes, quais sejam as condições de produção, mas remete-nos também, e por consequência, à questão do sujeito. Penso que sujeito e discurso são pressupostos um do outro.

## 2 JORNALISMO: DISCURSO DA REALIDADE SOCIAL

*“O Jornalismo não é mau ou bom. Ele é o que fizermos dele”.*  
Daniel Piza

Vou desde já situar o jornalismo como um discurso da realidade, que, sob a perspectiva da AD, se constitui como uma prática social produtora de sentidos e ao mesmo tempo veicula múltiplas vozes, direta ou indiretamente (MARIANI, 2001). É prática social porque integra uma sociedade e sua história, ainda que se atenha, via de regra, ao discurso da atualidade. O jornalismo inscreve-se em dimensões temporais ao captar, transformar e divulgar fatos (acontecimentos, ocorrências), além de opiniões e idéias da atualidade. Mariani (ibidem, p. 33) insere o jornalismo no processo histórico de seleção dos fatos que serão recordados no futuro na medida em que é o discurso que “lê o presente – ao mesmo tempo em que organiza um futuro –, as possíveis conseqüências desses fatos do presente – e, assim, legitima, enquanto passado – memória – a leitura desses mesmos fatos do presente, no passado”.

Assim como o discurso é a palavra em movimento, pois etimologicamente “tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento” (ORLANDI, 2000, p.15), o jornalismo é, em todas as suas formas<sup>17</sup>, o reportar do cotidiano em seu movimento. Fernandes (2000, p. 5) entende reportar (lembremo-nos de reportagem jornalística) como carregar, refazer, trazer outra vez, reconstruir “numa materialidade simbólica [a linguagem] o que foi vivido no mundo empírico e mereceu ser registrado por seu interesse social, num determinado momento histórico e num espaço público”. Assim pensado, cabe ao jornalista a tarefa de reportar, no sentido de (re)construir fatos e sentidos para comunicá-los.

---

<sup>17</sup> Como formas de reportar os fatos entende-se “os diferentes modos de articulação de sentidos veiculados nos meios de comunicação social em textos verbais e não-verbais” (FERNANDES, 2000, p.4), ou seja, textos (escritos e falados) e imagens (fotos e vídeos) transmitidos pelos jornais, revistas, rádio, televisão, internet.

Vale ressaltar que o jornalismo, como discurso, cumpre um papel social, o de noticiar. E como discurso inscreve-se num processo de produção de sentidos, na medida em que interpreta o mundo, mesmo considerando que a noção de interpretação da realidade no jornalismo seja cercada de problemas, como tentarei refletir no decorrer deste capítulo.

Do volume de informações produzido hodiernamente no mundo, grande parte cabe à imprensa, ou mais especificamente ao jornalismo, fazer circular. Com a evolução das técnicas de reprodução de informações, depois da invenção da prensa de tipos móveis por Gutenberg ocorrida por volta de 1450, uma grande parcela, ou por que não dizer, a grande maioria da população informa-se dos fatos atuais através da imprensa<sup>18</sup>.

A ninguém escapa o fato de que, além do abissal volume de informações que precisa selecionar para reportar à sociedade, a imprensa atual trabalha com a velocidade, favorecida pelo aparato tecnológico disponível modernamente. O volume e a velocidade, ao mesmo tempo em que disponibilizam o acesso, tendem a trabalhar contra o aprofundamento da realidade social que cabe ao jornalismo (re)produzir e tornam as pessoas simples consumidoras de informações num sistema inundado pela lógica do capitalismo, ou neoliberalismo para usar um termo preferido atualmente.

No entender de Ramonet (1999, p. 24), que faz uma crítica ao jornalismo atual por se ocupar mais da revelação do que da investigação dos fatos, não se pode negar a indispensável função da imprensa numa democracia. Para ele, a informação é essencial para o bom andamento da sociedade e não há democracia possível sem boas redes de comunicação e sem informações livres. “Todo mundo está de fato convencido de que é graças à informação que o ser humano vive como um ser livre”.

Antes de tudo, é imprescindível percorrer algumas definições de jornalismo. Conjunto de técnicas, saber e ética, o jornalismo é a atividade profissional voltada à captação e à transmissão de informações através do que se convencionou chamar de imprensa ou mídia<sup>19</sup>. Conceitos não faltam para definir esta atividade, que faz parte do conjunto das Ciências Soci-

---

<sup>18</sup> Por imprensa entende-se, de acordo com Ribeiro (1994), a instituição através da qual é realizada a divulgação periódica de notícias; é o conjunto composto pelos jornais, revistas, rádio, televisão e agora internet. O termo vem de jornal impresso. Na perspectiva de Foucault (1996), é uma sociedade de discurso.

<sup>19</sup> Denomina-se mídia o conjunto dos meios de comunicação social, cujo precursor é o jornal impresso. O termo vem de *mass media* (meios de comunicação de massa). Neste trabalho tratarei mídia como um sinônimo de imprensa.

ais. Nas tentativas de definição há um esforço para tratar o jornalismo cientificamente. No entanto, não se pode perder de vista o pragmatismo<sup>20</sup> que o envolve.

Com uma visão da técnica jornalística, que considero importante trazer ao debate, Bahia (1990, p. 9) afirma que todos os meios pelos quais a notícia chega ao público são jornalismo. Ele sublinha que “jornalismo quer dizer apurar, reunir, selecionar e difundir notícias, idéias, conhecimento e informações gerais com veracidade, exatidão, clareza, rapidez, de modo a conjugar pensamento e ação”. Direta ou indiretamente, diz Lacerda (1990, p. 27), é da natureza do jornalismo levar a comunidade a participar da vida social. Assim como é próprio do jornalismo construir, através das notícias, “uma opinião pública bem informada, atenta, vigilante e esclarecida”.

Beltrão (1992) também analisa o jornalismo a partir do enfoque técnico. Para ele, jornalismo é antes de tudo informar sobre fatos atuais. No entanto, o autor vai além e explica que os fatos expostos têm de ser devidamente interpretados, pois são atributos do jornalismo a orientação e a direção. O melhor conceito de jornalismo, para ele (ibidem, p. 67), é: “a informação de fatos correntes, devidamente interpretados e transmitidos periodicamente à sociedade, com o objetivo de difundir conhecimentos e orientar a opinião pública no sentido de promover o bem comum”. Beltrão (p. 79), portanto, não pensa o jornalismo como mero transmissor de informações. Se assim fosse deixaria ao leitor a pesada carga de buscar os “porquês” e “para quês” do que acontece. “Diante do fato ocorrido, o jornalista terá de examinar a sua importância e caráter, o interesse que despertará as repercussões da sua divulgação”.

No simples gesto de o jornalista recolher dados de um acontecimento ou fato, destacá-lo e publicá-lo já está expresso o resultado de uma interpretação. Esse gesto de interpretação consiste em submeter esses dados a uma seleção crítica, para transmitir aqueles que são significativos. A interpretação jornalística, para Beltrão (1992, p. 82), difere, no entanto, da histórica e da filosófica, porque está ligada ao presente, ao atual. A sua aptidão está em tirar “o essencial do acidental, o permanente do corrente”. Por vezes, é a interpretação que vai produzir sentido ao fato, porque está mais voltada à explicação do que ao simples relato.

---

<sup>20</sup> O termo pragmatismo é empregado a princípio por Peirce (1999) para considerar as conseqüências práticas de concepções intelectuais. Segundo Durozoi e Roussel (1999), o critério de verdade está no valor prático de uma teoria. O conhecimento é voltado para a ação e deriva de uma experiência repetida (práxis). Na visão marxista, teoria e prática são inseparáveis e refletem relações dialéticas, pois todas as teorias encontram sua aplicação na práxis humana.

A partir da prática jornalística, Rossi (1998, p. 7) define, poeticamente, jornalismo como “uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: o leitor, o ouvinte, o telespectador”. Acrescenta que o jornalismo usa uma arma de aparência inofensiva, a palavra. Entendo que essa aparência está ligada ao valor da palavra, porque a ela é facultada a fluida tarefa de legitimar instituições e pessoas do ponto de vista político e social, para o bem ou para o mal. É senso comum que o jornalismo tanto pode construir um ídolo como destruí-lo. No entender de Rossi, o poder do jornalismo é explicado pelas imensas verbas canalizadas à imprensa por governos, partidos, empresas e entidades diversas. Ele acredita que é inegável que o jornalismo desempenha um papel-chave nesta batalha para ganhar as mentes e os corações dos segmentos sociais que formam o que se chama opinião pública.

À difusão objetiva de fatos, Chaparro (1994, p. 22) também acrescenta a visão pragmática. Para ele, o jornalismo é um processo social de ações conscientes, controladas ou controláveis, e, portanto, “fazeres combinados com intenções”. Não basta fazer o relato verdadeiro, é preciso que haja a explicitação das intenções para que o leitor possa livremente decidir se a mensagem lhe interessa ou não. Para Chaparro (p. 121), isso significa dizer o seguinte: “denunciar à sociedade o comportamento corrupto e imoral de um presidente da República é dever do jornalismo e do jornalista; derrubá-lo é prerrogativa do povo organizado”. Sabe-se, no entanto, que nem sempre é assim, dado o poder que a própria mídia toma para si, intitulado-se como o quarto poder.

A produção de textos pressupõe restrições do código lingüístico, escreve Lage (1998b, p. 35) para explicar que o jornalismo não é um gênero literário a mais, pois enquanto a literatura é portadora da informação estética, o jornalismo dá ênfase aos conteúdos, ao que é informado. “O jornalismo se propõe processar informações em escala industrial e para consumo imediato”. Como se pode notar, Lage trata o jornalismo como técnica já a partir do enfoque capitalista, que fez surgir a atividade como a conhecemos hoje.

Amaral (1987, p. 16) define jornalismo como processo de “transmissão de informações, através de veículos de difusão coletiva, com características específicas de atualidade, periodicidade e recepção coletiva”. Acrescenta que, em se tratando de país capitalista, o jornalismo tem uma função política, econômica, educativa e de entretenimento.

“Jornalismo é a busca de circunstâncias”, escreve Dines (1986, p. 25). Segundo ele, é uma técnica que se destina, antes de tudo, ao estudo e tratamento dos fatos de maneira

dinâmica, “porque lida com material mutante”. Dines (p. 45), que em sua obra *O papel do jornal* procura utilizar seu conhecimento empírico, mas também reflexivo sobre a atividade, destaca que o jornalismo “é a ordenação da novidade, rotinização do inesperado”. No entanto, reconhece que é também o resultado da “quebra intencional e programada pelo contraste”.

Já Karam (1997, p. 16) tem a visão do direito social de todos à informação. Para ele, é a forma pela qual, cotidiana e potencialmente, “é possível o acesso imediato ao todo – plural e diverso – que está sendo produzido no espaço social da humanidade e no tempo presente, ao qual se agarra o passado e sobre o qual se projeta o futuro humano [...]”.

O jornalismo é uma atividade que não se reduz à técnica e ao uso da língua, códigos e regras do campo das linguagens, conforme Pereira Jr. (2001, p. 57). No seu entender, para o jornalista elaborar o texto “usa procedimentos de seleção e combinação, mediante unidades que, articuladas, vão se transformar em mensagens, ou, de um modo mais abrangente, em discursos sociais”. De acordo com esta perspectiva, o jornalismo defronta-se e opera com outros discursos para constituir suas unidades discursivas. Esses discursos resultam em construções chamadas de notícias, no jargão jornalístico.

Adelmo Genro Filho (1987, p. 58) define jornalismo como uma forma de conhecimento, cujo aspecto central é “a apropriação do real pela via da singularidade” dos fenômenos em sua imediaticidade. É resultado de um processo técnico e racional, envolvendo uma reprodução simbólica. Com base nessa concepção de Genro Filho, Meditsch (1992) também propõe uma noção de jornalismo como uma forma social de conhecimento da realidade, a despeito do que denomina uma tendência para a involução do conteúdo em detrimento da forma, que caminha a passos largos com as inovações tecnológicas que se experimentam atualmente.

O conceito de jornalismo é formulado por Genro Filho (1987, p. 140) a partir de três dimensões: o singular, o particular e o universal. Levando em conta essa noção, diz o autor:

A notícia jornalística reproduz o fenômeno enquanto tal, resguardando sua aparência e forma singular, ao mesmo tempo que insinua a essência no próprio corpo da singularidade, enquanto particularidade delineada em maior ou menor grau e universalidade virtual. A informação jornalística sugere os universais que a pressupõem e que ela tende a projetar. É na face aguda do singular e nas feições pálidas do particular que o universal se mostra como alusões e imagens que se dissolvem antes de se formarem.



Essas dimensões estão amarradas entre si numa relação dialética, explica Meditsch (1992, p. 29). “Não existe singularidade pura, em que não estejam presentes a particularidade e a universalidade. E não existe universalidade pura, sem que dentro da universalidade estejam dissolvidos os demais conceitos”. A partir desse pressuposto, o autor, tomando Genro Filho, entende que o jornalismo não é uma forma de conhecimento qualquer, mas um conhecimento cristalizado no singular.

Em outras palavras, o jornalismo se apropria de um conhecimento do mundo universal para mostrar as características singulares de uma pessoa ou situação, que ao mesmo tempo pertence a uma categoria particular (família, nacionalidade, profissão, por exemplo). Meditsch (1992, p. 31) diferencia o jornalismo da ciência, explicando que a ciência é uma forma de conhecimento baseada mais no universal, enquanto ao jornalismo interessa a singularidade, cuja força atua na imediatividade do mundo. “Todo conhecimento social, e o Jornalismo é um conhecimento social, envolve determinado ponto de vista sobre a história, sobre a sociedade e sobre a humanidade”.

Assim como entendem o jornalismo como uma forma de conhecimento, na medida em que o jornalista cria e recria conhecimento ao reportar o mundo, Genro Filho (1987) e Meditsch (1992) também o defendem como uma prática. De acordo com essa idéia, o jornalismo é um conhecimento que depende da prática, pois nela está o seu fundamento, sua finalidade e seu critério de verdade. “Da mesma forma, a prática depende do sujeito, e da matéria, do homem e da situação, do conhecimento que ele tem desta” (MEDITSCH, 1992, p 80).

Henn (1996) vai além da simples definição de jornalismo explicando que a atividade lida com um quadro de referências diversificado e complexo. Envolve questões sociais, econômicas, psicológicas e até mesmo epistemológicas. Pensar o jornalismo apenas sob o enfoque técnico e prático limita o seu estudo e revela concepções de superfície que não contribuem para o avanço da relação acontecimento e notícia.

A meu ver, os argumentos de ordem técnica não são capazes nem suficientes para atender a uma definição do jornalismo como construtor simbólico do mundo pelas limitações de que padece. Contudo, minha proposta não é formular uma teoria do jornalismo, mas, quando muito, recuperar o conteúdo sobre uma etapa da construção da notícia para que possa analisar o seu discurso sob a ótica da objetividade e da produção de sentidos. Dedico-me neste espaço tão somente a alguns aspectos de suas especificidades, na medida em que o jornalismo

encerra o século XX, conforme bem lembra Henn (1996), trazendo para este uma série de dificuldades, tanto no plano teórico quanto no prático. Teoria e prática, aliás, provocam uma dicotomia problemática que parece insolúvel entre os profissionais e estudiosos.

Henn (p. 19), que indica caminhos para a construção de uma teoria do jornalismo em termos semióticos, destaca que, instituído como prática, o jornalismo exhibe complexa tecnicidade, fundamentada em manuais de redação “que mais encobrem do que revelam enigmas profundos instalados nessa atividade”. O jornalismo vive o dilema de lidar com o saber amarrado a preceitos das teorias comunicativas, de um lado; e, de outro, com a função de mediador que se apropria de uma realidade, devolvendo-a ao consumo social. Para o autor, existe uma epistemologia subjacente à atividade jornalística que a tecnicidade tenta ocultar.

Diante dessas perspectivas, não se pode pensar o jornalismo como um mero transmissor de mensagens e fazer do jornalista um mensageiro sem qualquer participação no relato. Os estudos tradicionais do jornalismo se fixaram no consumo da informação, sem se dar conta de que esta é apenas uma fase do processo de construção da notícia, que revela, a partir de novos enfoques, a face oculta da produção jornalística. O jogo entre o conhecimento do mundo e o saber técnico, para Henn (1996), é escamoteado pelos mitos<sup>21</sup> que sobrevivem no jornalismo moderno. Um deles é o da objetividade, sobre o qual me proponho a refletir.

Retornarei a algumas questões pontuadas até aqui na tentativa de refletir sobre o jornalismo. Por ora, vou tratar da notícia, matéria-prima do jornalismo – se é que assim se pode classificá-la –, pois penso que não se pode entender um sem tratar da outra: jornalismo e notícia estão intrinsecamente interpostos no processo de construção social da realidade.

## 2.1 A NOTÍCIA ENQUANTO ACONTECIMENTO DISCURSIVO

Convencionou-se denominar notícia aos fatos, entendidos como acontecimentos atuais ou ocorrências no mundo, ou seja, a própria realidade cotidiana. Notícia é, pois, a enunciação de um fato (acontecimento de linguagem) ou contemporâneo à sua enunciação – a

---

<sup>21</sup> Entendo mito no jornalismo no sentido postulado por Barthes (1999 b) como um valor, não tendo a verdade como sanção. Nessa noção nada o impede de ser um perpétuo álibi. O mito, para ele, designa as falsas evidências, o mascaramento da realidade sistematizado pela imprensa, e também pela arte e pelo senso comum. Segundo Barthes (p. 150), o mito encontra sua traição na linguagem, “pois a linguagem ou elimina o conceito escondendo-o, ou o desmascara dizendo-o”. Portanto, nesse sentido, o mito não resiste a uma “focalização”, a uma análise mais acurada.

ocorrência do fato (GUIMARÃES, 2001, p. 13). Contudo, nem todos os fatos ganham as páginas dos jornais e revistas ou espaços de tempo nas rádios e TVs. A notícia tem a função de dar acesso a informações que uma parte das pessoas não ficaria sabendo de outra forma. Grosso modo, notícia é informação, notificação de algo que ocorre ou ocorreu numa determinada região, mas que seja, claro, uma novidade.

Se a matéria-prima do jornalismo é o fato novo, pode-se dizer, então, que novidade é a alma do negócio da imprensa. Mas a notícia não é apenas a busca do novo. Serva (2001, p. 50) acrescenta que notícia é a busca do paradoxo, do imprevisto, do caos, seja ele aparente ou verdadeiro. “A notícia é, portanto, quase sempre surpreendente”. Isto porque trabalha com a singularidade, conforme vimos em Genro Filho (1987) e Meditsch (1992).

Ao mesmo tempo em que tira do caos a sua matéria-prima, a imprensa procura organizá-lo, ordená-lo, dispor as notícias que emergem do acaso em um plano organizado, hierarquizado, categorizado. O caos se harmoniza, se “civiliza” nas páginas de jornal ou no noticiário do rádio, da TV, da Internet ou de qualquer meio que se preste à informação (SERVA, 2001, p. 55).

No sentido semiótico, a notícia é predominantemente indicial, embora contenha ícones e símbolos. É Peirce (1999, p. 67) quem diz que tudo que atrai a atenção é índice. “Tudo o que surpreende é índice”. Índice é caos, mas espera-se, no entanto, como afirma o próprio Peirce, que o evento se ligue a alguma outra experiência, para que ele signifique.

O fazer jornalístico propõe-se a transformar o acontecimento em um fiel relato do fato original e a recuperar a capacidade de surpreender. Cada notícia é classificada por sua natureza. O trabalho de edição divide as notícias em categorias, denominadas editoriais, como política, economia, polícia, esporte, cultura, internacional, geral e variedades. Nessa última, são apresentadas as notícias que não se adequam a nenhuma das demais e que Barthes chama de *fait divers*<sup>22</sup>. A edição é responsável ainda pelo destaque que a notícia vai ter no jornal. Sim, porque a mesma notícia ganha espaços e importância diferentes de jornal para jornal.

A classificação da notícia corresponde a uma associação com outras notícias e a sua localização no plano da edição do jornal. Serva (2001, p. 57) compara que, ao procurar

---

<sup>22</sup> Expressão francesa que não tem correspondente em português. *Fait divers* é a informação geral, classificada como o inclassificável. Segundo Barthes (1999 a, p. 57-58), “seria o refugio desorganizado das notícias informes; sua essência seria privativa, só começaria a existir onde o mundo deixa de ser nomeado, submetido a um catálogo conhecido (política, economia, espetáculos, ciências, etc.)”. De acordo com Barthes (1999 a, p. 58-59), as notícias classificadas nesse catálogo são, por definição, informações parciais, enquanto o *fait divers* é uma informação total, contém em si todo o seu saber: “não é preciso conhecer nada do mundo para

deter uma notícia numa dessas categorias, o editor a prende num “pavilhão” jornalístico, “mais ou menos como o sistema carcerário classifica ou organiza no presídio cada um dos condenados”. A partir daí, as notícias são classificadas por ordem de importância, estabelecendo aquela que terá maior ou menor destaque, qual abrirá a página ou será a manchete.

Assim, o jornalismo acomoda, organiza, seleciona os fatos. O objetivo é apresentar, como diz Serva (2001, p. 58-59) “um cardápio inteligível de notícias ocorridas em tempo recente, permitindo ao leitor compreender o que ocorre no mundo”. O autor observa que, no entanto, a surpresa no jornalismo atual advém menos da natureza do evento e mais do processamento jornalístico. Essa idéia vem ao encontro do que denuncia Ramonet (1999) de que em sua exagerada simplificação as notícias se transformam em espetáculo.

De qualquer forma, o que faz um acontecimento ganhar o estatuto de notícia é o anormal. Motta (1997, p. 307), que se interessa pela relação entre o real e o simbólico na notícia, também define-a como o anormal, “aquilo que é contrário à ordem habitual das coisas, contrário às normas”. Para ele, ganha o estatuto de notícia o acontecimento que representa “um rompimento com a ordem natural das coisas, um desvio do comportamento esperado”. Entretanto, não é apenas este caráter de transgressão que transforma um acontecimento em notícia, mas vários outros atributos. “Diz-se que para ser notícia um fato deve ter atualidade, proximidade, proeminência (da pessoa envolvida), impacto e significância” (MOTTA, idem, p. 308). Wolf (2002) chama a esses atributos de “valores-notícia”. A notícia relata um fato considerado notável. Contudo, esse fato notável não é observado num ambiente neutro, de acordo com Cornu (1994), mas num ambiente ativo, que constrói sua própria idéia do que é notável e do que deve receber o estatuto de notícia.

Por sua vez, Lage (2001b, p. 49) destaca que no sentido mais amplo, e desde o tempo mais antigo, a notícia tem sido definida como o modo corrente de transmissão de experiências, isto é, “a articulação simbólica que transporta a consciência do fato a quem não o presenciou”. Dedicando grande parte de seus estudos a teorizar sobre as técnicas do fazer jornalístico, Lage (2001 b) também encontra dificuldades para uma definição conclusiva de notícia. Ele afirma que até a Revolução Industrial as notícias eram relatos de acontecimentos importantes para o comércio, a política e as manufaturas. Depois, com a comunicação de massa,

---

consumir um *fait divers*; ele não remete formalmente a nada além dele próprio”. Mas Barthes esclarece que, evidentemente, seu conteúdo não é estranho ao mundo.

transformam-se em produto de consumo com acabamento padronizado, procurando conhecer e dominar o mundo sem envolvimento afetivo, o que vem ao encontro da visão marxista.

Lage (2001 b, p. 54) resume que notícia é o “relato de uma série de fatos a partir de um fato mais importante, e este, de seu aspecto mais importante”. No entanto, a palavra ‘importante’, para ele, encerra valores abstratos como o de verdade ou interesse humano. A partir dessa consideração, Lage complementa que a notícia se constitui de dois componentes básicos: o lógico, pois requer uma organização relativamente estável, e o ideológico, abrigan-do critérios de valores que são cambiáveis, ou seja, podem mudar com o tempo. Pode-se citar os temas relacionados ao meio ambiente, que foram se impondo como importantes com o pas-sar do tempo e hoje ganham espaço permanente em determinados veículos, com status de no-va editoria.

### **2.1.1 OS LIMITES DA NOTÍCIA**

A notícia é o elemento principal do jornalismo, confeccionada a partir da previsi-bilidade e imprevisibilidade dos acontecimentos. Conceituar notícia de forma definitiva apre-senta problemas, na visão de muitos autores. Seria possível, talvez, uma noção sem conflitos se observados apenas seus aspectos técnicos. Mas não é tão simples assim. A notícia depende de uma série de variáveis, envolvendo aspectos internos como a cultura profissional e as roti-nas de trabalho nas redações, a coerência na seleção dos eventos (fatos) e a sutileza da hierar-quização da informação. Levar em conta apenas estes aspectos, penso, também seria redutor, na medida em que a notícia envolve processos de significação e de conhecimento do mundo em sua dimensão singular, particular e universal, como bem apresentou Meditsch (1992).

Ao pensar a produção jornalística a partir de novos enfoques, Henn (1996) diz que a notícia é criadora de um tipo especial de realidade e não da realidade social ela mesma. Este autor desenvolve uma reflexão importante para sair da visão tecnicista, que tem como pressu-posto a existência de critérios para que um acontecimento ganhe o status de notícia. Esses critérios são baseados nos valores-notícia. Henn (p. 31) refuta os conceitos clássicos de notí-cia e o exercício da pauta pensada apenas em termos de estrutura técnica. Para ele, essa visão é simplista e “impede maiores vôos”, pois a notícia se move com o motor da surpresa, mas não exclusivamente. A esse respeito Henn (1996, p. 32) afirma:

Relatos sobre coisas cíclicas, repetitivas, como o mercado financeiro ou previsões meteorológicas, não são notícias apenas quando essas áreas sofrem algum abalo es-

trondoso. Há que se levar em conta, também, o receptor da notícia, já que existem interesses bem diferenciados na sociedade. De qualquer modo, não se trata, a rigor, de uma definição, mas do estabelecimento de propriedades que a notícia deve contar.

Este autor refuta ainda a definição de que notícia é a informação atual e verdadeira. Em sua argumentação, parte do princípio de que a notícia a rigor não é informação, mas porta informações em diversos níveis como qualquer mensagem. Assim como não é necessariamente atual, pois os acontecimentos podem ser atualizados para virar notícia. Quanto ao quesito “verdade”, é também questionável, para Henn (p. 32-33), na medida em que “existem notícias falsas”, e que um relato não é necessariamente o fato em si. E depois, é consenso no meio jornalístico que notícias falsas podem entrar em cena com grande facilidade, dependendo da fonte de informação consultada.

Serva (1994) também concorda que nem sempre a imprensa trabalha com fatos novos ou desconhecidos. Pela ideologia da imprensa, ela seleciona eventos, atribuindo-lhes aberturas novas, desdobra notícias anteriores dando-lhes efeito de novidade. No jargão jornalístico, chama-se *esquentar* a notícia. Velhos fatos aparecem vestidos de novos para voltar a surpreender. Serva (p. 121) diz que, com essa maquiagem, a imprensa não busca ampliar os significados das notícias em seu “liquidificador de fatos”, mas cobrir com um tom de novidade, o que poderia ser uma continuidade (suíte<sup>23</sup>) do evento já existente. A partir dessa lógica, o editor planeja, constrói pautas que vão entrar no jornal como novidades e não como o desenvolvimento de notícias já publicadas em dias anteriores.

Para Henn, a melhor definição de notícia é a postulada por Alsina (apud HENN, 1996, p. 34): “notícia é uma representação social da realidade cotidiana, produzida institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível”. O autor aponta que a vantagem desta definição é que ela “situa notícia na sua função fundamental de ser a mediação de algo”, pois valoriza sua concepção de signo, fruto da produção institucional com a capacidade de gerar todo um universo social.

Claro, não poderia ser diferente, na medida em que Henn estuda a notícia a partir de uma visão semiótica, a qual privilegia a questão da representação social através de um processo de reprodução das propriedades de um objeto (o acontecimento ou o fato). Segundo Henn (p. 35), a notícia como representação social cumpre uma função específica: “é um ins-

---

<sup>23</sup> No jargão jornalístico, *suíte* significa dar desdobramentos da notícia em outra ou várias edições, por despertar interesse público.

trumento através do qual o indivíduo ou grupo apreende seu entorno”, e não mais uma representação ideológica determinada por uma rede de condições objetivas, sociais e econômicas. Este autor sublinha que essa idéia reconhece como realidade apenas aquilo que é noticiado, delimitando as fronteiras da realidade cotidiana.

Outro ponto que faz Henn (1996, p. 35-36) defender a definição de Alsina é a questão da legitimidade institucional. A própria imprensa é uma instituição: “comporta-se como uma instituição-chave, um poder exercido em nome do compromisso com a verdade, do interesse comunitário e outras mesclas ideológicas”. Marcondes Filho (1989) usa a expressão *instituição-suporte* para demonstrar a ligação da imprensa com os poderes políticos e econômicos. A partir daí, são definidas as condições de produção do discurso.

No sentido abordado por Henn, o jornalista cumpre um papel socialmente institucionalizado e que se pode associar à posição de sujeito postulada pela AD. A imprensa é o lugar de onde fala o sujeito-jornalista (um sujeito coletivo), ao mesmo tempo em que se compara, como diz Henn (1996, p. 36), a um leitor privilegiado dos acontecimentos do mundo real e a partir deles “vai construindo mundos possíveis que logo transmitirá a receptores”. Lembro aqui Nelson Goodman (1995, p. 43) em seu *Modos de fazer mundos*, onde diz que o nosso conhecimento consiste na construção de versões do mundo, ou descrições do mundo. “A feitura do mundo tal como a conhecemos parte sempre de mundos já disponíveis; fazer é refazer”. Para Goodman (p. 38), há muitos mundos, porque há versões e visões do mesmo mundo.

A notícia é um produto de consumo, mas com características absolutamente particulares, na avaliação de Henn (1996, p. 37-38). E o jornalista é um “ser de linguagem a processar ininterruptos recortes em um mundo que se força sobre ele, narrando-o e hierarquizando-o”. Por ser representação de um fato e fator de mediação dos receptores com a realidade é que Henn analisa a notícia como signo, mas admite que a concepção traz uma gama enorme de complexidade. A partir da concepção peirciana, a notícia é colocada como objeto, mas um objeto que se move e, portanto, um processo de semiose.

A partir desse enfoque semiológico, trago Barthes (1999a, p.66) para a reflexão. Ele entende que a notícia recobre uma zona ambígua, onde o acontecimento é vivido como um signo cujo conteúdo é incerto. “Estamos aqui, se se quiser, não num mundo do sentido, mas num mundo da significação”. Barthes entende o sentido como o conteúdo (o significado) de um sistema significante (a forma), enquanto a significação é o processo que une sentido e

forma, significante e significado. Cabe ressaltar que a análise é feita a partir de Saussure para quem um signo é composto de significante (a forma) e significado (o conteúdo). Por isso, Barthes coloca o sentido como o significado e, assim, a notícia no plano da significação e não do sentido.

Para Sousa (2002), as notícias podem indiciar a realidade, ou seja, representar a realidade, mas elas não são a realidade e nem o seu espelho. O autor adota uma visão pragmática, com a qual concordo, em vista do caráter de ação que ela conforma. Sousa (p. 25) acredita que a notícia, enquanto acontecimento, tem características específicas, as quais enumera: é um acontecimento discursivo; possui dimensão ilocutória, pois acontece ao dizer-se; e igualmente possui dimensão perlocutória, porque produz alguma coisa ao enunciar. Deve ficar marcado que o jornalismo moderno legitima o ingresso dos acontecimentos na história. “Toda notícia é notícia de determinada maneira devido à ação informadora de uma série de forças”. Sousa salienta que estas são a ação pessoal, social, ideológica, cultural, física e tecnológica.

Nessa perspectiva, para Sousa (2002, p. 198), os conteúdos e a forma veiculados nas notícias produzem determinados tipos de efeitos pessoais, sociais, ideológicos e culturais, sendo que estes vão repercutir sobre o próprio sistema midiático, retro-alimentando o processo. As notícias, como referentes sobre a realidade social, participam e contribuem para a construção de imagens dessa realidade, para a construção de significações sobre acontecimentos e idéias e para o agendamento de temas na lista de preocupações do público.

Por produzir significados, pode-se dizer que a notícia é a reprodução discursiva da realidade. Para usar uma explicação de Gomes (2000, p. 42), a reprodução discursiva é uma “fala que não cessa: palavra sobre a palavra, texto sobre texto, discurso sobre discurso – o testemunho que pede o testemunho”. Penso que por este caminho o jornalismo torna-se (re)produtor de sentidos para as ocorrências, ou de significações como postula Barthes (1990a). A notícia, ao lidar com o real, constrói sentidos. Segundo Gomes (2000, p. 53), é necessário ter em mente que o jornalismo desenha o espaço social, mas com a função de corroborar. “Não é portanto de um redesenhar que se trata, embora muitas vezes pareça que, por exercer uma crítica, ou uma vigilância, algo estará sendo remodelado”. Este papel é exercido na medida em que o jornalismo legitima instituições e posições de sujeito, via discurso.

Sob a ótica da AD, a notícia é um acontecimento discursivo, que cria sentidos e medeia as diferentes instâncias do social. Compreender a notícia como um processo de produ-



ção de acontecimento pela linguagem permite situá-la numa rede produtora com critérios próprios de noticiabilidade que apontam para o seu funcionamento. Explica Felippi (2001) que “na medida em que veicula os diferentes discursos sociais, funcionando como espaço de construção de hegemonia discursiva, a mídia é um espaço privilegiado de exercício e disputas de poder”. Em suma, o texto jornalístico ou a notícia, como preferir, constitui-se em uma unidade discursiva, onde subjazem interpretações e, portanto, é passível de análise.

### 2.1.2 A NOTÍCIA: UM PRODUTO ESPECIAL

Em meio à bibliografia que aborda a questão da notícia, há autores que a conceituam de acordo com uma visão crítica, como é o caso de Marcondes Filho (1989) e Medina (1988), que destacam o caráter ideológico embutido na notícia, sob a visão capitalista. A noção de notícia é baseada no anormal, no novo, no diferente, conforme vimos. Marcondes Filho (1989) diz que a anormalidade que interessa aos jornais é a que serve como porta-voz de correntes políticas. O jornal, então, acomoda o extraordinário na sua argumentação diária quando este pode ser utilizado ideologicamente para estabelecer posições políticas. A notícia, assim, sofre um tratamento antes de chegar ao receptor. É o que se chama de manipulação. Por meio dela, operam-se a adaptação ideológica e a estruturação da informação com fins de valorização e de interesse de classe. Notícia é mercado, portanto.

Confirmando essa idéia, Moretzsohn (2002, p. 61) escreve que “é preciso não perder de vista que, no contexto em que o jornalismo surgiu e se desenvolveu, notícia é mercadoria – embora, como bem simbólico, seja certamente uma mercadoria especial”. Nesse sentido, uma informação pura e simples não é mercadoria do jornalismo. Para tanto, é preciso que seja transformada segundo alguns requisitos. Uma embriaguês vira notícia quando, por exemplo, o envolvido seja alguém que o jornalismo pretende destacar, positiva ou negativamente.

É como diz Marcondes Filho (1989, p. 25) que o jornalismo “cria, a partir da matéria-prima *informação*, a mercadoria *notícia*, expondo-a à venda (por meio da manchete) de forma atraente. Sem esses artifícios a mercadoria não vende, sem valor de troca não se realiza” [grifo do autor]. A manchete, o destaque e a atratividade são o chamariz da mercadoria jornal. O jornalismo trabalha o fato e constrói um outro mundo a partir dele. Desde a revolução industrial, quando os grandes jornais começam a surgir, estes não são produzidos para influir no debate público de idéias. A transformação da imprensa em grande empresa acom-

panha a direção da atividade econômica para o modo capitalista de organizar a produção e os jornais passam a sensacionalizar o fato para justificar o investimento de capital. Tanto que a impressão de jornais ocorre pouco mais de um século depois do aparecimento da invenção de Gutenberg. O capitalismo vê no invento, até então combatido pelo clero e pela nobreza, uma forma de atender os núcleos de poder político e financeiro da época mercantilista. E assim, parece, mantém-se até hoje.

No Brasil, quando a prática empresarial amadurece, por volta da década de 1930, a empresa jornalística começa a ser vista como um investimento atraente. A concepção anterior, associada ao partidarismo, é substituída e o jornalismo passa a ser encarado como atividade-meio: “um balcão de venda da informação e de opinião para empresários, e, para os jornalistas, um trampolim para a política ou para a literatura” (RIBEIRO, 1994, p. 36-37). A década de 1980 consolida o sistema de comunicação. A produção e a distribuição de mercadorias culturais seguem a lógica capitalista. A produção de notícias passa a se realizar em complexos industriais, concentrando técnica e capital, cujo critério é o da rentabilidade.

A característica mais marcante do jornalismo é o negócio, ainda que muitos, especialmente os jornalistas, o vejam como um apostolado, uma missão quase religiosa, cuja importância simbólica é a de informar a sociedade, na avaliação de Ribeiro (1994). Mas esse espírito de missão foi corroído pela produção cultural industrializada.

O caráter mercadológico do jornalismo também é focado por Berger (1997). Esta autora relata que alguns jornais pendem a uma postura mais independente, mas a tendência predominante, acentuada com o desenvolvimento do capitalismo, é a função mercadológica e o estreitamento dos vínculos com o poder econômico e político. A imprensa atual tem o poder de produzir sentidos, projetá-los e legitimá-los. Para Berger (ibidem, 282), é “um poder que advém da condição de mediação, ou seja, não só de estar entre, ou de intermediar as vozes do acontecido, mas de selecionar, enfatizar, interferir através de palavras e imagens na construção simbólica dos acontecimentos”.

Medina (1988) compactua essa idéia e estuda os processos da linguagem do jornalismo a partir da visão marxista. Para ela, o jornalismo romântico que acredita no mercado livre de idéias esbarra na complexidade tecnológica e, por conseqüência, na complexidade informativa. Ainda que leve em conta o complexo industrial da informação, Medina destaca

que os críticos têm, por outro lado, procurado despertar para a necessidade do compromisso com o público através do direito à informação.

No entender da autora, vista sob o complexo mercantil, a notícia é realmente um produto de consumo da indústria cultural. Mas, diferente de Marcondes Filho (1989), que não dispensa a crítica, vê uma luz no fim do túnel, na medida em que acredita que a informação jornalística não é apenas um produto revestido de conotações negativas associada à industrialização, mas é também interação social. Contudo, acredita que é difícil distinguir se a notícia é mensagem-consumo ou interação social, porque enquanto envia pseudo-relatos da realidade vão também dados da realidade que antes ficavam limitados “ao saber dos sábios” (p. 18). Ela defende, portanto, que há um jogo dialético onde nem um nem outro são expulsos.

O mundo atual vive o domínio da comunicação. As pessoas são envolvidas por toda sorte de discursos e falas. Tudo gira em torno do que se fala, do que é promovido, do que é comunicado, do que ganha a dimensão pública. Nesse bombardeio de informações, o jornalismo deixa de ser uma luta apenas por fins ideológicos ou econômicos para se tornar uma batalha por maior acesso e publicidade ao discurso.

Em sua crítica, Marcondes Filho (1993) argumenta que não há mais lutas sociais, interesse em mobilizar massas no sentido sociológico, mas disputas pela ampliação de espaço para valorizar a importância profissional, política ou econômica. E continua dizendo que, nessa imprensa minimalista e reducionista da realidade, o vazio ocupa o espaço de uma suposta densidade desaparecida das páginas dos jornais para dar lugar a assuntos de natureza subjetiva, individual ou particular de homens públicos, cuja intenção é mais fazer marketing político e menos mostrar coerência nos seus atos.

A partir da especificidade do jornalismo, Eco (1998, p. 14) questiona:

O que é um jornal, se não um produto, formado de um número fixo de páginas, obrigado a sair uma vez por dia, e no qual as coisas ditas não serão mais unicamente determinadas pelas coisas a dizer (segundo uma necessidade absolutamente interior), mas pelo fato de que, uma vez por dia, se deverá dizer o tanto necessário para preencher tantas páginas?

O jornalismo, para Silva (2000, p. 24), tornou-se um supermercado. Ele denuncia que “os empresários impõem limites editoriais aos jornalistas em função dos interesses dos anunciantes. A mídia elege os seus representantes para influir em todos os níveis da política. O parlamentar legisla para a empresa que o apoiou”. Silva (2000, p. 27) acredita, entretanto,

que o grande poder da mídia é relativo. O trabalho político numa democracia pode e consegue limitá-lo a despeito das regras do mercado a que o veículo está ligado. As organizações sociais passam a funcionar como “filtros”, como contrapoderes da influência midiática. Ou seja, quanto mais a escola forma homens críticos, mais a mídia e o mercado são obrigados a reformar-se. Silva explica que esse poder da mídia é relativo ainda, porque pode ser colocado em questão através do exercício da democracia e da crítica interna da própria mídia. Com essas colocações de Silva é possível pensar que haja mesmo luz no fim do túnel?

Estudioso da deontologia<sup>24</sup> do jornalismo, Bertrand (1999, p. 111) ressalta que os dirigentes dos meios de comunicação, ao determinar a política de informação, deveriam preocupar-se com seus clientes, indivíduos ou grupos, cuja vida pode ser afetada, e não com os acionistas, anunciantes e fontes de informação. Além de condenar o processo de seleção determinado por essa política adotada pelos dirigentes dos meios de comunicação, Bertrand destaca que a ocultação de assuntos que poderiam dar um panorama mais completo da atualidade local, nacional e mundial “é o pior pecado da mídia”.

Mesmo com a ascensão da dimensão empresarial, o jornalismo não descartou a dimensão política. Ribeiro (1994, p. 104) ressalta que embora tenha perdido parte da influência política, no sentido partidário, a imprensa torna-se cada vez mais uma instituição de controle social, no sentido cultural. Atua como grupo de pressão e representa um forte laço de união coletiva. “O poder político dos meios de massa – particularmente na atual empresa de notícias – é ainda maior numa sociedade como a brasileira, desmobilizada e com partidos fracos”. O autor diz que atualmente os grandes jornais não exercem diretamente o poder político, mas defendem interesses de forças sociais específicas. “Essa lógica encontra terreno fértil na oscilação ideológica dos próprios jornais” (RIBEIRO, 1994, p. 106).

O jornal separa a informação prática, aquela que é vendável, por ser facilmente assimilável do conjunto mais amplo de fatos. Ainda quanto à ideologia, Marcondes Filho (1993, p. 130) acredita que o jornalismo “não veicula informações nem as mutila para seus próprios interesses: ele as cria de fato”. Por isso, a visibilidade que a mídia propicia e a sua força ideológica se constituem em poder. Lustosa (1996, p. 21) redime o jornalista no emaranhado de forças ideológicas presentes na imprensa. Para ele, a visão da informação como

---

<sup>24</sup> Conjunto de regras e princípios, especialmente éticos, que tem por objetivo disciplinar o exercício da atividade para que possa atender às necessidades de informação da sociedade.

mercadoria “não é do repórter, mas dos proprietários da empresa de comunicação, a qual está sujeita a muitos interesses e pressões”, para manter e ampliar sua presença no mercado.

É Chaparro (1994, p. 21) quem destaca que a intenção controla conscientemente a ação, quando se trata de comunicação social, em especial quando a ação está na esfera da informação do interesse público. É a intenção que compõe o caráter moral<sup>25</sup> à ação. O caráter moral, por sua vez, deve estar conectado a um “princípio ético moralizador”.

Mas não se pode deixar de considerar que o jornalismo depara-se no dia-a-dia com dúvidas entre o revelar e o omitir uma informação que contrarie os interesses de certa fonte de informação. Diz Chaparro (1994) que é uma questão ética<sup>26</sup>, antes de tudo, fazer um título positivo ou negativo em relação a um ministro amigo, adequar ou não o texto ao interesse ideológico dos editores, quando estão em jogo informações importantes para o relato verdadeiro dos fatos, e mesmo resistir ou ceder à tentação de aproveitar o poder de informar para se vingar de alguém de quem não gosta.

Com relação à ética, trago à discussão o que diz Bucci (2002, p. 42), que se debruça sobre esse tema. Ele diz que o jornalismo por si só é a realização de uma ética, na medida em que briga por publicar aquilo que os outros querem esconder, mas que o cidadão tem o direito de saber. O autor apresenta uma noção de notícia de acordo com os valores éticos: “é a informação que, uma vez relatada, afeta as expectativas do cidadão, do consumidor, do homem e da mulher comuns quanto ao mundo que os cerca, quanto ao futuro ou quanto ao passado”. A notícia não é apenas novidade, porque em algum nível altera o arranjo dos fatos, dos poderes ou das idéias, incidindo sobre as relações humanas. Bucci (2002) não deixa de considerar o infundável jogo de interesses e o emaranhado de pressões que os jornalistas precisam enfrentar para zelar pela sua autonomia na apuração e publicação dos fatos.

Não se pode esquecer também que entre o acontecimento e a notícia estão as fontes, tema central na construção da realidade jornalística. Elas funcionam como produtoras de notícias e até mesmo de acontecimentos artificiais que se transformam em notícia; os pseudo-fatos, segundo Motta (1997). O poder político, por exemplo, é mestre nesse sentido e, por

---

<sup>25</sup> Segundo Durozoi e Roussel (1999), moral é o conjunto de regras de conduta próprio de uma época ou de uma cultura; regras essas consideradas universalmente válidas.

<sup>26</sup> Ética é uma disciplina filosófica cujo objeto são os juízos que se aplicam à distinção do bem e do mal, de acordo com Durozoi e Roussel (1999). A ética se define pela reflexão, pelo momento em que o homem se questiona diante de uma escolha, permitida pela existência de liberdade. Segundo Karam (1997, p. 35), “é uma preocupação com a possibilidade de escolher e os limites materiais e morais colocados”.

vezes, cria fatos que garantem inclusive as primeiras páginas dos jornais. Na avaliação de Henn (1996), ao privilegiar as interpretações do sistema político, o jornalista mescla a relevância pública do acontecimento com a valorização estabelecida por esse sistema que constrói determinados fatos.

Também desmistificando o ‘papel’ do jornalismo e apresentando uma visão nada ingênua da imprensa, Moretzsohn (2002, p. 76) chama a criação de fatos de “recursos de mídia” ou “eventos de mídia”. A autora confirma que não apenas fatos espontâneos se tornam notícia, mas também fatos produzidos que acabam passando por verdade. “A utilização de recursos de mídia para produzir situações artificiais é parte das estratégias dos conflitos que envolvem os jogos de decisões políticas e econômicas”.

Em resumo, por tudo o que vimos até agora, pode-se dizer que notícia não é o fato, mas o relato dele. E aí mora o problema. Ainda que se obedeça às *leis* de redação jornalística, especialmente no quesito que me proponho a analisar – a objetividade –, não se pode desvencilhar a notícia das ideologias que a cercam. Ainda mais quando se verifica que a informação está ligada à idéia de seleção e escolha, parte indissolúvel do fenômeno jornalístico.

## **2.2 A TÉCNICA JORNALÍSTICA PADRONIZADA**

Como já destaquei, Marcondes Filho (1989) tem uma visão crítica do modo de produção das notícias. Ele caracteriza três formas de falseamento ou encobrimento das notícias como pensamento censurado com base no pensamento marxista. São elas: o jogo com o texto noticioso, produzindo a fragmentação da realidade e a personificação dos processos sociais; o uso da linguagem técnica; e a política do destaque e da supressão de informações. Promovo aqui algumas considerações sobre o que se denomina de padronização da linguagem jornalística, pinçando esses enfoques críticos de Marcondes Filho, tendo em vista sua relevância no contexto deste trabalho.

### **2.2.1 A FRAGMENTAÇÃO DA REALIDADE**

A fragmentação é uma técnica mercadológica da notícia; um processo que toma os fatos em sua imediatividade, encobrindo a totalidade que os explica. Diz Marcondes Filho (1989, p. 41) que a notícia “torna-se uma coisa jogada no mundo, um fato sem origem e sem

vinculação com nada”. Nesse sentido, há ao mesmo tempo uma personificação dos processos sociais, ou seja, o fato passa a ser encarado como produto de atitudes e comportamentos de pessoas, isoladamente, como super-heróis ou, ao contrário, como “bodes expiatórios”, agentes dos males sociais.

Em *Jornalismo fin-de-siècle*, o mesmo Marcondes Filho (1993, p. 97) critica que a matéria jornalística é trabalhada no ritmo da compressão. O jornalismo da nova era suprime notícias longas para que as matérias não tenham mais do que três parágrafos, pulverizando-as em pequenos “drops informativos”. O autor adverte que mesmo matérias mais longas ou de página inteira não alteram o caráter de fragmentação, apesar da aparência de amplitude e densidade. Ainda que se trate do mesmo assunto, a notícia aparece na página em blocos simplesmente agregados e constituem uma diversidade dentro da mesma matéria jornalística. “A sensação no final da leitura é de uma matéria que aspirou informar, mas que se manteve no plano das pinceladas gerais, de tal forma que o leitor, sedento de notícias e conhecimento, o continuará sendo após essa leitura”. A prática jornalística torna-se minimalista, como já se observou. As matérias são hoje produzidas apenas para dar informações.

É senso comum entre os autores, e a própria prática atesta, que o jornalismo impresso vem perdendo sua característica de aprofundar os acontecimentos ao copiar o modelo televisivo de noticiar. Com os novos meios de comunicação, no caso a internet, a coisa se complica ainda mais. Para Marcondes Filho (2000, p. 147), a prática de produzir e divulgar notícias, que opera sob o princípio da rapidez, da redução, da racionalidade lingüística, da volatilidade, recoloca um velho problema: o da credibilidade. Ele questiona: “até que ponto notícias produzidas em ritmo de alta velocidade são confiáveis?” Questiona também até que ponto o público tem condições e mesmo interesse de fazer a seleção das notícias que recebe, se a “net” pode pôr tudo no ar. É certo que a internet ainda não “encontrou” sua linguagem, mas não se pode negar a democratização do meio. Entretanto, o autor alerta sobre o perigo para a democracia a falta de uma crítica ao sistema de notícias.

Outro a condenar a fragmentação, que nomeia de simplificação do jornalismo, é Silva (2000, p. 44). Ele diz que é um positivismo tardio acreditar que o verdadeiramente profundo possa ter uma forma simples de expressão. Para ele, são maus escritores ou preguiçosos os jornalistas que cultuam a simplificação, “considerada incorretamente como síntese da complexidade”.

A construção lógica da realidade, muitas vezes, caminha em sentido contrário, justamente pela fragmentação, que engloba omissão, sonegação, submissão e redução. Sem historicidade, a compreensão do mundo é “virtualmente impossível” (SERVA, 2001, p. 63). Este autor justifica que, ao descartar a complexidade, o confuso, o ininteligível com a intenção de que o leitor compreenda a história, a informação torna-se maniqueísta. Essa fragmentação, que Serva chama de redução ou deformação, embora natural na lógica do jornalismo, inverte o que ele considera a sua vocação expressa: a missão de informar. Esse processo lapida a notícia, retirando-a de seu contexto, da complexidade de suas circunstâncias, e impondo assim uma redução de seu conteúdo. Serva (ibidem, p. 135) assinala ainda que o jornalismo tal como o conhecemos hoje cria “clones” (sem gravidez, sem memória, sem história) dos fatos, “parecidos com seu objeto apenas o suficiente para que haja verossimilhança”.

Também com uma visão crítica, Mouillaud (1997, p. 77) aborda a fragmentação quando compara a atualidade com a história. O jornal parece sem memória, pois é feito de presentes que se apagam uns aos outros a cada edição. “O jornal não faz memória, e a coleção de um jornal não tem existência para seu leitor”. História e atualidade se cruzam sem se reconhecer. Enquanto a história funda uma dimensão profunda no tempo, a atualidade extrai uma sincronia da superfície; a primeira enraíza os acontecimentos em uma cronologia, a segunda costura os acontecimentos diversos como uma pele que envolve o planeta e que se renova a cada dia. Mouillaud aponta um aspecto positivo, talvez com uma ponta de ironia: “se a coleção não se constitui memória para o leitor, ela pode-se constituir arquivo para o historiador”. O autor argumenta que antes de formar uma trama homogênea de uma narrativa, a história é feita de seqüências descontínuas no jornal.

“A informação deu ao tempo uma nova dimensão, um corte transversal que é a sincronia”, diz Mouillaud (1997, p. 71). A atualidade, fundamento da informação exposta, é de fato o reino do efêmero, pois a lei do jornal é apagar-se e reproduzir-se de um número para outro. Para o autor, a notícia se inscreve como a reprodução de um modelo. Os assuntos são seqüências pré-construídas, em seguida pré-escritas pelo jornalista e pré-legíveis para o leitor.

Ramonet (1999, p. 133) também trata da questão sob o prisma da superficialidade. Ele supõe que o próprio destinatário da informação, especialmente da televisão, não tem o objetivo de compreender o alcance de um evento, “mas simplesmente vê-lo acontecer sob seus olhos”. Na era da informação, todo acontecimento, por mais abstrato que seja, deve apresentar uma face visível, mostrável, televisável.



Acreditando seguir o que se chama de tendência, os jornais de referência, diante da ilusão de que ver é compreender, e mesmo diante do encurtamento do ciclo da informação com relação ao tempo e à distância, acabam por se alinhar cada vez mais a esta concepção de informação. “A maior parte dos meios de comunicação não leva em conta a complexidade do real” (BERTRAND, 1999, p. 115). Acha-se na obrigação de fazer depressa e de entreter e, portanto, de simplificar. Para Bertrand, a mídia apresenta geralmente “um mosaico absurdo de pequenos acontecimentos”, quando deveria explicar e relacionar os fatos com o jogo de forças que determinam o destino da sociedade. Bertrand (idem, p. 116) sublinha que “a mídia busca a realidade sob as aparências”, ao que Lage (2001b, p. 69) concorda: “notícias são fragmentos de aparências”.

Silva (2000, p. 28) tem uma posição interessante em relação à fragmentação da notícia. Diz ele que se criou uma “falsa premissa sociológica” de que o leitor não tem tempo para ler. Assim, os conteúdos são superficiais e acabam por gerar a desinformação. Segundo a perspectiva de Silva (2000, p. 21), a era da informação não passa de um sistema de desinformação seletiva onde o primeiro censor é o editor em nome das regras do “bom jornalismo”. “O editor é o representante do leitor e detesta correr riscos”. Por isso, para o bem da “empresa”, ele decide o que interessa ou não ao leitor.

### **2.2.2 PADRÃO DE LINGUAGEM OU LINGUAGEM PADRÃO**

Sob o argumento da técnica, de acordo com a outra forma de falseamento da notícia apontada por Marcondes Filho (1989), o discurso jornalístico é permeado por formas linguísticas usadas para passar imagens neutras, oficiais, sérias e indiscutíveis. Isso é conseguido através da padronização redacional, que “uniformiza” o jornal. Alerta Marcondes Filho (ibidem, p. 48-49):

A “técnica” redacional é aquela que opera formas de transformação da notícia na própria redação do jornal, para enquadrá-la em padrões e normas da empresa. [...] Pela sua própria presença, o jornal funciona como forma uniformizadora, alinhadora, organizadora do real: a sua presença como institucionalizador dos fatos políticos e sociais como notícias confere-lhe a autoridade enquanto meio.

Rossi (1998) tem a mesma posição de Marcondes Filho. Ele acrescenta que as normas de estilo, criadas pelos manuais de redação, impõem limitações na hora de escrever um texto noticioso e despersonalizam o jornalista. Os manuais são “discurso-produto”, para Chaparro (1994, p. 100), que pouco servem para acrescentar qualidade aos conteúdos. O autor

crítica que eles acabam por criar normas morais particulares e até mesmo uma censura, como forma de controlar os jornalistas.

Diz Ribeiro (1994, p. 92) que, ao assumir-se como empresa, a lógica comercial promove a metamorfose do texto jornalístico por meio da padronização. Até então considerado o “nicho sacrossanto de uma profissão ainda próxima da literatura”, o texto passa a ser produtivo, instrumental, cada vez mais identificado com as necessidades do mercado.

Para adequar-se a essa padronização, cuja principal característica é a objetividade, o jornalismo adota da imprensa americana a fórmula da pirâmide invertida, onde as informações são dispostas em ordem decrescente de importância. Inúmeros autores, bem como práticos, ensinam essa técnica de redação da notícia. Em Amaral (1987, p. 65) encontramos a definição detalhada da pirâmide invertida, até hoje adotada no jornalismo: “os fatos principais encabeçam o texto; vêm, em seguida, os fatos de importância intermediária; e o final do texto comporta, apenas, informações que, de nenhum modo, alteram a compreensão da notícia”. O texto começa pelo lide<sup>27</sup>, que é o resumo da notícia. O lide deve conter os elementos essenciais da informação. É a parte mais importante da pirâmide e responde a seis perguntas básicas, tratadas como elementos da notícia: o quê, quem, quando, onde, como e por quê.

Portanto, na elaboração da notícia são utilizados padrões, pode-se dizer, industrializados, ainda que o termo carregue uma grande carga negativa do ponto de vista social. Explica Traquina (2001, p. 30): são formas “aplicadas aos acontecimentos”. Ele cita a técnica da pirâmide invertida como uma dessas formas ou padrões.

Dedicando grande parte de seus estudos à técnica de redação das notícias, Erbolato (1991, p. 67) descreve, utilizando exemplos, que as notícias, até algumas décadas, “eram apresentadas com uma pequena entrada, que comentava o ocorrido, com frases estereotipadas e que visavam atingir os sentimentos do leitor”. Ele justifica que, sob essa forma, muitas vezes pouco se poderia saber sobre o que ocorreu. A exemplo de Amaral (1987), Erbolato (*ibidem*) explica que, com o surgimento do estilo da pirâmide invertida, os fatos principais são expostos no lide – o primeiro parágrafo. O autor define o lide como “o parágrafo sintético, vivo, leve com que se inicia a notícia, na tentativa de prender a atenção do leitor”.

---

<sup>27</sup> Lide vem da expressão inglesa *lead*, que significa parágrafo líder, abertura da notícia, e que não tem tradução na língua portuguesa. Alguns autores brasileiros adotam a expressão inglesa e outros a convenção “aportuguesada”. Optei neste trabalho pela palavra em português: lide. A exceção é em citação direta de autores consultados.

Críticas à padronização da linguagem jornalística não faltam. Cito Silva (2000, p. 30) ainda para quem a padronização existe para “descartar o indesejável”. Com base no pensamento de Baudrillard, o autor comenta que os manuais de redação são sim instrumentos de marketing, que reforçam a simulação de credibilidade induzida. “A sociedade, entretanto, não consegue produzir um manual de utilização capaz de transformar a mídia em verdadeiro serviço ao público”, sublinha Silva (2000, p. 94).

O jornalista Mário Pereira (1995, p. 29) defende o jornalismo como uma atividade intelectual por excelência e diz que não existe uma linguagem jornalística, mas um estilo, ao contrário do que querem, segundo ele, os “adoradores dos manuais de redação”. E sentencia: “O estilo jornalístico requer concisão, clareza e objetividade”. Essas são as grandes contribuições do jornalismo à arte de escrever, cujo resultado, em resumo, é a simplicidade da escrita para facilitar a compreensão do texto, ou seja: a sua eficácia.

Portanto, Pereira (2001, p. 10) condena contundentemente os manuais de redação, que chama de “pífios” e inventados para limitar a criatividade e a independência dos jornalistas. No entanto, o próprio Pereira (1995) salienta que o bom jornalismo implica também saber estruturar um texto conforme as exigências e necessidades do veículo de comunicação e do tipo de leitor, ouvinte ou telespectador a que se destina. Seria uma contradição do autor?

Algumas críticas vêm da longevidade dos manuais de redação e das técnicas jornalísticas. Foi na metade do século XX que os manuais se firmaram e de lá para cá poucas mudanças ocorreram. Diz Barros Filho (2001, p. 54-55) que as críticas à pirâmide invertida estão dispersas em estudos deontológicos e em artigos sobre análise do discurso. O autor destaca três argumentos principais dos que condenam essa técnica: a) a rigidez, que não permite outra estrutura ou ordem do relato – a hierarquização e os seis elementos básicos do lide retiram do texto a flexibilidade, que reduzem o “poder de manobra” do jornalista para ordenar os fatos coletados; b) é repetitiva e uniforme, portanto, enfadonha – a manchete, o lide e o desenvolvimento da notícia dizem a mesma coisa, o que acaba por criar o gênero “leitor de manchete”; c) enseja um final “fluído e intercambiável” – a informação distribuída em blocos textuais por ordem decrescente de importância permite que estes sejam intercambiáveis, de modo que qualquer um deles pode constituir-se como o último. Por esse critério, o limite do texto, ou seu tamanho, depende mais da diagramação do que da conveniência informativa.

Críticas à parte, os manuais de redação servem, em certo sentido, para dar alguma ordem e algum padrão à grafia de palavras e expressões na redação jornalística. Ou seja: cria uma identidade à publicação. Entendo que este seja o lado positivo da padronização. Essa idéia é atestada por Lage (1998b, p. 50). Segundo ele, os livros de normas de redação (*style-books*), que surgem no Brasil em meados da década de 1950, atendem, de um lado, à necessidade de generalizar procedimentos de técnica de redação; “de outro, à ausência de critérios estabelecidos para a solução de muitos problemas ortográficos, desde o uso de maiúsculas até a grafia de nomes originalmente escritos com ideogramas ou em alfabeto não-latino: chinês, japonês, russo, hebraico, árabe, etc.”.

É o que diz o *Manual de redação e estilo* do jornal O Globo (1992, p. 16) quando trata da linguagem: a padronização “refere-se a coisas como aspas, maiúsculas e maneiras de grafar horas e quantia – nada tem a ver com a qualidade do estilo”. Reconhece, no manual, que estabelecer parâmetros para uma linguagem própria do texto jornalístico acaba por formar um estilo destituído de imaginação, seguindo “receitas”.

A adoção dos manuais faz parte do processo de normatização resultante dos movimentos institucionais que vão se produzindo. De acordo com Silva (2001, p. 298), por meio da normatização, a prática da escrita jornalística apresenta-se com posições próprias sobre a gramática da língua. “O discurso jornalístico constitui-se então em técnica de texto através de um gesto que ‘legisla’ sobre palavras e construções, em função de um saber sobre os efeitos das mesmas”. A autora explica que o texto jornalístico resulta de uma prática de escrita especializada profissionalmente, instrumentalizada e autorizada pelo manual de redação, que distingue a escrita jornalística da escrita comum.

### **2.2.3 A POLÍTICA DO DESTAQUE E DA SUPRESSÃO**

A terceira forma de falseamento destacada por Marcondes Filho (1989), a política do destaque e da supressão de informações, é um dos resultados da padronização. Através dessa política, é decidido o espaço que a notícia deve ocupar. São formas jornalísticas de deturpar a realidade, extraindo o que interessa, ou seja, a parte útil. Para ele, é na mão do editor que está a definição política (e portanto ideológica) de como o fato deverá repercutir na sociedade. É ele quem decide o que vai sair, qual a angulação e com que favorecimento. Isso corresponde a um ato de seleção e de exclusão. Marcondes Filho acrescenta que escolher a notí-

cia, o enfoque, o tamanho, o título, a posição na página ou simplesmente não dá-la é uma decisão consciente dos próprios jornalistas.

O editor aumenta, reduz, suprime fatos; ele é o tradutor e ‘transformador’ da realidade social em termos que interessam à sua empresa e às convicções políticas e ideológicas que defende. Nas suas mãos está depositada a tarefa de *trabalhar* a opinião pública e procurar moldá-la segundo essas intenções. Há fatos que, por essa via, são totalmente suprimidos do noticiário ou reduzidos em sua importância (MARCONDES FILHO, 1989, p. 50).

A essa definição política, comumente chamada linha editorial, Rossi (1998, p. 45) denomina filtros. A escolha dos acontecimentos que vão para as páginas do jornal é uma decisão do editor ou chefe de seção. Ele filtra as informações e escolhe o destaque ou não, faz a supervisão geral do noticiário e decide “a cara do jornal”, a primeira página. Mas é o critério jornalístico que, na maior parte dos casos, determina as decisões a serem tomadas por editores e pelos chefes de redação. Este critério é, para Rossi (1998, p. 46), “subjetivo e fluido”. No entanto, acrescenta que há um outro critério de grande relevância: o julgamento político, em função das posições ideológicas que cada jornal adota.

Para Rossi (*ibidem*), que tem a visão da prática jornalística conforme já mencionei, não apenas os editores são filtros. Entre o fato e as versões do fato há antes a pauta, fio condutor que delimita o que será publicado; mecanismo de seleção de fatos, assuntos e temas trabalhados no dia-a-dia dos jornais. A pauta é um instrumento de orientação para os repórteres, mas ocasiona também distorções e limitações ao trabalho, porque reflete apenas parcialmente o que está acontecendo. Além disso, é discutida normalmente em um círculo fechado, em uma reunião dos editores das diferentes seções sem a participação direta dos repórteres e redatores. A pauta, mediação imposta entre o repórter e a fonte, condiciona o jornalista, em geral, a obedecer apenas os quesitos previstos pelo pauteiro.

Não se pode esquecer, entretanto, que na prática jornalística, além dessas questões está envolvida a capacidade de o jornalista reconhecer quais acontecimentos apresentam valor como notícia. Traquina (2001) chama a essa capacidade saber de reconhecimento. No processo, são mobilizados os critérios de noticiabilidade, conjunto de valores-notícia.

## **2.3 PRODUÇÃO JORNALÍSTICA: A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE**

Por mais que se deva refletir sobre as técnicas do fazer jornalístico, não se pode perder de vista que temos de atentar para o modo de produção jornalística, pois vai influenciar na recepção da informação. Afinal faz-se jornalismo para o público e não para jornalistas, anunciantes e fontes de informações, embora muitos profissionais disso se esqueçam. O jornalismo tende a ser um meio de transformação social, do contrário não teria sentido.

A evolução das pesquisas em comunicação permite deslocar o centro de gravidade da produção da notícia para o debate sociológico, que no entender de Wolf (2002) negligencia a relação mídia/sociedade e realça os dispositivos comunicacionais no sentido empírico e administrativo. A sociologia do conhecimento, temática guia das pesquisas atuais, centra-se na importância e no papel dos processos simbólicos e comunicativos como pressupostos da sociabilidade. Wolf lembra, no entanto, que o tema não é novo, mas aparece de forma fragmentária e descontínua especialmente na literatura. Tratar dessa questão, a meu ver, é fundamental para a compreensão do jornalismo e mesmo para refletir sobre a produção da notícia.

De acordo com essa perspectiva e dado o caráter processual da comunicação, a forma como a mídia constrói a realidade social é tema de discussão tanto entre os teóricos quanto entre os práticos do jornalismo atual. Ela está estreitamente ligada, por outro lado, aos efeitos da mídia, ou ao consumo da informação, que evolui, segundo Wolf (2002), do limitado para o cumulativo, o que em certo sentido inverte o que foi apontado na questão da fragmentação das notícias.

Essa evolução do limitado ao cumulativo implica, para Wolf (2002), a substituição do modelo transmissivo da comunicação por um modelo centrado no processo de significação. É nesse sentido que a mídia desempenha o papel de construtora da realidade, ou seja, a mídia ajuda a estruturar a imagem da realidade social a longo prazo, organizando novos elementos dessa imagem para a formação de opiniões e crenças novas. Nesse processo de significação estão implícitos os efeitos de sentido da mensagem. Creio que isso seja uma razão suficiente para justificar a pesquisa no campo jornalístico sob o ponto de vista da AD, visto que ela trata, grosso modo, dos efeitos de sentido do discurso.

Sousa (2002, p. 13) diz que, como representação de determinados aspectos da realidade, as notícias são como espelhos, como discursos centrados no referente. Elas reproduzem os acontecimentos e as idéias, sendo que os jornalistas são os agentes, observadores neutros, que se atêm às normas e técnicas profissionais. Para esta reprodução, ou representação, usam “artefactos lingüísticos”. Dito de outro modo, para construir a realidade, o jornalismo utiliza-se de linguagens incluindo a imagética, isto é, linguagens verbais e não-verbais. O autor ressalta que além de representar determinados aspectos da realidade cotidiana, as notícias são responsáveis por construir socialmente novas realidades e novos referentes, ou seja, aquilo a que Henn (1998) se referiu como um processo de semiose.

À produção jornalística, na explicação de Sousa (2002), junta-se uma outra fase: a circulação e o consumo, sendo esta decisiva na construção de sentido das mensagens midiáticas, na medida em que as fontes de informação e o público influenciam os conteúdos direta ou indiretamente. Como espaço de mediação, o jornalismo reproduz, mas também produz, acontecimentos.

### **2.3.1 A HIPÓTESE DO AGENDA-SETTING**

A primeira vertente das pesquisas para a construção de uma teoria do jornalismo é a hipótese do *agenda-setting*, que chamamos de agendamento na imprensa. O conceito foi exposto quando o paradigma vigente (início dos anos 70) pregava que o poder da mídia era limitado e seu espaço de autonomia reduzido dentro dos processos de produção das notícias, visto que ela tinha o poder de “cristalizar e reforçar opiniões existentes e não alterá-las” (TRAQUINA, 2001, p. 16). Traquina informa que o primeiro trabalho de investigação empírica do *agenda-setting* foi com relação à questão da influência da mídia no eleitorado durante campanhas políticas norte-americanas. O conceito se estende hoje para os diversos campos e áreas do jornalismo para demonstrar a capacidade de influenciar a opinião pública. As primeiras pesquisas sobre os efeitos da mídia surgiram com os meios de comunicação capazes de atingir grande número de pessoas. Até então, os estudos em comunicação apontavam que o propósito da mídia era informar mais que persuadir ou modificar opiniões e comportamentos.

A expressão vem do inglês *agenda* (pauta, ordem do dia) e *set* (regular, estabelecer, determinar). Desenvolvida por pesquisadores como W. Lippmann, K. Lang e Noelle Neumann, a hipótese do *agenda-setting* trata das conseqüências da ação dos jornais, rádio,

televisão e de outros meios de comunicação (WOLF, 2002; TRAQUINA, 2001). Teoriza que o público sabe ou ignora, presta atenção ou abandona, realça ou negligencia os cenários públicos, de acordo com o que é exposto pela imprensa. “As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo” (SHAW apud WOLF, 2002, p. 144). Assim, se a mídia dá ênfase a algum evento, problema ou pessoa, o público também o faz.

Wolf (2002, p. 145) destaca, em síntese, que o *agenda-setting* não defende que a imprensa pretenda persuadir, mas, ao descrever uma realidade exterior, apresenta ao público uma “lista daquilo sobre o que é necessário ter uma opinião e discutir”. Nesse sentido, o pressuposto dessa hipótese é que a mídia fornece “por empréstimo” a compreensão da realidade social, na medida em que ilumina um ou outro assunto. A persuasão é marginal, pois mais importante que esse efeito é o de ditar a discussão pública.

O conceito que parece mais explicativo para a hipótese do *agenda-setting* é o de Cohen (apud TRAQUINA, 2001, p. 18-19). Ele diz que a imprensa

pode, na maior parte das vezes, não conseguir dizer *como pensar*, mas tem, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer aos leitores *sobre o que pensar*. O mundo parece diferente a pessoas diferentes, dependendo do mapa que lhes é desenhado pelos redactores, editores e directores do jornal que lêem (grifos do autor).

Para mim, apontar sobre o que discutir ou pensar demonstra um poder infinitamente maior do que aquele que dita como as pessoas devem pensar e agir. Isto porque, como destaquei na introdução deste trabalho, se não aparece na imprensa um acontecimento passa a não existir socialmente. Um exemplo mais ou menos recente é o tema da segurança (ou a falta dela) e do tráfico de drogas no Brasil. Até o assassinato do jornalista Tim Lopes por traficantes numa favela do Rio de Janeiro, as notícias que apareciam na imprensa sobre o assunto eram pontuais. Esse fato acabou por constituir a agenda da mídia, desencadeando a abordagem do tema por semanas seguidas. A população de todo o país e não apenas a das grandes cidades afetada diretamente pela criminalidade, por sua vez, passou a discutir e a se preocupar com o assunto da segurança pública, o que levou tanto a manifestações públicas em todo o país quanto à inclusão de propostas relevantes nos programas de governo dos candidatos a presidente e a governadores nas eleições de 2002.

Segundo a perspectiva da hipótese do *agenda-setting*, os critérios adotados pelos jornalistas para seleccionar os acontecimentos são contemplados na relação emissor-receptor. De um lado, descreve Henn (1996), estão as rotinas produtivas que por si só fornecem os cri-



térios de relevância para que o caráter noticiável do acontecimento seja captado pelo jornalista ou pelo pauteiro. O autor refere-se à técnica de produção da notícia e aos valores-notícia, conforme prega o modo de produção jornalística. De outro lado, essas rotinas traduzem a necessidade de orientação do receptor para interpretar os acontecimentos a sua volta.

Reforça Traquina (2001, p. 22): “a constituição de um acontecimento ou de uma questão em notícia significa dar existência pública a esse acontecimento ou questão, constituí-los como recurso de discussão”. Pode-se dizer ainda, conforme palavras de Barros Filho (2001, p. 195), que “há temas que proporcionam discussão social mais intensa e outros, menos”. A ninguém escapa o fato de que as notícias jornalísticas contam aquilo a que o público não assiste diretamente, mas que são partes da realidade objetiva que se transformam em discursos públicos. No entanto, a premissa do agendamento é que nem todas as ocorrências são acontecimentos passíveis de transformar-se em notícia.

De acordo com Traquina (2001), os estudos do *agenda-setting* redescobrem o poder da imprensa por enfatizar que o campo jornalístico pode sim influenciar diretamente a direção da opinião pública, tanto a partir da seleção dos acontecimentos quanto do seu enquadramento. A agenda faz parte das rotinas organizadas de captação de informações. Ela revela os tipos de acontecimentos sobre os quais um determinado órgão de comunicação se concentra de forma, mais ou menos, estável para oferecer as representações da realidade.

Diz Sousa (2002, p. 24) que a previsibilidade das informações e o planejamento norteiam “grande parte dos procedimentos de recolha de informações, pois permitem que, em cada período de trabalho, regulado pela agenda e pelas *deadlines*<sup>28</sup>, não se comece do nada”. Dito isto, cabe lembrar que o jornalismo trabalha, sobretudo, com a imprevisibilidade dos acontecimentos e centra-se em torno de ocorrências atuais. Isso, na maioria das vezes, serve como desculpa para a superficialidade das notícias.

A agenda é determinada a partir da atualidade curta (acidentes), atualidade média (eleições, congressos partidários) e atualidade longa (planos econômicos), de acordo com Sousa (2002). A mídia fornece algo mais do que um certo número de notícias. Ela estipula os temas que os destinatários vão receber, mas também a hierarquia de importância e de priori-

---

<sup>28</sup> A *deadline* é definida como a linha de morte, ou seja, o esgotamento do período de tempo reservado à produção da notícia para que as páginas dos jornais já diagramadas sejam encaminhadas à gráfica para a impressão.

dade, segundo a qual esses temas estão dispostos na ordem do dia. Assim, a imprensa destaca quais os assuntos ou acontecimentos são mais importantes que outros.

É preciso ressaltar que as decisões na produção da pauta não são produto de uma avaliação individual do que é ou não notícia, mas a partir de um conjunto de valores advindos de critérios profissionais. No entanto, nesses critérios estão incluídos os sistemas de fontes e a própria instituição jornalística, mais do que os próprios leitores.

Henn (1996, p. 80) sublinha que os valores-notícia precisam ser de fácil decodificação em virtude da celeridade que rege o trabalho jornalístico. São também flexíveis para que se adaptem à variedade de acontecimentos disponíveis e para que não haja problemas na substituição de uma notícia por outra, caso acontecimentos mais recentes exijam. A exemplo de Lage (2001 b), ao afirmar que os critérios de valores são cambiáveis, Henn (ibidem) esclarece que também os valores-notícia mudam com o tempo para se adaptar aos movimentos sociais. Nesse sentido, alguns temas que não tinham espaço ou interesse no noticiário décadas atrás, hoje aparecem com destaque e vice-versa.

Ademais, há uma complexidade subentendida a todo o processo de produção da notícia, implícita aos valores-notícia de novidade e atualidade, e que ultrapassa os critérios técnicos. “A pauta tem essa capacidade de apontar para circunstâncias ou fatos que se encontram como que ‘adormecidos’ na sociedade e encaminhá-los para a notoriedade pública” (HENN, 1996, p. 85-86). Existem ocorrências que são imediatamente pautadas em função de seu impacto na sociedade. Outras dependem da percepção do jornalista em compreender seu grau de noticiabilidade. Essa percepção é, a meu ver, mais importante do que saber escrever usando as ‘regrinhas’ técnicas do lide e da pirâmide invertida.

A formulação dos critérios ou de regras profissionais do que é noticiável transforma a agenda, por meio da pauta, em constante negociação entre o sistema jornalístico e o seu entorno, ou seja, o universo social composto pelas instituições que a mídia representa e pelo público que busca informações. Segundo Wolf (2002, p. 152), a hipótese do agendamento aponta ainda que a mídia é eficaz na “construção da imagem da realidade” que uma pessoa estrutura. Essa imagem representa a totalidade da informação sobre o mundo que cada indivíduo organizou e acumulou. Nesse sentido, o público vai formando sua opinião ou conhecimento dependendo do que a mídia inclui e expõe em sua agenda. Os temas cobertos pela imprensa em primeira página, como foi por exemplo a eleição e posse de Luiz Inácio Lula da

Silva na presidência do Brasil, são amplamente discutidos socialmente. Isso significa que um assunto fortemente valorizado nos jornais diários tem maior probabilidade de o ser também na agenda de discussão dos leitores.

A função do *agenda-setting*, descreve Wolf (p.163), é selecionar “os grandes temas sobre os quais há que se concentrar a atenção do público” e mobilizá-lo para a tomada de decisão. Um exemplo é o caso recente da mobilização da população do sul de Santa Catarina para a duplicação do trecho sul da BR-101. O seu agendamento para a cobertura freqüente, para não dizer diária, pelos jornais em Santa Catarina, acaba por não apenas fazer o público tê-lo como tema central de discussão, mas também, e por isso mesmo, levar à ação das autoridades. Esta é uma estratégia comunicativa de tematização destinada à obtenção de efeitos de agenda da imprensa.

No entanto, essas mesmas pesquisas demonstram que um assunto menos valorizado pode, também, ser situado pelo leitor em maior ou menor grau. A questão está ligada ao tipo de mídia (jornal, televisão ou rádio). Por exemplo, sabe-se que no Brasil o público maior é o da TV. Então, esta é que acaba por agendar os temas centrais a serem discutidos pelos destinatários como também pelos próprios jornais impressos, que se pautam por ela muitas vezes. Pode-se pensar em termos de hegemonia de um canal, como a Globo, que apesar de não ser mais a mesma de tempos atrás ainda exerce uma influência muito grande para agendar, arrisco a dizer, até outros canais.

No pressuposto do *agenda-setting*, a freqüência com que um assunto aparece é uma indicação utilizada pelos destinatários para avaliar a sua importância. Mas não é só isso. Segundo Wolf (2002, p. 166), para ser capaz de tratar a informação contida na matéria jornalística, ou seja, para interpretar e compreender uma notícia, “o destinatário deve combinar a informação nova com a informação já acumulada na memória”. Isto quer dizer que o destinatário ou indivíduo vai juntando partes de informação, preenchendo espaços em branco na memória, introduzindo novas cenas, trocando-as por outras ou sobrepondo outras para interpretar e construir, pouco a pouco, um mundo possível a partir de cenas e informações anteriores já construídas em sua mente. Assim, as pesquisas do *agenda-setting* apontam que os efeitos da comunicação não são imediatos, mas cumulativos, formados em médio e longo prazos.

No entanto, a hipótese do *agenda-setting* também sofre críticas e demonstra deficiências, para Sousa (2002, p. 165). Ele cita que há uma dissonância entre a agenda midiática

e a agenda pública, “uma vez que a primeira raramente agendaria temas importantes para a vida das pessoas”. Segundo essa crítica, a imprensa centra sua atenção sobre peculiaridades do dia-a-dia. O poder de agenda depende dos temas e dos públicos, ou ainda do que a imprensa quer iluminar. Via de regra, o agendamento acontece sem que haja um mecanismo que assegure as reais necessidades do público. Pesquisadores colocam em evidência o processo de interação entre a agenda midiática, a agenda política e a agenda pública. Uma influencia a outra. O que acontece, contudo, é que a imprensa, normalmente, toma para si a responsabilidade de filtrar os temas para a discussão pública.

Sousa (ibidem) faz uma distinção entre o que chama de teoria do *agenda-setting* e de teoria da tematização. Para ele, a tematização é o processo de definição, estabelecimento e reconhecimento público de grandes temas, estabelecendo a mídia não como protagonista, mas como mediadora da discussão pública. Cito como exemplo o desemprego, tema de preocupação social no atual momento histórico do País. Ele surge das necessidades da própria sociedade e tanto a mídia como os políticos o colocam em sua agenda, alargando a discussão pública.

### 2.3.2 O NEWSMAKING

Algumas lacunas ficam abertas pela hipótese do *agenda-setting*, especialmente com relação aos mecanismos de produção da notícia. A segunda vertente das atuais pesquisas, então, recai sobre o processo de produção das notícias, o *newsmaking*, denominada sociologia do emissor, cujo antecessor é o conceito de *gatekeeper* (selecionador). A partir da hipótese do *agenda-setting*, pela teoria do *newsmaking* tenta-se compreender, entre outras questões, quais são os fatos que influenciam a elaboração da agenda jornalística e não mais a influência da informação (notícia) na discussão pública. Expressão composta pela palavra inglesa *news* (notícia, novidade) e por *making* (o mesmo que fabricação), o *newsmaking* supre uma lacuna aberta pela hipótese do *agenda-setting*, completando-se. Caracteriza-se como o estudo “sobre os emissores e sobre os processos produtivos na comunicação de massa” (WOLF, 2002, p. 177). Atravessada pela multidisciplinaridade, nesta linha há uma convergência entre as pesquisas sobre os emissores, sobre a lógica de produção da notícia e sobre os efeitos a longo prazo da comunicação jornalística. A sociologia do emissor diz respeito essencialmente aos produtores de notícias, do *gatekeeper* ao *newsmaking*, portanto.

O conceito de *gatekeeper* (desenvolvido por David Manning White) tem origem associada, segundo Traquina (2001, p. 54), a uma das tradições “mais persistentes e prolíferas” na pesquisa sobre o modo de as notícias serem como são. O *gatekeeper* (*gate* = portão; *keeper* = proprietário, zelador) é o selecionador, aquele que nas “cocheiras”, segundo o jargão dos bastidores da imprensa, tem autoridade para rejeitar ou transformar a informação em notícia. Normalmente é o editor que, numa redação, decide o que vai entrar ou não na edição do jornal. Mas o próprio pauteiro, o chefe de reportagem e também o repórter, em outros níveis de decisão, filtram o que vai passar pelo “portão” ou ser rejeitado. Esse conceito é largamente aproveitado nos estudos do jornalismo nas décadas de 50 e 60, e continua alimentando investigações na área da imprensa até hoje.

Assim, a idéia de *gatekeeper* destacada por Henn (1996, p. 76) coincide com a função do pauteiro, filtro inicial por onde caminham os acontecimentos rumo à noticiabilidade. Segundo o autor, as zonas de filtro são controladas por sistemas objetivos de regras. “Há um indivíduo, ou um grupo, que tem o poder de decidir se deixa passar a informação ou se a bloqueia”. Mas também alerta que a seleção do que pode ou não passar pelo filtro ou “cancela” não é sustentada por visões particularistas e sim por um processo “hierarquicamente ordenado e ligado a uma rede complexa de *feedbacks*”. Fator essencial no trabalho de pauta, o *feedback*, por sua vez, encontra sustentação na teoria da construção do temário ou *agenda-setting*, que, como vimos, inclui ou exclui os temas ou assuntos para transformar em notícia.

Penso que na prática profissional, o conceito de *gatekeeper* também é importante, em razão de no dia-a-dia o jornalista deparar-se com centenas de informações e ter de decidir a cada momento o que vai parar nas páginas do jornal do dia seguinte. Segundo Sousa (2002, p. 39), a teoria do *gatekeeper* estuda “o papel do jornalista, enquanto pessoa individual, na conformação da notícia”. Na avaliação do autor, o processo de seleção das notícias é subjetivo, pois é fortemente influenciado pelas experiências, valores e expectativas do *gatekeeper* mais do que por constrangimentos organizacionais.

Ainda que a decisão de publicar ou não uma notícia pareça subjetiva, Wolf (2002, p. 181) diz que as pesquisas demonstram que na maioria dos casos o interesse individual é o que menos conta. As explicações para a escolha ou bloqueio de uma informação vão desde a falta de espaço, a sobreposição de uma história já selecionada, a falta de interesse jornalístico, a falta de qualidade da escrita até a falta de interesse do leitor em razão de o fato acontecer em lugar distante, por exemplo. “O caráter individual da atividade do *gatekeeper* é ultrapassado,

acentuando-se, em particular, a idéia da seleção como processo hierarquicamente ordenado e ligado a uma rede complexa de feed-back”.

Wolf (ibidem, p. 182) alarga o horizonte do problema da seleção realizada pelo *gatekeeper* e valoriza a maneira como se executa essa filtragem. Para ele, o conceito de *gatekeeper* inclui todas as formas de controle de informações. “A principal fonte de expectativas, orientações e valores profissionais não é o público, mas o grupo de referência constituído pelos colegas ou pelos superiores”. A linha editorial e política dos jornais raramente é explicitada e discutida, mas apreendida “por osmose” e imposta, “através do processo de seleção dos jornalistas no interior da redação”.

O estudo sobre a produção noticiosa não se atém à cobertura de um acontecimento particular, “mas ao andamento normal da cobertura informativa por períodos prolongados”, de acordo com Wolf (2002, p. 185). É o processo que define os critérios de importância e noticiabilidade de um fato social ou acontecimento. Wolf destaca, a partir dos estudos de Tuchmann, três exigências na produção da notícia, que estão ligadas entre si: a) tornar possível o reconhecimento de um fato desconhecido como um “acontecimento notável”; b) elaborar formas de relatar os acontecimentos que não levem em conta questões pessoais, mas objetivamente; c) organizar o trabalho, temporal e espacialmente, de forma planejada.

Nestas exigências estão as dificuldades na produção das notícias. O próprio Wolf (2002) aponta duas direções. De um lado está a cultura profissional, cuja ideologia traduz uma série de paradigmas e de práticas profissionais adotadas como naturais. De outro, há as restrições ligadas à organização do trabalho. São as convenções profissionais que determinam a definição de notícia, a legitimação do processo produtivo, a utilização de fontes, a seleção do acontecimento, a modalidade de confecção. O conjunto desses critérios estabelece o grau de noticiabilidade de cada acontecimento, ou seja, a sua aptidão para se transformar em notícia.

A noticiabilidade é constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos órgãos de informação e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas – para adquirirem a existência pública. Tudo que não corresponde a esses requisitos é “excluído”, por não ser adequado às rotinas produtivas e aos cânones da cultura profissional (WOLF, 2002, p. 189).

Embora sujeita a desacordo, a noticiabilidade depende sempre dos interesses e das necessidades do veículo de comunicação e dos próprios jornalistas. Isso significa, tomando Wolf (p. 193), que “os critérios de relevância são, por um lado, flexíveis e variáveis quanto à

mudança de certos parâmetros e, por outro, são sempre considerados em relação à forma de operar do organismo que faz a informação”. Justamente, levando em conta esses fatores, é que o autor trata do que chama distorção involuntária. Ou seja, o grau de noticiabilidade está ligado a uma série de negociações orientadas, pragmaticamente, para se estabelecer o que é publicável e o modo como a informação será publicada, ainda que haja modelos e valores (procedimentos) profissionais objetivos partilhados rotineiramente.

Os componentes de noticiabilidade e os critérios de relevância definem os valores-notícia. E são estes que recomendam a seleção de um fato a ser agendado, conforme já vimos. Os valores-notícia funcionam como linhas-guia para a apresentação social da informação. Há que se lembrar que o processo de decisão e de escolha é realizado rapidamente em virtude da própria dinâmica do meio. Essa tarefa é rotinizada, quase automática, pois os valores-notícia estão, ou deveriam estar, internalizados pelo jornalista. O tempo, a pressão e a rotinização do fazer jornalístico provocam a distorção involuntária.

Denominada também de distorção inconsciente, Pereira Jr. (2001, p. 76) explica que as pesquisas do *newsmaking* procuram descrever o trabalho comunicativo dos emissores “como um processo em que acontece de tudo – rotinas cansativas, distorções intrínsecas e estereótipos funcionais”. Para Pereira Jr. (p.78), a perspectiva do *newsmaking* é diferente daquela que remete à deficiência da cobertura jornalística com relação às pressões externas, visto que “abre a possibilidade de captar o funcionamento da distorção inconsciente, vinculada ao exercício profissional, às rotinas de produção, bem como aos valores partilhados e interiorizados sobre o modo de desempenhar a função de informar”.

O processo de seleção é comparado por Wolf (2002, p. 241) a um funil, dentro do qual se colocam inúmeras informações, mas apenas um número restrito vai ser “filtrado”. Segundo este autor, não se pode descrever a seleção de notícias apenas como uma escolha subjetiva do jornalista, mesmo que profissionalmente motivada por um processo complexo em que diversas instâncias estão envolvidas, da equipe de jornalistas até os envolvidos no acontecimento e as fontes de informação. Isso quer dizer que há critérios técnicos de escolha que levam em conta os valores-notícia. É nesse sentido que as pesquisas do *newsmaking* se propõem a esclarecer as razões organizativas para as notícias serem o que são.

O ideal é que os critérios de noticiabilidade sejam respeitados e que o jornalismo como mediador assuma esse papel com responsabilidade, bom senso e honestidade. No entan-

to, Sousa (2002) concorda que os meios de comunicação são também usados para interesses particulares, podendo igualmente contribuir para sustentar ou ampliar determinados poderes. O autor (p. 19) sublinha ainda que os próprios jornalistas podem se valer de fontes que partilhem pontos de vista e, via cobertura dessas fontes, ser objeto de discurso que eles próprios gostariam de dizer. Mas a idéia que prevalece é a de que os meios jornalísticos “são estruturas que tendem a representar as relações sociais dominantes de poder no seio da sociedade e, por conseqüência, trabalhando no sentido de inviabilizar quaisquer mudanças sociais”. Em vista disso, Sousa propõe analisar o processo de construção da notícia, conforme já citamos, sob o enfoque das ações pessoal, social, cultural e ideológico, que estão em inter-relação no conteúdo midiático. A meu ver, esses enfoques levam ao esclarecimento das escolhas realizadas no processo de produção das notícias, nas quais estão implícitos fatores altamente subjetivos.

Posto que a notícia é um produto socialmente elaborado e o jornalista um autor/produtor, a análise desse processo permite, acredito, uma compreensão maior do jornalismo. Propõe-se, segundo Wolf (2002, p. 243), a explicar “adequada e aprofundadamente a distorção informativa que os fatores organizativos e estruturais constantemente produzem e reproduzem”. O autor destaca o caráter dinâmico, elástico do processo de produção da notícia, que não deve ser rigidamente prefixado, mas calibrado internamente. Para ele, a noticiabilidade é uma mistura articulada que coloca em jogo fatores e pesos desiguais. Nesse sentido, penso, é necessária a busca de um ponto de equilíbrio nesse emaranhado que contempla uma diversidade de fatores envolvida no processo de produção jornalística.

## 2.4 INFORMAÇÃO E OPINIÃO: UMA QUESTÃO DE GÊNERO

A introdução do lide a partir dos anos 50 no Brasil e da técnica da pirâmide invertida possibilita a apropriação da opinião, separando-a do conteúdo informativo. Lustosa (1994) ressalta que, ao ser estabelecida esta prática, surgem as páginas opinativas, como os editoriais<sup>29</sup> e os textos de articulistas e colunistas, que podem manifestar pontos de vista. Entretanto, critica o modelo de texto informativo, que exige a objetividade, por permitir “encobrir os verdadeiros interesses das empresas e suas alianças econômicas e político-ideológicas”. Medina (1988, p. 66) relata que a forma de fazer notícias no Brasil começa a se

---

<sup>29</sup> O editorial caracteriza-se como um espaço reservado à defesa das causas e interesses do veículo de comunicação ou de seu proprietário ou concessionário.



transformar com o desenvolvimento da indústria cultural, nos centros urbanos em processo de crescimento. A mensagem jornalística se multiplica em várias formas e manifestações: “o relato noticioso, a reportagem, a entrevista, o editorial e outros comentários opinativos, a pesquisa de reconstituição histórica (biográfica) dos focos do dia, a crônica, a crítica de espetáculos de arte”. A mistura dessas categorias, considera a autora, resulta num “colorido” de informação, distração e opinião que se inter-relacionam.

As essas categorias jornalísticas alguns autores denominam gêneros. De acordo com os estudos de Melo (1994), pode-se classificá-los em: informativo, interpretativo ou investigativo, opinativo e diversional ou de entretenimento. A partir dessa visão, Melo (1994, p. 28) descreve que cabe ao jornalismo informativo assumir o papel de observador da realidade; o jornalista registra os fatos (os acontecimentos), informando-os à sociedade. A notícia pura e simples é a sua característica principal. Já o jornalismo interpretativo, além de informar, orienta, contribuindo para enriquecer os conhecimentos da coletividade. “Os fatos são portanto esclarecidos, explicados, detalhados”. É a notícia em profundidade, convencionalmente chamada de reportagem. Contudo, na visão de Marcondes Filho (1989, p. 31), a revolução provocada com a introdução da reportagem significa para o jornalismo um aprimoramento da “embalagem da mercadoria” com o objetivo de torná-la mais atraente.

Medina (1988, p. 68) conceitua reportagem como a grande notícia, e a entrevista como reportagem provocadora. A partir dos anos 60, o aprofundamento da notícia constitui a tendência interpretativa do jornalismo brasileiro para ampliar as possibilidades informativas. Medina (p. 62) descreve três rumos hoje consagrados da ampliação das informações imediatas (notícias): o da humanização, que muitos autores denominam de *fait divers*, onde o fato social é individualizado por meio de um perfil representativo; a ampliação do fato imediato no seu contexto, caso de reportagens sobre problemas sociais; e, por último, o da reconstituição histórica, que apesar de “tocar de leve”, em passagens curtas, oferece alguns subsídios para completar a informação presente.

Lage (1998 a, p. 46) também distingue notícia e reportagem. Ele resume que a reportagem não cuida da cobertura de um fato ou de uma série de fatos, mas do levantamento de um assunto conforme um ângulo preestabelecido. E exemplifica:

Noticia-se que um presidente foi deposto; fazem-se reportagens sobre a crise político-institucional, econômica, social, sobre a reconfiguração das relações internacionais determinada pela substituição do governante, sobre a conspiração que levou ao golpe, sobre um ou vários personagens envolvidos no episódio (LAGE, 1998 a, p. 46-47).

A diferença entre notícia e reportagem, na explicação de Lage (1998a), é estabelecida pelo projeto de texto (pauta, agenda). A pauta é apenas indicação de fatos programados (previsíveis), da continuação (suíte) de eventos dos quais se espera desdobramento, ou dos acontecimentos chamados factuais (imprevistos), advindos do sistema de captação que mantém contatos permanentes com setores da polícia e do parlamento, principalmente.

Já a reportagem supõe outro nível de planejamento. Os assuntos estão sempre disponíveis, pois são matérias-primas abundantes. A pauta, nesse caso, indica a linha editorial, ou seja, de que maneira o assunto será abordado, tamanho, estilo, tempo de apuração. Lage (1998 a, p. 47) esclarece que a linguagem é mais livre. “Podem-se dispor as informações por ordem crescente de importância, mas também narrar a história como um conto ou fragmento de romance”. O autor diz ainda que se admite, em certos casos, que o repórter conte o que viu na primeira pessoa. A redação da reportagem se aproxima da linguagem literária. Lage (1998 a, p. 48) complementa que existe sempre uma interpretação, mas é importante que se respeitem os fatos, dando ao leitor o direito de avaliá-los, segundo seus próprios valores.

O gênero interpretativo é também classificado por alguns autores como investigativo, ainda que a investigação seja um pressuposto do jornalismo, qualquer que seja a categoria. Em *A reportagem – teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*, Lage (2001a, p. 136) trata de diferenciá-los. Para ele, “o jornalismo interpretativo consiste, grosso modo, em um tipo de informação em que se evidenciam conseqüências ou implicações dos dados”. Já o jornalismo investigativo é uma categoria geralmente definida como forma extremada de reportagem. “Trata-se de dedicar tempo e esforço ao levantamento de um tema pelo qual o repórter, em geral, se apaixona”, ensina Lage (2001a, p. 138).

A questão da interpretação, no entanto, é polêmica para alguns autores. Vimos que Beltrão (1992) considera uma função do jornalismo interpretar os fatos para o leitor. Erbolato (1991, p. 31) aponta que não se poderia, a rigor, falar em interpretação sem que se ofereça ao leitor algo de opinião. “Procura-se combater a expressão ‘interpretativo’, por entender-se que há excessos quando o repórter mostra os vários ângulos de uma notícia, pois transporta a sua idéia, ou as de quem entrevistou, para o texto entregue ao público”.

A evolução e a adoção das técnicas levaram a uma conquista autêntica, na avaliação de Erbolato (1991, p. 34): “a separação entre, de um lado, o relato e a descrição de um fato, dentro dos limites da objetividade permitidos pela natureza humana, e, de outro, a análi-

se e o comentário da mesma ocorrência”. O jornalismo ficou, assim, dividido em dois grupos: o informativo e o opinativo. Porém, o próprio Erbolato diz que o jornalismo interpretativo, que tem sua expressão na reportagem, não pretende regressar aos tempos em que os comentários e as opiniões eram entremeados no texto. O chamado novo jornalismo deseja aprofundar-se na análise da ocorrência, “mas sem que seja emitida qualquer opinião”. A divulgação de um fato separa-se, assim, em três aspectos: informação, interpretação e opinião: é notícia informar o fato ocorrido; é interpretação explicar porque ocorreu; é opinião dizer se o ocorrido é bom ou mau, ou seja, sua função é orientar.

Nenhum jornalista duvida que interpretar objetivamente é mais difícil do que informar, já que, no processo de pesquisa, de investigação e de análise dos acontecimentos, os fatores subjetivos têm mais oportunidade de se manifestar do que simplesmente são descritos os fatos. Contudo, a simples informação, às vezes, também é difícil de ser redigida, dentro de rigorosa objetividade (ERBOLATO, 1991, p. 35).

O jornalismo interpretativo exige a inclusão de antecedentes do fato e a humanização do relato, assim como as suas conseqüências para a sociedade. Divulgar os antecedentes significa, para Erbolato (1991, p. 39), agregar informações complementares às notícias do dia, enquanto a humanização quer dizer “levar a informação até o ambiente do leitor, de maneira que ele a sinta”. A apresentação de circunstâncias oferece elementos para que o próprio leitor opine e avalie os fatos.

Para Chaparro (1998, p. 100), a separação entre informação e opinião é um falso paradigma, “porque o jornalismo não se divide, mas constrói-se com informações e opiniões”. O autor (p. 122) afirma que são duas as ações jornalísticas: “relatar a actualidade; comentar a actualidade. Com opinião e informação. Nada além disso”. Portanto, segundo o autor (p. 113), há um equívoco entre esses gêneros que a cultura jornalística produziu, pois até a notícia construída apenas com informação “resulta de seleções e exclusões deliberadas, controladas pela competência opinativa do jornalista”.

Os jornais encontram nos textos curtos, ou no jornalismo puramente informativo, a melhor forma de combater a opinião desconfortável, segundo Silva (*ibidem*, p. 33). “Quando a notícia se resume ao lead, não há espaço para o estilo nem para a divagação pessoal. Guarda-se o ‘essencial’ e dispensa-se o particular”. A esse jornalismo que não consegue contextualizar, interpretar e analisar os fatos, expressão da reportagem, Pereira (2002) chama de “jornalismo fast food”, incapaz de transformar informações em conhecimento. Para ele, o

informativo “é jornalismo declaratório, boletim de ocorrência (B.O.) policial ou relatório de repartição pública”.

Já para Sousa (2002, p. 19), a separação entre informação e opinião, entre o fato e o comentário que os valores clássicos do jornalismo propõem, favorece a construção da idéia do jornalismo como espelho da realidade. Ele alerta, contudo, que se a mídia agir como agente de sustentação do *status quo* e de ampliação dos poderes, “a sua imagem dominante, ao nível do ser humano, poderá, por consequência, facilitar perigosamente a manipulação e a desinformação do público”. Em sua opinião, o público não percebe, por exemplo, a relação existente entre jornalistas, acontecimentos e pessoas neles envolvidas, como também não repara na seleção e hierarquização dos elementos expostos nos enunciados jornalísticos, nem que a escolha de palavras ou termos nos discursos pressupõe, por si só, a existência de critérios e juízos de valor. “Estes critérios e juízos de valor, em maior ou menor grau, serão mesmo compartilhados, já que as construções discursivas em jornalismo são, freqüentemente, semelhantes”.

Em minha avaliação, esse é um dos perigos a que o jornalismo está sujeito. O próprio jornalista tem dificuldade em separar a informação e o juízo de valor. Por outro lado, tem que policiar suas atitudes para não promover uma autocensura com relação a fontes de informação ou a elementos captados durante a cobertura e a captação de dados e mesmo na hora de escrever. Mas penso que interpretar as informações não é de todo mau. O problema é quando esta é carregada de interesses dos poderes políticos e econômicos em detrimento da voz social, dos interesses da população como um todo que tem o direito à informação.

## **2.5 A OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA**

Já abordei até aqui, de alguma forma, questões que envolvem a objetividade. De antemão, percebe-se que ela é cercada de polêmica, de dificuldades e de algumas contradições. Nesse sentido, estabelecer as fronteiras entre a objetividade e a subjetividade no discurso do jornalismo é tarefa desafiante e sempre motivadora. Vou, por isso, investir em uma reflexão, cuja idéia é permitir uma vertente de análise comparativa das matérias veiculadas na imprensa de Santa Catarina, avaliando as condições de produção dessas notícias.

O termo objetividade, é evidente, vem da palavra objeto, como vimos no capítulo anterior. Portanto, diz-se que o discurso tem objetividade quando estão expressas as características próprias do objeto (o fato) e não as do sujeito, ou seja, o autor do relato (o jornalista). Moretzsohn (2002) trata dos princípios clássicos do jornalismo baseados no critério de objetividade como pressuposto do poder de verdade dos fatos para esclarecer os cidadãos. A autora diz que essa idéia, embora admita que haja críticas, até hoje sobrevive nos manuais de redação, nos princípios dos jornais, assim como nos estudos acadêmicos. Para Moretzsohn (p. 56), as noções de imparcialidade e objetividade são princípios adotados e aceitos pela imprensa ocidental e “é em torno deles que se procura formular uma teoria do jornalismo”.

Segundo Barros Filho (2001, p. 21), “a objetividade jornalística surgiu, em um determinado momento (histórico) da evolução do espaço ideológico, como uma reprodução, entre outras, do jornalismo ideal, em um campo jornalístico social e geograficamente delimitado”. Essa noção ganha espaço na imprensa brasileira com mais força, diante da censura imposta no período da ditadura militar a partir de 1964 e mais especificamente com o AI-5 em dezembro de 1968. Outro fator é a concentração de empresas jornalísticas em grandes monopólios, acabando com os pequenos jornais políticos e diminuindo conseqüentemente os espaços de opinião. Além, é claro, da incorporação dos padrões americanos de fazer reportagem que até hoje exercem grande influência no jornalismo brasileiro.

O conceito, no entanto, se desenvolveu nos EUA em fins do século XIX e se tornou padrão universal no século XX. A objetividade tem origem na necessidade de estabelecer uma fronteira ética em relação a jornais sensacionalistas, que os norte-americanos chamaram de imprensa amarela e os brasileiros apelidaram de marrom. A informação objetiva, confirma Bahia (1990), é adotada em resposta a notícias escandalosas, interesseiras, manipuladoras e imprecisas. Bahia coloca a objetividade entre as responsabilidades do jornalismo junto com a independência, a imparcialidade, a honestidade, a exatidão e a credibilidade.

Lage (1998b, p. 15) também menciona o desenvolvimento do conceito de objetividade:

A par do sensacionalismo, e no esforço para superá-lo, os jornalistas americanos conseguiram emprestar rigor às técnicas de apuração e tratamento de informações. Foram buscar no espírito científico o respeito aos fatos empíricos e o cuidado de não avançar além daquilo que os fatos indicam. A idéia de imparcialidade é parte dessa postura, que se contrapôs ao modelo sensacionalista nos grandes jornais da América.

Goodwin (1993) complementa que a reportagem objetiva foi desenvolvida por jornalistas em imitação aos métodos científicos das ciências naturais. Mas sabe-se que a idéia foi tentar separar informação e opinião, sob o discurso ético da objetividade. Traquina (2001, p. 66) trata do paradigma das notícias como informação, que substitui aquele que concebe os meios de comunicação como arma política e os jornalistas como militantes partidários, e que se tornou a “bíblia” da tradição jornalística. O papel do jornalismo, de acordo com este paradigma ainda vigente, “é definido como o do observador que relata com honestidade e equilíbrio o que acontece, cauteloso em não emitir opiniões pessoais”.

Assim, na teoria das notícias estudada por Traquina (2001, p. 66), ele cita dois momentos históricos cruciais no desenvolvimento da objetividade no jornalismo. O primeiro surge em meados do século XX com o jornalismo de informação, chamado novo jornalismo (*new journalism*), cuja idéia-chave é a separação entre fatos e opiniões. O autor recorda que as agências noticiosas, criadas nessa época, foram “as mais ardentes defensoras” desse novo jornalismo, cujo desenvolvimento teve lugar na França, nos Estados Unidos, na Inglaterra e na Alemanha, entre 1830 e 1860. Ainda sem a denominação de objetividade, segundo este autor, a mensagem dita informativa, que supõe dar a palavra a exprimir a realidade, é revelada numa época em que o positivismo é reinante no âmbito intelectual, tanto na ciência como na filosofia e na sociologia.

Complementando, Barros Filho (2001, p. 22) enfatiza que a distinção entre fato e juízo de valor, entre o real e a valorização humana do real, entre o jornalismo informativo e o opinativo, representou um “divisor de águas” nas ciências humanas. Mas esclarece que a aplicação do positivismo filosófico à informação foi apontada pelos críticos da objetividade.

Embora se possa pensar que o jornalismo moderno tenha derivado logicamente dos ditames positivistas, há claros indícios de que a prática do “jornalismo objetivo” antecedeu qualquer normatização nesse sentido. Essa prática, consolidada na última década do século XIX, é conseqüência não só de interesses econômicos ligados à eficácia, à rentabilidade, ao menor esforço e ao menor risco, mas sobretudo por uma estratégia de legitimação de um tipo de produto dentro de um campo jornalístico em formação (BARROS FILHO, 2001, p. 22-23).

O segundo momento histórico relatado por Traquina (2001, p. 67) tem lugar no século XX, agora com o surgimento do conceito de objetividade. O autor reforça que é nos Estados Unidos, nos anos 20 e 30, que a objetividade traz não um “reforço da fé nos fatos”, mas uma “convicção nos fatos”. Traquina explica que, embora vista erradamente como a negação da subjetividade, a objetividade é um método concebido em função de um mundo no

qual “os fatos não eram merecedores da confiança devido ao surgimento de uma nova profissão, Relações Públicas, e a tremenda eficácia da propaganda verificada na Primeira Guerra Mundial”. Assim, com a ideologia da objetividade, a fé nos fatos é substituída pela fidelidade às regras de apuração e redação quando até mesmo os fatos são postos em dúvida. O antídoto para a subjetividade é o empréstimo do método científico e, sobretudo, a aplicação de procedimentos profissionais.

No entanto, estas perspectivas são problemáticas em se tratando de notícia. O primeiro problema é a diferença entre jornalismo e ciência. É Sousa (2002, p. 22) quem aborda essa diferença. Diz ele que a ciência não perde de vista “nem a idéia de infragmentabilidade do real nem os métodos científicos que permitem reduzir as distorções induzidas no processo de construção de conhecimentos sobre a realidade”. É diferente no jornalismo, que na correria pela busca e produção da notícia perde a ambos. No entanto, ainda que a idéia de cientificidade na construção da notícia seja polêmica, é essa ideologia jornalística da objetividade que impede a transgressão da fronteira entre a realidade e a ficção. Com relação aos valores e às normas, estas funcionam, segundo o argumento de Sousa (2002), como árbitros. Os procedimentos são, neste caso, identificados como profissionalismo.

A legitimidade e a credibilidade dos jornalistas estão presentes na crença de que a notícia reflete a realidade social, mas também na de que “os jornalistas são imparciais devido ao respeito das normas profissionais e asseguram o trabalho de recolher a informação e relatar os fatos, sendo simples mediadores que ‘reproduzem’ o acontecimento na notícia” (TRAQUINA, 2001, p. 68). De acordo com essa ideologia, a notícia é um produto centrado no referente: a realidade. A invenção e a mentira são violações das mais elementares regras jornalísticas. Por este caminho, a objetividade parte do princípio de que a notícia deve refletir a realidade sem distorção, aceitando-se, é claro, que seja possível reproduzir a realidade.

Muitas dúvidas, entretanto, aparecem quando se procura uma definição para a objetividade da notícia. Junto com a noção de objetividade vêm atributos como impessoalidade, imparcialidade e neutralidade. Estes normalmente são colocados lado a lado ou como componentes da objetividade, assumindo os mesmos valores, como faz Bahia (1990, p. 13). Ele destaca que a informação objetiva é aquela fiel ao que relata, precisa no que diz. “Em sentido mais amplo, objetividade significa apurar corretamente, ser fidedigno, registrar as várias versões de um acontecimento”. Para ele, ser objetivo é ser criterioso, honesto e impessoal. “É publicar a notícia e identificar a sua fonte, se não houver impedimento”.

Em Amaral (1996, p. 26) também se encontra esta noção. Ele escreve que a objetividade “passa a se identificar com uma mistura de estilo direto, imparcialidade, factualidade, isenção, neutralidade, distanciamento, alheamento em relação a valores e ideologia”.

A idéia de que a produção jornalística é eminentemente objetiva vem de Beltrão (1992, p. 150). Para ele, o jornalista não pode perder de vista o objeto; deve apegar-se à verdade, aos limites da realidade, à atualidade, à fidelidade ao fato. E cita Tristão de Ataíde, que vale a pena reproduzir:

Tudo deriva daí: a informação do fato; a formação pelo fato; a atualidade do fato; o estilo determinado pelo fato. O fato, o acontecimento, é a medida do jornalista... A veracidade, o realismo é a sua grande força. O mau jornalista é o sofisticado ou o fanático, ou o mal informado, ou o divagante ou o vernaculista. Todos eles perdem de vista o objeto, o fato, a realidade para se prenderem apenas no modo de o retratarem ou nas suas segundas intenções mais ou menos ocultas... É por isso que um jornalista-polemista tem menos força, embora mais violência, que o jornalista sereno e objetivo. A força do jornalista está na verdade e na honestidade, é a coincidência dos seus atos com o seu dever, como a verdade é a coincidência de sua apreciação com o acontecimento em si. Um polemista é um belo espetáculo, mas está mais na linha da poesia, da sátira, do que propriamente do jornalismo, precisamente porque, nele polemista, a subjetividade prima a objetividade, contrariando uma exigência natural do gênero [...].

Beltrão (1992) alerta, contudo, que para conseguir primar pela objetividade, além das dificuldades exteriores – pressões e interferências por parte das fontes e da linha ideológica que o jornal defende, e ainda das dificuldades comuns na captação de informações –, o jornalista tem de lutar contra uma ainda mais grave, aquela oriunda de sua própria fecundidade, de seu poder de imaginação e de dedução às circunstâncias que envolvem os fatos.

No processo de construção da notícia, é do repórter que mais se cobra objetividade, segundo Rossi (1998). É este que tem contato com a realidade e deve narrá-la com imparcialidade e fidelidade (note-se que este também coloca imparcialidade e objetividade como conceitos que se identificam entre si). No entanto, ressalta que até que sua matéria seja publicada, enfrenta ajustes do chefe de reportagem, do editor, do diretor de redação e até mesmo do diagramador<sup>30</sup>. Empenhados em estabelecer as modificações que acharem necessárias, todos evocam os princípios codificados nos manuais de redação. Rossi chama essas intervenções de filtros, com já vimos.

---

<sup>30</sup> O diagramador é o responsável pelo aspecto visual da página. Jornalista que exerce a atividade de planejamento gráfico.



Assim, a objetividade é regida por algumas leis gerais, a partir do modelo que muitos creditam aos norte-americanos Gay Talese e Tom Wolfe, que o denominou *new journalism*, reinventando o termo. Entre essas leis estão a precisão contínua, a construção de cenas, a inserção de diálogos (os famosos entre aspas) e o uso de pontos de vista diferentes, ou seja, a regra de ouvir os dois lados. Este modelo, como se percebe, também abraça as noções de objetividade, imparcialidade e neutralidade. No entanto, ao utilizar recursos narrativos tomados da literatura, como é o caso desse *new journalism*, Gay e Talese estão, por outro lado, enfatizando o caráter artificial de “construção” do discurso da realidade.

Embora comente as dificuldades da objetividade ao longo de sua obra, Lage dedicou-se às técnicas da linguagem jornalística em livros e artigos usados nas escolas de todo o País para ensinar a redação de notícias. Entre as técnicas demonstradas por este autor estão algumas clássicas que contribuem para a objetividade do texto. Lage (1998b, p. 39) destaca, por exemplo, que a comunicação jornalística é referencial por definição: “fala de algo no mundo, exterior ao emissor, ao receptor e ao processo de comunicação em si”. O autor explica que a função referencial, tomada do modelo de Jakobson, corresponde à mensagem que se reporta ao mundo objetivo.

Sendo construção retórica referencial, a notícia trata das aparências do mundo. Conceitos que expressam subjetividade estão excluídos: não é notícia o que alguém *pensou, imaginou, concebeu, sonhou*, mas o que alguém *disse, propôs, relatou* ou *confessou*. É também axiomática<sup>31</sup>, isto é, se afirma como verdadeira: não argumenta, não constrói silogismos, não conclui nem sustenta hipóteses. O que não é verdade, numa notícia é fraude ou erro (LAGE, 1998a, p. 25).

Sob o ponto de vista técnico, Lage (1998a) ressalta ainda que a idéia de verdade está restrita ao conceito de adequação aos fatos. A notícia, nesse sentido, não é avaliada por seu conteúdo moral, ético ou político, mas se de fato aconteceu ou se o entrevistado realmente disse aquilo. Ainda que o jornalista seja um observador onisciente e onipresente, ou seja, sabedor de tudo e presente a todos os lugares, ele não aparece subjetivamente no que está narrando: “o uso da terceira pessoa é obrigatório”, diz Lage (1998a, p. 23), que inclui essa regra entre as restrições pragmáticas da notícia jornalística. Assim, o discurso do jornal extrai a marca de subjetividade *eu* e *tu* e utiliza a terceira pessoa, *ele*, com enfoque na objetividade. Segundo Ducrot (1987), o *ele* no enunciado constitui-se como um não-sujeito. E segundo Benveniste, não-pessoa.

---

<sup>31</sup> Ou seja, autoritária, dá valor a si mesma.

Lage (1998b) ensina ainda a inadequação do uso de adjetivos e aferições subjetivas, tendo em conta que a mensagem jornalística é endereçada a um grande número de receptores, disperso e não identificado. A significação do texto, com o uso de adjetivos, torna-se obscura. Lage (ibidem, p. 40) exemplifica que “comerciante próspero, bela mulher, grande salário, edifício alto, episódio chocante” são locuções que dependem dos valores, padrões e sensibilidade tanto de quem escreve quanto de quem lê ou ouve. “A norma é substituir tais expressões por dados que permitam ao leitor ou ouvinte fazer sua própria avaliação”.

Em busca de expressões límpidas que objetivem o texto, a técnica da notícia reza que devem ser evitadas construções discursivas com o deslocamento de um signo lingüístico para significar outra coisa, pois acarretam duplicidade de entendimento e ambigüidades. Essas são apenas algumas das características mostradas por Lage (1998a, 1998b) que emprestam rigor à linguagem jornalística, tornando o texto objetivo.

A partir da metodologia da objetividade e endossando o que foi explicitado, Barros Filho (2001) diz que aos jornalistas cabe a tarefa de relatar objetivamente os fatos, ou seja, de forma linear, sem interpretar, adjetivar e valorar. A emissão de juízos de valor ou opiniões é reservada aos editorialistas. Na época da adoção da objetividade pelo jornalismo surgem as técnicas do lide e da pirâmide invertida. Elas permitem ao leitor inteirar-se dos fatos com menor custo, facilitar a redação das manchetes e agilizar o ajuste do texto ao espaço do jornal.

Tomando o conceito de Hermánus, Barros Filho (2001, p. 38) escreve que a objetividade se caracteriza por seu caráter restrito a alguns aspectos da realidade: “seria sinônimo dos conceitos de ‘equilíbrio’ e ‘justiça’, de ‘pluralidade’ e de ‘neutralidade’, um conjunto de ‘formulações aceitas por todos’”. São comumente citados como medidores do grau de objetividade de um produto midiático elementos como verdade, equilíbrio, checabilidade, clareza, legibilidade, equidistância e isenção. Esses elementos estariam reunidos na redação impessoal, na ausência de qualificativos, na atribuição de informações às fontes, na comprovação das afirmações feitas por essas fontes. Já a partir dessas observações, podemos perceber que alcançar a objetividade no texto jornalístico é mais complexo do que parece a princípio.

### **2.5.1 A PROBLEMÁTICA PARA UMA POSSÍVEL OBJETIVIDADE**

A primeira observação que aponto como uma problemática da questão da objetividade no processo da produção jornalística é a confusão entre o seu conceito e o de imparcialidade.

lidade e neutralidade, especialmente, conforme visto no tópico anterior. O próprio Traquina (2001, p. 59) diz: “a objetividade, *ou o que se entende como o seu oposto, a parcialidade*, são conceitos que a maioria dos cidadãos associa ao papel do jornalismo” [grifo meu].

No entanto, alguns autores distinguem objetividade de conceitos como neutralidade, imparcialidade, isenção, honestidade. Um deles é Perseu Abramo (2003). Para ele, estes conceitos dizem respeito aos critérios do fazer, do agir, do ser, ou seja, mais ao comportamento moral. Portanto, é desejável que todo jornalista tenha esse comportamento. Já o conceito de objetividade, Abramo (p. 39) situa no campo do conhecimento. Tem a ver com a relação entre o sujeito observador e o objeto observável no momento do conhecimento (na captação e manipulação da informação). Ele sublinha: “a objetividade não é um apanágio nem do sujeito nem do objeto, mas da relação entre um e outro, do diálogo entre sujeito e objeto; é uma característica, portanto, da observação, do conhecimento, do pensamento”. E reconhece que ela não existe, especialmente, pelos limites da condição humana de captar o real<sup>32</sup>.

Mais adiante voltarei à questão discutida por Abramo (2003). De qualquer forma, os conceitos de objetividade e subjetividade na imprensa, para Amaral (1996), têm sido alvo, ao longo dos anos, de contestação e descrédito tanto por parte de jornalistas como de estudiosos da comunicação, a partir de considerações filosóficas de um lado, e de ordem política, de outro. O argumento usado para condenar o esforço de objetividade é o problemático distanciamento do profissional em relação ao fato (objeto). Amaral (p. 62) considera que a “obediência cega à objetividade torna os repórteres simples moços de recados”. A partir dessa consideração, cabe questionar: é possível separar objeto e sujeito quando se trata de notícia? Ou seja, é possível deixar de lado a emoção e os valores humanos e culturais para relatar objetivamente um fato, na medida em que a objetividade, no sentido de observação e descrição de um objeto, é uma criação humana?

Aprisionado por um sistema de valores adquiridos, o ser humano vê o mundo por essa espécie de filtro chamado mídia e a partir dele “constrói a sua realidade” (AMARAL, 1996, p. 18). Entretanto, para este autor, a objetividade é uma questão de honra para o jorna-

---

<sup>32</sup> Real é aquilo que pode ser distinguido e, nesse sentido, realidade é entendida como um domínio de coisas. Maturana (2001, p. 156) diz que não há dúvida sobre o que seja realidade; “é um domínio especificado pelas operações do observador”. Assim, a realidade objetiva não existe, para Maturana (p. 162), porque é impossível existir um observador absoluto no domínio cognitivo. Portanto, é impossível o conhecimento de uma realidade absoluta, pois uma descrição sempre implica em interações e “revela apenas uma realidade sujeito-dependente”, na medida em que um observador não existe sozinho, mas implica necessariamente no mínimo um outro ser para o estabelecimento do domínio consensual, ou seja, depende da intersubjetividade.

lista, um ideal a ser atingido, uma paixão do jornalismo do século XX. Barros Filho (2001) relata que para muitos autores é um estado de espírito, um procedimento, uma intenção daquele que enuncia. A questão é saber se é possível descrever as coisas como elas realmente são; é saber se a objetividade é um caminho para a verdade.

Traquina (2001, p. 56) explica que nos Estados Unidos, por volta de 1960, “um novo jornalismo questionou a forma sagrada das notícias e sacudiu os dogmas tradicionais, como o da objetividade, que ajudavam a orientar a atividade jornalística”. A partir de então, uma nova fase de investigação de estudiosos da comunicação é marcada pelo crescente interesse na ideologia, estimulada pela influência de alguns autores marxistas, bem como pela redescoberta da natureza problemática da linguagem, a exemplo da escola semiótica francesa e da escola culturalista britânica.

Na nova fase de investigação, a relação entre jornalismo e a sociedade conquista uma dimensão central: o estudo do jornalismo debruça-se sobre as implicações políticas e sociais da atividade jornalística, o papel social das notícias, e a capacidade do *Quarto Poder* em corresponder às enormes expectativas em si depositadas pela própria *teoria democrática* (TRAQUINA, 2001, p. 57).

Assim, a objetividade como conceito organizativo no processo de produção da notícia ganha destaque e emerge como um filão de investigação nas ciências. Pode-se acrescentar aqui especialmente a contribuição da disciplina AD para a compreensão das condições de produção do discurso jornalístico e seus efeitos de sentido. O conceito de objetividade está presente, se não explicitamente pelo menos de forma implícita, nos códigos deontológicos dos jornalistas e, portanto, problemática, pois implica questões éticas. Está também, como avisa Traquina (2001, p. 59), no centro de toda uma mitologia que atribui aos jornalistas o papel de servidores do público que procuram a verdade, “de ‘cães de guarda’ que protegem os cidadãos contra os abusos do poder” e de “heróis” da democracia.

Defensor da objetividade como prática, Bahia (1990, p. 13) admite que há alguns fatores que concorrem para que a objetividade não se realize. Entre eles estão: a formação cultural do jornalista, que influi sobre a notícia, e a interpretação, que separa a notícia apurada na fonte de opinião. Considera, então, que ela é um ideal, algo desejável, mas impossível, um alvo inalcançável. Isso não quer dizer que jornais e jornalistas não devem tentar atingi-lo.

Entre os autores que consideram a objetividade na relação entre opinião e informação está Chaparro (1998). Para ele, é uma ilusão, um falso paradigma, pensar que a informação jornalística é pura, livre de pontos de vista. Considerando a apuração e a escolha da

informação, diz Chaparro (1998, p. 101) que elas “são intervenções valorativas, intencionadas por pressupostos, juízos, interesses e pontos de vista estabelecidos”. Mas ele adverte que não se pode considerar a opinião inteiramente má, pois ela faz parte da construção do conhecimento. No entanto, os juízos de valor produzem subjetividades e delas se nutrem.

Para Henn (1996, p. 20), o mito da objetividade coloca o jornalista “como um mero escrutinador da realidade, que age de forma fria, neutra, imparcial”. Para ele, a objetividade é apenas um meio pelo qual a realidade mostra suas facetas. Henn também cita que o jornalismo historicamente incorpora fundamentos da ciência do século XIX, que acreditava no distanciamento do cientista frente ao objeto, pois assim estaria protegido contra especulações filosóficas. “O repórter comporta-se como um cientista, atendo-se apenas aos fatos, tratando-os com distanciamento, com critérios objetivos”. Mas, apesar de o mito da objetividade manter-se vivo, ele não se sustenta. Perde-se no emaranhado complexo da informação jornalística, onde entram em jogo os critérios de seleção, motivação pessoal ou de grupo, conflitos sociais e, sobretudo, interesses econômicos e políticos.

A concepção de realidade, que o jornalismo julga interpretar isentamente, transforma-se em algo construído por ele próprio. Para Henn (*ibidem*, p. 27), a pauta é uma das faces desse processo, na medida em que desencadeia operações de “seleção e exclusão” quando na emergência do acontecimento este é transformado ou não em notícia. Isso que dizer que, na própria composição da notícia, estão inscritas as operações de seleção e exclusão. O jornalista sempre opta por uma informação que ele considera mais importante em detrimento de outra. Nesse sentido, a notícia acaba ganhando vida própria.

Na avaliação de Goodwin (1993, p. 24-25), mesmo que a palavra objetividade tenha entrado em discussão, a idéia de que as notícias devem ser imparciais, equilibradas e honestas tornou-se, e permanece, aceita no jornalismo. E justifica que “uma das razões pelas quais a objetividade na reportagem entrou numa fase de problemas foi a maneira como passou a ser interpretada e administrada por muitos chefes de redação, particularmente aqueles que dirigem as grandes agências noticiosas”. Goodwin considera estreita a noção de objetividade, porque, de acordo com ela, o jornalista não pode dizer o que vê ao cobrir um acontecimento, a menos que possa citar alguém como fonte de informação. Assim, não se preocupa com os porquês ou com as explicações para deixar que o leitor forme uma opinião.

A noção de objetividade leva novo tombo, conforme assinala Goodwin (1993), quando se discute o que é mais importante na notícia: a neutralidade do jornalista ou o desempenho de sua missão de maneira justa e honesta. O autor (p. 26) faz uma outra crítica ao dizer que a objetividade produz uma espécie de notícia descaracterizada, “quase ignorante”, dando a todos os fatos e a todos os pontos de vista o mesmo peso, até o ponto da distorção. Isto porque a complexidade do mundo exige “não observadores neutros, mas jornalistas que se educam nos assuntos sobre os quais escrevem, e que, por isso, podem interpretá-los segundo seu ponto de vista; só assim o público poderá tirar algum sentido dessas complexidades”.

Também Traquina (2001) considera que a questão da objetividade é rodeada de conclusões diferentes e mesmo opostas. E relata que novos paradigmas surgem nos anos 70, virando as perspectivas das notícias como distorção e põem em causa a própria ideologia jornalística das notícias como espelho da realidade, ótica que alguns práticos e mesmo teóricos defendem. São as investigações das notícias como construção da realidade que ganham espaço nos estudos mais recentes, como já tive oportunidade de discutir. Sob esse enfoque, Traquina (p. 60) aponta o paradigma de que as notícias não são espelhos da realidade, simplesmente porque “ajudam a construir a própria realidade”.

O segundo paradigma defende a posição de que a linguagem não funciona como transmissora direta do significado dos acontecimentos, “porque a linguagem neutral é impossível” (TRAQUINA, 2001, p. 60). A partir dessa ótica, a AD tem papel relevante neste contexto ao postular que a linguagem é afetada pela ideologia e pelo inconsciente e, portanto, não é neutra nem inocente (ORLANDI, 2000). Ou seja, mesmo num enunciado lingüisticamente (discursivamente) objetivo, subjacentes estão o que Ducrot (1987) chama de subentendidos ou implícitos.

Um terceiro paradigma é traçado por Traquina (*ibidem*, p. 60-61): a opinião de que os meios noticiosos estruturam a sua própria representação dos acontecimentos, na medida em que diversos fatores estão em jogo, como os aspectos organizativos do trabalho jornalístico, as limitações orçamentárias e “a própria maneira como a rede noticiosa é colocada para responder à imprevisibilidade dos acontecimentos”.

Com um olhar crítico, Traquina (2001, p. 63) aborda a produção de notícias sob a ótica construtivista: “o mundo social e político é uma realidade predeterminada e dura que os jornalistas refletem, e os jornalistas não são observadores passivos, mas participantes ativos

na construção da realidade”. Este autor defende a idéia de que o jornalismo para os teóricos em geral é bem mais complexo do que a ideologia da atividade sugere, pois estão em jogo no processo agentes sociais que interagem com os jornalistas, tornando-se um processo intersubjetivo (a partir de ações e fazeres entre sujeitos).

A prática da objetividade entra também em discussão quando se pensa nos próprios repórteres, pois o maior distanciamento nas reportagens descompromete-os de responsabilidades tanto éticas quanto jurídicas. E este é um outro problema. Barros Filho (2001, p. 25) concorda que as técnicas de descrição do real tiram do jornalista parte do seu poder de manobra como codificador, assim como tiram parte de sua responsabilidade. Em outras palavras, a invocação da objetividade anula o sujeito como codificador. “Não é o repórter quem fala ou escreve, e sim a realidade por ele espelhada”.

Como se vê é difícil refletir sobre a objetividade sem tocar nos seus problemas e limitações. A própria Folha de São Paulo, um dos maiores jornais brasileiros em circulação, adota como procedimento que não há objetividade em jornalismo. O verbete objetividade de seu *Novo manual da redação* (1992, p.19) explica: “Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções”. No manual há o conselho de que o jornalista tem por obrigação ser o mais objetivo possível, para retratar com fidelidade as circunstâncias e repercussões do fato, encarando-o com distanciamento e frieza. Mas complementa que isso “não significa apatia nem desinteresse”. Admite, como se pode notar, que na matéria esteja o conhecimento de mundo do próprio jornalista.

O *Manual de redação e estilo* do jornal O Globo (1992, p. 84) não aponta explicitamente uma direção para a questão da objetividade, mas a põe em discussão implicitamente ao abordar a questão ética, no item linguagem.

É inaceitável que o processamento da informação seja posto a serviço de fins políticos, ideológicos e pessoais. Mas existe o abuso não deliberado: ninguém consegue despir idéias e sentimentos como quem tira um paletó antes de começar um dia de serviço. Ainda assim, mesmo sabendo que a isenção total é impossível, o jornalista tem que tentar, permanentemente, ser tão isento quanto possível.

Lembro aqui Barthes (1999b, p. 8) quando ele trata do que se entende por desmistificação, convocando-a para tentar contrapor a crença tradicional que “postula um divórcio de natureza entre a objetividade do cientista e a subjetividade do escritor, como se um fosse dotado de uma ‘liberdade’ e o outro de uma ‘vocação’, destinadas, ambas, a escamotear ou su-

blimar os limites reais de sua situação”. De acordo com a visão de Barthes, observar um evento sem a pretensão de concluir algo para poder descrevê-lo, mantendo-se fiel àquilo que vê, é o mesmo que não entender o que se observou. Estamos num impasse, portanto.

## 2.5.2 A IMPOSSÍVEL OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA

A cada acontecimento que relata, a imprensa cria um novo acontecimento que se integra ao mundo. Esta análise é efetuada por Motta (1997, p. 316). Com isso, “recria o real e se transforma num novo real”. Assim pensado, o acontecimento discursivo pressupõe um ponto de vista particular, não havendo objetividade possível. Ela (a objetividade) está, antes, nos dispositivos do instrumental técnico. Para Motta (p. 318), a notícia é algo mais complexo do que possa parecer à primeira vista, pois sua construção vai muito além dos fatos: “envolve a arbitrariedade da criação pessoal do repórter, transcende mesmo a atividade jornalística para chegar até os muitos da sociedade”. Motta é um entre tantos autores que considera um mito encarar a notícia como um ordenador do real, pois elas contam o real de acordo com “uma certa representação da realidade”.

A teoria do *gatekeeper* motiva Traquina (2001, p. 69) a rejeitar o que chama de ideologia da objetividade. Defende ele que o processo de seleção é subjetivo e arbitrário, dependente de juízos de valor baseados nas experiências, atitudes e expectativas do selecionador. De acordo com essa teoria, “as notícias são explicadas como um produto das pessoas e das suas intenções”. Para ele, “as notícias são o resultado de processos complexos de interação social entre agentes sociais: os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os membros da comunidade profissional, dentro e fora da organização”. Há portanto um jogo de intersubjetividade, que interfere em todo o processo.

Sob essa visão, Amaral (1996) explica que para ser objetivo o jornalista precisaria deixar em casa seus princípios, suas preferências políticas e ideologias, excluindo-se do pensamento para se concentrar na narração dos fatos. Para discutir a objetividade Amaral (*ibidem*, p. 51) parte da premissa de que a paixão e o preconceito sempre governaram o mundo, “sob a capa da razão”. Ele diz que na apreciação crítica da objetividade é preciso levar em conta fatores como o interesse econômico, o medo e a timidez diante do mais forte e dos poderosos, além do desejo de convencer o interlocutor. Assim, creio, mesmo que o tipo de maté-



ria a cobrir nem sempre seja uma decisão do repórter, tampouco a determinação do tamanho e a disposição na página, ainda assim são escolhas de um dos agentes do jornalismo.

É correto afirmar que a linguagem jornalística objetiva conteúdos, mas o jornalista, como disse Marguerite Duras:

é alguém que observa o mundo e o seu funcionamento, que diariamente o vigia de muito perto, que faz ver e rever o mundo, o acontecimento. E não consegue fazer este trabalho sem julgar o que vê. É impossível. Em outras palavras, a informação objetiva é um logro total. Uma impostura (apud SUZUKI JR, 1990, p.9).

Outro que trata a objetividade como um mito é Rossi (1998, p. 9). Para ele, é um tempero importado dos padrões americanos, que estabelece que a imprensa deve colocar-se numa posição neutra e publicar o que ocorre, deixando ao leitor a tarefa de tirar suas conclusões. No entanto, adverte que “se fosse possível praticar a objetividade e a neutralidade, a batalha pelas mentes e corações dos leitores ficaria circunscrita à página de editoriais, ou seja, à página que veicula a opinião dos proprietários de uma determinada publicação”. De qualquer forma, a objetividade continua sendo um dos principais parâmetros na linha editorial de um veículo. Rossi diz que foi nessa busca impossível que se introduziu a lei de ouvir os dois lados, partindo-se do pressuposto de que numa mesma história geralmente haja lados opostos.

Um outro problema que depõe contra o relato jornalístico, em sua fidelidade e imparcialidade ao fato, é que o jornalista lida com discursos prontos vindos das fontes de informação. Inevitavelmente, ele terá que se servir de testemunhos dos outros. O repórter, portanto, está amarrado à mediação de informantes<sup>33</sup>, pois é no testemunho de outros que vai encontrar a matéria-prima de seu trabalho. Nesse sentido, o relato está sempre contaminado de material interpretativo de segunda e terceira ordem.

A objetividade é um mito também para Silva (2000, p. 24). No entanto, as regras do bom jornalismo exigem a busca da maior objetividade possível. Ele concorda com o pensamento de que o jornalista é humano e funciona a partir de uma bagagem cultural e ideológica. “Seleciona, recorta, veta, vê, não vê. Instalado, aprende a conhecer o domínio do patrão e a terra livre onde pode decidir, favorecer este ou aquele, ou simplesmente anular os indesejáveis”. Nesse sentido, desde a invenção do novo jornalismo a objetividade é uma gangorra que

---

<sup>33</sup> Informante é o mesmo que fonte de informação. Segundo Henn (1996, p. 53), constituem fontes toda a rede institucional que permeia a sociedade: poder executivo, parlamento, judiciário, igreja, polícia, sindicatos, partidos políticos, instituições educacionais, como também grupos e forças sociais que gravitam em torno das instituições, mesmo com o intuito de combatê-las. Cada fonte possui um interesse específico e produz um discurso próprio, de acordo com sua visão particularista.

sobe e desce conforme a filosofia do padrão e também de acordo com a moda profissional. Silva (p. 35) acredita que “a sociologia da comunicação expulsou o mito da objetividade pela porta da frente”. Mas, “pragmático [diz], ele voltou pela janela”. Diante da informação como mercadoria, Silva critica que isenção “é nome que se dá à opinião que recebe o apoio de um grupo em condição de fazer valer as suas idéias em determinada situação”.

Pegando esse gancho<sup>34</sup> de Silva, na polêmica sobre a questão, o chamamento à objetividade está na diferença entre notícia e opinião, na avaliação de Eco (2001, p. 59). O autor concorda que não existe notícia verdadeiramente objetiva, mesmo separando acuradamente comentário e notícia, pois “a própria escolha da notícia e sua paginação constituem um elemento de impacto implícito”. Seu argumento se baseia no que chama tematização, através da qual notícias ligadas de alguma maneira são abrigadas numa mesma página. A tematização demonstra, por si só, como é possível exprimir opiniões mesmo dando notícias completamente objetivas, pois geralmente imprimem uma opinião sobre determinado assunto.

Na obra *Ética da informação*, Daniel Cornu (1998, p. 98) também explica que “a objetividade é compreendida como a adequação da notícia e da realidade que ela pretende restituir, como a capacidade de relatar os fatos tal como aconteceram”. O autor argumenta que se trata da aplicação da objetividade científica no campo da informação jornalística. Cabe ressaltar que, conforme foi verificado no primeiro capítulo, a objetividade científica é também colocada em discussão. No jornalismo, ela sempre foi problemática. Cornu (ibidem, p. 99) concorda que a objetividade jornalística é ilusória, porque “é impossível conhecer a realidade de modo pleno e completo”. Assim, confirma a idéia de que o jornalismo é um agente estruturador da realidade e não simples espelho. Nesse sentido, pode-se dizer que o fato jornalístico é transformado em pseudo-fato; a notícia torna-se uma pseudo-notícia, porque não dá conta de mostrar a realidade, mas é construída a partir de fragmentos dessa realidade.

A objetividade é impossível, segundo Cornu (1998, p. 100), porque os jornalistas não apreendem os fatos senão através de sua própria subjetividade. No entanto, a objetividade não é negada em si: “ela vê-se reduzida à aplicação de operações de caráter técnico, cujas próprias condições do jornalismo demonstram os limites”. O autor ressalta que a objetividade

---

<sup>34</sup> Gancho é também um jargão jornalístico que significa o motivo principal da matéria; é o argumento que motiva uma reportagem, ou seja, um fato que justifica a produção de uma matéria. Segundo Villela (1998) é quase sempre o lide.

não constitui uma norma determinante, na medida em que tem como efeito “a dissimulação da responsabilidade” dos jornalistas (e dos meios, acrescento) na representação da realidade.

Pôr uma informação em visibilidade não constitui apenas um ser ou um fazer, diz Mouillaud (1997, p. 38). Para ele, “contém modalidades do poder e do dever”. Divulgar uma informação é mostrar o que é possível e o que é legítimo. É também o que se deve fazer o público saber. Mas há sempre algo que ele não saberá. No mesmo movimento pelo qual divulga, toda e qualquer informação engendra o desconhecido, “um invisível que não pode ser destacado do visível” (MOUILLAUD, *ibidem*, p. 39).

Henn (1996, p. 59) reitera que a seleção e a ordenação das informações de acordo com codificações misturam regras técnicas e interesses diversos, além de apelos com grande carga subjetiva e emocional. “Existe na atividade jornalística, entre outras, uma tensão constante, cotidiana mesmo, traduzida em um jogo de ordem e desordem”. Para mim, essa tensão e esse jogo, que fazem o pulsar dos acontecimentos sociais e que vão compor o mundo perecível das notícias, carregam uma grande carga de complexidade inalienavelmente amarrada à complexidade reivindicada por Morin, quando trata da questão do sujeito nas ciências.

Marcondes Filho (1993) diz que a objetividade faz parte da mitologia desenvolvida no Iluminismo de acreditar que os fatos pudessem ser apresentados de forma livre das intervenções e dos interesses humanos. Como já vimos, este autor trata a questão da noticiabilidade de um evento como um processo de seleção e exclusão, de acordo com a visão marxista, acentuando o caráter ideológico da notícia. Para ele, é uma posição ingênua desvincular a notícia dos confrontos de interesses e de poderes de grupos dominantes na sociedade, tanto quanto de que haja qualquer possibilidade de realizar um jornalismo objetivo. A possibilidade de possuir a verdade é falsa e a objetividade é impossível. E reafirma (p.130): “o jornalismo não é neutro nem objetivo”.

Mas Marcondes Filho contemporiza dizendo que isso não significa que tudo seja igualmente subjetivo ou que todas as expressões jornalísticas mantenham a mesma distância do real, na medida em que há apropriações que são mais ou menos próximas da verdade. Para o autor (1993, p. 130), há matérias, coberturas, reportagens, trabalhos fotográficos mais ou menos objetivos. “Quem define o grau de objetividade é um certo consenso, conseguido no meio social em que circula a notícia”.

A preocupação com a objetividade e a conseqüente imparcialidade, segundo Pedroso (2001, p. 118), reflete tanto a transformação da imprensa em indústria como a influência do imperialismo cultural norte-americano no modo de apresentação da notícia para consumo imediato, dentro de uma relação de dominação e dependência. Pedroso concorda com a opinião de Marcondes Filho de que esse controle econômico-ideológico escamoteia o conteúdo da mensagem, subserviente a um poder central.

Vejamos o que diz Lage (2001 b, p. 74) sobre a questão: “o texto relativo a uma realidade é diferente da realidade mesma, abrindo-se campos definidos ao arbítrio do falante. A escolha de nomes, a nomeação, é um desses campos”. Lage acredita que a busca da nomeação neutra é problema dos lógicos e da ciência em geral. Ele (ibidem, p. 75) explica que a nomeação neutra é mais difícil de o jornalista conceber, pois opera com palavras de uso comum, “modelo corrente no sistema de trocas ideológicas, com carga inevitável de implicações e conotações”. Lage (idem, p. 153) acrescenta que “a imparcialidade e a objetividade são máscaras eventuais que mal ocultam a presença humana, o engajamento e a participação”. Isto porque os jornais apresentam as informações em fragmentos. “Mais do que falar sobre, falam de”. Percebe-se, pois, uma progressão na concepção de Lage quanto à produção jornalística, na medida em que ele próprio defende algumas regras para os textos da imprensa em suas obras, como pudemos verificar anteriormente.

Os críticos da objetividade, por sua vez, não vêem sentido em perseguir o que não existe. Ela é inatingível por razões próprias à especificidade da produção jornalística. Nesse sentido, para Barros Filho (2001), as críticas variam em função dos obstáculos. Um deles é relativo ao fato, que por ser imprevisível e único, ou seja, não é suscetível de repetição, apresenta dificuldade de ser interpretado em uma primeira observação. A fonte ou testemunha é outro obstáculo, por não ser um observador experimentado e estar sujeito a percebê-lo conforme as limitações de seus sentidos e preferências, e até conveniências. E por último, pela limitação de espaço e tempo, que levam inevitavelmente ao processo de seleção.

Mostrar “a vida como ela é”, portanto, torna-se um processo complexo para não dizer inatingível, tendo em vista a própria dificuldade da materialidade discursiva, ou seja, o que é não é o que vemos, assim como o que vemos não é do que falamos, conforme apontam os estudos de filosofia da linguagem. “Entre essas duas ordens de realidade – de um lado o que existe e, de outro, a representação que fazemos do que existe – surge inevitavelmente a

‘falta’, ou seja, o marco da diferença entre uma outra” (BARROS FILHO, 2001, p. 49). Confirma-se, assim, a idéia de que toda notícia é uma pseudo-notícia.

A impossibilidade de abordar o real, conforme tivemos oportunidade de tratar no primeiro capítulo, também pode ser trazida para o jornalismo. Este é um obstáculo intransponível para a objetividade jornalística, no sentido de que a linguagem está no campo do simbólico, não é espelho da realidade. Sob esse prisma, a objetividade é impossível. Quando seleciona, o jornal constrói um mundo possível entre tantos potenciais, conforme já destaquei, embora não se possa sustentar que o texto informativo não tenha uma relação pragmática, isto é, uma relação com a realidade: também nele “mesclam-se aspectos semânticos inquestionáveis” (BARROS FILHO, 2001, p. 51). Essa objetividade, que o autor classifica como um ideal-tipo, é utópica. Dessa forma, a seleção na construção da notícia comporta um certo grau de manipulação, sem querer dizer com isso que o jornalista queira enganar deliberadamente. Por essas e outras questões, Barros Filho (2001) propõe tratar a impossível objetividade como aparência de objetividade ou objetividade como simulacro e como efeito.

Por outro lado, o isolamento dos espaços de opinião em limites definidos dentro do jornal contribui, sobremaneira, com a aparência de objetividade jornalística. Assim caracterizada, a objetividade aparente surge em dois níveis: quanto à forma, pois o espaço opinativo, tanto quanto o publicitário, aparece marcado, e quanto ao conteúdo temático do conjunto da produção jornalística. Portanto, é a forma que enquadra toda mensagem e produz efeitos. Ainda que a informação apareça despida de valorações, adjetivações ou da opinião pessoal do jornalista, apoiada em suma pelo conjunto de técnicas de codificação, a objetividade pura é impossível, no sentido de que sua aparência decorre do efeito real produzido e tem consequências em todo o sistema informativo. Para Barros Filho (2001, p. 76), os elementos de forma e conteúdo do produto midiático informativo “fazem crer na ausência (aparente) do autor-codificador, que faz crer na objetividade (aparente), que, por sua vez, faz crer na mídia como ‘espelho’ da realidade, e assim sucessivamente”. Nessa perspectiva, a aparência de objetividade está em relação direta com os efeitos de sentido em AD.

O outro nível da aparência de objetividade é o processo de escolhas e de eliminações, conforme já discorrido. Barros Filho (*ibidem*) salienta que a seleção é um imperativo, não apenas pelas limitações técnicas de tempo e espaço, mas porque representa um instrumento de redução da complexidade social, o que permite ao sujeito dominar uma realidade social simplificada. Outro aspecto ainda que caracteriza a objetividade aparente é a técnica do lide.

Quanto mais restrita às respostas das seis perguntas (o que, quem, quando, onde, como e por quê) mais próxima a notícia estará, em sua aparência, do fato ocorrido. Segundo Barros Filho (2001, p. 90), esses elementos internos “permitem ao receptor crer que o que está lendo ou ouvindo é objetivo”.

### 2.5.3 CAMINHOS POSSÍVEIS

Muitos dos autores pesquisados fazem considerações importantes e vêem um caminho possível para a objetividade jornalística. Um deles é Henn (1996), que postula para a atividade jornalística a cadeia semiótica desenvolvida por Peirce, como vimos. Para ele, a revelação da realidade cotidiana através da notícia é também um processo ininterrupto de produção de signos determinados pelos acontecimentos que proliferam na sociedade. De acordo com essa perspectiva, a notícia é o desvendamento de um objeto, não importando se este é representado de forma parcial ou mesmo equivocada. Potencialmente, alerta o autor, essa meta é atingida (desvendamento do objeto) ainda que a notícia esteja em condições de determinar novos signos que dêem conta da sua verdade, de um pedaço maior da realidade. Essa tarefa pode ser suprida até mesmo pela concorrência entre jornais, pois, via de regra, abordam diferentes ângulos do mesmo acontecimento, ou seja, diferentes pedaços da realidade.

Cabe dizer aqui que essa foi uma das razões por que optei pela análise comparativa da mesma notícia em diferentes veículos. Para Henn (1996, p. 99), a atividade jornalística caracteriza-se pela busca da verdade, mesmo que não reúna as exigências para ter “envergadura científica”. Mas diz ele que o jornalismo “ampara-se em certos métodos de investigação catalogados pelos manuais de redação, que têm mais a utilidade de códigos de referência para a abordagem dos fatos”.

Interessante ressaltar, no entanto, que Henn (1996, p. 99) não referenda o mito da objetividade no seu sentido clássico. Ele lembra que a objetividade reivindicada pelo jornalismo moderno “pressupunha que a notícia pudesse dar conta do acontecimento descartando qualquer carga de subjetividade por parte do jornalista. A notícia representaria a ocorrência tal qual ela se deu de forma isenta e imparcial”. A notícia como signo, mesmo em certo sentido determinado pelo objeto, sempre representará o acontecimento apenas num certo sentido. Assim sendo, em termos semióticos, a objetividade existe na condição de uma meta animada pelo processo sógnico. Mesmo depois de publicada, o processo de semiose da notícia continua

seu curso, gerando interpretações não apenas na mente do público, mas também dos jornalistas, o que provoca novas pautas sobre o mesmo acontecimento e seus desdobramentos. Isso exige dos jornalistas novas abordagens do mesmo objeto, o acontecimento. Henn (1992, p. 101) explica assim que a notícia como signo continua agindo e gerando novos interpretantes.

A objetividade jornalística, complementa este autor, está sempre nesse “*ad infinitum*” que um acontecimento pode assumir. Mesmo que a abordagem de um determinado assunto esgote e não renda mais notícia, segundo o jargão jornalístico, ele pode voltar à pauta. Um acidente ecológico, por exemplo, pode ser lembrado quando um novo ocorre; ou quando um plano econômico é lançado pelo governo, a imprensa pode trazer os antigos para comparar com o novo. Dito isto, Henn (p. 110) destaca que o jornalismo nunca ficou confortável nas amarras da objetividade de base positivista, pois seu próprio objeto (o acontecimento) é de natureza complexa. O autor revela que não quer cair em um “subjetivismo ou idealismo desenfreado” e sim resgatar uma objetividade em outra dimensão.

A partir da visão semiótica, portanto, de que um signo representa só em parte um objeto, segundo a teoria peirciana, Henn (1996) reforça a idéia de que a notícia representa apenas uma parcela da realidade e, por isso, estará sempre em débito com o objeto. Creio que isso significa que estará também sempre sujeita à subjetividade. De acordo com essa perspectiva, e parafraseando Barthes (1999a), penso que a linguagem do jornal não está encarregada de representar o real, mas de o significar.

Dines (1986, p. 120) tem a mesma opinião sobre a seleção: “ao escrever, cada palavra é uma decisão, cada informação, uma decisão, cada orientação, uma decisão. Durante todo o tempo da sua atividade diária, o jornalista seleciona e opta”. O jornalista, portanto, operacionalmente vive tomando decisões. O fotógrafo decide quando opta por um ângulo, o repórter quando determina um enfoque da notícia ou escolhe este e não aquele entrevistado, o editor quando escolhe uma em meio a tantas informações ou quando decide o seu destaque na página ou para chamar na capa.

A conseqüência lógica na sucessão de alternativas que resulta na escolha de uma delas é a responsabilidade, que Dines (1986, p. 121) considera como o “elemento capaz de sanear a imprensa”. Nesta discussão, o autor redime o jornalista, que, para ele, entrosa-se mais facilmente com a responsabilidade. “O jornalista sabe que, ao redigir uma nota de três linhas, pode estar destruindo uma reputação e uma vida”. Para ele, o caminho para institucionalizar a

responsabilidade está na criação de códigos deontológicos e de políticas de controle por sindicatos e associações da classe.

Lembro aqui o que Moretzsohn (2002) diz sobre a responsabilidade social. Embora encare-a em suas contradições, a autora escreve que a teoria da responsabilidade social recomenda à imprensa que não basta relatar o fato verdadeiramente, mas a verdade sobre o fato. Essa teoria está ligada também ao direito de acesso à informação, assim como à liberdade de imprensa, temas, a meu ver, igualmente polêmicos e problemáticos. Diz a autora (p. 57) que a responsabilidade social coloca a questão da objetividade como um tema central para o jornalismo, “ao mesmo tempo que permite pensar sobre o papel da mediação discursiva, e da relatividade que lhe é inerente”.

Mesmo admitindo a objetividade como um valor central no jornalismo, Moretzsohn (2002) ressalta que conseguir atingi-la é complicado. A autora discute-a sob três dimensões que considero pertinentes: a partir da teoria do conhecimento; da confusão entre as práticas discursivas do jornalista no sentido empregado pela AD e os estilos de texto; e por último a partir da configuração entre a prática profissional e as exigências do mercado.

No primeiro nível, Moretzsohn (p. 78) argumenta que o conhecimento objetivo é relativizado por duas razões: a importância que a subjetividade adquire na apreensão do objeto e o propósito do conhecimento de ser uma construção do real. “As críticas à objetividade costumam ser vistas como se propusessem o outro extremo, a também subjetividade total, o que implicaria na supressão do objeto”. Isto quer dizer que se a notícia não for um discurso baseado na realidade estará fraudando a demanda social por informações. Por outro lado, sob o argumento da presença indisfarçável da subjetividade, o jornalista poderia manipular os fatos a seu critério diante da necessidade de interpretação dos mesmos. Moretzsohn (ibidem) afirma que admitir “a subjetividade presente no processo de apreensão dos fatos indica que o jornalismo não é *o discurso da realidade* (como se diz), mas *um discurso sobre a realidade*”.

A segunda dimensão empreendida por Moretzsohn (2002) é com relação às formas de discursividade, onde a autora utiliza os postulados da AD para analisar textos e fotos de jornais brasileiros. Nessa dimensão, Moretzsohn (p. 100) trata do mito do texto objetivo como expressão de um discurso que também se diz objetivo: “daí essa espécie de dogma que impõe a separação entre informação e opinião”. Para ela, ignoram-se as mediações discursivas



– como o uso de aspas da fala de outros para legitimar o discurso como objetivo – ao dizer que o jornalista relata os fatos e é o público quem deve tirar suas conclusões.

Na terceira dimensão, a objetividade está relacionada aos princípios de conduta do jornalista. A formação da identidade profissional envolve o convívio conflituoso e delicado com as fontes de informação, com os empregadores e também com o público. Tratando de algumas questões que já foram abordadas com relação a questões éticas, Moretzsohn (2002, p. 104) sintetiza que “a objetividade jornalística só é possível em função de um compromisso com os valores sociais consensuais e constantes, de modo que os juízos de valor emitidos não pareçam o que são – juízos – mas a própria voz do bom senso”.

Goodwin (1993, p. 26) admite que a questão continua em aberto, pois a maioria dos jornalistas continua a acreditar na objetividade a partir da honestidade, um princípio importante. Muitos insistem que é desejável e possível ser imparciais e manter seus pontos de vista fora do noticiário. Mas a objetividade apresenta aspectos paradoxais quando se trata do público. Sublinha Goodwin (1993, p. 26-27) que “o público tem sido bem servido e, ao mesmo tempo, mal servido” com a chamada reportagem objetiva. Bem servido, porque a maioria dos repórteres é generalista, ou seja, tenta dominar todos os assuntos e, portanto, é melhor tentar ser neutro e apresentar os fatos de forma simples, deixando para o público o julgamento. Mal servido, porque, ao lutar pela objetividade, os repórteres reproduzem relatos superficiais, com excessiva citação de fontes, numa tentativa de aparentar objetividade.

Uma das definições de reportagem objetiva que Goodwin (1993, p. 340) tenta praticar é a de que o jornalista é um mero espectador e não um participante dos acontecimentos. “Os repórteres não devem deixar-se envolver pelas notícias que escrevem”. Como observador neutro é exigida uma atitude fria e calculada. Mas esta é também uma questão polêmica, porque em alguns casos o jornalista vive o conflito entre a frieza e a compaixão. As opiniões nesses casos são bastante divididas, pois compaixão é uma atitude “da boa ética do ser humano” (GOODWIN, 1993, p. 347).

Karam (1997, p. 108) aponta para a mesma direção, alertando para o compromisso ético do jornalista e para a complexidade que envolve a atividade jornalística. É no compromisso com a pluralidade dos fatos, versões e opiniões e com a democracia informativa que os jornalistas (e os jornais) devem se mover. Para ele, a busca da verdade desdobra-se na apro-

ximação “com a fidelidade dos acontecimentos, com a exatidão na apuração de dados e eventos, com a objetividade narrativa, mas também com a sua humanização”.

Na sua proposta da objetividade como ideal-tipo, Barros Filho (2001) levanta alguns aspectos, que considero relevantes: a) a verdade – pois se a informação não é veraz não é informação; b) a faturalidade – separação entre fato e opinião; c) a imparcialidade – no sentido de detectar as diversas versões ou opiniões sobre o mesmo fato; d) o valor da informação – medido com relação ao interesse pela informação a um maior número de pessoas; e) a legibilidade – princípio da economia aplicada ao texto, que tem a ver com a clareza, com a economia de palavras, com a escolha entre as formas lingüísticas mais eficazes para a compreensão do texto pelo destinatário e ainda com a taxa de informação, pois a baixa incidência de fatos tende à redundância e, quanto maior o número de unidades informativas no texto, mais factual e objetivo se torna; e, por último, f) a checabilidade – que se refere à possibilidade de acesso às fontes de informação para a verificação.

Esses aspectos não deixam de ser subjetivos em maior ou menor grau. No entanto, Barros Filho (2001, p. 34) argumenta que além de assegurar a aparência de objetividade, reforçam a credibilidade do veículo, pois, sendo um ideal-tipo, a objetividade não existe em estado puro. Mas alerta que, apesar de abstrata, a objetividade informativa deve significar uma tendência, uma direção a ser buscada permanentemente. Assim, o jornal informará melhor não sendo “objetivamente verdadeiro, mas subjetivamente verossímil”.

Cláudio Abramo (1988, p. 109) acredita que o jornalista não pode ser despedido de opinião política (no sentido de cidadania), sob o risco de transformar-se em um ser separado da humanidade. Para ele, “a própria objetividade é mal-administrada, porque se mistura com a necessidade de não se envolver, o que cria uma contradição na própria formulação política do trabalho jornalístico”. Ele diz que é preciso ter consciência, ou seja, saber onde começa e onde acaba a sua opinião, “saber onde ela interfere nas coisas ou não”.

A partir da idéia de que o jornalismo é uma profissão e não uma cruzada (missão como muitos falam), Abramo (ibidem, p. 110) considera que o jornal é do dono e por isso está subentendido que se vai trabalhar de acordo com a norma e com as idéias determinadas por ele. “É como um médico que atende a um paciente. Esse médico pode ser fascista e o paciente comunista, mas ele deve atender do mesmo jeito. E vice-versa. [...] Para trabalhar em jornal é preciso fazer um armistício consigo próprio”. Abramo defende que o jornalista precisa se des-

pir de todo e qualquer preconceito para contar de forma inteligível o que vê e ouve, sabendo explicar para o leitor como o fato se deu.

Abramo (1988, p. 111) acredita ainda que se pode contar um fato pura e simplesmente, friamente, mas a informação pode ir mais a fundo e, nesse sentido, informar melhor. Ele defende a interpretação das informações, portanto. Como narrativa depende do poder de observação do repórter. “Uma observação cuidadosa não é necessariamente uma boa reportagem. Mas uma reportagem é necessariamente o fruto de uma observação cuidadosa”, assinala.

Na mesma direção de Abramo, Bucci (2002, p. 94) tenta desmontar a visão de que as emoções atrapalham a precisão. Para ele, isso é um erro na medida em que “o bom jornalismo nada tem a ver com a indiferença, com a neutralização do sujeito”. O bom jornalismo alimenta-se, isto sim, da indignação como atividade própria da cidadania. Bucci justifica que assim como integra a alma humana, as emoções devem integrar o jornalismo. Este produziu as mais marcantes reportagens, os melhores textos, as grandes manchetes e as fotos que fizeram história quando a emoção esteve presente. Também na avaliação de Bucci (*ibidem*, p. 95), a objetividade no jornalismo – processo intersubjetivo – pede equilíbrio e não isenção total, porque “banir a emoção da informação é banir a humanidade do jornalismo”. Acrescento o que diz Chaparro (1998, p. 102): “a função qualitativa de maior relevância no jornalismo é a de atribuir valor às coisas”. Isso não justifica, claro, dar voz ao poder econômico e político em defesa de interesses divergentes aos do interesse coletivo.

Em defesa de uma objetividade subjetiva, que me parece uma visão lacaniana, Bucci (2002, p. 92) justifica que no jornalismo sujeito e objeto ganham sua existência não na natureza, e sim na linguagem, no simbólico, “ambas se enxergam não como sujeito e objeto, enxergam-se como sujeito que se olha como outros”. Assim como Abramo (1988), Bucci (2002, p. 93) concorda que há descrições inteiramente fiéis às características do objeto. Mas ela não se basta, porque vem acompanhada de vazios informativos. A objetividade depende de habilidades subjetivas de quem observa. “Quanto menos elementares são as informações, mais elas dependem de aspectos subjetivos para se tornarem objetivas”.

O jornalismo foi inventado para dar notícias puramente objetivas, como a temperatura em uma cidade, a cotação das bolsas ou o placar de uma partida de futebol. Mas não só isso, defende Bucci (*ibidem*, p. 93). O jornalismo deve colocar idéias em confronto, debater publicamente os acontecimentos para narrar a aventura humana. E resume: “o jornalista é

portanto um sujeito falando de outro sujeito para um terceiro sujeito”. Então, não tem objetos, mas sujeitos. A única resposta possível é subjetiva, para o autor: “a objetividade depende de quem for o jornalista e de qual for a história a ser investigada e contada”. Nessa perspectiva, a possível objetividade no jornalismo é uma justa, transparente, equilibrada e fiel apresentação da intersubjetividade. A notícia, em resumo, sempre vai passar por prismas subjetivos.

Volto aqui à questão colocada por Perseu Abramo (2003) na problemática da objetividade quando ele a situa no campo do conhecimento, na relação entre o sujeito observador e o objeto observável e nos limites da condição humana em captar o real. Eis porque Abramo (2003) distingue a noção de objetividade dos conceitos de imparcialidade, honestidade, isenção, neutralidade. Ela está ligada à realidade e, portanto, mais à questão da verdade. Isto não quer dizer que as demais noções não lhe sejam circulares na apreensão do real. A realidade é a meta do observador, ainda que esta seja, como já refletimos, uma aparência, um efeito, uma recriação. Para Abramo, o conhecimento da realidade será tanto mais objetivo quanto menos o sujeito observador se prender às aparências.

E trago Cornu (1994, p. 327), que vai na mesma direção e trata da questão da verdade no jornalismo. Para Cornu, a objetividade é um método (a abordagem do objeto), mas é também uma atitude (da pessoa). Ambos estão inscritos numa relação complexa entre a realidade e a verdade. “É ver as coisas como elas são”.

A objetividade não existe, então, a honestidade sim, pois quando pensamos na produção jornalística, como observadores do notável, devemos ter em mente que ela é condicionada pelas escolhas do jornalista e do editor, pela influência das fontes, pela expectativa do público, sem esquecer ainda da orientação da empresa de comunicação. No sentido comum, uma informação não é a verdade, mas um aspecto, um fragmento da realidade. E isto não quer dizer que a verdade dos fatos não deva ser procurada, apreendida e comunicada. Nesse sentido, acredito que assim como o conhecimento busca uma verdade, e nessa busca jamais chegará a um fim, mas é um ideal a ser perseguido, assim é no jornalismo.

Ao trabalhar a objetividade como um significado perdido, Kovach e Rosenstiel (2003, p. 116) também defendem que no jornalismo o método é que tem que ser objetivo, não o jornalista, pois esse carrega uma bagagem cultural, preconceitos e valores, às vezes, inconscientes. A complexidade e o caráter “escorregadio” da notícia exige o exercício de virtudes

científicas, cujo ponto central, segundo os autores, “é o estudo da prova e da verificação”. Ou seja, os métodos de apuração e checagem da informação é que devem ser objetivos.

#### 2.5.4 ENTRE A VERDADE E A VERSÃO

Visto que idealmente a tarefa da imprensa é informar objetivamente o cidadão, em seu direito legítimo à informação, a busca pela objetividade está ligada a questões éticas e à verdade em todas as suas contradições. Justamente por isso falar de objetividade é pôr em foco a questão da verdade. Cito o que diz Cornu (1994, p. 75): “o primeiro dever do jornalista na procura, na redação e no comentário dos acontecimentos é respeitar a verdade”. Senão passa a ser engano, mentira.

Mas o que é verdade? De acordo com Durozoi e Roussel (1999, p. 482), é o caráter do que é verdadeiro, “seja do ponto de vista formal, seja porque existente”. Assim, uma proposição verdadeira pode ser considerada uma verdade. Entre a verdade e o que ocorre há interpretações filosóficas, em função da inacessibilidade da verdade. A busca da verdade, conforme já exposto, não cessa e jamais cessará, porque a busca do conhecimento também não chegará ao fim, no sentido proposto por Henry (1992). Penso que, nessa direção, não se pode confundir, porém, verdade com realidade. E explico: em jornalismo, trata-se de transmitir rigorosamente a realidade ou a parcela possível da realidade, pois a verdade tem muitas faces, como diz Clóvis Rossi (1990, p. 10): “esse ser chamado verdade é quase sempre inatingível ou inexistente ou tão repleto de rostos diferentes” que o repórter corre o risco de não conseguir captá-los todos e passá-los para o público. Rossi refere-se às versões do fato que estarão sempre no lugar do fato. Este é único e irrepetível, enquanto as versões são a sua representação através da mediação jornalística.

O jornalismo trabalha com versões da verdade ou com “a melhor versão da verdade possível de se obter”, escreve Rossi (1990, p. 10), citando a declaração do jornalista norte-americano Carl Bernstein, que junto com Bob Woodward desvendou o caso Watergate e levou o presidente Richard Nixon à renúncia, nos Estados Unidos. Assim considerado, o jornalismo produz fragmentos da história, uma verossimilhança. “Ele constrói um simulacro de realidade” (SUZUKI JR, [1990], p. 9). Também para Goodman (1995, p. 55), a verdade é sempre relativa e uma nebulosa. As verdades são diferentes para mundos diferentes. Diz ele:

“uma versão é considerada verdadeira quando não ofende crenças firmes nem nenhum dos seus próprios preceitos”.

Na visão de Barros Filho (2001, p. 39), a verdade é um juízo que se diz ou se escreve e se interpreta, portanto, do âmbito da linguagem, da comunicação. Por ser um “componente ideal-tipo da informação”, não se pode dizê-la toda, pois só os objetos podem se esgotar na sua exaustividade. E olhe lá, digo eu! A verdade é um horizonte em direção ao qual o discurso tende a seguir. Por isso, é uma exibição discursiva das coisas reais: “a verdade é algo segundo, subordinado. Não existe verdade por si só” (PIEPER apud BARROS FILHO, 2001, p. 39). Concordo, portanto, que a verdade é uma tendência, assim como a objetividade também o é. Em sua atividade simbólica, o sujeito apropria-se discursivamente da verdade, objetivando sua fala e também situando-se como autor nos espaços sociais que ocupa.

Trago novamente Cornu (1994, p. 75), para quem a verdade “supõe uma procura, uma revelação de factos ocultos, uma relação entre esses factos, que permitam destacar uma imagem (porque se tratará sempre de uma imagem!) da realidade”. E se não há verdade, não há objetividade. É Lustosa (1994) quem lembra que no jornalismo há, muitas vezes, o falseamento da verdade para privilegiar ou prejudicar os detentores do poder econômico ou político.

Nesse cipoal de interesses, em que se sacrifica a verdade, quem perde é o destinatário da informação: o público. Diz Rossi (1998) que é para o público que o jornalista deve escrever e não para o seu patrão. Diante disso, pode-se perguntar por que ainda se vendem jornais se estes recriam a realidade, tornando-a um simulacro, uma realidade mais intensa e atraente que o próprio real.

Ramonet (1999, p. 45) também questiona a verdade midiática, pois em nosso ambiente intelectual, via de regra, a verdade que conta é a determinada pela imprensa. Se a imprensa diz que um acontecimento é verdadeiro, será estabelecido como verdade, mesmo que seja falso, porque o conjunto da mídia acredita como tal ou produz essa impressão. Concordo com Ramonet quando este afirma que confrontar os discursos dos diferentes meios de comunicação é a única maneira que um cidadão dispõe para verificar se uma informação é ou não verdadeira.

A busca da verdade e o estabelecimento de critérios éticos no tratamento da informação fazem parte da responsabilidade social em desenvolver funções essenciais da comunidade de massa na sociedade, na avaliação de Goodwin (1993). Nesta era de informação pi-

pocando por todos os lados, cada dia fica mais complicado para o jornalista e para os editores decidirem o que o público tem o direito de saber. Basta imaginar que todos os dias uma grande quantidade de notícias é deixada para trás pelo limite de espaço no jornal e pelo tempo dispendido para investigar os fatos. Assim sendo, aqueles acontecimentos que são deixados de fora do noticiário, o público não terá o direito de conhecer. Goodwin (1993, p. 23) reconhece: “o que o público tem direito de saber é determinado por editores que fazem julgamentos subjetivos e por diretores que determinam o espaço e o tempo disponíveis para as notícias”. Doutrina imperfeita e escolhas ideológicas, portanto. Como diz Medina (1988, p. 18), “a responsabilidade social luta contra os pressupostos da indústria da informação”.

Outra questão apontada por Goodwin (1993, p. 23-24), na discussão sobre a verdade das notícias, diz respeito ao furo de reportagem, ou seja, dar a notícia em primeira mão. O autor alerta que ser o primeiro, muitas vezes, significa não ser correto: “gastar tempo para ser correto muitas vezes significa não ser o primeiro”. Notícias e verdades nem sempre são a mesma coisa, acredita Goodwin, citando Walter Lippman. O autor (1993, p. 24) explica: “os fatos que os jornalistas *podem* anunciar podem por vezes ajudar a verdade, mas os jornalistas raramente são capazes de juntar fatos suficientes, em determinada hora, para reproduzir a verdade sobre determinado assunto”. Por este prisma, ver no jornalismo uma questão de fatos e não de verdade é uma falha tanto do jornalista como do público, o que causa um mal-entendido generalizado a respeito da função do jornalismo. Ser verdadeiro é uma questão de retidão e de honestidade na busca e apresentação dos fatos. Diz Goodwin (1993, p. 24) que o padrão de honestidade é o “cerne da reportagem objetiva”.

Bahia (1990, p. 12) considera que a noção de veracidade é mais útil do que qualquer noção de verdade. “A verdade do que se apura é geralmente a veracidade que se publica”, e esta, para o autor, não é a última verdade e nem sequer a verdade definitiva. O que se pensa ser verdade é apenas uma parte ou uma versão da verdade. Para Bahia, são as atitudes que contribuem para que a verdade seja possível no cotidiano de um veículo. São elas: neutralidade, independência, responsabilidade e *objetividade* [grifo meu]. A verdade é, para ele, exatidão – isto é, a reprodução mais fiel, mais imparcial e mais independente dos fatos.

O jornalista como sujeito é pessoalmente interpelado por uma ética da informação, lembrando mais uma vez Cornu (1994, p. 320). E assume uma tripla responsabilidade na tarefa de observador: distinguir o que verdadeiramente é digno de ser relatado; relatar a realidade observada com exatidão, “sem a travestir”; e decidir sobre a publicação de suas informa-

ções, levando em conta as respectivas conseqüências. Nesse sentido, também não pode existir verdade sem sujeito.

A observação prática da notícia é fonte inesgotável de ensinamentos quanto ao difícil caminho da verdade. Cornu (1994, p. 328) confirma assim que uma informação reflete unicamente um aspecto, um fragmento da realidade, não é a verdade. “Sofre, está marcada pelo selo do provisório. É notícia *do dia*, que será enriquecida e talvez contradita amanhã”. Por estas questões, esta discussão não está liquidada. Compartilho a opinião de Cornu quando diz que a questão da objetividade continua ligada à discussão sobre a ética da informação.

## 2.6 O SUJEITO JORNALISTA: AUTOR OU MEDIADOR?

A posição do jornalista como sujeito é pontuada por dificuldades, especialmente quando se pensa em mediação e autoria, visto que essas questões se (con)fundem na produção jornalística. A primeira questão que temos a considerar é o princípio ético, vínculo que orienta a moral das ações jornalísticas e em função da qual o jornalista assume a responsabilidade consciente pelos seus fazeres profissionais.

Chaparro (1994, p. 23) inscreve o jornalista como um mediador. Para ele, o jornalismo é o elo que, nos processos sociais, cria e mantém as “mediações viabilizadoras do direito à informação”. Bahia (1990) também se pronuncia nesse sentido. Para ele, o jornalista assume a condição de intermediário da sociedade. Dines (1986, p. 118), por sua vez, vê o jornalista não apenas como um intermediário da sociedade, mas sobretudo como um educador, pois o processo de informar é formador. Ele aponta a atividade jornalística como altamente intelectual por pressupor uma série de valores morais e éticos.

O jornalista, ao obter uma informação reveladora, tem o sentimento pessoal de que é mensageiro de uma verdade, mas ela é, no entanto, expropriada pelo jornal, segundo Ribeiro (1994). Isto porque até o fato chegar ao público passa por mediações que não são apenas do jornalista que coletou as informações junto às fontes e redigiu o texto, mas de todos os envolvidos na produção da notícia, como já tivemos oportunidade de assinalar. Todos esses mediadores são responsáveis pela produção de sentidos, e, pode-se dizer também, interpelados pelo Outro lacaniano, através de idéias e valores constituídos na notícia que chega ao público, constituindo-se em uma autoria coletiva.



No exercício de sua profissão, o jornalista não tem status próprio, pois não é fonte, não é leitor, e nada realiza: sua tarefa é mostrar a ação alheia. Nesse sentido, podemos considerá-lo, então, um mediador. Diz Ribeiro (1994, p. 174) que, caracterizado como “pergunta-dor competente”, o jornalista torna-se autor ao revelar os segredos que colheu, mas reverte seu status de quem nada sabe no dia seguinte, quando é pautado para outra matéria. Acrescenta Ribeiro (1994, p. 192): “o parcelamento da tarefa provoca a frustração do sentimento de autoria e gera um distanciamento subjetivo”. Nesse caso, o autor morre [?], parafraseando o questionamento de Furlanetto (2001a, p. 11) ao tratar da autoria em AD.

Marcondes Filho (1993, p. 77) também vai nessa direção. Uma vez produzido, o discurso ganha autonomia e deve ser tomado independentemente de seu criador. “Criar um discurso é jogá-lo no mundo, é dar-lhe maioria e deixá-lo sobreviver por conta própria; o autor desaparece enquanto sujeito da criação”. O autor afirma que o ato de o homem parir discursos é romper seu cordão umbilical com eles. No entanto, Marcondes Filho critica o atual esvaziamento da importância do homem em interferir nos processos sociais, pois é um discurso do fim do sujeito. Diz ele (p. 78) que o homem está ofuscado pela técnica, tornando-se mero condutor de idéias, gostos e modas sem atuar no seu próprio processo de produção, circulação e consumo, transformando-se em “componente descartável da sociedade mediática informatizada”. No jornalismo “fin-de-siècle”, como denomina, não há mais a crença na ação de um sujeito que alterava a história e fazia “seu curso” seguir para um caminho determinado. Nesse sentido, o jornalista sujeita-se?

No fundo, os jornalistas circulam em regiões demarcadas por autorizações, obrigações e interdições. “A construção da identidade do profissional resulta do entrecruzamento de referências históricas, da identidade da empresa, da subjetividade e da classe social preponderante no grupo de jornalistas” (RIBEIRO, 1994, p. 199). Segundo o autor, a construção dessa identidade segue duas dinâmicas: a afirmação de valores próprios e a resistência à imposição de valores externos.

Com base no pensamento de Cláudio Abramo, Pereira Jr. (2001, p. 56) destaca que o jornalista, em sua atividade diária, “trabalha com representações ideológicas, palavras, informações, dados, opiniões e atitudes que são as que a empresa adota”. Justamente por isso, ele vive esse duplo papel assinalado por Ribeiro: vende sua força de trabalho para os interesses da burguesia ao mesmo tempo em que luta por assumir uma posição de classe com o compromisso de contribuir com o público leitor.

Concordo com Pereira Jr (2001, p. 57) quando defende que o jornalista realiza uma atividade que não se reduz apenas à técnica. Ele não é apenas um reproduzidor de fatos que usa um conjunto de regras. Na sua atividade, o jornalista é servido pela língua, códigos e regras do campo das linguagens. “Na elaboração do seu texto, ele vai usar procedimentos de seleção e combinação, mediante unidades que, articuladas, vão se transformar em mensagens, ou, de um modo mais abrangente, em discursos sociais”.

Nessa operação, o jornalista se defronta com outros discursos, ou seja, outros códigos, outros signos, tomando-os emprestado para constituir as notícias (unidades discursivas). O jornalista, no desempenho de seu trabalho, convive com a complexidade ao operar com vários discursos para construir o seu discurso, como reportador de fatos. Por isso, argumenta Pereira Jr. (2001, p. 57), a construção de sua identidade é realizada num contexto em que as diversas áreas da vida social se misturam e se confundem. Podemos relacionar essa questão com as FDs postuladas pela AD.

Destaco aqui o pensamento de Medina (1988, p. 62) para quem a posição de autor, mais do que a de repórter, aparece em reportagens onde os fatos sociais são humanizados com personagens ou em entrevistas em forma de diálogo. “O repórter fala com as suas fontes, mas o primeiro plano não é o da fonte, mas o autor em diálogo com alguém. A reportagem incorpora a técnica das declarações, recurso que dinamiza a narrativa jornalística, mas com essa deformação”.

Eco (1979, p. 57) trabalha a autoria, dizendo que o autor gera um texto escrito e depois o “entrega a uma variedade de actos de interpretação”. Transportando para o jornalismo, o texto postula a cooperação do leitor. “Gerar um texto significa actuar segundo uma estratégia que inclui as previsões dos movimentos do outro”. Nessa perspectiva, o texto lança palavras, referências, enunciados, que o leitor possa compreender. Eco denomina esse o leitor-modelo. “O autor, como sujeito da enunciação, formula uma hipótese de Leitor-modelo”.

A visão de Henn (1996) também nos leva ao jornalista autor quando destaca que o jornalista vai construindo mundos possíveis para os acontecimentos que relata, ao enquadrar o conhecimento do fato num mundo de referência. Henn (1996, p. 110) esclarece que, como elemento mediador, o jornalista não deixa de imprimir suas marcas nas notícias que narra. Ele está presente na notícia. As marcas pessoais estão “tanto na reprodução que faz da realidade cotidiana, como na intervenção que faz nessa realidade, construindo um mundo possível”. No

dizer do autor, essa presença do jornalista é emblemática e não se esgota na captação dos dados e na redação do texto; está “embutida” ou atravessada, para usar uma expressão comum em AD, em todo o processo de construção da notícia, a começar pela definição da pauta.

Como fenômeno social externo ao sujeito, o acontecimento é determinado por um processo de intertextualidade, na medida em que é este que lhe dá sentido no momento de sua mediação. Podemos concluir que na intermediação o jornalista é também autor, pois sua autoridade para dizer é reconhecida institucionalmente, segundo a perspectiva da AD.

Dito isto, pode-se inferir que ao tentar ser o mais objetivo possível o jornalista está usando sua prerrogativa de mediador. E quando evidencia sua singularidade está na função autor, “sujeito responsável pelo que diz” (ORLANDI, 2001, p. 24). Assim, podemos tomar a perspectiva de Orlandi, para quem a noção de autor se aplica ao corriqueiro da fabricação da unidade do dizer, afetada pela responsabilidade social.

Penso que a autoria no jornalismo se constrói na interface entre o jornalista que colhe as informações (apuração) e as fontes que as fornecem. A partir dessas informações apuradas, o jornalista produz o seu texto pontuado/atravessado por diferentes vozes, portanto. O autor jornalista fala a partir do ponto de vista das esferas envolvidas na notícia, que autorizam ou dão legitimidade ao seu discurso.

Além disso, outro aspecto há que se observar. No discurso do jornalista há ainda a voz da instituição que ele representa. Portanto, a autoria não é um processo individual. É como se ele assumisse um papel de porta-voz. Atravessado na autoria está o discurso da instituição jornalística, cuja FD constitui-se no conjunto dessas duas vozes. O *eu* que é o *ele*. O autor (jornalista) incorpora o discurso da instituição e de suas fontes dizendo-se *eu*. Todavia, no texto, não aparece nem o *eu* nem o *ele*. Estas vozes estão implícitas, na forma verbal impessoal, porque apagadas do discurso.

De acordo com essa perspectiva, podemos pensar em duas particularidades na autoria: implica uma pessoa externa (as fontes) e uma pessoa interna (o jornal), que estão entrelaçadas por posições discursivas num movimento dialógico de assimilação de vozes. São as vozes das fontes que dão credibilidade ao que é dito. Ao mesmo tempo, isentam jornal e jornalista da responsabilidade de assumir o dito: foi fulano quem disse isso, não eu (esse eu que é ele), são testemunhos que credenciam o discurso do jornal. Na medida em que a fala do jornalista é a fala do jornal, assume a posição de sujeito institucional.

Assim considerado, o jornalismo tradicionalmente apresenta um discurso plural, no sentido de estar constituído por muitas vozes. O jornalista se apropria das falas e idéias das fontes para dar significado e sentido à notícia. Quanto mais o autor se esconde nas palavras das fontes de informação, mais objetivo parece ser. E Chaparro (1994, p. 39) diz que essa é uma grande responsabilidade, porque ele pode dar “um significado e um sentido que a informação não tem”. Ribeiro (1994, p. 109) traduz as posições de sujeito no jornalismo: “é o leitor ou o anunciante em relação à publicação; é o jornalista em relação à Direção de Redação; são os concorrentes diretos em relação ao jornal; o governo e as instituições da sociedade em relação à imprensa”.

Tétu (1997, p. 199) também analisa o jornal como local de confluência de uma grande variedade de discursos. A significação provém dessa pluralidade da enunciação: “o discurso do jornal está condicionado pelo ‘discurso do outro’”. Ou seja, na própria instância enunciativa, aparecem as instâncias de legitimação (as fontes, as autorizações de fala, as investigações, etc.). É Mouillaud (1997) quem analisa que o desenvolvimento dos acontecimentos está cada vez menos na origem dos enunciados. Ele diz que sob a escritura do jornalista ainda há outras escrituras, e sob seu discurso outros discursos. Nesse sentido, confirma o autor (ibidem, p. 121), como qualquer reproduzidor, o jornal é senhor do efeito que confere às vozes que reproduz. Enquanto reproduzidor de discursos, o jornal ocupa uma posição ambígua: é tributário das vozes que reproduz e, nesse sentido, ele próprio está sem voz. Por outro lado, é senhor do status que lhes atribui essas vozes, ou seja, tem o poder de asserção sobre o real. “Este domínio, o jornal o exerce através de dispositivos que não apenas os do discurso, mas também os da disposição na página” (MOUILLAUD, 1997, p. 126).

Nessa perspectiva, pode-se confirmar que o jornal (o jornalista) é ao mesmo tempo autor e mediador. Mouillaud (idem, p. 128) esclarece que, ao citar um enunciado, o jornal se apaga atrás do enunciador citado, mas também se apropria dele. Além da apropriação, convém ressaltar, usa a parte do discurso que mais lhe interessa ressaltar através do processo de edição. É assim que, ao se apropriar do discurso, o jornal produz efeitos de sentido.

Nessa direção, o recurso do entre aspas atua, de um lado, como garantia da fidelidade do discurso; comprova uma informação, objetivando-a, e transferindo a responsabilidade do dizer à fonte, ou seja, diz através do outro garantindo sua autoridade para realizar o ato de linguagem (informar a alguém sobre algo). O recurso das aspas insere-se no discurso direto tratado por Ducrot (1987). As posições de sujeito em Foucault (1997) remetem às posições

enunciativas dos sujeitos, que em suma trata das balizas teóricas formuladas por Authier-Revuz (1998). De acordo com elas, o sujeito se representa no dizer, mas representa outros sujeitos também, ou seja, há o que chama de sujeito heterogêneo. O discurso é, assim, atravessado pela presença de palavras e sentidos provenientes de outros discursos, que a autora chama de heterogeneidade enunciativa ou não-coincidências do dizer.

Por outro lado, segundo Authier-Revuz (*ibidem*, p. 85), “o enunciado apresenta sua enunciação como afetada por um heterogêneo que lhe escapa”. Assim, o jornalista-enunciador produz a figura de um sujeito que ocupa uma posição de domínio, de exterioridade em relação ao seu dizer. Assinala Mouillaud (1997) que, ao mesmo tempo em que cita uma fonte como uma referência, o jornalista produz uma mediação em que participam o próprio jornal, o discurso citado e também o leitor, público desse discurso. Nesse caso, Mouillaud (p. 138) lembra que o jornal exerce um efeito ideológico de cumplicidade. A reprodução torna-se uma propriedade. O jornal reproduz tende a assimilar o discurso da fonte de informação. “O jornal não está mais centrado sobre o dizer de origem, mas sobre sua interpretação”.

No sistema de citações, denominada polifonia, conforme Bakhtin (1997) e Ducrot (1987), ou heterogeneidade enunciativa empreendida por Authier-Revuz (1998), há uma transição entre mimese e substituição. Ao reproduzir e interpretar o discurso da fonte, o jornal utiliza a estratégia da amálgama, que “permite pôr em sua perspectiva o discurso que cita e, por conseguinte, ter domínio sobre ele”, analisa Mouillaud (1997, p. 139). A estratégia da substituição supõe que o jornal toma o lugar do enunciador, transformando o discurso da fonte num fato, marca habitual dos enunciados do jornal. Assim, a notícia é uma mercadoria, no sentido marxista, de dupla característica: com valor de uso e valor de troca. No sentido de Barthes, uma fala roubada.

### 3 METODOLOGIA

O discurso jornalístico é o objeto de investigação. Vinculado às condições de produção dos enunciados, ele está inserido no espaço social da imprensa, de onde permite o reconhecimento de sua identidade enunciativa. O lugar de onde fala é o jornal, ou seja, sua posição discursiva para enunciar fatos do cotidiano é o jornal e, por conseguinte, a comunidade discursiva formada por jornalistas, sujeitos do discurso. Os seus enunciados obedecem a certas condições de organização – no caso, a técnica de redação da notícia – e são formulados dentro de uma moldura institucional que estabelece, podemos assim dizer, as balizas ou regras para sua enunciação. No discurso jornalístico estão presentes características próprias, que, como em todo discurso, refletem valores, crenças, convicções e conflitos do enunciador.

Assim estabelecido, este trabalho está inserido na área de estudo Teoria e análise de linguagens, cuja linha de pesquisa é a Análise do Discurso (AD) de orientação francesa. Escolhi como fundamentação a AD por tratar-se de uma moderna corrente teórica com uma visão interdisciplinar e, portanto, aberta a (ou atravessada por) diversas áreas do conhecimento, onde vai buscar os fundamentos para verificar a produção de sentidos do discurso.

Para a análise da amostra coletada em jornais de circulação estadual utilizei o método dialético, palavra cuja origem significa discurso ou debate. Diz Rauen (2002, p. 31) que “a negação é o motor da dialética”. Nesse sentido, objetividade é a negação da subjetividade, assim como o seu contrário. Tomado o discurso como fenômeno, este pressupõe condições internas no modo de produção que permitem estimulantes reflexões no campo dialético.

Proponho-me a um estudo de caso, valendo-me da análise comparativa. O trabalho insere-se, portanto, no campo das pesquisas qualitativas. Para tal empreendimento, utilizo-me de procedimentos de análise específicos da AD. Essa vai além da chamada análise de con-

teúdo, que se configura como um “conjunto de vias possíveis” para desvelar o sentido desses conteúdos (RAUEN, 2002, p. 200). Trata-se, antes, de uma pesquisa documental (idem, 2002), que focaliza recortes de textos jornalísticos.

A partir desses recortes, promovo um estudo comparativo entre as notícias sobre o mesmo fato, coletadas em veículos de comunicação de circulação estadual. A intenção é analisar o funcionamento discursivo e as posições do sujeito jornalista<sup>35</sup> no esforço de refletir sobre o que se entende por objetividade jornalística. A escolha de notícias sobre a mesma ocorrência deve-se ao que diz Gomes (2000) que só podemos extrair diferentes sentidos (ou significações, como prefere Barthes) ao compararmos a abordagem de um mesmo fato em diferentes veículos. Em termos de objetividade, Barros Filho (2001) também aponta que de nada adianta analisá-la se a notícia não for sobre um mesmo fato gerador e se os veículos não forem distintos. Somente assim poderemos avaliar se cada jornal imprimiu uma visão diferente ou até mesmo antagônica sobre o mesmo fato.

A amostra foi coletada no período de 1º a 31 de maio de 2002, nos jornais A Notícia, Diário Catarinense e O Estado. Dos três, dois são de circulação estadual – A Notícia e Diário Catarinense – e um de circulação regional, O Estado. Este último foi escolhido pelo que representa na história do jornalismo estadual. Apesar de sua circulação estar limitada, hoje, à Grande Florianópolis, O Estado (doravante OE) foi durante muito tempo o jornal de maior abrangência no Estado, constituindo-se no mais importante veículo de comunicação de Santa Catarina, com sucursais e repórteres espalhados em todas as regiões catarinenses.

Com sede na capital do Estado, Florianópolis, o OE é mais antigo jornal em atividade. Completou 88 anos em maio de 2003. Começou a circular em 13 de maio de 1915. Atravessou, portanto, praticamente todo o século XX, acompanhando os acontecimentos que hoje fazem parte da história do Estado e do País. Pertence à empresa Jornal e Editora O Estado, cuja proprietária é a família de José Matusalém Comelli. Por sua redação, passaram os jornalistas e escritores catarinenses mais conhecidos na atualidade. Foi também uma escola, quando ainda nem havia sido criado o primeiro curso de jornalismo. Isto só foi acontecer em 1979, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Crises financeiras agregadas à entrada de fortes concorrentes acabaram por colocá-lo em posição inferior, em relação à tiragem e à quantidade de páginas de cada edição dos demais veículos, culminando com a mudança da

---

<sup>35</sup> Considero jornalista todos os envolvidos na produção jornalística, do repórter ao editor, enfim o jornal como um todo; um sujeito coletivo.

estratégia de circulação e comercialização e tornando-se um jornal regional. No suplemento especial de aniversário (2002), escreve que está presente na vida dos catarinenses e renova seu compromisso com a “informação verdadeira e imparcial”.

Oito anos mais jovem, o A Notícia (doravante AN) é também um jornal de tradição no Estado. Completou 80 anos em fevereiro de 2003. Com sede em Joinville, pertence à empresa A Notícia S.A. Empresa Jornalística, cujo diretor-presidente é Moacir Tomazzi. Iniciou suas atividades como um semanário. Posteriormente, transformou-se em bissemanário e, na década de 30, passou a circular diariamente. A empresa transformou-se em sociedade anônima em 1956 e de lá para cá começou a espalhar raízes por todo o território do Estado. Atualmente, circula em 240 municípios catarinenses, segundo informações em sua página na internet. Diz-se um jornal "identificado com os valores das comunidades das quais faz parte" (2002). Apesar de circular com maior força no norte do estado, mantém 16 sucursais em cidades de Santa Catarina, que “garantem uma eficiente cobertura jornalística” (2002). Informa que “um bom jornal se faz com seriedade e respeito pelo leitor”. Diz que esse é um compromisso do qual o AN nunca abriu mão ao longo de sua história. A fórmula para a credibilidade e a confiança dos leitores é a “busca incondicional da verdade dos fatos”. E complementa: “o compromisso com a verdade é mais que tudo um compromisso com o leitor” (2002).

Com sede em Florianópolis, o Diário Catarinense (doravante DC) é o mais jovem jornal de abrangência estadual a circular em Santa Catarina. Pertencente à Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS), formada por emissoras de rádio e TV, além de jornais em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o DC nasceu em 5 de maio de 1986, há 17 anos, portanto. O DC alcança 234 municípios catarinenses e consolidou sucursais também nas maiores cidades de cada região do Estado. A RBS tem como missão “facilitar a comunicação das pessoas com o mundo”, de acordo com o editor-chefe do DC, Cláudio Thomas, em entrevista por e-mail (2002). Thomas assinala que o DC é um jornal “em defesa dos interesses dos catarinenses”. Entre as características de sua linha editorial estão manter uma postura independente, isenta e liberal; estabelecer uma clara separação entre opinião e informação; além de “manter posição apartidária, defendendo a democracia representativa e pluralista; a favor da economia de mercado, da livre iniciativa, da propriedade privada, tendo como limite o interesse social”.

Conforme já foi mencionado, os dados da análise abrangerão o período de 1º a 31 de maio de 2002. A coleta foi efetuada em dias alternados da semana, compondo o seguinte quadro: dia 1º (quarta-feira), 3 (sexta-feira), 5 (domingo), 7 (terça-feira), 9 (quinta-feira), 11



(sábado), 13 (segunda-feira), 15 (quarta-feira), 17 (sexta-feira), 19 (domingo), 21 (terça-feira), 23 (quinta-feira), 25 (sábado), 27 (segunda-feira), 29 (quarta-feira) e 31 (sexta-feira). Durante este período, coletei as matérias sobre o mesmo assunto publicadas nos três jornais, a cada dia preestabelecido, limitando-me às editorias de Política e de Economia. No projeto de pesquisa, lembro, era minha intenção analisar também as editorias de Geral e Internacional. No entanto, o volume coletado levaria a um trabalho bastante extenso. Esse motivo levou ainda à seleção arbitrária de matérias para análise. Ou seja, não analiso todas as matérias coincidentes do mesmo dia.

As manchetes dos três jornais foram os primeiros itens de análise, para averiguar se a seleção dos editores coincide, verificando-se a importância do tema que cada um deles estabeleceu como critério de noticiabilidade para merecer destaque de capa. Tomei como base a suposição de que a manchete é a “cara” do jornal. É o título principal de uma edição, que vem em destaque na capa com a função de impressionar. Nela está estampada a informação que o veículo considerou a mais importante daquela edição. É a inscrição do valor da informação. A manchete depende do cardápio de informações/notícias escolhidas para compor o conteúdo interno. É sempre uma informação “induzida”, para usar uma expressão de Mouillaud (1994, p. 101), por seu valor informacional e pelo impacto que pode produzir. Tem, portanto, valor comercial. A manchete “vende” o jornal inteiro. Por ela, pode-se observar, deduzir, componentes da linha editorial e suas regularidades discursivas. Diante disso, na capa está delineada a ideologia assumida e não negada pelo jornal.

A ênfase da análise, entretanto, recai sobre os títulos. Coletei as notícias sobre o mesmo assunto nas páginas internas, oportunizando verificar a partir dos seus títulos os efeitos de sentido de cada uma das matérias coincidentes. As páginas internas, na visão de Mouillaud (ibidem), “representam o coração do jornal em que os itens só chegam após terem sido filtrados e classificados pelos títulos-assuntos”. O título resume em poucas palavras o essencial da notícia para despertar a atenção do leitor. Os títulos são fragmentos de informação, mas também etapas do mesmo processo de produção da notícia e, portanto, o começo da produção de sentidos por conter elementos significativos. É nos títulos, e na manchete como o grande título, que a participação do leitor inicia, orientando a compreensão da notícia. Se o título não for atraente (pela importância da notícia e pela construção textual como um resumo do conteúdo), o leitor não se deterá na leitura da notícia. Eles iniciam a cadeia narrativa, como um resumo da notícia (PEDROSO, 2001). O título precisa dizer muito em poucas palavras.

Diante disso, avalio a importância dada à notícia a partir da posição que ocupa na página e ao chamá-la ou não na capa. O funcionamento discursivo é avaliado através dos ganchos escolhidos e das informações presentes em cada título. Em alguns casos, além do título, analiso trechos ou palavras do próprio texto a fim de contribuir na identificação das condições de produção e dos efeitos de sentido.

A partir daí verifico a objetividade envolvida na seleção das informações, nos ângulos abordados e nas versões apresentadas, bem como nas condições de verdade dos enunciados e nos sentidos implícitos (pressupostos e subentendidos). A quantidade de matérias coincidentes em relação ao volume de notícias veiculadas em cada edição pode ser também uma marca que aponta ou não para a objetividade. Melhor explicando: entendo que a objetividade só pode avaliada em casos de matérias sobre o mesmo fato. Do contrário, fica difícil analisar este quesito, porque sem a comparação não saberemos se a notícia expressa a realidade e apresenta verossimilhança na escolha dos ganchos.

Diante da seleção das notícias, analiso o funcionamento discursivo das matérias para a produção de sentidos por meio das escolhas de informações relatadas pelo jornalista ao produzir o texto. Verifico as pistas deixadas nos textos, que apontam para as marcas ideológicas presentes no que está dito e no que não está dito no discurso. Assim como, procuro identificar a posição de sujeito, cuja formação discursiva dominante é a jornalística, mas entrecruzada por múltiplas falas (fontes ouvidas na apuração da notícia).

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

O número médio de matérias publicadas pelos três jornais nas editorias de Economia e de Política no período analisado foi de 23,7 por dia. No entanto, as notícias sobre a mesma ocorrência atingiram uma média de 3,5 matérias diárias. Os números demonstram que a seleção de assuntos coincidentes é pequena em relação ao total de matérias publicadas diariamente das editorias analisadas. Na tabela abaixo, verifica-se a quantidade de matérias coincidentes em cada dia analisado.

**TABELA 1**

**Aparecimento de matérias sobre o mesmo assunto.**

<b>DATA</b>	<b>POLÍTICA</b>	<b>ECONOMIA</b>	<b>TOTAL</b>
01.05.02	4	2	6
03.05.02	1	1	2
05.05.02	1	-	1
07.05.02	2	2	4
09.05.02	3	1	4
11.05.02	4	4	8
13.05.02	1	-	1
15.05.02	3	1	4
17.05.02	3	3	6
19.05.02	1	1	2

21.05.02	2	1	3
23.05.02	2	2	4
25.05.02	1	3	4
27.02.02	1	-	1
29.05.02	2	2	4
31.05.02	-	-	0

### **Dia 01 de maio de 2002 – Quarta-feira**

Neste primeiro dia há 6 (seis) matérias sobre o mesmo assunto nos jornais pesquisados. Recortei aleatoriamente quatro delas para a análise. As manchetes, como se observa abaixo, não coincidiram, ou seja, os jornais selecionaram notícias diferentes para destacar na capa como as mais importantes do dia. O AN escolheu um assunto estadual de economia, diferente do DC e do OE, que destacaram temas de âmbito nacional.

<b>Jornal</b>	<b>Manchete</b>
AN	<i>Emperra processo de venda do Besc</i>
DC	<i>Brasileiro fuma menos, mas bebe mais cerveja</i>
OE	<i>Receita registra recorde histórico na declaração do IR</i>

O assunto da manchete do AN também foi publicado pelo OE, mas não pelo DC. Percebe-se, então, que o DC ao não publicar a notícia do Besc silenciou diante de um assunto importante para os outros dois jornais.

No DC, aparece a pesquisa divulgada pelo IBGE, que também foi publicada pelo AN, mas não com destaque na capa. O OE, por sua vez, não publicou a notícia da pesquisa, o que demonstra também um silenciamento diante de um tema que rendeu matéria nos concorrentes e foi manchete do DC, selecionada, portanto, como a mais importante do dia. Já a notícia que deu manchete no OE, do recorde no volume de declarações do Imposto de Renda (IR), foi publicada pelos outros dois jornais, conforme quadro abaixo:

<b>Jornal</b>	<b>Chamada de capa</b>	<b>Título</b>
AN	<i>Receita recebe 15 milhões de declarações</i>	<i>Volume de declarações supera expectativa</i>
DC	-	<i>Declarações superam expectativa</i>
OE	<i>Receita registra recorde histórico na declaração do IR (manchete)</i>	<i>Medo aumenta declarações em 16%</i>

AN - deu importância relativa ao assunto. Foi coerente com o modo de produção jornalística: chamou na dobra inferior da capa e abriu a página de Economia com a notícia. As informações da matéria foram de Santa Catarina, embora, no lide, apresentasse os números nacionais. O enfoque foi que poucas pessoas deixaram a declaração do IR para o último dia, explicado pela insistência da RF (Receita Federal) para a entrega do documento mais rápido. Relata, no entanto, que isso não evitou o congestionamento na transmissão das declarações no último dia do prazo de entrega. Confronta as críticas entre a Caixa e a RF, que se acusaram mutuamente de não se prepararem para o excesso de procura na última hora. Há, portanto, uma contradição entre as informações apresentadas pelo jornal. O aumento citado pressupõe que a renda da população cresceu, por isso o volume de declarações superou o esperado, o que implica também que as pessoas estão mais conscientes da necessidade de pagar impostos.

DC - não publicou a notícia com o mesmo destaque. Não chamou na capa e nem abriu a página com a matéria. Usou o mesmo gancho do AN, mas limitou-se a informar os dados estaduais. Também relatou o congestionamento, sem críticas, e apresentou entrevistas de pessoas que deixaram para entregar no último dia, numa tentativa de humanização do relato com a inclusão de personagens. O enfoque principal foi o possível aumento da renda da população, justificado pelo aumento do volume de declarações, de acordo com o delegado da Receita: *“Isto demonstra que houve no Estado um aumento de renda da população”*. Assumiu assim, ideologicamente, o ponto de vista do governo, para quem certamente era conveniente declarar que o motivo do crescimento no volume das declarações só poderia ser em razão do aumento da renda da população. A exemplo do AN, está implícita também a opinião de que as pessoas estão mais conscientes da necessidade de pagar seus impostos. O efeito de sentido é que a economia do Estado vai bem.

OE - esta foi a matéria mais importante do dia, pois deu manchete. Entretanto, não abriu a editoria de economia. A notícia foi publicada na dobra inferior da página interna, o que representa uma contradição, de acordo com as regras da produção jornalística: foi importante chamar na capa, mas na página interna essa importância foi apagada para dar lugar à matéria do Besc, que abriu a página. No lide, o OE informou os dados gerais do Brasil e, ao final da matéria, em um entretítulo, trouxe os dados de Santa Catarina. Informou o aumento no volume das declarações do imposto sob um ângulo diferente, chegando ao sensacionalismo. Para o jornal, este ângulo teve maior peso como valor-notícia. Baseado também em informações da Receita, justificou o recorde pelo *medo* da *nova arma contra a sonegação*: o cruzamento dos dados da declaração com os da CPMF, segundo lei aprovada pelo Congresso. O *medo* remete à inquietação diante de um perigo real ou imaginário, pavor, temor. Esse pavor, temor deve-se à *arma* contra a sonegação. Tem portanto o mesmo efeito que as matérias dos outros dois jornais: a economia vai bem. Por outro lado, há ainda o efeito de sentido em outra direção: as pessoas não querem ser punidas por mentir à RF. Não está dito, mas fica implícito que as pessoas mentiram nas declarações anteriores e, portanto, são desonestas.

Percebe-se a regularidade discursiva entre as três matérias, no que se refere aos pressupostos e implícitos, mas o jornal pinçou aspectos diferentes para realçar, até com informações contraditórias, sem dar a visão do todo. Qual é a verdade se os jornais deram interpretações diferentes ao aumento das declarações: as pessoas estão mais conscientes da necessidade de pagar seus impostos ou a renda aumentou, ou simplesmente não querem se expor aos perigos reais ou imaginários da punição (arma contra a sonegação). Então, nos anos anteriores, segundo o sentido do discurso, as pessoas mentiram à RF. Assim, pode-se inferir que nenhuma delas é inteiramente verdadeira, mas diferentes versões de uma mesma realidade. Como diz Goodmann (1995, p. 55), a verdade é sempre “relativa e uma nebulosa”, pois diferente para mundos diferentes. A verdade é uma “abstração que existe objetivamente como qualidade” (LAGE, p. 135). Como observador e intérprete da realidade – posição do sujeito-jornalista – navegou entre a ilusão de verdade na recolha e nas escolhas de certas informações para ressaltar a emergência dos fatos que compõem uma realidade. A seu modo, a realidade não coube inteira nas matérias.

Essas versões levaram a efeitos de sentido diversos. Lembro o que diz Possenti (2001, p. 276): os efeitos de sentido traduzem-se pela ação dos sujeitos no discurso (as escolhas são ações). “A idéia básica é que o sentido do discurso é seu efeito de sentido”. Todos os jornais informaram o aumento do volume das declarações, mas interpretaram diferentemente

os motivos, o que produziu diferentes efeitos na ordem da significação. Possenti esclarece que a significação ocorre pelo fato de ter acontecido. O aumento das declarações realmente aconteceu. Mas as condições de enunciação – os motivos – determinaram a produção de sentidos.

Penso que a objetividade, no sentido de procurar mostrar uma maior parcela da realidade, ficou comprometida, pois estabelecida apenas nas técnicas redacionais empregadas. São simulacros da realidade. Fragmentos de aparências, como sublinha Lage (2001b). São leituras subjetivas, portanto.

<b>Jornal</b>	<b>Título</b>
AN	<i>Protestos devem marcar Dia do Trabalho em Santa Catarina</i>
DC	<i>Sobra 'bico' para quem não estuda</i>
OE	<i>Emprego cai pela metade</i>

Aqui é interessante fazer a relação com a matéria anterior. As escolhas que cada jornal fez levam a uma coerência nos discursos, considerando-se como efeito de sentido a crítica ao desemprego no Dia do Trabalhador, ainda que apenas o AN fizesse referência à data no título. Ao usar a palavra *protestos* fica implícito que estes são em relação ao desemprego e à situação econômica brasileira. Se considerarmos que essa crítica pressupõe uma opinião, a objetividade é impossível, até mesmo em relação à escolha dos ângulos abordados e aos aspectos do real que mostraram. Em comparação com a primeira matéria analisada (a do Imposto de Renda), nesta a regularidade discursiva é comprometida, pois o efeito de sentido muda para o desemprego e para a baixa renda.

Cabe esclarecer que o período escolhido para a análise foi de grande movimentação dos partidos na escolha dos candidatos para concorrer às eleições de outubro de 2002. A variedade de informações dificultou, acredito, a produção da agenda/pauta jornalística e, por conseguinte, a coincidência de matérias. Mas verifica-se que os jornais selecionaram quatro notícias de política, das quais analisarei a seguir os títulos de duas.

<b>Jornal</b>	<b>Chamada capa</b>	<b>Título</b>
AN	-	<i>PDT e PTB aliam-se nos Estados e excluem o PPS</i>

DC	<i>PTB e PDT formalizam aliança sem PPS</i>	<i>PTB e PDT excluem PPS nos estados</i>
OE	-	Exclusão - <i>PDT e PTB isolam PPS de Ciro Gomes</i>

O AN e o DC publicaram praticamente a mesma informação no título e, assim, conduziram ao mesmo sentido. Já no OE, o efeito de sentido foi em outra direção: os dois isolam o partido de Ciro Gomes, embora use na cartola<sup>36</sup> *exclusão* como nos demais. O efeito de sentido de excluir é diferente de isolar. O OE interpretou isolar (deixar de lado) como sinônimo de excluir (afastar, desviar). Os mesmos ganchos levaram a uma regularidade discursiva. No entanto, os efeitos de sentido implícitos ao discurso são os da traição. PTB e PDT aliando-se traíram (isolam, excluem) o PPS.

<b>Jornal</b>	<b>Título</b>
AN	<i>Frente pode <u>sofrer baixas</u> em Santa Catarina</i>
DC	<i>Grando tem candidatura <u>ameaçada</u></i>
OE	<i><u>Racha</u> não impede chapa única</i>

Os jornais trouxeram, em matéria correlata à anterior, a situação do PPS do pré-candidato Sérgio Grando, de Santa Catarina, em relação aos desdobramentos da candidatura nos estados, excluindo ou isolando o partido, conforme verificado na notícia anterior.

As matérias têm sentidos diferentes nos três jornais. Enquanto o AN usou a expressão *pode sofrer baixas*, o DC tratou por *candidatura ameaçada*. Já o OE foi, pode-se dizer, “dramático” ao optar por *racha*. Assim, *sofrer baixas* é desistir; *ameaça*, segundo verbete do Dicionário Aurélio é intimidar, meter medo, fazer pressão; enquanto *racha* (fenda, partir-se) leva ao sentido de divisão. Os significados denotam diferentes efeitos de sentido. Os jornais interpretaram o fato, assumindo posições, mesmo que nelas estejam entrecruzadas as vozes das fontes consultadas.

O diferente enquadramento do real levou ao sentido da informação: depreciar a candidatura do PPS. Vale lembrar que o enquadramento do real dita o sentido da informação

<sup>36</sup> Cartola é uma palavra auxiliar, na linguagem jornalística, usada para identificar, de forma genérica, um assunto. Pode identificar uma editoria (cartola de página) ou um assunto.



selecionada (MOUILLAUD, 1997). E a seleção de determinado enquadramento está ligada, sempre, a um sistema de valores e crenças e até mesmo à “venda” da notícia (no sentido de atrair a atenção do leitor), ainda que previamente esteja a fidelidade à própria notícia e aos critérios de noticiabilidade.

Numa análise do conjunto, pode-se dizer que as duas matérias acima analisadas misturam as vozes de vários partidos, o que sinaliza ao leitor: olhe a confusão que estes partidos estão fazendo, com traições e rachas. PDT, PTB e PPS são considerados pequenos em relação ao PFL, PSDB, PMDB, partidos esses que sempre estiveram alinhados ao governo. Observo que PFL e o PSDB, por exemplo, foram notícia no DC e no AN neste mesmo dia com relação às alianças políticas, mas com ganchos diferentes. A ideologia dos grandes partidos, que coincidentemente estavam na base do governo no período analisado, é evidenciada pelos jornais, os quais, como instituição, fazem parte dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), segundo estudos de Althusser (1998). O jornal, assim, assume a ideologia dominante, ou seja, identifica-se com ela, instaurando-se como aparelho ideológico da informação. Este (re)produz o discurso dominante ao informar sobre as confusões e traições que os partidos menores provocam.

#### **Dia 03 de maio de 2002 – Sexta-feira**

Duas matérias tratam do mesmo assunto neste dia. Ambas foram publicadas na editoria Política. As manchetes dos três jornais foram as seguintes:

<b>Jornal</b>	<b>Manchete</b>
AN	<i>Receita da temporada de verão despencou 34,4%</i>
DC	<i>Bolsa tem maior queda do ano</i>
OE	<i>Temor de união das esquerdas abala mercado</i>

A notícia principal é de tema econômico. No DC e OE o assunto coincidiu, apesar de um relacionar-se às eleições e outro não. Os efeitos de sentido de *queda* (usada no título do DC) e de *abala* o mercado (do OE), levam à agitação, ao mercado oscilante. O DC limitou-se à informação sem mostrar o contexto, enquanto o OE fez uma interpretação no título: o mercado se abala porque teme a união das esquerdas. Assume, portanto, a posição discursiva de direita. O AN preferiu um tema estadual, como já se notou no dia anterior. A matéria enfocou

um aspecto negativo da economia. Subentendido está que a economia vai mal. Esta foi uma matéria especial (pauta planejada) que não apareceu nos demais jornais.

<b>Jornal</b>	<b>Chamada de capa</b>	<b>Título</b>
AN	<i>Ascensão de Lula <u>já</u> causa turbulências</i>	<i>Ascensão de Lula <u>provoca turbulências</u> no mercado</i>
DC		<i>Banco e pesquisa <u>derrubam</u> Bovespa</i>
OE		<i>Bolsa <u>despenca</u> e dólar vai a R\$ 2,40</i>

AN - relacionou, como fez o OE na manchete, as turbulências do mercado às eleições. Os títulos foram catastróficos. No entanto, na chamada da capa silenciou que a turbulência é na economia. Pelo título, a turbulência poderia ser também na política ou em qualquer área. O já foi usado como juízo de valor: se já está assim, como ficará depois, se Lula for eleito. A matéria teve como gancho o *temor do setor financeiro com vitória do PT, que pressiona o dólar e o risco Brasil e promove queda na bolsa*. Ou seja, o temor leva à pressão, à queda, à turbulência.

DC – o banco (que na matéria do dia anterior fez uma análise negativa do mercado financeiro) mais a pesquisa (eleitoral) derrubam a bolsa. A notícia teve como gancho a declaração do FMI em favor do Brasil, que acalma mercado, mas dólar sobe 1,48% e bolsa cai 4%. O mas, usado como operador argumentativo, muda o pressuposto da informação e aponta para sentido negativo. Quer dizer, não vai adiantar acalmar, porque os bancos já disseram e a pesquisa confirmou: a economia não “obedece”.

OE – O assunto da manchete veio na editoria de Economia também relacionando a tensão no mercado financeiro à corrida eleitoral, que faz a bolsa despencar e o dólar vai a no sentido de alta. A exemplo dos demais, este jornal também relacionou a agitação do mercado financeiro às eleições.

Os três jornais demonstraram uma coerência ou regularidade discursiva ao relacionar o fato com a pesquisa eleitoral que manteve Lula em primeiro lugar nas pesquisas de intenção de voto. Presume-se que, com estas informações, o leitor, claro, ficou apavorado, sem saber o que pensar em virtude de tantas metáforas gramaticais no texto, produzindo efeitos de sentidos que ajudam a eximir a responsabilidade pelos dizeres: Bolsa é derrubada, despenca,

leva tombo, promove queda; dólar dispara, tem maior cotação, é pressionado; a corrida eleitoral provoca turbulências, abalo, tensão no mercado. O discurso do jornal legitima as instituições financeiras e políticas de direita ou governistas. Os jornais assumem essas posições, provocando efeitos de sentido de depreciação do candidato da esquerda.

Assim, cabe salientar que o locutor (os jornais) constrói seus instrumentos lingüísticos de acordo com seus interesses. Possenti (2001) diz que essa atividade de constituição transforma o locutor em sujeito. Os recursos expressivos (metáforas) apontam os efeitos de sentido. Neles está implicada a subjetividade pelas escolhas dessas e não de outras expressões. A maneira de dizer denuncia um ponto de vista. E aí há a irrupção do sujeito, de acordo com a análise de Possenti (ibidem, p. 78). “A seleção de um conjunto de recursos expressivos em vez de outros tem sempre a ver com os efeitos que o locutor quer provocar”. O autor entende que esses efeitos informam, mas também querem impressionar, convencer. Ou seja, querem dizer, com uma certa finalidade. Naquele momento político eleitoral do período analisado, era conveniente dizer/relacionar as turbulências, o despencar e a derrubada da Bolsa com a pesquisa de intenção de voto que apontava Lula em primeiro lugar.

<b>Jornal</b>	<b>Título</b>
AN	<i>Garotinho acusa Serra de representar direita</i>
DC	<i>Vice de Serra deve ser do Nordeste</i>
OE	<i>“O PFL sempre foi governo e vai continuar sendo”, diz Serra</i>

AN - optou por não trazer matérias sobre o PFL. Serra é citado na declaração de Garotinho (também pré-candidato, que usava o ataque como defesa). O jornal usou uma citação indireta para dar o efeito de objetividade: é Garotinho quem acusa que ser de direita é ruim. Ele, que está em último nas pesquisas, tem credibilidade para dizer e convencer?

DC - preferiu um enfoque diferente. O vice de Serra deve ser do Nordeste, mas pressupõe que pode não ser. A matéria não mencionou a questão do PFL, que fazia parte da aliança do governo de FHC, mas que até aquele momento não havia decidido se continuava ou não a apoiar o candidato do governo.

OE - divulgou a notícia das alianças para a sucessão presidencial e optou pela fala do pré-candidato José Serra. No título, uma citação direta sugestiva. O jornal apaga sua voz

para fazer sobressair a de sua fonte de informação envolvida na notícia. O sujeito (jornal/jornalista) atua, não como personagem evidentemente, mas assumindo o papel de repórter do objeto, a notícia, cujo conteúdo é o dizer da fonte de informação (o candidato Serra), apagando o dizer do jornal. Por outro lado, vale lembrar que a introdução das palavras do locutor em discurso direto (nesse caso a fonte de informação) permite um grau máximo de efeito de objetividade, na medida em que seja uma transcrição “fiel e de boa fé” (LOZANO, et.al, 2002, p.176). A objetividade, realçam os autores, não depende exclusivamente da transcrição do discurso original, mas por haver uma intervenção, um desvio de sentido, por parte de quem cita. Por outro lado, as palavras do outro (da fonte) podem ser tomadas como um dizer do próprio jornal. Há neste caso um efeito, uma aparência de objetividade, pois ao introduzir a palavra de outro conferiu a este outro algo da própria voz do jornal. É dizer através do outro. Sem deixar de mostrar que a fala é de outro, expressou-se por si mesmo. É também o princípio da autoria; sujeito responsável pelo que diz e que assume uma posição. E lembro Carreira (2001, p. 58): “O autor é também o sujeito que se descaracterizou enquanto tal ao ocupar esta posição, ele indicia o sujeito”. Ao assumir a fala de Serra contra o PFL, o jornal marca sua posição.

Numa análise do conjunto das matérias deste dia, os jornais polemizaram ao relacionar a *ascensão* de Lula às *turbulências* do mercado, deixando Serra longe dessa confusão, ao menos nos títulos analisados. O contexto em que ele foi notícia é outro. Assumiram a posição: Serra está longe das turbulências do mercado, ou seja, não é responsável por elas. O efeito de sentido é que Serra está trabalhando em sua campanha e ocupado em escolher seu vice. Então, no momento político, era conveniente deixar Serra longe das questões econômicas, afinal ele era o candidato do governo. Os jornais serviram de porta-vozes do discurso do governo.

A partir dos títulos e enfoques dados, a objetividade possível é prejudicada, pois os jornais tomam posição. Concordo, portanto, com Barros Filho (2001, p. 89) quando ele diz que a “aparência de objetividade” depende da harmonia temática. Neste caso, os títulos isoladamente parecem não ser do mesmo assunto, mas na verdade são. A objetividade, assim pensada, é relativizada e faz crer num real intermediado por diferentes visões e escolhas de enfoques. O leitor, neste caso, é influenciado por aquilo que lê, recriando a realidade através do discurso que lhe chega. Ao mesmo tempo, o jornalista serve de mediador dos fatos, posiciona-se também como autor na escolha dos títulos e das metáforas (criando fatos) para atrair a atenção do leitor. Mais que isso: ao interpretar a realidade, assume os dizeres. Nesse sentido,

coloca em risco a pretensa objetividade, ainda que os enunciados estejam na forma impessoal e dentro das técnicas de redação da notícia.

### **Dia 05 de maio de 2002 – domingo**

Vale lembrar que os jornais fecham a edição de domingo na sexta-feira junto com a de sábado. Com base nisso, pode-se inferir que a maioria das pautas é planejada durante a semana. Normalmente tomam-se informações recentes para desdobrar em matérias especiais, aprofundando-as, ou escolhendo temas não tão recentes, mas que permitam novas abordagens. A exceção é o OE, que produz uma edição conjunta (sábado e domingo) e portanto as matérias (factuais em sua maioria) são produzidas na sexta-feira. Verifico, em vista disso, uma maior dificuldade de encontrar notícias sobre o mesmo tema nas edições de domingo.

Neste dia, por exemplo, apenas uma matéria coincide nas duas editorias pesquisadas. Com relação às manchetes torna-se ainda mais improvável a harmonia temática.

<b>Jornal</b>	<b>Manchete</b>
AN	<i>A polêmica do celibato na igreja</i>
DC	<i>Jovens valorizam a força do voto</i>
OE	<i>Mercado estanca pessimismo e títulos brasileiros reagem</i>

A manchete do AN valorizou uma das matérias especiais da edição, ocupando duas páginas do jornal. Oportunamente, o tema foi o celibato, assunto presente na mídia nacional e até internacional, em virtude das informações veiculadas de padres que praticam a pedofilia.

O DC optou por valorizar na manchete o tema eleições, trazendo uma matéria especial de três páginas, começando na Página Quatro, editoria especial onde publica geralmente grandes reportagens. O enfoque foi a preocupação dos jovens com relação à política e aos candidatos. O próprio jornal provocou um debate entre os jovens e transformou-o em notícia. Assim, o jornal criou o fato.

O OE preferiu uma matéria factual para a manchete, provavelmente de agência, captada na internet, como é comum praticar. Destaco que, nesse sentido, o jornal apresenta

regularidade discursiva ao promover geralmente temas nacionais nas manchetes. O assunto de capa foi destaque em duas editorias dentro do jornal: a de política e a de economia.

<b>Jornal</b>	<b>Título</b>
AN	<i>Pesquisa eleitoral agita o mercado de investimentos</i>
DC	<i>Lula vê ‘terrorismo’ contra seu nome</i>
OE	<i>Lula chama de “aventureira” avaliação negativa de mercado</i>

AN - mais uma vez relacionou o mercado financeiro às eleições. *Reação dos bancos ao crescimento do candidato petista não foi compreendida por políticos*, interpretou no olho<sup>37</sup> da matéria. No texto, defendeu como normal a reação do mercado (bancos), numa crítica implícita aos que contrariaram essa interferência, conforme notícias veiculadas em edições anteriores. O jornal, portanto, assumiu a defesa dos banqueiros (posições de sujeito), que, “coitados”, foram incompreendidos. Atravessada em sua fala está a formação discursiva do complexo empresarial financeiro, fala ideológica portanto.

DC - escolheu a voz alheia, o discurso da personagem da notícia, no título da matéria principal da reportagem. *Terrorismo*, entre aspas, evocou o senso comum da palavra, depois dos ataques de 11 de setembro aos EUA. Terrorismo, segundo o Dicionário Aurélio ([1980]), é modo de coagir, “forma de ação política que combate o poder estabelecido mediante o emprego da violência”. Interpreto como existindo uma ambigüidade no título do DC e também em relação ao texto da matéria, que aparece com a maioria dos trechos em citação direta de Lula. Ao mesmo tempo em que dá voz ao candidato da esquerda, publicando a matéria como principal da página, deprecia a sua figura ao usar a palavra ‘terrorismo’. Até porque, em jornalismo, o recurso do entre aspas atua como uma objetivação do discurso. Por outro lado, em AD, é o sujeito apropriando-se do discurso de outro para assumir uma posição.

OE - a exemplo do DC, escolheu uma fala alheia (citação direta) para realçar no título. A matéria que valeu a manchete aparece na editoria de Política. Ao colocar também entre aspas uma palavra de Lula, denota que o jornal quis dar objetividade ao discurso. Mas pode-se dizer que é uma aparência de objetividade, considerando a escolha desta fala e não de

<sup>37</sup> Olho é um recurso de edição usado para anunciar os melhores trechos de textos e arejar a leitura. Em geral, tem de três a cinco linhas, nas quais destacam-se frases relevantes e sugestivas. No AN, esse recurso é usado no início da matéria que abre cada página e contém informações resumidas em apoio ao título.

outra, o que faz mudar o sentido do enunciado, segundo a AD. A ambigüidade também é percebida no título de OE, especialmente porque, cabe informar, é a foto de Serra que acompanha a matéria. A expressão *aventureira* também tem suas matizes de significado. Denota pessoa que vive de aventuras, incerta, que vive ao acaso da sorte, segundo o Dicionário Aurélio ([1980]). O efeito de sentido pode conduzir à interpretação de que ele, Lula, é um aventureiro.

Observando-se os ganchos da matéria, percebe-se, à primeira vista, ambigüidades que produzem efeitos no antetítulo (texto acima do título) e na linha de apoio (texto abaixo do título). Antetítulo: *Medo do futuro – Serra diz que relatórios sobre risco-país são um equívoco*. Linha de apoio: *Petista diz que dará confiança a investidor com aumento da produção*. Noto que o jornal optou por continuar a usar enunciados com citação indireta para garantir o efeito de objetividade ao discurso. Ao mesmo tempo, usa a lei de ouvir os dois lados: a fala de Serra e a de Lula, opositores na disputa à presidência do Brasil. Assim, pode parecer que o jornal assume a posição de defesa de Lula ao publicar uma crítica de Serra. Ou seja, o jornal isenta Lula de culpa com relação à situação econômica. No entanto, usa a expressão *Medo do futuro*, o que pode denotar o efeito de sentido contrário: com Lula, Serra tem medo do futuro. É interessante observar ainda a expressão *petista* na linha de apoio, cujo senso comum leva a um significado depreciativo se considerarmos como a mídia e os políticos sempre trataram o candidato da esquerda e de seu partido.

Numa análise do conjunto, o AN mantém a regularidade discursiva ao posicionar-se em defesa do governo e relacionar a agitação do mercado à pesquisa. Já em relação ao DC e OE, estes tomaram a mesma posição, mas com suas ambigüidades. Assim, numa primeira análise, pode parecer que o pressuposto é a defesa do candidato petista. No entanto, de acordo com os fundamentos da AD, ao ligar o nome de Lula ao *terrorismo* e à *aventura*, mudou o sentido e a objetividade tornou-se efeito. O AN ocupou a posição dos empresários ao enunciar que a pesquisa *agita* o mercado. Como intérpretes da realidade objetiva, os jornais assumiram posições. Lembro que, segundo Motta (1997, p. 316), a escolha e a seleção dos fatos pressupõem a existência de juízo de valor, que “recria o real e se transforma num novo real”.

Com relação às possíveis ambigüidades dos discursos do DC e OE, estas também produzem efeitos de sentido, se considerarmos o que expôs Henry (1992) que nenhuma fala é propriamente a fala de um indivíduo, pois é atravessada pelo já dito e já escutado. Os dois jornais, num certo sentido, deram voz à Lula, tentando objetivar o discurso através das citações diretas e indiretas, mas também posicionaram suas próprias falas ao ressaltar estes e não

outros dizeres. Por outro lado, continuaram a relacionar a agitação do mercado à sua candidatura, reforçando o efeito de sentido da ameaça, do terror, da aventura que Lula poderia representar ao país. Diz Henry (ibidem, p. 170) ainda que a articulação do já dito de toda fala ou enunciado tem raiz no inconsciente e não no sujeito, tomando o Outro lacaniano. Diante disso, pode-se inferir que os jornais buscaram fazer agir o processo imaginário de falas anteriores. Henry explica que esse registro imaginário “é suporte de um sujeito do qual uma parte lhe é invisível para sempre e que ele só pode conhecer através de uma experiência intersubjetiva, que é uma experiência de discurso”.

Nesse viés da memória (falas já ditas) e do interdiscurso (falas atravessadas) o simbólico (o atual discurso) exerce seus efeitos sobre os sujeitos. As condições de produção do discurso, ao reafirmar, lembrar falas anteriores, permite acrescentar alguma coisa ao dizer, ao mesmo tempo em que é dito. Remete ainda à fragmentação da forma-sujeito entre diferentes posições de sujeito em sua ambigüidade discursiva. Esta pode ser explicada com Indursky ([1999]), quando diz que a forma-sujeito fragmentada abre espaço não somente para o semelhante, o equivalente, para o homogêneo e parafrástico, “mas também cede lugar para o diferente, o divergente, o contraditório, ou seja, o polissêmico e o heterogêneo”. Vejo aqui uma relação com a contradição entre a voz do jornal e a do jornalista. O jornal assume a posição do empresário, enquanto o jornalista vive uma situação complexa entre dois discursos, o político institucional e o social. É Ribeiro (1994, p. 164) quem lembra que o jornalista “ao mesmo tempo que maneja esses dois níveis de discurso, é afetado por eles”.

Resumindo, nas matérias analisadas, a objetividade é simplesmente aparência, na medida em que fragmentaram a realidade entre uma ou outra versão dos fatos, produzindo efeitos de sentido ao escolher estes dizeres e não outros. Com relação à coerência do discurso, a regularidade discursiva foi mantida tanto entre os jornais quanto em relação aos discursos anteriores.

### **Dia 7 de maio de 2002 – terça-feira**

Quatro notícias são coincidentes nos jornais pesquisados, das quais analiso duas. A convocação da seleção brasileira para a Copa do Mundo foi tema de capa nos três jornais, embora apenas dois deles tenham destacado o assunto na manchete.

<b>Jornal</b>	<b>Manchete</b>
---------------	-----------------



AN	<i>Agora só resta torcer</i>
DC	<i>A cara do Brasil para o Penta</i>
OE	<i>Caso Vale derruba mercado financeiro</i>

O AN optou por dar a manchete com uma foto do técnico da Seleção. Já no DC, a manchete teve duplo sentido. Publicou as fotos (boneco) dos convocados na capa, simbolizando a cara do Brasil para o Penta, como diz a manchete. A meu ver, elas (as manchetes) estão permeadas pela subjetividade, pois além de incitar o leitor a torcer, o jornal ocupa também a posição de torcedor. As posições que o sujeito (os jornais, no caso) assume permitem-lhe desempenhar papéis sociais e institucionais. Essas posições estão atravessadas nas escolhas que faz, tornando-se ele responsável pelo que diz. Está, portanto, inscrito em um campo de subjetividades. Lembro aqui Foucault (1997) quando afirma que, de acordo com a posição assumida, o sujeito faz o enunciado circular, servir, realizar um desejo ou um interesse, ou entrar em contestação e lutas.

O OE, por sua vez, chamou a notícia da convocação da seleção na capa com foto do técnico, mas o título enfocou outro ângulo: *Romário está fora da Copa do Mundo*. A relação dos convocados também foi publicada na capa. No entanto, optou por uma manchete de outro assunto. Mais uma vez, selecionou um tema da economia nacional, que também foi publicado pelos demais jornais, como a seguir.

<b>Jornal</b>	<b>Chamada capa</b>	<b>Título</b>
AN		<i>Denúncia <u>respinga</u> em candidatura de Serra</i>
DC	<i>PFL <u>pressiona</u> Planalto para substituir Serra</i>	<i>PFL <u>pressiona</u> para substituir Serra</i>
OE		<i>Caso Vale agrava <u>onda de pessimismo</u> e derruba mercados</i>

AN - trouxe o assunto na editoria de Política. O gancho da matéria foi que o ex-tesoureiro da campanha do tucano e ex-diretor do Banco do Brasil é acusado de tentar cobrar R\$ 15 milhões em propina. No título, interpretou que este fato respinga no candidato. A foto de Serra ilustrou a matéria com uma legenda que assume a defesa de Serra ao escolher

uma fala sua : *Serra garantiu, furioso, ontem: “Ele (Ricardo Barros) não está ligado a mim coisa nenhuma”*. Mas na página Indicadores Econômicos não deixou de fazer a relação:  *Mercados reagem à pressão sobre candidatura Serra*.

DC – ocupou página inteira com o assunto, mas no título principal escolheu outro enfoque, dando voz ao PFL, partido aliado ao governo de FHC, que *pressiona* a tirar Serra da sucessão. Vale lembrar que o PFL havia saído com uma candidatura própria, Roseana Sarney, que desistiu após denúncias de corrupção, na época, atribuídas a Serra. Por isso, foi comum aparecer matérias informando da *pressão* do PFL para tirar Serra da corrida eleitoral. Este jornal deu diversas matérias, abordando vários ângulos. Publicou inclusive um box *Entenda do caso*, no qual divulgou a cronologia do escândalo que envolvia o nome do pré-candidato José Serra. O jornal publicou também uma matéria correlata com a defesa de Serra: *‘Não tenho nada a ver’*, diz *tucano*, com a foto de Serra. Em nenhum momento da reportagem fez a relação com a instabilidade econômica. Apenas na página Indicadores Econômicos (página visualmente sem atração, diga-se) cito, na linha de apoio: *denúncia de propina na Vale derruba bolsa e dólar sobe*. O título foi: *Risco-país dispara em dia nervoso*. Ou seja: silenciou (tentou esconder) ao não citar o nome de Serra. Ainda que tenha ampliado a notícia (no sentido de aprofundar), o funcionamento discursivo da citação direta leva a interpretar que o jornal assume a voz do candidato, levando ao efeito de sentido de apoio ao candidato governista. Diz Karam (1997, p. 117) que esconder “é fazer marketing, não jornalismo” ou “fazer jornalismo de compadre”.

OE - abriu a editoria de economia fazendo a relação da denúncia com a economia. A *onda de pessimismo* aparece como um juízo de valor. A metáfora *onda* leva à interpretação que o pessimismo é muito grande, intenso. *Onda* também pode indicar grande confusão, tumulto. Não citou o nome de Serra no título, mas na linha de apoio e na matéria. O gancho foi que o mercado reagiu mal à notícia. Também publicou matéria com a versão do PFL: *Bornhausen diz que PFL apóia governo se José Serra desistir*. O PFL não mais *pressiona* para substituir (como no DC), condiciona seu apoio ao governo à desistência de Serra. Ou seja, efeitos de sentido diferentes. O jornal também deu voz à Serra em matéria correlata: *“Não temo desgaste”*. Tenta isentar-se, ao usar a declaração entre aspas. No entanto, assumiu sua defesa ao escolher este e não outro título; essa e não outra fala. Jornalisticamente, é bom salientar, está correto por dar espaço aos dois lados.

Por meio das fontes citadas, os jornais tentam isentar-se do dito e ao mesmo tempo buscam o efeito de credibilidade e objetivação das informações. Daí pode-se dizer que os jornais não estão na maioria das vezes conectados diretamente aos fatos, mas às falas (testemunhas). Nesse nível se dá a produção de sentidos e deixa transparecer as posições de sujeito que ocupam no dizer. Mas também permite a reflexão sobre a objetividade em função das escolhas dessas falas, fragmentos do real, portanto. O recurso ao discurso do outro, é bom lembrar, estabelece um pacto implícito com o leitor para fazer crer na verdade da informação. É um ponto de apoio da objetividade ao mesmo tempo em que se torna um recurso a um argumento de autoridade. Em outro aspecto, o sujeito se representa no dizer, na fala do outro no simples ato de citá-la. É nessa instância que a objetividade é efeito ou simulacro, pois faz emergir a subjetividade.

Cabe ressaltar que o *caso Vale* foi prato cheio para os jornais que encheram as páginas de política e de economia com a notícia. No AN e no OE, a interferência da política no mercado financeiro, portanto, muda de rumo, assim como mudam os efeitos de sentido. A turbulência, a agitação do mercado não se deve mais ao crescimento do candidato da esquerda, mas ao escândalo envolvendo o candidato governista. O Lula e o PT, aliás, passaram ao largo do noticiário de denúncias neste dia. No entanto, na análise do funcionamento discursivo pode-se inferir que nenhum jornal envolveu Serra diretamente nas denúncias: ele estaria ligado a pessoas envolvidas, há simples respingos em sua candidatura, ele diz que não tem nada a ver e nem teme desgaste. Esse efeito aparece especialmente no DC. Ou seja, no geral, os jornais assumem ideologicamente a posição de defesa de Serra, e assim a formação discursiva do governo federal atravessa o discurso do jornal.

Percebo que, de certo modo, a regularidade discursiva é quebrada, pois os efeitos de sentido mudam de direção. Não é mais o candidato do PT o causador da instabilidade econômica, mas o seu adversário que supostamente estaria ligado a pessoas envolvidas em corrupção. O valor da notícia prevaleceu. No entanto, os efeitos de sentido implícitos, no conjunto das matérias, são em favor do candidato governista. O AN e o DC assumiram essa posição nas falas entre aspas e citações indiretas que escolheram ressaltar. A posição do AN foi até mais aberta ao publicar uma matéria cujo título, *Partido dos Trabalhadores é alvo de ação do governo*, denota efeitos de sentido negativos ao seu candidato. A objetividade também é simulada. Ela é uma ilusão, na medida em que nas matérias os ditos têm efeitos não-ditos em direções opostas. São as versões e os juízos de valor que conduzem a essa ilusão.

Vale ressaltar ainda que Lula poderia ter sido chamado pelos jornais a opinar, tendo em vista que a ele (ou à sua posição nas pesquisas eleitorais) era atribuída a instabilidade (a tal turbulência) da economia. Fica clara, então, a fragmentação das notícias denunciada por Marcondes Filho (1989), Serva (2001), Silva (2000) e tantos outros autores.

### **Dia 9 de maio de 2002 – quinta-feira**

Novamente, quatro matérias coincidem, das quais analiso uma. Os resultados de pesquisa do IBGE foram publicados pelos três jornais. O AN e o DC optaram pelo assunto na manchete. O OE selecionou novamente a economia nacional.

<b>Jornal</b>	<b>Manchete</b>
AN	<i>Cai taxa de mortalidade infantil no Brasil</i>
DC	<i>Estado lidera a migração</i>
OE	<i>Euforia em Nova York eleva bolsa no Brasil</i>

O DC optou por informação de Santa Catarina (a migração) na manchete e o AN escolheu uma informação nacional (a queda da mortalidade infantil), contrariando a regularidade pela escolha de assuntos regionais na manchete. Nas edições analisadas até agora, a exceção foi a da edição anterior do AN, quando destacou a Seleção Brasileira de Futebol.

No OE, a matéria do censo do IBGE ocupou um espaço bem menor. No título, *Mortalidade infantil cai, educação melhora*, escolheu informações positivas e se aproximou do enfoque do AN.

<b>Jornal</b>	<b>Chamada capa</b>	<b>Título</b>
AN	<i>Eleitor enfrenta longas filas</i>	<i>Eleitores enfrentam fila no prazo final do título</i>
DC	<i>Jovens buscam <u>cidadania</u> ao fazer título no último dia</i>	<i>Eleitor forma fila para fazer título</i>
OE	<i>Corrida para regularizar título forma fila gigante</i>	<i>Título de eleitor - Prazo não terá prorrogação</i>

Os três jornais noticiaram o último dia para regularizar o título de eleitor, mas omitiram nos títulos a greve dos funcionários do Judiciário. O AN citou a greve no olho da matéria. Entretanto, só relatou o fato no final do texto, justificando que não houve prejuízo para quem foi fazer o título de eleitor, porque foram remanejados os servidores de outras repartições do Judiciário.

O ângulo abordado pelo DC foi dos jovens que faziam o título pela primeira vez, buscando *cidadania*. A greve só foi informada também no final da matéria, destacando que não chegou a comprometer o trabalho eleitoral, pois a adesão maior aconteceu na Capital, com *40% dos servidores*. Pode-se perceber o efeito de sentido carregado de ideologia. Ficou implícito que a *cidadania* vale somente para os jovens que querem exercer seu direito de votar. Os servidores que reivindicam melhores salários e condições de trabalho não a buscam.

De acordo com o OE, o eleitor não formou fila, fez *corrida*. Além disso, usou um juízo de valor: o tamanho da fila era *gigante*. No título dentro do jornal, deu outro ângulo: o prazo *não terá prorrogação*. Abriu um entretítulo para informar da greve. Deu uma visão geral, dando o número de grevistas, tempo de duração da paralisação e o que os servidores reivindicam.

Demonstrando regularidade discursiva, para os jornais analisados, as filas para fazer o título de eleitor tiveram maior grau de noticiabilidade, enquanto a greve teve menor relevância: foi pano de fundo no sentido metafórico do termo. Segundo essa visão, vale perguntar: este é realmente o melhor gancho da notícia, considerando que a greve ainda não havia sido enfocada em nenhum dos jornais no recorte analisado até agora?

Ainda que não tenha havido uma omissão, um silenciamento, pois o fato foi relatado nas matérias, os jornais não teriam se aproximado mais da objetividade ao dar ao leitor uma visão mais completa da realidade, valorizando também esta informação nos títulos? Implícito está que os jornais não quiseram entrar em polêmica com o poder Judiciário e por extensão com o governo. Valorizar a greve como notícia prejudicaria a imagem do governo, atrapalhando a corrida eleitoral do candidato que ainda não havia decolado. Trago aqui Marcondes Filho (1987, p. 39) para explicar: “Entre a ocorrência de um fato social relevante, o acontecimento ‘objetivo’ e sua apresentação ao público surgem diversas formas de intervenção que alteram sensivelmente o caráter e, principalmente, o efeito das notícias”. Também

Bertrand (1999) condena que o processo de seleção que “esconde” [ou minimiza] determinados assuntos deixa de dar um panorama mais completo da realidade.

Por outro lado, a subjetividade aparece latente nos ângulos abordados em cada jornal. Chego a essa conclusão ao perceber informações diferentes: os servidores que atenderam o cartório eleitoral eram de outras repartições (AN); a adesão foi pequena e só na capital, não prejudicando a busca da *cidadania* (DC); e prazo não terá prorrogação (OE), implicando que a greve não atrapalhou ou atrasou o atendimento. Qual a melhor versão da verdade?

Assim, os jornais funcionaram como espaço de hegemonia discursiva; um espaço privilegiado do exercício do poder. Cito aqui uma passagem de Serva (2001, p. 57), que tenta redimir a posição do jornalista: “a notícia vai ser disposta de determinada maneira, nem sempre por critérios razoáveis, muitas vezes, por mero acaso, ou por uma lógica que pode até afrontar o ‘bom senso’ dos leitores ou mesmo do conjunto de jornalistas”. Aos olhos do leitor essa lógica é relativizada, no meu entender, assim como as versões levam a significações pre-existentes pelas posições atravessadas (assumidas) no discurso.

#### **Dia 11 de maio de 2002 – Sábado**

Entre os acontecimentos selecionados, oito coincidiram nos três jornais, que novamente optaram por assuntos diferentes na manchete. Recortei para análise duas matérias que se referem ao governo de Santa Catarina.

<b>Jornal</b>	<b>Manchete</b>
AN	<i>Tráfico de drogas ronda escolas</i>
DC	<i>Caixa volta a financiar imóveis usados</i>
OE	<i>Servidor vai receber metade do 13º em junho</i>

A manchete do AN foi a pesquisa que mostra números *alarmantes* de violência nas escolas. O jornal fez uma reportagem especial na editoria Geral, relatando números de Santa Catarina e do país. A palavra *ronda* leva a inferir um duplo sentido: o perigo das drogas, mas implícita a falta de *ronda* policial, deixando a escola aberta à dos traficantes. A notícia foi publicada também pelo OE, só que na página de Polícia, com o título *Pesquisa revela alto índice de violência nas escolas do País*. O foco, a exemplo do AN, foi o tráfico de drogas

em colégios, o que *amedronta professores e pais de alunos*. Já o DC não noticiou a pesquisa que os concorrentes consideraram um fato jornalístico, ou seja, ocultou a realidade ao silenciar a informação negativa do tráfico, que para os outros rondam as escolas e amedrontam a sociedade. O DC preferiu a matéria nacional da reabertura do financiamento de imóveis, que também foi noticiada pelos dois jornais, mas com menor destaque.

Já o OE considerou a antecipação do 13º aos servidores a notícia mais importante do dia, os concorrentes não. O DC deu uma nota de apenas um parágrafo na editoria Santa Catarina sem valorizar o nome do governador. O AN referiu-se ao fato na matéria da viagem do governador, que analiso a seguir. Ressalto que foi a primeira coincidência de matérias do governo do Estado a ganhar destaque nos três jornais.

<b>Jornal</b>	<b>Chamada capa</b>	<b>Título</b>
AN	<i>Esperidião Amin pede economia antes de viajar</i>	<i>Governador insiste em economia</i>
DC	<i>Presidente do TJ assume o governo por duas semanas</i>	<i>Governador viaja para o exterior</i>
OE		<i>Nada muda, garante novo governador</i>

AN - destacou na capa que Amin *pede economia* antes da viagem e dentro do jornal muda o discurso: ele *insiste* em economia. No texto, aparece a expressão *exigiu economia*. Ou seja, primeiro pede, depois insiste e por último exige. Na mesma matéria foi noticiada a transmissão do cargo ao desembargador do Tribunal de Justiça, Amaral e Silva, cuja entrevista apareceu em matéria na mesma página. Considerando as duas matérias pode-se fazer uma relação entre elas pelas pistas (vestígios) deixadas no discurso, para usar um termo da AD. O efeito de sentido apontou para um aviso ao interino de que não pode gastar enquanto estiver no cargo, pois ele, Amin, estava indo ao exterior buscar novos negócios para o Estado.

DC - optou por um título objetivo, mas sem muitas informações. Publicou uma página inteira com as matérias do governo estadual. Informou a viagem do governador, descreveu o roteiro, com mapa e quadro da agenda no exterior, e a passagem do cargo ao presidente do Tribunal de Contas. Os sentidos apontam para a “batalha” do governo por novos negócios. Considerando que o governador tinha intenção, embora ainda não declarada naquele

momento, de concorrer à reeleição, pode-se pensar que o título leva ao efeito de sentido de que Amin não está preocupado com as eleições, pois *viaja para o exterior* e não precisa dedicar-se à campanha. Estas já estariam ganhas?

OE – para este foi mais surpreendente que o governo tivesse pago o 13º adiantado, na medida em que tornou isto a manchete. Não deu matéria especial sobre a viagem. Apenas citou na notícia da transmissão do cargo, que foi publicada na editoria Justiça com o título: *Nada muda, garante o novo governador*. Este parece responder ao dito (a insistência em economizar) na matéria do AN: não vou gastar.

Assim, para o OE o pagamento do 13º foi mais importante, enquanto para o AN foi economizar o dinheiro público, já para o DC a viagem ao exterior foi mais interessante. Portanto, diferentes ângulos e versões; diferentes efeitos de sentido. Os jornais pesquisados deram ainda outra notícia do governo estadual, conforme abaixo:

<b>Jornal</b>	<b>Chamada capa</b>	<b>Título</b>
AN	<i>Estado <u>assina contrato</u> do Microbacias 2</i>	<i><u>Assinado contrato</u> para executar o Microbacias 2</i>
DC	<i>Santa Catarina <u>vai receber US\$ 107,5 milhões</u> para o meio ambiente</i>	<i>Santa Catarina <u>recebe verba</u> para o meio ambiente</i>
OE	-	<i>Projeto <u>vai recuperar</u> mais de 50% das bacias</i>

O AN publicou esta notícia na editoria de Geral, também abrindo página como a anterior, ou seja, valorizou as informações do governo em dois espaços dentro do jornal. Chamou na capa com o gancho da assinatura de contrato, mas ambos os títulos são vagos, como se todo leitor soubesse o que é o Microbacias. A compreensão, portanto, depende do saber do leitor. O DC destacou o valor da verba na capa e o título foi mais didático, ao informar que os recursos são para o meio ambiente. No OE, o título também foi vago: o projeto *vai recuperar* que tipo de bacias?

Os títulos são um resumo da notícia. São os fragmentos extraídos das informações, parcelas diferentes do cotidiano para construir a realidade minimizada. Neste caso, os jornais fizeram parecer que não são a mesma notícia, descontextualizando o acontecimento, ainda



que no conteúdo das matérias informassem sobre o mesmo assunto. Não se pode dizer, contudo, que não haja objetividade, no sentido de distorção da realidade. A notícia é a mesma e temos-na como verdadeira: o governo assina contrato, Santa Catarina recebe verba para o meio ambiente e projeto vai recuperar bacias. Agora, se pensarmos na escolha do sujeito jornalista por determinadas parcelas do real ou por diferentes enfoques, aí sim pode-se pensar numa aparência de objetividade. Pode-se falar ainda numa objetividade relativa, na medida em que não há adjetivações ou juízos de valor explícitos e o texto apresenta a linguagem impessoal.

Por outro lado, numa análise do conjunto das matérias, há também regularidade discursiva entre os veículos. O efeito de sentido é o de que assumiram a posição em favor do governo estadual, especialmente considerando que o próprio governador certamente pleiteava a reeleição e precisava mostrar seus feitos. Como está dito na matéria anterior, sua viagem só poderia ser em busca de parcerias econômicas para o Estado e não passeio ou turismo. Era conveniente aos três jornais destacar os feitos do governo, que geralmente é um dos maiores anunciantes dos jornais. E ainda por cima, o governador seria provavelmente futuro candidato à reeleição. Os jornais assumem a posição do poder político estadual, que, na realidade, está ligada aos interesses comerciais. Nessa perspectiva, segundo Ribeiro (1994), o jornal produz e vende informação e que é, em última análise, ideologia, esta impalpável à primeira vista. A questão está exposta em Maingueneau (1993) quando diz que a AD supõe um sentido oculto que deve ser captado no texto, pois as margens do dizer também fazem parte dele. O discurso é produto do trabalho ideológico, conforme explicita Maingueneau (1991) e, portanto, um processo de ilusão. Lembremos também Ricoeur (1990) ao tratar da função geral da ideologia. Para este autor, o fenômeno ideológico está ligado à necessidade de um grupo social de representar-se. Ao dar voz e destacar os feitos do governo estadual, os jornais estão representando seus próprios interesses, ainda que as ações do poder público tenham interesse social e, conseqüentemente, valor-notícia.

#### **Dia 13 de maio de 2002 – segunda-feira**

Apenas uma matéria, que se pode considerar do mesmo assunto, foi selecionada nas editoriais analisadas. Com relação à manchete, o AN e o DC deram a mesma notícia na manchete.

<b>Jornal</b>	<b>Manchete</b>
---------------	-----------------

AN	<i>Vergonha na Fórmula 1</i>
DC	<i>Ferrari impõe vexame à F-1</i>
OE	<i>Decreto cria cota para negros em órgãos públicos</i>

A Fórmula 1 ganhou a manchete do AN e do DC. Ambos interpretaram a notícia, denotando subjetividade pelos juízos de valor apresentados: *vergonha* e *vexame*, palavras que levam praticamente ao mesmo efeito de sentido. Vergonha significa desonra humilhante e vexame é ultraje, afronta, vergonha, de acordo com o dicionário Aurélio ([1980]). O relato mais aproximado da objetividade, no sentido de separação entre informação e opinião, foi na linha de apoio do DC: *Barrichelo cede vitória a Schumaker por ordem da equipe*. O OE optou por dar a notícia na chamada da foto principal (manchete secundária), com ângulo diferente, em título também com maior grau de objetividade: *Ferrari é vaiada pela própria torcida*. Percebe-se que o AN quebrou a regularidade discursiva ao deixar de destacar temas estaduais.

Já a manchete escolhida pelo OE foi, provavelmente, motivada pela comemoração da Abolição da Escravatura neste dia. A notícia foi a criação do Plano Nacional de Direitos Humanos proposto pelo presidente FHC, publicada também pelo DC. O AN não trouxe a notícia, nem citou a data. O silenciamento do AN pode ser significativo para a produção de sentidos. Não achou importante a notícia do programa do presidente? Ou o silêncio foi para não alertar sobre os preconceitos em relação aos negros? O leitor do AN só lembraria a data histórica caso tivesse o artigo *Ser Negro*, publicado na página de opinião.

<b>Jornal</b>	<b>Título</b>
NA	<i>Paulo Bornhausen fará maratona pelo Estado</i>
DC	<i>Propina <u>teria sido</u> paga parcialmente</i>
OE	<i>FHC <u>acha</u> que seu candidato tem errado muito</i>  <i>Analistas políticos: “Tucano <u>permanece</u> na disputa”</i>

O DC continuou a repercutir o escândalo da Vale, mas optou por um título vago, sem informar qual o caso e quais os envolvidos. Escreveu que a propina *teria sido paga*, o que pressupõe que poderia não ter sido paga, isto é, não assume, apenas interpreta outra voz. Man-

tém a regularidade discursiva em defesa do candidato do governo. O jornal assumiu essa posição na citação direta do presidente do PSDB, na linha de apoio ao título, na qual afirmou ser esta uma tentativa de “*atingir a candidatura de Serra*”.

O OE trouxe duas matérias na mesma página com enfoques contraditórios. No primeiro título, pinça uma opinião de FHC, que leva, a princípio, ao efeito de sentido negativo. Entretanto, ele *acha* não tem certeza, pois não afirma ou declara. Mas está dito que é seu candidato e, conseqüentemente, o jornal também toma essa posição. Pressupõe-se pelo título que se trata de Serra e que o seu erro é a suspeita de envolvimento com a propina do caso Vale. Essa informação é omitida ideologicamente, portanto. Na outra matéria, ao destacar em citação direta a fala de analistas, assume explicitamente a posição de defesa do candidato governista. Desviou o sentido para sua própria opinião, escolhendo esta e não outra fala. Contudo (ainda que tenha errado muito), é o candidato para disputar a presidência do País.

O AN desviou o assunto para um outro gancho. Fragmentou em maior nível a informação, pois o título não corresponde ao assunto. Optou por destacar a campanha do candidato ao Senado, o catarinense Paulo Bornhausen, filho do presidente nacional do PFL. Não deu ênfase à polêmica em torno do nome de Serra, mas citou o *dossiê Serra* (o caso Vale) e a *briga* política com o PFL no final da matéria. Trouxe a repercussão no estado. Isso demonstra que assumiu a posição do PFL, em detrimento ao candidato do governo citado nos demais jornais. Em relação à posição de defesa do governo, não manteve a regularidade discursiva. Provavelmente, interessa mais ao jornal assumir o discurso do ‘cacique’ político catarinense, como o fez em outras matérias.

As notícias, como se percebe, envolvem o candidato Serra, mas são enfoques diferentes, com informações pressupostas e fragmentadas. Nesse sentido, perde a objetividade. De qualquer forma, a posição dos jornais, considerando-se o contexto das informações, continua a destacar ideologicamente os poderes políticos constituídos. Com relação às escolhas de diferentes aspectos do real, escapa da objetividade, que se torna um “significado perdido”, para usar uma expressão de Kovach e Rosenstiel (2003), pois não se pode falar em uma mesma realidade, apenas em um mesmo contexto: o problema da candidatura de Serra. As informações provêm de fontes diferentes. Nesse aspecto, convém ressaltar o que dizem os autores (ibidem, p. 117): pelas fontes escolhidas há um “verniz de objetividade”. Para eles, os jornalistas ‘trapaceiam’ ao selecionar fontes “para expressar o que na verdade é seu próprio ponto de vista, e depois usam a voz neutra para que tudo pareça bem objetivo”. Pode-se aqui tam-

bém fazer referência ao sujeito dividido lacaniano, na medida em que há uma oposição entre o dito e o dizer e que aquele que fala está afetado pelo discurso do Outro, por dizeres que não são seus mas guardados no inconsciente: “ é do Outro que o sujeito recebe a própria mensagem que emite” (LACAN, 1998, p. 821).

#### **Dia 15 de maio de 2002 – quarta-feira**

As manchetes do DC e do OE referem-se ao mesmo assunto, enquanto o AN preferiu noticiar um tema estadual, o que demonstra regularidade discursiva. O OE, procede da mesma forma, pois a manchete novamente foi de tema econômico nacional.

<b>Jornal</b>	<b>Manchete</b>
AN	<i>Besc <u>só</u> vai a leilão em agosto</i>
DC	<i>Orçamento <u>terá corte</u> de R\$ 5,3 bilhões</i>
OE	<i>FHC sobe IOF e <u>corta</u> R\$ 5,3 bi</i>

O corte no orçamento foi tema dos três jornais e apareceu em três matérias, das quatro coincidentes neste dia e que estão relacionadas entre si.

<b>Jornal</b>	<b>Título</b>
NA	<i>1) Corte no orçamento pode atingir BR-101 2) Ajuste chega a R\$ 6,6 bi e afeta área de infra-estrutura</i>
DC	<i>1) Investimentos têm corte de R\$ 5 bi 2) Projetos de rodovias podem ser ameaçados</i>
OE	<i>1) Orçamento terá corte de R\$ 5,3 bi para compensar perda com CPMF</i>

A notícia do corte no orçamento foi publicada em editorias diferentes nos três jornais: o AN inseriu na editoria de Geral; o DC fez reportagem especial na Página Quatro; e o OE na de Política. O DC deu maior cobertura, contextualizando e aprofundando a notícia em diversos ângulos, com pelo menos sete matérias correlatas.

AN - optou por destacar a notícia de forma regionalizada, usando o título (1) em seis colunas. O sentido migrou para significar que o corte no orçamento *pode atingir* a BR-101, cuja obra de duplicação era cobrada pelos catarinenses. Relatou no lide que o corte anunciado *irá prejudicar os interesses de SC*. Com isso, constrói no imaginário dos leitores que o governo federal não atende às reivindicações da população do Estado, mas o efeito de sentido é que o jornal está atento e cobra pelos catarinenses. Mantém a regularidade discursiva ao contextualizar a notícia no âmbito estadual. Ao mesmo tempo, coloca-se na posição de sujeito do discurso, que ideologicamente defende os interesses de Santa Catarina. Nota-se que o corte no orçamento, no título, já aparece como certo, pois o verbo está no presente, diferente do que usou na foto-legenda da capa: *fará corte*.

Em matéria correlata (título 2), o AN explicou as medidas do governo. Informou, no título, um número diferente dos demais jornais: *o ajuste [não o corte] chega a R\$ 6,6 bi [os outros dois jornais informaram R\$ 5,3 bi] e afeta área de infra-estrutura*, ou seja, não mais *pode atingir*, agora *afeta*. Reforça o prejuízo para Santa Catarina com relação à esperada duplicação da BR-101. No texto, deu o recado do governo: as medidas são para *compensar o atraso* na aprovação da CPMF pelo Senado.

DC - o mesmo ângulo foi utilizado na reportagem do DC. Este desdobramento da notícia não especificou a BR-101, mas referiu-se a projetos de rodovias, pressupondo que a 101 estava incluída. Foi mais contundente e sensacional que o AN, ao usar o corte como uma *ameaça*, cujo significado lembra promessa de castigo, malefício.

OE - não abordou este ângulo. Na matéria, proveniente de agência ou internet, limitou-se a informar sobre o corte do orçamento, deixando claro o recado do governo: *compensar a perda da CPMF*, diferente efeito de sentido do AN, portanto, que informou *atraso na aprovação*.

O título principal da matéria do DC foi o anúncio do corte. O jornal escolheu a expressão *investimentos* em lugar de *orçamento*, com verbo no presente: *têm corte*, ou seja, o fato é consumado. Já o OE usou o verbo no futuro: *terá corte*. Apenas o DC e o OE relacionaram a notícia à campanha eleitoral. O DC publicou: *Serra quer o presidente adotando medidas*. Ou seja, é bom para sua campanha. O OE complementou com: *Serra não teme abalo na campanha*. Pressupõe que ele não seria prejudicado. Usaram ganchos diferentes, mas que, no final das contas, têm efeitos de sentido positivos ao candidato governista e serviram de porta-

vozes do recado ao Senado para aprovar a CPMF, que no final das contas aumenta a receita do governo, tirando da população, mas nenhum dos veículos enfoca a questão.

<b>Jornal</b>	<b>Título</b>
AN	<i>CPMF será aprovada até início de junho</i>
DC	<i>FHC faz apelo para aprovar o imposto</i>
OE	<i>FHC renova apelo ao Senado</i>

O AN publicou a matéria da aprovação da CPMF em outra página, enquanto os demais foram na mesma do corte no orçamento. Isso significa que o AN possivelmente tentou desvincular um fato do outro. No título, informou que a CPMF *será aprovada*. Nessas condições de produção do discurso, o efeito de sentido leva a, ideologicamente, credibilizar os senadores, numa defesa dos políticos ligados ao PFL, responsáveis pela obstrução da votação do imposto. Coerente com os discursos anteriores, toma para si o discurso dos políticos do PFL, cujo representante maior é o senador catarinense Jorge Bornhausen, presidente do partido.

O DC deu voz a outros envolvidos na questão em matérias correlatas. Na primeira, publicou o *apelo* de FHC para a aprovação do imposto. Na outra, o PFL *prevê* a votação (enquanto o AN afirmou: *será aprovada*). Desdobrou a notícia em outros enfoques. Deu voz também ao PMDB em outra matéria, dizendo no título que este *deverá aprovar* o imposto. Este jornal ainda relacionou o *pacote* do governo ao momento econômico: fez o *dólar recuar*, informou em outro título. Assumiu o discurso do governo e confirmou o efeito de sentido que leva à interpretação de que as medidas são boas para o país.

No OE, FHC *renova apelo*, o que pressupõe que o presidente havia feito um apelo antes aos senadores. Este jornal já havia informado no título anterior que o corte no orçamento era para compensar a perda com a CPMF. Posiciona-se também e manda o recado através de suas páginas.

Pelas condições de produção do discurso, os jornais tomaram a posição do presidente, embora ativassem idéias diferentes nos verbos usados. Em vista disso, nas matérias deste dia, a constituição dos sentidos conduzem ao efeito de que o governo federal estava correto em usar o corte no orçamento para pressionar o Senado. Até porque, é senso-comum que o governo gasta mais do que arrecada e é cobrado (inclusive pela imprensa) por não economi-

zar. O efeito de sentido é que o governo de FHC faz acontecer, está preocupado em governar e em mostrar serviço num momento de campanha eleitoral. Usou a notícia para valorizar seu candidato (Serra) e seu provável aliado (o PMDB). Coloca o PFL (aliado no governo de FHC, mas que está contra Serra agora) em desvantagem na opinião pública ao responsabilizá-lo pela não-aprovação do imposto. A exceção é o AN, que, além de tentar desvincular uma notícia da outra, fez um título afirmando que o imposto seria aprovado. Nesse sentido, fragmentou o real, descontextualizando o fato. Isso remete ao que expõe Karam (1997, p. 94). Para ele, o jornalismo deve mostrar a singularidade do movimento cotidiano dos indivíduos tanto quanto os componentes particulares dos grupos e culturas, assim como a “conexão universal entre cada indivíduo e grupo com a totalidade social”. Essa questão pode ser relacionada à complexidade defendida por Morin (2000a), na qual o conhecimento advém do conhecimento do todo e das partes numa cadeia (circularidade) de inter-relações.

Os jornais assumiram o discurso como seu, mantendo a regularidade discursiva, mas aparentando a objetividade pelas escolhas dos ângulos. Se considerarmos a contextualização do fato, o DC aproximou-se mais da objetividade, na medida em que tentou mostrar diversos ângulos da notícia, numa tentativa de abarcar um pedaço maior da realidade, inter-relacionando os eventos. Mas a objetividade é ilusória, pois todos emitiram opinião, considerando-se os efeitos de sentido.

#### **Dia 17 de maio de 2002 – sexta-feira**

No recorte, seis matérias coincidem nos jornais pesquisados, das quais analiso três. Entretanto, mais uma vez selecionam notícias diferentes nas manchetes.

<b>Jornal</b>	<b>Manchete</b>
AN	<i>Indústria cerâmica vive pior crise</i>
DC	<i>Crise Argentina une Europa e Mercosul</i>
OE	<i>Coronel condenado a 228 anos por massacre</i>

Mantendo a regularidade discursiva nas manchetes, o AN chamou a atenção novamente para um tema estadual, valorizando matéria especial de pauta exclusiva. O DC selecionou na manchete a notícia da questão externa que envolve também o Brasil. O assunto foi aprofundado em matéria especial de duas páginas na Página Quatro.

Sendo um jornal regional, o OE considerou mais importante para anunciar na manchete uma notícia do Pará: o resultado do julgamento dos policiais militares pela morte dos sem-terra em Eldorado dos Carajás. A notícia foi publicada também no AN e DC, com chamada na capa e contracapa, respectivamente. Ainda que os dois jornais tenham dado menor importância à notícia se comparada ao OE, a relevância é explicada pelo próprio fato, o julgamento de uma autoridade militar por um massacre de sem-terra. Como valor-notícia, o fato atende às principais características de noticiabilidade, especialmente pela novidade em si mesma: a pena imposta e a proeminência da pessoa envolvida, como diz Lage (2001).

<b>Jornal</b>	<b>Título</b>
AN	<i>Cautela nas composições estaduais</i>
DC	<i>PSDB descarta vice do Sul</i>
OE	<i>“Nosso candidato”- Tucanos de Santa Catarina apostam em Senador</i>

Abordando ângulos diferentes da mesma notícia, a aliança do PSDB no estado, os jornais publicaram informações da mesma fonte, o deputado Jorginho Melo, presidente do partido. O AN interpretou que os partidos *adotam cautela* na definição da coligação entre PSDB e PMDB.

O DC, por sua vez, abriu com as negociações para a aliança nacional entre os dois partidos, chamando a atenção para o descarte de vice do sul. O termo *descarta* ativa a idéia de jogo. Os políticos são como cartas do baralho, que se podem descartar ou “comprar” durante o jogo. O título do DC leva ainda ao efeito de sentido do bairrismo. O jornal pertence ao Grupo RBS, rede com veículos de comunicação em dois estados da Região Sul do País: Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O OE traduziu a opinião da fonte (o presidente do PSDB estadual) de que o senador (José Serra) era o candidato do PSDB em Santa Catarina. Usou uma citação direta “*nosso candidato*” na cartola. Serra é também o candidato do jornal, seria esse sentido que quis transmitir? Considerando que, ao introduzir a palavra de outro, conferimos a este algo de nossa própria voz (BAKHTIN, 1997), a resposta tende a ser sim. Considerando ainda o que diz a AD, quanto à noção de autoria (o sujeito responsável pelo que diz), a resposta também é sim.



Os três jornais usaram uma mesma fonte de informação e apenas ela (o deputado Jorginho Melo) e conseqüentemente, a objetividade é perdida, pois nenhum pinçou as mesmas informações, levando à abordagem de ângulos diferentes. A maioria dos autores pesquisados ao longo do trabalho aponta que a escolha dos enfoques e das informações é em larga medida subjetiva e ideológica. E trago o que diz Silva (2000, p. 24), para exemplificar: o jornalista “seleciona, recorta, vê, não vê”. Assim, para ele, a objetividade é um mito, pois o jornalismo funciona a partir de uma bagagem cultural e ideológica. Lembro também Henn (1996) que afirma que a seleção e a ordenação das informações são códigos que misturam regras técnicas, interesses diversos, além de grande carga subjetiva.

<b>Jornal</b>	<b>Título</b>
AN	<i>Emprego cresce e renda cai no setor de serviços</i>
DC	<i>Serviço empregou meio milhão a mais</i>
OE	<i>Emprego avança no setor de serviços, mas salários caem</i>

O AN e o OE, nos títulos acima, optaram pelo enfoque positivo em primeiro plano. O dado negativo (a queda na renda) é secundário, ainda que em OE apareça o operador argumentativo *mas*, que faz mudar o pressuposto da informação anterior. Já o DC escolheu apenas o ângulo positivo, quantificando o crescimento do emprego: *meio milhão* é um significativo número para anunciar, ou seja, é um dado relevante em termos de noticiabilidade.

Em meio às discussões sobre o desemprego, tema recorrente nos discursos dos pré-candidatos às eleições, o DC assumiu ideologicamente o discurso do governo, num momento político em que o candidato governista estava em queda nas pesquisas de intenção de voto. O pressuposto no título foi que o desemprego diminuiu. Fica implícito, portanto, que a política do governo apresentava resultados positivos. Manteve, assim, a regularidade discursiva, tanto por assumir o discurso do governo quanto pela preferência já identificada por notícias positivas.

<b>Jornal</b>	<b>Capa</b>	<b>Título</b>
AN	<i>Udesc elege reitor temporário</i>	<i><u>Tumulto</u> marca escolha de reitor provisório</i>
DC	<i>José Cechinel <u>eleito</u> o reitor da</i>	<i><u>Definido</u> reitor provisório</i>

	<i>Udesc</i>	
OE	<i><u>Pancadaria</u> marca escolha de reitor-tampão na Udesc</i>	<i>Novo reitor é eleito em meio a <u>protestos</u></i>

Apesar de não se tratar de notícia publicada nas editorias de Política ou Economia, mas na de Geral, optei por analisá-la, considerando a riqueza em estratégias discursivas e em produção de sentidos. As pistas deixadas para a compreensão dos efeitos de sentido ilustram bem como podem ser construídas as versões da realidade, sacrificando a objetividade jornalística. A notícia da eleição na Udesc deu chamada de capa nos três jornais.

AN – chamou na dobra superior da capa e ainda publicou foto-legenda, ocupando as seis colunas. A cartola da foto-legenda foi *tumulto*, apesar de não citá-lo na chamada. Ou seja, não fez a relação entre a foto-legenda e a chamada, comprometendo a regularidade discursiva, portanto. Em certo sentido, dentro do jornal foi coerente, pois informou no título o fato de maior grau de noticiabilidade, o *tumulto*.

DC – usou na contracapa a mesma estratégia discursiva do AN para informar a eleição do reitor, mas sem citar que era *temporário* ou *provisório*. Dentro do jornal, aparece a mesma estratégia, porém informou que o reitor era *provisório*, demonstrando regularidade discursiva entre o título da contracapa e o da matéria. No entanto, silenciou sobre o *tumulto*, o fato mais importante como valor-notícia. A foto de um manifestante ilustra a matéria com a legenda: *Protestos: estudantes foram contrários à reunião*.

OE – neste jornal os efeitos de sentido vão para o sensacionalismo, ao publicar *pancadaria marca a escolha* do reitor, classificando-o de *tampão*, cujo sentido não é o mesmo que *provisório* ou *temporário*, mas tem efeito pejorativo. Dentro do jornal abrandou o sentido sensacionalista ao enunciar que a eleição aconteceu *em meio a protestos*.

Os efeitos de sentido dos títulos nos três jornais não são os mesmos. Ou seja, *tumulto* (AN) não significa *pancadaria* (OE), que não significa *protesto* (DC). Segundo o Dicionário Aurélio, *tumulto* é grande movimento, movimento desordenado, algazarra, barulho, balbúrdia; *protesto* é reclamação, queixa; já *pancadaria* é tida como desordem em que há muitas pancadas, ou seja, agressão física por meio de socos e tapas.

Diante disso, a objetividade foi sacrificada, pois são versões diferentes do mesmo fato, com diferentes interpretações. Nos títulos do DC não há objetividade, nem aparência de

objetividade, pois a verdade foi parcial: houve a eleição, mas o jornal silenciou sobre o fato principal, a anormalidade ocorrida na eleição. Não usou essa anormalidade como valor-notícia (MARCONDES, 1987; MOTTA, 1997).

A matéria no AN foi publicada na dobra inferior da página. Isto quer dizer que a importância foi diminuída em relação à chamada de capa. Se foi importante para chamar na capa, a matéria deveria abrir a página dentro do jornal. Na legenda da foto que ilustra a matéria disse que *alunos e professores* protestaram. Relatou o *tumulto* e informou dos *três estudantes* (citando os nomes) que registraram *queixa* contra *funcionários* da Udesc, *que teriam lhes agredido*. Ao usar o verbo *teriam*, pressupõe que a agressão pode não ter acontecido. Descreveu ainda a presença da PM, justificada pelos *rumores sobre a presença de uma bomba no local*. Se era só tumulto, por que houve queixa por agressão física?

O OE também não abriu página com a matéria dentro do jornal e não usou no título a *pancadaria* ou *protestos*, comprometendo a regularidade discursiva em relação à capa e às fotos. Apenas no entretítulo, *Protestos*, ao final do texto relatou a manifestação de *alunos e professores*, da *suspeita* de bomba (que tem sentido diferente de *rumores noticiado no AN*) e da *queixa* prestada por três alunos (também com os nomes), *alegando agressões por parte de seguranças da universidade* [o AN informou funcionários]. Publicou foto dos alunos na delegacia. Então houve a queixa, pois as fotos comprovam. Penso que foi mais coerente ao informar que houve pancadaria, apesar do sentido de sensacionalismo a que a palavra remete.

No DC, a anormalidade só foi relatada no penúltimo parágrafo da matéria. Informou que durante a escolha, *cerca de 80 estudantes, que se diziam contrários* à realização da eleição, *invadiram* o prédio da reitoria. A universidade é pública, mas os alunos não podem entrar, por isso invadiram? No último parágrafo, relatou a *suspeita* [não rumores] *de bomba*, o que *gerou pânico entre os manifestantes* e, por isso, a PM foi chamada. O DC omitiu (efeito de apagamento, segundo a AD) o episódio da queixa registrada na delegacia e também que professores participaram do protesto. Como saber se foram só estudantes ou professores também?

É Chaparro (1994, p. 25) quem adverte que nada deve sobrepor o dever de investigar, valorar, relatar e difundir a informação verdadeira. Isto porque no fazer jornalístico está “circunscrito o relato veraz”. Nesse sentido, pode-se inferir que, de acordo com a ideologia do jornalismo, recortar, editar, não é mentir, mas é falsear a realidade ao omitir informações que

fazem parte do contexto para dar outro sentido. Para Chaparro (1994, p. 116), a informação é um instrumento de poder, mas “sem o controle consciente sobre os fazeres, o jornalismo não se concretiza nem como ação social nem como criação cultural”.

A objetividade que o AN e o OE tentaram aparentar escapou ao DC, na medida em que este omitiu informações nos títulos e não chamou a atenção para o fato mais importante como valor-notícia, além de sonegar, na matéria, fatos que faziam parte do acontecimento. A suspeita/ rumores de bomba, a participação de professores, a queixa de agressão não teriam valor como notícia também, segundo a lógica do jornalismo? No sentido da verdade ou da sua melhor versão possível, a objetividade tornou-se um significado perdido (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003). No DC, mais explicitamente, a regularidade discursiva foi mantida: assumiu a posição do governo, tendo em vista que a Udesc é uma universidade estadual.

### **Dia 19 de maio de 2002 – domingo**

Neste dia, foi a primeira vez que os três jornais selecionaram a mesma notícia na manchete.

<b>Jornal</b>	<b>Manchete</b>
AN	<i>Uma santa para o Brasil</i>
DC	<i>Paulina, a Santa do Brasil</i>
OE	<i>Brasil ganha a primeira santa</i>

Não apenas pelo fato em si, a canonização de Madre Paulina pelo Papa, os jornais deram destaque ao assunto também por ser de Santa Catarina. Mais que isso, subentendida está a “venda” do jornal, em função de a população ser de maioria católica, segundo dados do IBGE. Neste dia, o DC e o AN publicaram caderno especial sobre o evento, encartado nos jornais. O OE fez a cobertura mais tímida, dedicando somente uma página de reportagem.

Das editorias analisadas, duas outras matérias coincidiram, uma em Economia (sobre exportações) e outra em Política, embora ambas mostrem aspectos diferentes. Analiso uma delas.

<b>Jornal</b>	<b>Título</b>
---------------	---------------

AN	<i>Partidos tratam de seus vices com <u>cautela</u></i>
DC	<i>Convenções <u>sem definição</u></i>
OE	<i>Alves é descartado, Rita Camata é cotada para vice</i>

AN – o foco das matérias foi a escolha dos vices. A notícia foi acompanhada da foto de Lula. Abriu o texto com a cautela dos partidos diante das indefinições. A seguir relatou que é Lula, do PT, o candidato com mais opções para vice e que até agora está muito à frente nas pesquisas, levando ao efeito de sentido que essa situação pode mudar. Ocupa metade do texto com as informações do PT e dá um panorama dos demais partidos e coligações. Não trata de Serra. Este aparece em uma outra matéria: *Imagem de Serra é o que menos importa, diz Nizan*. A posição pressuposta é que também não importa ao jornal. Uma matéria correlata tem o seguinte título: *Estrutura da campanha ficará pronta em 15 dias*. A foto de Serra ilustra as matérias. As informações das duas notícias são de uma única fonte: o marqueteiro da campanha do candidato, que, de acordo com o dito no texto, não vai retocar eletronicamente o visual de Serra. Efeito de sentido: a imagem de Serra não importa, pois ele tem conteúdo para mostrar na campanha. Pelo simples fato de valorizar Serra em matéria especial, separada daquela que tratou da escolha do vice, já denota a posição do jornal em favor do candidato. Ele não está no ‘bolo’ das indefinições.

DC - a matéria, sem foto, faz um balanço das convenções partidárias de modo geral. Informou que os partidos aguardam a decisão sobre a verticalização. O gancho é a indefinição de datas das convenções, relatando que apenas o PMDB já definiu a sua. Numa matéria correlata, publicou: *Lula afirma que futebol é a alegria do povo*. Deslocou o foco do assunto sério, a convenção para a escolha dos vices, para a fala de Lula, então pré-candidato do PT, sobre a paixão do brasileiro, o futebol. Ao mesmo tempo, identificou o candidato com o povo. Interessante observar que, em página anterior, o DC publicou matéria do início da campanha eleitoral na TV, *principal vedete das eleições*, dizia no título. Note-se que a própria mídia autodenomina-se como aquela que se expõe, que faz o show. Fazendo uma relação com a matéria de Lula, o efeito de sentido é o show do futebol. Num momento crucial para os partidos e para o resultado das eleições, Lula apareceu ligado ao lazer. Subentende-se, pois, que este candidato está mais preocupado em agradar aos apaixonados por futebol do que tratar de assuntos sérios como a política e a economia nacional.

OE – apenas este deu a matéria específica da aliança entre o PSDB de Serra e o PMDB de Rita Camata. Não citou as convenções ou alianças dos demais partidos. Um ângulo apenas, um pedaço da realidade. No título, o sentido metafórico do jogo político: Alves (*descartado*) é uma carta do jogo político. O OE publicou ainda matéria correlata: *O inferno astral de Serra*, referindo-se à sua posição em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto, justificada pelas denúncias de envolvimento no caso Vale. Leva ao seguinte efeito de sentido: coitado de Serra, mas quem sabe Rita Camata, cotada para vice, possa tirá-lo do inferno astral e a situação mude. O OE não deu matéria sobre os demais partidos.

A regularidade discursiva entre as matérias, no geral, é mantida. Já a objetividade é efeito, na medida em que há enfoques diversos nas matérias, bem como na interpretação da realidade, em que aparecem diferentes versões do contexto político-eleitoral. As escolhas dos ângulos denotam subjetividade na construção de cenas da realidade. Lembro Mouillaud (1997, p. 43) ao assinalar que a seleção de dados e de versões da realidade enquadra a notícia num campo de visibilidade, isolando certos personagens em uma unidade de espaço e tempo. “Os jornalistas trabalham com baterias de informações preparadas”, diz. Nesse sentido, a informação não é rigorosamente objetiva, porque parte de um ponto de vista cuja posição e natureza condicionam a imagem do mundo. Assim, a escolha do que pode (ou deve) aparecer no quadro e do que pode (ou deve) ficar na sombra (no sentido de silenciar) é subjetiva.

O DC escolheu deixar Serra na sombra, ou seja, fora das polêmicas. Trouxe Lula ligado ao show do futebol, tirando a sua importância no debate da eleição. O AN, por sua vez, ressaltou Serra e as estratégias de sua campanha. O OE deu luz à escolha da vice de Serra, deixando os demais candidatos no esquecimento. São versões que produzem efeitos. Isso confirma a notícia como versão e não tradução objetiva do fenômeno social chamado fato, na medida em que é usada como retórica “para preservar o discurso e os interesses do próprio veículo” (LUSTOSA, 1994, p. 22).

### **Dia 21 de maio de 2002 – terça-feira**

Nas editorias de economia e de política, recorte analisado, os jornais publicaram três matérias sobre o mesmo assunto. Todos selecionaram notícias de Santa Catarina na manchete, o que foi raro acontecer no mesmo dia. No entanto, os assuntos não coincidiram.

Jornal	Manchete
--------	----------

AN	<i>Santa Catarina perde recursos do orçamento</i>
DC	<i>BNDES apóia modelo da Celesc</i>
OE	<i>Seca derruba safra de milho</i>

O DC, novamente, optou por abordar um aspecto positivo. O “modelo catarinense” apareceu ideologicamente no título. O tema da manchete do AN, que se referiu a verbas para o meio ambiente, não foi noticiado pelo DC e pelo OE. Já a manchete do OE foi publicada apenas no DC com o título *Estado perde R\$ 191 milhões*, outro ângulo, portanto. No caso do OE, houve quebra da regularidade discursiva das manchetes, ao dar uma notícia do estado, quando a maioria delas apresentou assuntos nacionais. Já a notícia da manchete do DC (assunto da Semana da Indústria), foi publicada nos três jornais, mas com ganchos diferentes. Escolhi, no entanto, apenas uma matéria de política para a análise.

<b>Jornal</b>	<b>Título</b>
AN	<i>LHS <u>desiste</u> da disputa pela vice-presidência</i>
DC	<i>Luiz Henrique <u>indica nome</u> do Senador Simon</i>
OE	<i>LHS <u>recusa novamente</u> ser vice</i>

Nos títulos deste recorte, os sentidos não são os mesmos: *desistir* quer dizer renunciar, não prosseguir no jogo político das eleições. De acordo com a notícia do AN, o pressuposto é que LHS estava no jogo, ou seja, iria disputar a vice-presidência do país. *Recusar* (título do OE) significa não aceitar, rejeitar, ou seja, LHS não quis entrar no jogo e isso mais de uma vez, o que se mostra na palavra *novamente*. Já no título do DC, a recusa ou a desistência estão implícitas. *Indica nome* pode subentender que LHS foi convidado ou seu nome foi lembrado, mas este não se interessou em ser candidato. Entretanto, tem autoridade e prestígio para indicar um nome (ele foi ministro e presidente nacional do PMDB).

Com relação aos subentendidos (não-ditos) presentes nas matérias, cabe lembrar aqui algumas passagens dos estudos sobre o assunto. Ducrot (1987) afirma que os subentendidos colocam a língua em movimento, fazendo com que a palavra perca a inocência para ser jogo. Para ele, o discurso é sempre lugar de debate e de confrontação, ainda que o subentendido esteja a cargo de quem interpreta. Recordo ainda que Bakhtin (1997) coloca a língua como

um complexo de relações sociais e ideológicas que afetam a significação. Estas matérias, portanto, estão carregadas de conteúdo ideológico.

Nessa perspectiva, os discursos dos jornais são atravessados pela FD que teria como forma-sujeito o sujeito catarinense. Tomam posição valorizando um nome do Estado como notícia. Inscritos nas FDs, que definem as posições que o sujeito ocupa no discurso, os jornais produzem, manipulam (tanto no sentido de manusear as informações quanto no de transformar o sentido), combinam, escolhem uma e não outra expressão (o dito) no relato.

A análise de como a objetividade aparece, no caso dos títulos, traz à discussão a verdade pressuposta nos enunciados. Afinal, LHS era mesmo candidato, foi convidado ou indicado? Ressalto que a objetividade como verdade deve ser constituída na relação entre três aspectos da informação jornalística, conforme sublinha Cornu (1994): a observação dos fatos, a interpretação destes e o seu relato. Neste caso, interveio o jornalista como sujeito na forma de como observou, interpretou e relatou o fato. Ou seja, nas três notícias, os critérios de verdade (como versões) foram diferentes e, portanto, subjetivos.

#### **Dia 23 de maio de 2002 – quinta-feira**

Analiso duas das quatro matérias que coincidiram neste dia. As manchetes, mais uma vez, foram diferentes.

<b>Jornal</b>	<b>Manchete</b>
NA	<i>Reeducação de jovem infrator não funciona</i>
DC	<i>Taxa de juros a 18,5% derruba bolsa e dispara dólar</i>
OE	<i>PMDB confirma Rita Camata vice na chapa de Serra</i>

O AN manteve a regularidade discursiva, optando por uma notícia estadual. Escolheu na manchete o estudo do perfil de adolescentes que cometem crimes em Santa Catarina. A notícia foi também publicada pelo DC e pelo OE, com o mesmo enfoque. No DC a manchete foi da economia nacional e no OE da política. Note-se que raramente o OE deu manchete de política, mas confirmou a preferência por notícia de âmbito nacional.

<b>Jornal</b>	<b>Chamada de capa</b>	<b>Título</b>
---------------	------------------------	---------------



AN	<i>Indicação</i> (foto-legenda)	<i>Com apoio de FHC, Rita é vice de Serra</i>
DC	<i>PMDB escolhe Rita Camata para ser vice na chapa de Serra</i>	<i>Rita Camata escolhida vice de Serra</i>
OE	<i>PMDB confirma Rita Camata vice na chapa de Serra</i> (manchete)	<i>PMDB confirma Rita como vice</i>

O AN chamou a matéria na capa com foto-legenda. No título da página de Política ressaltou o apoio do presidente FHC à chapa com o PMDB, o que pressupõe que se o presidente não a apoiasse, Camata não seria a candidata a vice. O DC e o AN deram títulos parecidos tanto na capa quanto dentro do jornal. No entanto, o verbo da frase indica sentidos discursivos diferentes. O DC usou *escolhe*, pressupondo-se que havia outros candidatos. Já o OE, que repercutiu a matéria analisada no dia anterior, usou *confirma*, cujo sentido leva a inferir que era ela a candidata e só precisaria ser *confirmada*, que significa afirmar seu nome de modo absoluto. No AN, Rita já *é* vice. Os jornais apresentaram regularidade discursiva ao tomar a posição do governo, ressaltando a aliança.

<b>Jornal</b>	<b>Chamada capa</b>	<b>Título</b>
AN	<i>Mobilização</i> (foto-legenda)	<i>Novas linhas de crédito para os agricultores</i>
DC	<i>Produtores querem agroindústria</i>	<i>Agricultores negociam agroindústria</i>
OE	<i>Protesto</i> (foto-legenda)	<i>Grito da Terra mobiliza 3 mil agricultores</i>

Os três jornais deram a notícia do Grito da Terra, movimento de agricultores, que foram ao Palácio Santa Catarina levar reivindicações ao governador. Apesar de informar a *mobilização* e a *passeata* dos agricultores na capa em foto-legenda, o AN não a mencionou no título dentro do jornal, mas as linhas de crédito, optando pelo enfoque da questão econômica.

O DC, que trouxe a matéria na editoria Santa Catarina e não na de economia como fez o AN, não usou palavras como *protesto*, *mobilização*, *passeata* ou *manifestação* na capa. Elas estão subentendidas em *agricultores querem*, apresentada na chamada de capa, e no próprio nome do movimento usado na cartola. Este foi citado apenas no título de matéria correlata dentro do jornal: *Movimento organiza caminhada na capital*. O título principal da página

enfocou a questão econômica. O movimento social ficou em segundo plano. E foi uma *caminhada*, não *protesto*, nem *manifestação* ou *passeata*.

O OE estourou foto na capa em seis colunas, a exemplo do AN. No antetítulo da foto, usou a cartola *Protesto*. Já no texto apareceram as expressões *mobiliza agricultores* e *reivindicações*. Foi o único a dar a informação no título, ressaltando o número de participantes, e, portanto, aparentemente mais próximo da objetividade, considerando-se a notícia como reflexo da realidade.

Posso dizer, assim, que o AN e o DC tentaram desvincular o acontecimento como movimento social e constituí-lo como uma questão econômica, comprometendo o valor-notícia. O efeito de sentido implícito foi a posição de defesa do governo. Fragmentos do real em diferentes versões e interpretações levaram a busca de objetividade cair em armadilha. Para Moretzsohn (2002), o problema da objetividade não é a fragmentação, mas a maneira pela qual os fragmentos são reunidos.

Outra questão a ser apontada é que, mesmo quando o jornal noticia um fato de interesse social, ou melhor dizendo, dando voz às minorias (no sentido sociológico do termo), as posições ideológicas estão atravessadas no discurso. Isso vem ao encontro do que diz Marcondes Filho (1989, p. 12), que o jornalismo atua ao lado das grandes forças econômicas e sociais. Assim, ele critica que a regra de ouvir os dois lados dá uma aparência de imparcialidade, mas que, na verdade, a voz da esfera pública popular é geralmente abafada e o jornalismo não consegue mostrar “a outra face” com a mesma ênfase. É nesse sentido que o jornal se torna um reproduzidor parcial da realidade, comprometendo a objetividade.

#### **Dia 25 de maio de 2002 – sábado**

Nenhum dos jornais selecionou notícia estadual neste dia. O AN e OE optaram por matérias nacionais e o DC por internacional. Neste caso, o AN quebrou a regularidade discursiva ao destacar uma notícia nacional na manchete. Publicaram quatro matérias coincidentes, das quais comparo os títulos de uma delas.

<b>Jornal</b>	<b>Manchete</b>
AN	<i>Desemprego chega a 7,6% no mês de abril</i>

DC	<i>Um acordo para a história</i>
OE	<i>Dívida pública chega a R\$ 684 bi</i>

A notícia do acordo entre EUA e Rússia para a redução de armas nucleares, que deu manchete no DC e também foi publicada pelo AN. O OE citou o acordo ao final de uma matéria sobre a queda na venda de combustíveis na Rússia. Noto que a relevância da notícia foi considerada em níveis completamente diferentes pelos três jornais. Pelas manchetes, percebo que o DC manteve a regularidade discursiva ao dar destaque a fatos positivos. O OE deu o aumento da dívida pública, omitida pelos outros dois jornais.

<b>Jornal</b>	<b>Título</b>
AN	<i>Nervosismo diminui, bolsa sobe e dólar <u>cai</u></i>
DC	<i>Dólar comercial <u>recua</u> para R\$ 2,521</i>
OE	<i>Dólar fecha a semana <u>cotado a</u> R\$ 2,522</i>

O AN foi o único que interpretou a informação já no título. Se considerarmos Chaparro (2000), interpretar não é muito diferente de opinar, pois não deixa de ser um juízo de valor. Nesse sentido, atravessou em seu discurso a ideologia do capital e manteve regularidade discursiva. Mas note-se que no AN dólar cai, ou seja, baixa, enquanto no DC recua, cujo sentido é andar para trás. No OE o pressuposto é que cotado a pode significar tanto baixou como aumentou. Apesar de parecer mais objetivo, se o leitor não acompanhou o noticiário econômico não ficou informado pelo título do OE.

#### **Dia 27 de maio de 2002 – segunda-feira**

As manchetes de assuntos diferentes aparecem mais uma vez.

<b>Jornal</b>	<b>Manchete</b>
AN	<i>Cresce golpe do emprego no exterior</i>
DC	<i>Figueira e Criciúma fazem final do turno</i>
OE	<i>Tragédias abalam o mundo no fim de semana</i>

O AN preferiu um tema regional, demonstrando a regularidade discursiva para notícias do estado em matérias especiais de pauta criada pelo jornal. A manchete foi de denúncia e não apareceu nos demais jornais. Na matéria, dentro do jornal, o título foi mais didático: *Catarinenses são alvo de golpistas*. O DC optou pelo esporte, um dos assuntos mais lidos nos jornais, segundo pesquisas da própria imprensa.

Já o OE quebrou a regularidade discursiva ao selecionar uma notícia internacional como a mais importante do dia. Foi, em certo sentido, sensacionalista, considerando que não costuma destacar este tipo de tema na manchete. Informou o acidente de avião, no qual morreram 225 pessoas, e a colisão de trem, que matou mais de 200 pessoas. O AN e o DC também deram as duas notícias. Neste dia, uma única matéria coincidiu nas editorias analisadas.

<b>Jornal</b>	<b>Chamada capa</b>	<b>Título</b>
AN	<i>Pimenta da Veiga <u>fala em fusão</u> de PSDB e PMDB</i>	<i>Aliança PSDB-PMDB <u>pode acabar em fusão</u></i>
DC		<i>Pimenta <u>propõe fusão</u> com PMDB</i>
OE		<i><u>Futura fusão</u> pode unir PMDB e PSDB</i>

No AN e no OE predominou a proposta da  *fusão*. O OE já deu como certa ao usar a expressão *futura fusão*. O efeito de sentido no AN vai em outra direção: *pode acabar em fusão*, ou seja, assumiu as condições de produção do discurso político, que vive de especulação: em matéria de política nada é definitivo. O DC informou a fusão como uma  *proposta*. Efeitos de objetividade é o que constato, pois a interpretação, nessas condições, faz toda a diferença, na medida em que, ao interpretar, o jornalista transporta para o texto a sua idéia ou a de quem entrevistou, conforme explica Beltrão (1992). Neste caso, parece-me, a idéia (interpretação) do jornalista prevaleceu, porque *falar em fusão*, *pode acabar em fusão*, *propor a fusão* e *futura fusão* são realidades diferentes. Há, nesse sentido, uma subjetivação na apreensão do fato. Como destaca Moretzsohn (2002), a subjetividade na apreensão dos fatos indica que a notícia não é discurso da realidade, mas discurso sobre a realidade.

#### **Dia 29 de maio de 2002 – quarta-feira**

Novamente temas diversos na manchete. O OE manteve a regularidade por assuntos nacionais. Os jornais publicaram quatro matérias do mesmo tema, das quais analiso duas.

<b>Jornal</b>	<b>Manchete</b>
AN	<i>Gás de cozinha sobe 9,2%</i>
DC	<i>Edital da BR-101 sul sai em 28 de junho</i>
OE	<i>PIB cai e sinaliza recessão</i>

O tema da manchete do AN não foi publicado nos demais jornais. Noto que este preferiu antecipar a notícia, já que o novo preço, segundo a matéria, iria vigorar na sexta, dois dias depois. Buscou o furo, a notícia em primeira mão, e quebrou a regularidade discursiva para temas estaduais. A notícia da manchete do DC também foi publicada pelo AN com chamada na dobra inferior da capa, ou seja, deu menor importância ao assunto. A manchete do OE ofereceu um juízo de valor ao interpretar que a queda no PIB *sinaliza recessão*. A objetividade entra em discussão também nos títulos a seguir.

<b>Jornal</b>	<b>Título</b>
AN	<i>PIB <u>apresenta queda</u> de 0,73% no 1º trimestre</i>
DC	<i>PIB <u>crece</u> 1,3% no primeiro trimestre</i>
OE	<i>PIB <u>encolhe</u> 0,73% no primeiro trimestre de 2002</i>

E agora, o PIB caiu, encolheu ou cresceu? As informações nos títulos levam o leitor a suspeitar que os jornais faltaram com a verdade ou que publicaram uma informação falsa. O AN e o OE deram a mesma informação: o PIB apresenta queda e encolhe, respectivamente. Considerando o sentido literal significam diferentemente, mas conduzem ao mesmo sentido quando em contexto, ou seja, o PIB diminuiu. Mas e o DC que noticiou o contrário?

Neste caso, só poderemos entender a notícia pelo texto e não pelo título. O OE divulgou os números relativos à comparação com o mesmo período do ano anterior. Abriu a matéria, principal da página, com a opinião de economistas, que defenderam a tese da recessão. No final do texto, publicou *o outro lado* num entretítulo: os que contestam que a queda não é sinal de recessão. E termina a matéria por aí. Tecnicamente, a notícia está correta: ouviu dois lados. Mas ainda não resolve o problema dos títulos, na comparação entre eles.

A notícia no AN não foi chamada na capa e nem abriu a página de Economia. Ou seja, não quis chamar a atenção: seguiu a tendência de dar menor destaque à notícia negativa. O texto é interessante e didático. O jornal abriu a matéria explicando que os dados divulgados pelo IBGE *permitem duas leituras*. A seguir relatou a primeira: *quem comparar os dados com o mesmo período do ano anterior vai constatar que a queda foi de 0,73%*. Coincidiu, portanto, com a notícia do OE e com o título. No segundo parágrafo do texto, o AN explicou: *Mas [mudou o rumo do discurso] quem comparar os dados com os do último trimestre [...] pode concluir que o “fundo do poço” do atual ciclo econômico ficou para trás*. E informou: *o aumento de 1,34%* em relação ao *trimestre imediatamente anterior*. Foi a mesma informação que o DC chamou no título, ou seja, a notícia não é falsa. Mais adiante, o AN citou diretamente o dizer da fonte, os técnicos do IBGE: *“há fortes sinais de retomada do crescimento”*. Cabe ressaltar que, comparando-se os dois jornais, além de o AN usar no título parte da informação, entrou em contradição com a informação do OE, que apresentou duas versões antagônicas para a queda do PIB: ora  *sinaliza recessão* ora não. De qualquer forma, no OE pressupõe que a economia não vai bem. Já na notícia do AN, pode-se interpretar diferentemente, pois relatou que *o fundo do poço ficou para trás e há fortes sinais de crescimento*. Isto posto, comprometeu a regularidade discursiva em relação ao título e em relação ao OE.

Também não chamando na capa, o DC optou pelo aspecto positivo no título, ao contrário dos concorrentes. Os dados desses dois jornais têm a mesma procedência: o IBGE. Diferente do título, o DC abriu a matéria relatando que *o PIB recuou 0,73% no primeiro trimestre em relação ao mesmo período do ano passado*. Na frase seguinte, ainda no lide, informou: *com relação ao último trimestre, o PIB cresceu 1,34%*. E assumiu o discurso de que *os resultados mostram que o país parte para uma recuperação, mesmo lenta*. Ou seja, o mesmo discurso do AN com efeitos diferentes: não são *fortes sinais de crescimento*, mas uma *recuperação lenta*. O sentido se produz na interpretação e esta, como escreve Moretzsohn (2002, p. 95), “é inseparável da ideologia”. Dois dos jornais dão informações positivas e assumem o discurso do governo, embora com contradições nos títulos.

Percebe-se, assim, que o AN e o OE ressaltaram no título o dado negativo, enquanto o DC optou pelo positivo. O OE, entretanto, foi sensacionalista na manchete quando informou que  *sinaliza recessão* e ao omitir, na matéria, o dado positivo. Apresentou apenas uma versão, a realidade parcial. Ainda que tenha ouvido duas fontes, não noticiou o quadro completo, comparando os números com apenas um período.

Resumindo: nenhum dos três jornais faltou com a verdade. A objetividade, no sentido da verdade dos enunciados como um todo, foi mantida no AN e no DC. Porém, quanto aos efeitos de sentido, estes jornais foram em direções diferentes e perderam a objetividade no sentido da precisão das informações e pela escolha de uma versão do fato nos títulos. No caso do OE, por mostrar apenas uma parte da realidade, a objetividade não existiu. Os jornais assim construíram realidades diferentes. E isso é preocupante, principalmente, quando se sabe que o brasileiro, no geral, é um leitor (quando lê) de títulos.

<b>Jornal</b>	<b>Título</b>
AN	<i>Quércia <u>vai propor</u> aliança com o PT</i>
DC	<i>Lula <u>quer</u> aliança regional com PMDB</i>
OE	<i>Lula <u>admite diálogo</u> com PMDB</i>

O pré-candidato Lula volta a ser notícia nos três jornais. A matéria foi dos acordos políticos em São Paulo. Considerando os títulos, os efeitos de sentido mudam de um jornal para o outro. O AN deu que Quércia *lidera o movimento rebelde* no PMDB e que *vai propor* a aliança. No DC, o efeito de sentido migra: é Lula quem *quer* a aliança. No OE, Lula apenas *admite diálogo*, não aliança. Interessante observar que o DC deu no entretítulo da mesma matéria: *Orestes Quércia nega acordo com o PT*, ou seja, há contradição em relação ao que informou o AN. Neste, o sentido foi em direção oposta. A objetividade, portanto, também apresenta problemas, pois não se sabe quem *quer* ou quem *vai propor* a aliança; se Lula *quer* ou *admite diálogo*; ou, mais grave ainda, se Quércia *vai propor* ou *nega* o acordo. O DC e o OE assumiram posição em favor de Lula. Note-se que citaram o PMDB e não Quércia. Neste caso, não se trata apenas de escolhas propriamente, mas pressupõe problemas na apuração e na observação dos fatos de um ou de outro jornal. Os jornais quebraram a virtude do método científico da verificação desde as fontes de informação (CORNU, 1994; KOVACH e ROSENSTIEL, 2003).

### **Dia 31 de maio de 2002 – sexta-feira**

O AN e o DC deram manchete da Copa, que começava. A do OE foi da economia nacional, mantendo a regularidade discursiva. Porém, também publicou chamada do início da Copa do Mundo de Futebol com o título: *Começa nesta sexta maior show do futebol*.

<b>Jornal</b>	<b>Manchete</b>
AN	<i>Começa primeira Copa do terceiro milênio</i>
DC	<i>Acorda, Brasil</i>
OE	<i>Banco Central projeta alta da inflação</i>

A manchete do DC levou a um duplo sentido: *acorda*, porque os jogos seriam naquela madrugada (a Copa foi realizada na Coreia e Japão); ou *acorda* no sentido metafórico de ficar atento, o futebol, “alegria do povo”, vai começar. Comparando-se com a manchete do OE, pode ainda subentender que o futebol não pode fazer com que o brasileiro fique cego às eleições e à problemática da economia. Entretanto, o saber e o fazer jornalístico remetem à questão da noticiabilidade. Como valor-notícia, naquele momento, a Copa do Mundo era mais interessante para o brasileiro, comparada à política ou à economia, pois estas não apresentavam nada surpreendente, pois o país pára para torcer pela seleção. A notícia da manchete de capa do OE foi publicada no AN e DC no dia anterior (30 de maio), mas com gancho diferente. Na chamada do OE, o *show* do futebol foi o destaque.

Nenhuma notícia de política e de economia coincidiu nos três jornais neste último dia selecionado. A análise foi prejudicada, até porque o OE publicou edição conjunta em virtude do feriado de Corpus Christi, ou seja, as notícias deste jornal são do dia anterior, 30 de maio, e dificilmente seriam as mesmas dos dois concorrentes.



## CONCLUSÃO

*A condição humana é permanente e não pode ser irremediavelmente perdida enquanto não mude a própria condição humana.*

Hannah Arendt

Dia desses li uma matéria sobre uma mulher de 77 anos, viúva há 25, chamada Maria Tereza, que passava os dias pescando no rio Itajaí-Açú (BEVILACQUA, 2003). A repórter descreveu com muita propriedade o diferente hábito da “amiga do rio”, que todos os dias, caniço nas mãos, um saco plástico e uma bola de pirão de pão como isca, ia para a beira do rio e lá, pescando peixes que geralmente não comia (dava aos vizinhos), curava suas feridas e encontrava um pouco de paz para seguir tocando a vida.

Descreveu com riqueza de detalhes suas roupas simples, seu sorriso de poucos dentes e a “desgraça em abundância” com a perda do marido e de três dos seis filhos, o pouco dinheiro e muita luta. Foi com nó na garganta que li até o fim o relato simples, mas carregado de emoção, de pouco de mais de 30 linhas, talvez, sobre a velha senhora que, em sua solidão, elegeu o rio, há 70 anos, como o melhor amigo para chorar as mágoas. A matéria, é bom lembrar, ocupou a contracapa do jornal, um espaço nobre, portanto.

Num momento de reflexão, pensei em como um relato tão simples pôde contar a história de uma vida inteira e levar-me a pensar em quantas “marias” existem por aí, sem dinheiro, sem esperança. O texto é verdadeiro: as fotos comprovam que dona Maria do rio existe e é exatamente assim, na aparência e na expressão, como a descrição. Pensei na sensibilidade da repórter que percebeu em meio a tantas marias, aquela, retrato de um país rico em desgraças, em desigualdades e injustiças sociais. Todos esses efeitos de sentido estavam ali, não ditos, mas presentes no texto. E diante daquele relato, carregado de subjetividade nas pa-

lavras e de efeitos implícitos, mas perfeito no uso da linguagem jornalística objetiva, percebi, inscrita, a posição de sujeito social em um discurso atravessado pela voz das minorias, normalmente sem voz nos jornais. Perguntei-me por que os jornais não contam mais histórias de outras marias. A resposta é simples como o relato: não, porque os jornais preferem destacar as vozes da esfera pública do poder econômico e político, como bem denuncia Marcondes Filho (1989; 1993) e tantos outros como tive a oportunidade de referenciar nesta pesquisa; é que as “marias” não têm nada, nem como comprar jornal, muito menos anunciar neles.

A matéria de Maria do rio leva à reflexão sobre se é saudável apagar a humanidade e expulsar a emoção do relato em nome da objetividade para fazer sobressair o discurso padronizado por regras, quando o jornalista tem o dever de mostrar a realidade, contando a vida em forma de notícia, como quer Kotscho (2001), para tentar transformar a dura realidade de milhões de marias de nosso País. O relato leva-me a pensar ainda nas palavras de Ribeiro (1994), ao considerar que a face atual do jornalista se reproduz no discurso em que se entrecruzam a fala humanista e a fala tecnológica-mercadológica. Mas a que sobressai é a última, como podemos observar na análise promovida nesta pesquisa. Muitas vezes, ou quase sempre, o jornalista depara-se com esses paradoxos. Prega o autor também que o jornalista deve ter sensibilidade para que seja capaz de atingir o leitor adequadamente, como fez a repórter na matéria de Maria do rio. Para fazer isso, diz Ribeiro (p. 200), o jornalista precisa encontrar “um ponto de equilíbrio entre a dimensão humana (aquela que captou por si mesmo) e a apreensão objetiva dos fatos”.

Para fazer uma ponte, trago aqui a análise de Medina (1988). Ela relata que a corrente tradicional defende a notícia descarnada sob a bandeira da objetividade e não vê com bons olhos o espaço narrativo povoado de detalhes concretos, de cenas ou situações peculiares nas quais se encontra o personagem (o entrevistado), seus sonhos, ilusões (ou desilusões, no caso de Maria do rio), seu jeito de vestir e de falar. Para esses jornalistas ortodoxos, é um pseudo-relato, enquanto para os da cultura de massa são símbolos muito importantes. Já a corrente política de esquerda considera narrativa anedótica alienante. Como, então, sair dessas avaliações?

Diante disso, penso que informar para formar o leitor, ouvinte ou telespectador é o grande desafio do jornalista, ante da força planetária e globalizada da comunicação, que confronta interesses muito além da transmissão objetiva dos acontecimentos sociais que emergem da realidade. Amparado na técnica, mas também na ética, cabe ao profissional do jornalismo

organizar as informações para poder transmiti-las em forma de notícias. Desse modo, conhecer as rotinas de produção das unidades discursivas nominadas de notícias, enquanto (re)produção da realidade, e o papel do jornalista, enquanto sujeito responsável pelo que diz (ou escreve), torna-se, a meu ver, fundamental para tentar compreender como o discurso jornalístico significa e que efeitos de sentido estão nele constituídos.

À primeira vista, o processo do jornalismo parece simples: colher, tratar e repassar informações. Mas quando se pensa na responsabilidade de transmitir essas informações, logo se vê que a tarefa não é tão simples assim. Quando se pensa no imenso poder da mídia, a tarefa assume outras proporções. O que se deve levar em conta é que o fazer jornalístico não é realmente simples, se se refletir sobre a complexidade na interpretação dos acontecimentos, na medida em que neles estão envolvidas pessoas com suas contradições; se se refletir sobre os efeitos na transmissão e recepção das informações. É facultado ao jornalismo o ofício de escolher uns entre tantos acontecimentos em sua emergência, simplificá-los, transformá-los em discurso e fazê-los circular. Penso que simplificar a complexidade não é e nem deve ser considerada empreitada fácil.

Vivemos uma “cultura midiada”, para usar uma expressão de Thompson (1998), de tal forma que se torna praticamente impossível entender qualquer fenômeno sem incluir o colossal fenômeno da comunicação. A mídia determina sobre o que pensar, o que vestir, o que consumir, do que gostar, do que levar a sério ou não. Diante disso, se queremos transformações, porque não agüentamos mais conviver com a desigualdade, injusta ao extremo em nosso País, com o abuso do poder econômico e político, temos que compreender, ou pelo menos tentar, no sentido proposto por Morin (2000; 1996), e conhecer criticamente a comunicação.

Para analisar o discurso jornalístico com responsabilidade, creio que precisamos também tentar compreendê-lo em algumas de suas nuances, por vezes delicadas e complexas, dado o papel que a imprensa adquire hoje de ditar não apenas o que e como pensar, mas sobre o que pensar, conforme as pesquisas da teoria do jornalismo e da notícia (WOLF, 2002).

Foi assim pensando que através da análise realizada tentei chegar a algumas respostas às questões formuladas, se não definitivas, mas que de certa forma e em alguns aspectos ajudam na compreensão do discurso jornalístico. O percurso empreendido sugere algumas conclusões que permitem reflexões ao meu interesse maior, diante da inquietação manifestada, que foi questionar a condição paradoxal ou dicotômica da (im)possível objetividade no

discurso jornalístico, cumprindo assim o meu objetivo geral de promover um estudo comparativo entre as notícias sobre o mesmo assunto, verificando o funcionamento discursivo e as posições de sujeito, através dos procedimentos teóricos da AD.

Com isso, passo a algumas respostas possíveis, aos objetivos específicos propostos nesta pesquisa. Em primeiro lugar, saliento que a coincidência de matérias sobre o mesmo acontecimento é pequena: uma média de 3,5 matérias de um total médio de 23,7 publicadas diariamente no período analisado, nas editorias de Política e Economia dos três jornais catarienses, conforme recorte escolhido. Esses números demonstram, por si só, as diferenças na seleção dos acontecimentos que se transformaram em notícia de jornal para jornal.

A partir das manchetes analisadas, posso inferir que o AN tem preferência por temas estaduais, geralmente de pautas criadas pelo próprio jornal e que traduzem sua linha editorial anunciada de veículo identificado com os valores das comunidades das quais faz parte. Noto que estas não se referem a valores positivos, pois no geral são problemas levantados, ou seja, ressaltam aspectos negativos. Prevaleram os assuntos de economia aos de política, que não foram manchetes em nenhum dos dias analisados. Nesse aspecto, mantém a regularidade discursiva, ao contrário do que ocorre com relação aos títulos e matérias dentro do jornal. Essas traduzem posições do empresariado, dos políticos e especialmente do governo, demonstrando coerência discursiva a partir dos enfoques abordados e dos efeitos produzidos.

O DC, por outro lado, ampliou nas manchetes temas factuais variados, regionais, estaduais e até internacionais, com predominância também de assuntos econômicos, mas em menor escala. Mantém a regularidade discursiva ao optar, na maioria dos casos, por enfoques positivos, tanto nas manchetes quanto nos títulos dentro do jornal. Em relação ao AN, mantém a regularidade ao focar pontos de vista do empresariado e do governo, coerente com sua linha editorial da livre iniciativa, da propriedade privada e da economia de mercado. Incoerente, no entanto, com o seu dizer de que o limite é o interesse social, pois a posição predominante é das correntes políticas e econômicas em detrimento da voz social das “minorias” no sentido ideológico que o termo implica. Cabe salientar que se observa no DC maior número de reportagens abordando vários ângulos do mesmo acontecimento, publicado geralmente na editoria especial Página Quatro – ao contrário do AN, que produz matérias mais curtas e fragmentadas em diferentes páginas mesmo nos temas afins. A exceção é verificada nas matérias especiais que o jornal chama na manchete.

O OE mantém a regularidade discursiva em relação às manchetes de temas nacionais, com predominância de assuntos econômicos, o que se contrapõe ao fato de ser atualmente um jornal regional, com circulação concentrada na Grande Florianópolis. Nesse sentido, está pouco identificado com os catarinenses como um todo. Neste as matérias são sempre curtas e fragmentadas, extraídas, pelo que se percebe, da internet e de agências de notícias nacionais e até mesmo de relises de empresas e órgãos do governo. Predominam também manchetes negativas, por vezes beirando ao sensacionalismo.

Observei que os três jornais publicaram poucas matérias da política estadual, ao menos em relação às notícias coincidentes nos dias analisados. Isso pode levar ao efeito de sentido implícito de que os jornais preferem ficar “neutros”, no que diz respeito aos pré-candidatos, para não se comprometer, tendo em vista que dependem de verbas do governo estadual.

Resumindo, há regularidade discursiva em todos e em cada um, pois, via de regra, realçam os interesses de grupos econômicos e políticos em detrimento da voz social, que é normalmente apagada, conforme se nota em matérias sobre desemprego e movimentos sociais. Essa questão está bem pontuada na fundamentação teórica quando tratei da ideologia capitalista e industrial presente nas notícias. E vem ao encontro do que diz Marcondes Filho (1993) que as pautas definidas no cotidiano do jornalismo pouco têm a ver com preocupações mais macrossociais ou com interesses gerais da população. O jornalismo torna-se submisso e atua ao lado de forças econômicas e políticas, sem mostrar a outra face da realidade com a mesma ênfase.

De acordo com a concepção da informação como mercadoria de consumo, Marcondes Filho (1989) afirma ainda que há um falseamento da informação, embora reconheça que, muitas vezes, este não se dê intencionalmente. Um pensamento censurado (autocensurado) opera inconscientemente na elaboração da notícia e reproduz as relações de dominação entrincheiradas já no psiquismo dos indivíduos (jornalistas) na sociedade capitalista. Por que, então, a história de Maria do rio ocupou espaço tão nobre no jornal naquele dia? Penso que tem a ver com o paradoxo vivido pelo jornalista entre a fala humanista e o relato objetivo, conforme aponta Ribeiro (1994). Ou a escolha se deve ao critério de noticiabilidade? É diferente (surpreendente) encontrar uma mulher pescadora, quando esta é uma tarefa ou passatempo de homens? Mesmo assim, os efeitos de sentido estão denunciados no texto.

Considerando-se o poder das forças em confronto, a atividade jornalística é um campo de luta desigual, de acordo com Moretzsohn (2002), que se traduz no tipo de interpretação que se dará aos fatos e mesmo na eleição daqueles a que se dará o status de notícia. Daí poder-se dizer que o próprio discurso da imprensa é um acontecimento. Os jornais, claro está na análise, geralmente elegem aqueles eventos que atendem aos interesses dos poderes que os mantêm ou das quais faz parte. Esse processo seria inconsciente? Felippi (2001) também discorre com propriedade que, ao veicular diferentes discursos sociais, o jornal constrói uma hegemonia discursiva e se torna, assim, espaço privilegiado do exercício e disputa de poder. A esse respeito, lembro o que afirma Medina (1988, p. 18): “a responsabilidade social luta contra os pressupostos da indústria da informação”. E geralmente perde, pelo que observei.

Em relação aos ângulos abordados e às escolhas por uma ou outra fala, um ou outro dado, ao publicar uma notícia, meu segundo objetivo proposto, posso concluir que, grosso modo, eles não dão conta de mostrar a realidade. E nem poderiam. Cada jornal escolhe um ou outro aspecto para valorizar e ressaltar, a começar pelas manchetes e títulos. Estas escolhas são justificadas pelo valor que cada jornal dá às informações na hierarquia do que considera com maior ou menor grau de noticiabilidade. O enquadramento do real em assuntos coincidentes mostra, normalmente, pedaços do real, fragmentos de aparências, como muito bem aponta Lage (1998b). A análise comprova o que foi levantado na fundamentação teórica: o acontecimento relatado constrói o real enquanto representação deste e o jornalismo não é espelho da realidade, mas por vezes a cria. O leitor, para obter uma informação mais confiável, precisaria ler os três jornais, o que, acredito, dificilmente acontece. E ainda assim, muitas vezes, não ficaria sabendo do acontecimento em sua complexidade.

A questão fica bastante clara quando entendemos que o jornalismo, como relato, tem acesso cotidianamente a apenas uma parcela da realidade, ou seja, a uma pequena parte dos acontecimentos sociais, com o agravante de que nem todos a que tem acesso cabem nas páginas. Portanto, obriga-se a uma seleção prévia, comandada pelos filtros ou portões, como bem mostrou a remissão às hipóteses do *agenda-setting* e do *newsmaking*. Isso, claro, faz parte do saber e do fazer jornalístico, pois conhecer é selecionar. Assim, como representação parcial da realidade, o jornalismo está sujeito a equívocos. Até porque no caminho da produção da notícia estão atravessadas interdições de diversas ordens: da autocensura dos próprios jornalistas, do editor, do proprietário, das fontes e dos anunciantes, para citar alguns – todos eles pautados por normas específicas de sua posição-sujeito e daquilo que os domina, a todos.

O jornal, aponta Silva (2000), simplifica, corta, recorta, esconde, mostra, vê, não vê para criar e recriar o acontecimento. Para ele, esta é uma das misérias do jornalismo. Dines (1986, p. 25) bem expõe que a notícia é a “ordenação da novidade, rotinização do inesperado”. E isso é resultado de uma quebra “intencional” para mostrar o que é de interesse mostrar. Os valores-notícia são muitas vezes deixados de lado para ressaltar uma parcela da realidade que não afete aos poderes que circulam em torno do jornal. Nesse sentido, vimos, há uma seleção da parcela do real que fragmenta o acontecimento e que, por isso, cria pedaços de verdade, que são no final das contas verdades mutiladas.

E esses pedaços de verdade são portadores de sentidos. Sentidos esses que busquei captar nos vestígios e marcas deixadas nos textos (recortes) e que levam à compreensão do funcionamento discursivo, alcançando meu terceiro objetivo específico, e à constituição do sujeito, quarto objetivo proposto. Os dispositivos teóricos da AD permitiram verificar a produção de sentidos e as posições de sujeito ocupadas no discurso, através de pistas que possibilitam identificar componentes ideológicos presentes nos textos. E juntos levam à reflexão de meu objetivo maior: a objetividade possível do discurso jornalístico e sua negação.

Cabe ressaltar que na análise empreendida apenas algumas das pistas foram pinçadas dos textos para verificar as posições de sujeito e como o discurso funciona. Muitas outras foram deixadas para trás em função da extensão do recorte. Muito resta ainda a se compreender. Mas considero-me satisfeita, em parte, pelo trabalho realizado. Digo em parte pelos próprios resultados obtidos: a verificação de que o discurso da imprensa não é neutro, não é inocente, e está impregnado da ideologia capitalista dominante, que se reflete nas formações discursivas. E, sobretudo, que a objetividade cantada e decantada é impossível, é aparência, é *feito*. Os sentidos levam, sempre, a posições de sujeito cujas vozes que o atravessam fortalecem o discurso dominante dos poderes políticos e econômicos. A análise permitiu verificar que o discurso, como descrito por Pêcheux (1997a), traz filiações mais ou menos conscientes, deliberadas ou construídas. Pelos efeitos de sentido levantados, pode-se concluir que o discurso da imprensa abafa a voz social, deixando-lhe pouco espaço. A posição de sujeito social, essa que faz com que relatos como o de Maria do rio sejam publicados, apenas vez por outra consegue manifestar-se.

Ainda que pregue a objetividade, a imparcialidade, enfim, a análise demonstra que não há lugar não-ideológico, como afirma Ricoeur (1990). O discurso é sempre afetado pela ideologia das posições de sujeito. Acredito que a partir da análise cumprem-se aos objetivos

propostos, dando conta da reflexão acerca da (im)possível objetividade, quinto e último objetivo. Para estreitar um pouco mais estas considerações, posso inferir que a imprensa legitima os poderes em sua função de mediação e testemunho. Nesse sentido, é a instituição jornalística que, pode-se dizer, usa a delegação de autoridade, baseada em um monopólio que tem um poder real sobre a sociedade, na medida em que (de)forma opiniões. O jornalismo instaura-se como um poder exercido pela ação dos sujeitos no plano social. A notícia, assim, não existe por ela mesma senão pela ação desses sujeitos discursivos em suas posições de autoridade, constituindo-se na prática da linguagem (FURLANETTO, 2002).

Pela pesquisa teórica, corroborada pela análise, podemos entender a objetividade em algumas dimensões. A partir da linguagem utilizada no texto jornalístico, sem adjetivações, limitando-se ao relato do objeto (o acontecimento), pode-se dizer que a objetividade é possível. No entanto, essa visão é bastante redutora, pois a maioria dos autores pesquisados admite que a objetividade defendida somente a partir desses procedimentos técnicos é impossível e que há subjetividade em todas as fases do processo de produção da notícia, na medida em que ela se apresenta como atividade discursiva de um sujeito, no interior de uma instituição (a empresa jornalística). Isto porque, na imprensa, o acontecimento é (re)criado pelas regras do mundo simbólico, articulando as instâncias enunciativas do sujeito (o jornalista) e do objeto (o fato). O jornalista introduz o sujeito na notícia, ainda que o discurso aberto continue na terceira pessoa. Além disso, na seleção dos fatos, nas escolhas de expressões e na ordem de apresentação das notícias nas páginas está implícita a existência de juízos de valor. Para ganhar o status de notícia, o fato reveste-se com referentes objetivos, mas do outro lado está seu produtor, o enunciador jornalista, com sua carga de arbitrariedade na seleção da parcela do real que lhe interessa destacar. Nesse sentido, a pretensa objetividade é sempre sacrificada pelos ângulos, enfoques, posições ocupadas, ressaltando uns aspectos em detrimento de outros.

Pode-se refletir ainda a objetividade em relação à separação de opinião e informação. Nessa dimensão, ela não se sustenta, porque mesmo na informação “pura e simples” (gênero informativo) há juízos implícitos, e que produzem efeitos. Aprisionado a um sistema de valores humanos, com sua carga emocional, não se pode exigir do jornalista, como bem explica Rossi (1998), que deixe em casa sua formação cultural e *background* pessoal para se comportar como profissional asséptico, sem imprimir no seu relato emoções e impressões do mundo. Diante do exposto, a objetividade postulada se dá no sentido de que o jornalista, ao produzir o relato de uma ocorrência, deve libertar-se de qualquer interferência de cunho sub-



jetivo e ser o mais fidedigno possível aos fatos. Ainda que os críticos exijam um jornalismo objetivo no sentido tradicional e uma mediação neutra, como se os fatos pudessem falar por si próprios, o problema da objetividade está mais no tipo de enfoque a que está amarrada a linguagem jornalística do que no sentido de uma prática que falseia a realidade.

E quem disse que as emoções atrapalham o relato? Os juízos de valor, escolhas, produzem subjetividade e dela se nutrem. Diz Chaparro (1998) que é assim na ciência e é assim no jornalismo. Ele defende que não há jornalismo sem emoção e que a sua função qualitativa de maior relevância é a de atribuir valor às coisas, pois sem intervenção valorativa não há ação jornalística. Vimos que, para Chaparro, é uma ilusão considerar a objetividade na relação opinião e informação. Não se pode considerar que a opinião implícita na interpretação do fato é inteiramente e sempre má. Isso faz parte da construção do conhecimento. Até porque, é função do jornalismo denunciar os maus feitos. O jornalismo ideal é aquele onde o jornalista torna-se objetivo quando reconhece e explicita suas escolhas (SILVA, 2000). A objetividade deve ser perseguida a partir de questões éticas, de responsabilidade e de independência aos vínculos econômicos e políticos. O que se percebeu na análise, portanto, comprova que a objetividade nesse nível é aparente e relativa, portanto, é sempre efeito.

Refletindo-se a objetividade no sentido de dar conta de mostrar a realidade podemos dizer que ela também é impossível. Lembro que Moretzsohn (2002, p. 78) demonstra que o jornalismo é “um discurso sobre a realidade” e não “o discurso da realidade” – portanto, produz um novo acontecimento. Claro que devemos levar em conta o objeto, o acontecimento enquanto tal, mas não se pode garantir a notícia objetiva, como querem os defensores da técnica, pois seria uma abstração no confronto com a prática. Seria apresentar o jornalismo como aquilo que ele não é para legitimá-lo e assegurar seu lugar de autoridade como mediador da verdade. Seguindo essa perspectiva de Moretzsohn (2002), tendo a reconhecer que a objetividade é um mecanismo ideológico que os meios de comunicação usam para evidenciar a verdade dos fatos, quando o que reproduzem são versões (forças em jogo) intermediadas dos envolvidos no acontecimento. Essas versões são produções de sentido da realidade ou construções simbólicas entre o sujeito e a realidade, através do conjunto de elementos verbais e não-verbais presentes nos jornais e que interagem nessa produção de sentidos. Todo relato, aponta Medina (1988), não é mais a realidade, é reconstrução consciente ou não, mas não negada, diante da perplexidade do espetáculo social que a notícia se tornou e diante da complexidade do mundo dos fatos. Isso podemos observar na análise empreendida.

A objetividade no sentido da verdade é colocada por alguns autores, como tive oportunidade de referenciar. Deles, trago o dizer de Cornu (1994, p. 329). A discussão sobre a verdade jornalística, e por extensão sobre a objetividade, “empobrece-se quando não se preocupa com a relação entre as três ordens da informação, a saber, a ordem da observação (do acontecimento, do fato), a ordem da interpretação (o sentido, o comentário), a ordem da narração (o estilo, o relato)”. E acrescenta ainda que se trata da intervenção do jornalista como sujeito.

Nessa perspectiva, a objetividade deve ser perseguida como método de apuração e verificação, segundo prega Abramo (2003) e Kovach e Rosenstiel (2003). E também ressalta Cornu (1994) que as verdades podem ser estabelecidas pela observação, por testemunhos, por documentos. Por sua vez, Karam (1997, p. 107) propõe que o jornalista se ancore em dados, números, índices, estatísticas e fatos para a busca da verdade, e esta “envolve tanto a exatidão na apuração informativa quanto a objetividade no relato, sem esconder a humanidade que se move neles”. E acrescenta que “esta não é possível conceber sem conceitos, sem valores, sem morais”. Mesmo assim, a meu ver, a objetividade continua frágil, porque a verdade está sujeita aos assaltos dos componentes ideológicos, sociais, pessoais e culturais que fazem desqualificar, ainda que sutilmente, o discurso da realidade.

Por outro lado, Cornu (1994) procura refletir e restaurar a subjetividade que, para ele, é justificada pela certeza de que o jornalismo mantém um olhar plural sobre o mundo, que assume um relativismo histórico e cultural. As reflexões sobre as condições da objetividade, segundo ele (p. 350), mostram que é impossível excluir escolhas de caráter ético e que “é ilusório e mesmo funesto querer eliminar a subjetividade”. A referência a valores e a afirmação do sujeito são modalidades da investigação jornalística. Concordo com o autor quando diz que o funcionalismo puro do sistema midiático é iludido pela sua própria pretensão de uma informação total, que não caberia na agenda do dia.

Ao tratar a objetividade como uma intenção ou um procedimento, Barros Filho (2001, p. 44) salienta que se esta não for preconizada como tendência, “admite-se implicitamente a subjetividade radical” e cai-se numa espécie de “vale-tudo informativo”. A objetividade, assim, é colocada na questão da responsabilidade social, condição sugerida por Dines (1986) e Moretzsohn (2002), e na ética, apontada por Bucci (2002), Karam (1997) e pelo próprio Barros Filho (2001). Perseguir a objetividade é uma questão de honestidade do jornalista. É honesto, na avaliação de Barros Filho (p. 44), quem põe todos os meios para informar bem,

quem procura ouvir todos os lados, quem não oculta o que percebeu e “quem não tergiversa ao que se opõe às suas opiniões”. E acrescento: quem procura apurar bem, investigar, verificar e olhar o mundo sem preconceitos. Até porque, ao apenas seguir as regras de não usar adjetivos ou de escrever em linguagem impessoal, o jornalista pode dar a aparência de objetividade a uma informação falsa, enganado pelas fontes que consultou, sem nexos nenhum com a realidade ou com a representação da realidade.

Por tudo o que foi visto, a objetividade tende<sup>38</sup> a ser sempre mais impossível que possível. Concordo que a objetividade é exigida deontologicamente, conforme vimos em Bertrand (1999) e em tantos outros autores pesquisados. O jornalista tem o dever de ser o mais objetivo possível, como busca, como hábito, como tendência. A objetividade deve ser vista, no sentido de processo, de dever ético, como um movimento em direção à representação que jamais atingirá seu fim. Mesmo porque, a objetividade é uma questão epistemológica, de um lado, e ideológica, de outro.

Assim, quero propor que se pense a objetividade jornalística como Maturana (2001) o fez com a ciência em *Ontologia da realidade*; propor a objetividade entre parênteses, quando o observador (o jornalista) leva o mundo interno mais a sério e reconhece sua importância no mundo objetivo. Através da objetividade entre parênteses, o jornalista se aceita como ser humano em sua subjetividade. Nesse caso, a existência do objeto (o acontecimento) depende do observador e do critério de observação e de sua posição institucional, social, etc. Ou seja, o jornalista decide (em termos) de que forma o jornal vai noticiar, quais aspectos vai observar para transmitir o acontecimento. As preferências e escolhas dependem da disposição interna e da emoção no momento da explicação. “Não há busca de única e última explicação para nada”, defende Maturana (p. 254). Até porque, estamos fadados à imprevisibilidade do mundo.

Para complementar esse pensamento, Maturana sublinha que agir de maneira objetiva pela objetividade entre parênteses significa não deixar que o desejo de um resultado suplante sua pesquisa, porque o caminho que o observador faz não depende de um argumento racional, mas da emoção e da intuição. No caminho da objetividade entre parênteses, o jornalismo buscaria o relato do acontecimento através do que já expus acima: do método de apuração, da verificação, da prova. Como diz Maturana, não podemos deixar de considerar que

---

<sup>38</sup> Sigo aqui o que sugere Furlanetto (conforme apontamentos pessoais) que nada é, tudo tende a ser, segundo a Filosofia da Linguagem.

temos um lado intuitivo e, nele, a criatividade ganha importância (como fez a repórter ao “descobrir” Maria do rio). Ainda assim, o relato sempre será afetado pelas imagens do mundo, pelas interpretações, pela predisposição emocional no momento da captação de informações e na hora do relato. Reafirmando, a pretensão à objetividade radical ou à verdade pura é ilusão, é aparência, é simulacro, é efeito.

Pode-se propor também a objetividade jornalística a partir das reflexões de Morin (1996, p. 49) sobre o sujeito complexo. Nesse sentido, seria dar à notícia “um tratamento objetivo, mas com finalidade subjetiva”. Sobretudo, porque o sujeito humano está ligado indelevelmente à linguagem, à cultura, à memória. Essas atuam no plano dialético: ao mesmo tempo em que libertam o homem, submetem-no. A objetividade torna-se, assim, uma questão da teoria da linguagem, que trabalha a fragilidade da relação objetividade/subjetividade. Morin destaca que o indivíduo sujeito pode tomar consciência de si mesmo através do instrumento de objetivação e de subjetivação que é a linguagem. “É na consciência que nos objetivamos nós mesmos para ressubjetivarmos num anel recursivo incessante”. Penso que há sempre uma vicissitude entre a apreensão objetiva dos fatos e a condição humana do sujeito. “Uma abre brechas na outra”, para usar uma expressão de Maffesoli (2001, p. 80), e uma não deve ser apartada da outra.

Nessa perspectiva, posso dizer que analisar um discurso, pelas especificidades, lacunas, discontinuidades, instabilidades, incompletudes e atravessamentos provocadas pelo sujeito, em suas posições discursivas, é uma tarefa sem fim (um processo de semiose ilimitada); uma tarefa sempre (re)começada, condenada a novas leituras, novos desdobramentos à medida que amadurecemos nosso pensar e nosso poder de reflexão quando entramos em contato com novos conhecimentos, novas teorias e diferentes visões de mundo. Por isso, reconheço que analisar um discurso é tarefa inacessível na sua totalidade, em virtude até mesmo do extremo inacabamento da experiência do próprio analista, que não cessa de atar e desatar laços. Analisar um discurso é também inscrever-se numa posição de sujeito. Ainda que se proponha a uma tarefa objetiva, o analista também é sujeito às FDs que o atravessam – atravessam a todos –, está sujeito (assujeitado) ao interdiscurso (memória) e ao papel que exerce numa formação social dada. Trabalhar, portanto, a idéia de objetividade (dicotômica em relação à subjetividade) que se produz nas relações concretas do discurso do jornalismo como instituição é um desafio.

Através da reflexão sobre essa (im)possível objetividade, o que quis com a pesquisa foi apreender sobre esse sujeito fugidio das representações, dos efeitos, do simbólico, que se (in)surge nas práticas discursivas, esse sujeito-jornalista responsável pelo que diz. E (re)descobrir que o *eu* aparece pressuposto no enunciado, mesmo que sua autoria esteja inscrita em uma pluralidade de vozes e de posições de sujeito. Ainda que esse *eu* não esteja presente, dada a linguagem impessoal imposta pelas regras da produção jornalística, não elimina a função autor do processo enunciativo do discurso jornalístico, determinando a produção de efeitos de sentido.

Penso que o jornalismo deveria ser menos afirmativo, menos conclusivo, menos definitivo, como quer Moretzsohn (2002), expondo mais suas limitações no campo da apuração e aceitando a dúvida como componente da produção da notícia. Deveria aceitar os efeitos de sentido a que o discurso sempre estará aberto no mundo da interpretação. Aceitar que, via de regra, esse discurso é construído para manter posições seja em que nível for. Aceitar que está condicionado tanto a deficiências na formação profissional quanto a ideologias de proprietários e controladores dos meios de comunicação. Aceitar que se até a ciência hoje traz o sujeito pela porta da frente não podemos expulsá-lo pela porta dos fundos, desumanizando o relato jornalístico. Mas deveria aceitar também que somos seres em busca de conhecimento e que não transformamos aquilo que não conhecemos. E, sobretudo, estar imbuído de responsabilidade social para transformar. Isso, evidentemente, será possível no momento em que a sociedade – e o jornalista – crie mecanismos de leitura crítica.

Não há como discordar de Morin (2002b, p. 29) quando ele diz que o processo do conhecimento não se interrompe. “Não só nos restam muitas trevas na compreensão humana, como também o mistério se aprofunda na medida em que avançamos no conhecimento”. Assim é no jornalismo. Não tenho, pois, outra ambição a não ser a de refletir, na medida em que em matéria de conhecimento, como diz Furlanetto (2001a, p. 47), “nada é óbvio”. Quando muito minha pretensão com este trabalho é abrir uma possibilidade para prosseguir pensando o jornalismo.

## REFERÊNCIAS

- A NOTÍCIA. **Institucional**. Disponível em <<http://www.an.com.br/0ins.htm>>. Acesso em: 20 ago 2002.
- ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro**. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas, SP: Unicamp, 1998.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- AMARAL, Luiz. **A objetividade jornalística**. Porto Alegre, RS : Sagra-Luzzatto, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Técnica de jornal e periódico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 1992.
- AUROUX, Sylvain. **A filosofia da linguagem**. Campinas: Unicamp, 1998.
- BADIOU, Alain. **Para uma nova teoria do sujeito: conferências brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Sobre o conceito de modelo: introdução a uma epistemologia materialista das matemáticas**. Lisboa: Estampa, 1972.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo**. Vol 2, 4.ed. São Paulo: Ática, 1990.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na comunicação: da informação ao receptor**. Colab. Pedro Lozano Bartolozzi. São Paulo: Moderna, 2001.

- BARTHES, Roland. **Crítica e verdade**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999a.
- \_\_\_\_\_. **Mitologias**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999b.
- BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1992.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de Lingüística Geral I**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1995.
- BERGER, Christa. Do jornalismo: toda notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante pagar, a gente publica. In: PORTO, Sérgio D. (org). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, p. 273-284, 1997.
- BERTRAND, Claude-Jean. **A deontologia das mídias**. Bauru, SP: Edusc, 1999.
- BEVILACQUA, Viviane. A amiga do Rio Itajaí-Açu. **Diário Catarinense**, Florianópolis, Santa Catarina, nº 6251, 25 mai. 2003.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas, SP: Unicamp, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Subjetividade, argumentação, polifonia: a propaganda da Petrobrás**. São Paulo: Unesp, 1998.
- BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. 1. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 1982.
- CARREIRA, Alessandra Fernandes. Sobre a singularidade do sujeito na posição de autor. In: **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 1, n. 2, p. 51-60, jan./jun. 2001.
- CHALMERS, Alan. **O que é ciência afinal?** 3. reimp. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. São Paulo: Summus, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Sotaques d'aquém e d'além mar: percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro**. Santarém, Portugal: Jortejo, 1998.
- CORNU, Daniel. **Ética da informação**. Bauru, SP: Edusc, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Jornalismo e verdade – para uma ética da informação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- DAMÁSIO, António. **O erro de Descartes – emoção, razão e o cérebro humano**. 4..reimp. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- DINES, Alberto. **O papel do jornal - uma releitura**. 5. ed. São Paulo: Summus, 1986.
- DOR, Joel. **Introdução à leitura de Lacan – o inconsciente estruturado como linguagem**. Vol. 1. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

\_\_\_\_\_. **Introdução à leitura de Lacan** – estrutura do sujeito. Vol. 2. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes, 1987.

\_\_\_\_\_. **Princípios de Semântica Lingüística** – dizer e não dizer. São Paulo: Cultrix, 1977.

DUROZOI, Gerard. ROUSSEL, André. **Dicionário de filosofia**. 3ª ed. Campinas: Papyrus, 1999.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

\_\_\_\_\_. **Leitura do texto literário** – lector in fabula. Lisboa: Editorial Presença, 1979.

\_\_\_\_\_. **Semiótica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. **Sobre a imprensa**. In: Cinco escritos morais. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ERBOLATO, Mário. **Técnicas de codificação em jornalismo**: redação, captação e edição no jornal diário. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.

FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan. *Jornalismo rural: o funcionamento discursivo do telejornal “Notícias” do Canal Rural*. Disponível em <[www.pucrs.br/famecos/produçãocientifica/publicacoesonline](http://www.pucrs.br/famecos/produçãocientifica/publicacoesonline)> . Acesso em: 12 jul. 2001.

FERNANDES, Terezinha Fátima Tagé Dias. **Os múltiplos sentidos da comunicação local no processo de mundialização da cultura no discurso jornalístico**. Trabalho apresentado no Congresso de Ciências da Comunicação dos Países de Língua Portuguesa, realizado em São Vicente, SP, de 19 a 22 de abril de 2000.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FURLANETTO, Maria Marta. Autoria: a recusa do impossível?. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 1, n. 2, p. 9-49, jan./jun. 2001a.

\_\_\_\_\_. **Onde está o analista do discurso?** Disponível em <<http://flor.trix.net/agatha/onde.htm>> . Acesso em: 10 dez. 2002.

\_\_\_\_\_. **Semântica, estereótipo e memória discursiva**. Disponível em <[www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt)> . Acesso em: 15 jan. 2001b.

GALLO, Solange Leda. Autoria: questão enunciativa ou discursiva? **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 1, n. 2, p. 61-70, jan./jun. 2001.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Jornalismo e ciências da linguagem**. São Paulo: Hacker/Edusp, 2000.



- GOODMAN, Nelson. **Modos de fazer mundos**. Porto, Portugal: Asa, 1995.
- GOODWIN, H. Eugene. **Procura-se ética no jornalismo**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1993.
- GUIMARÃES, Eduardo (org). O acontecimento para a grande mídia e a divulgação científica. In.: **Produção e circulação do conhecimento**: Estado, mídia, sociedade. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- GUIRADO, Marlene. **Psicanálise e análise do discurso**: matrizes institucionais do sujeito psíquico. São Paulo: Summus, 1995.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Parte I, 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- HENN, Ronaldo C. **Pauta e notícia**: uma abordagem semiótica. Canoas, RS: Ulbra, 1996.
- HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita**: língua, sujeito e discurso. Campinas: Unicamp, 1992.
- \_\_\_\_\_. Sentido, sujeito, origem. In: Eni P. Orlandi (org.). **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- INDURSKY, Freda. **A evolução da noção de sujeito em AD**. Porto Alegre: UFRGS, [1999]. Cópia.
- \_\_\_\_\_. A fragmentação do sujeito em Análise do Discurso. In: INDURSKY, Freda; CAMPOS, Maria do Carmo (org). **Discurso, memória e identidade**. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 2000.
- \_\_\_\_\_. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas, SP: Unicamp, 1997.
- KARAM, Francisco José. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus, 1997.
- KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. 4. ed. 2. reimp. São Paulo: Ática, 2001.
- KOVACH, Bill. ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do Jornalismo**: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2003.
- LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LACERDA, Carlos. **A missão da imprensa**. São Paulo: Edusp, 1990.
- LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001a.
- \_\_\_\_\_. **Estrutura da notícia**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1998a.
- \_\_\_\_\_. **Ideologia e técnica da notícia**. 3. ed. Florianópolis, Santa Catarina: Insular (Ufsc), 2001 b.
- \_\_\_\_\_. **Linguagem jornalística**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998 b.

- LE MOIGNE, Jean-Louis. Prefácio: uma nova reforma do entendimento. In: MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. **A inteligência da complexidade**. 2. ed. São Paulo: Peirópolis, 2000.
- LOZANO, Jorge; PEÑA-MARÍN, Cristina; ABRIL, Gonzalo. **Análise do discurso** – por uma semiótica da interação textual. São Paulo: Littera Mundi, 2002.
- LUSTOSA, Elcias. **O texto da notícia**. Brasília, DF: UnB, 1996.
- MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. **Revista Famecos**: mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre, RS: PUCRS, nº 15, ago 2001.
- MAINGUENEAU, Dominique. Análise de discurso: a questão dos fundamentos. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas, n. 19, p. 65-74, jul./dez. 1990.
- \_\_\_\_\_. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.
- \_\_\_\_\_. **L' analyse du discours** – introduction aux lectures de l' archive. Paris: Hachette, 1991. Tradução de Maria Marta Furlanetto. Cópia.
- \_\_\_\_\_. **Novas tendências em Análise do Discurso**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1993.
- MALDIDIER, Denise. Elementos para uma história da Análise do discurso na França. In: Eni P. Orlandi (org). **Gestos de leitura**. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997.
- MANUAL DE REDAÇÃO E ESTILO: O globo. Org. GARCIA, Luiz. São Paulo: Globo, 1992.
- MARCONDES, Danilo. **Filosofia, linguagem e comunicação**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Iniciação à história da filosofia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo** – a saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Jornalismo fin-de-siècle**. São Paulo: Scritta, 1993.
- \_\_\_\_\_. **O capital da notícia**: jornalismo como produto social de segunda natureza. 2. ed. São Paulo, SP: Ática, 1989.
- MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: Eni Puccinelli Orlandi (org.). **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- MATURANA, Humberto. **A ontologia da realidade**. 2. reimp. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- MEDINA, Cremilda. **Notícia um produto à venda** – jornalismo na sociedade urbana e industrial. 3. ed. São Paulo: Summus, 1988.
- MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis, SC: Ufsc, 1992.

- MELLO, Ana Maria Lisboa de. As faces do duplo na literatura. In: INDURSKY, Freda; CAMPOS, Maria do Carmo. **Discurso, memória, identidade**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.
- MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2. ed. rev. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em tempo real: o fetiche da velocidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- MORIN, Edgar. A epistemologia da complexidade. In: MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. **A inteligência da complexidade**. 2. ed. São Paulo: Peirópolis, 2000a.
- \_\_\_\_\_. A noção de sujeito. In: SCHNITMAN, Dora Fried (org). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1996.
- \_\_\_\_\_. Ciência e consciência da complexidade. In: MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. **A inteligência da complexidade**. 2. ed. São Paulo: Peirópolis, 2000b.
- \_\_\_\_\_. **O método 1: a natureza da natureza**. Porto Alegre, RS: Sulina, 2002a.
- \_\_\_\_\_. **O método 5: a humanidade da humanidade**. Porto Alegre, RS: Sulina, 2002b.
- \_\_\_\_\_. **O problema epistemológico da complexidade**. Portugal: Europa-América, [1990].
- MOTTA, Luiz Gonzaga. Teoria da notícia: as relações entre o real e o simbólico. In: PORTO, Sérgio D. (org). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, p. 305-319, 1997.
- MOUILLAUD, Maurice. A informação ou parte da sombra. In: PORTO, Sérgio D. (org). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, p. 37-47, 1997.
- \_\_\_\_\_. Crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: PORTO, Sérgio D. (org). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, p. 49-83, 1997.
- \_\_\_\_\_. O sistema de citações. In: PORTO, Sérgio D. (org). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, p. 117- 144, 1997.
- NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (org). **Novo dicionário de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [1980].
- NOVO MANUAL DA REDAÇÃO: Folha de São Paulo. São Paulo: Folha de São Paulo, 1992.
- O ESTADO. **87 anos presente na vida dos catarinenses**. Florianópolis, Edição especial, 13 maio 2002. Suplemento.
- OGILVIE, Bertrand. **Lacan: a formação do conceito de sujeito**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento – as formas do discurso**. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2000.

- \_\_\_\_\_. **Discurso e leitura**. 4. ed. São Paulo : Cortez ; Campinas: Unicamp, 1999.
- \_\_\_\_\_. (org.) **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 2.ed. Campinas, SP: Pontes, 1997a.
- \_\_\_\_\_. **Semântica e discurso** – uma crítica à afirmação do óbvio. 3.ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997b.
- PEDROSO, Rosa Nívea. **A construção do discurso da sedução em um jornal sensacionalista**. São Paulo: Annablume, 2001.
- PEIRCE, Charles S. **Semiótica**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- PEREIRA, Mário (org.). A Crônica como desafio. In: **A palavra como arma**: crônicas universitárias. Florianópolis, SC: Garapuvu, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Certas certezas**. Florianópolis, SC: Terceiro Milênio, 1995.
- \_\_\_\_\_. Jornalismo ou literatura. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 08 out. 2002.
- PEREIRA JR., Alfredo Eurico Vizeu. **Decidindo o que é notícia**: os bastidores do telejornalismo. 2. ed. Porto Alegre, RS: Edipucrs, 2001.
- POSSENTI, Sírio. **Discurso, estilo e subjetividade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- \_\_\_\_\_. **O “eu” no discurso do “outro” ou a subjetividade mostrada**. In: Alfa – Revista de Lingüística, São Paulo, v. 39, p. 45-55, 1995.
- RAUEN, Fábio. **Elementos de iniciação à pesquisa**. Rio do Sul, SC: Nova Era, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Roteiros de investigação científica**. Tubarão,SC: Unisul, 2002.
- RAMONET, Ignácio. **A tirania da comunicação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- RIBEIRO, Jorge Cláudio. **Sempre alerta**: condições e contradições do trabalho jornalístico. 2. ed. São Paulo : Brasiliense (Olho D’água), 1994.
- RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. 2. reimp. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- \_\_\_\_\_. Introdução. In. DIMENSTEIN, Gilberto. KOTSCHO Ricardo. **A aventura da reportagem**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1990.
- SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix, [2000]
- SERVA, Leão. **Jornalismo e desinformação**. São Paulo: Senac, 2001.

SIGNORINI, Inês. Figuras e modelos contemporâneos da subjetividade. In: **Língua(gem) e identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998.

SILVA, Juremir Machado. **A miséria do jornalismo brasileiro**: as (in)certezas da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SILVA, Telma Domingues da. Os manuais da imprensa no Brasil: da redação à circulação pública. In: Eni Orlandi (org.). **História das idéias lingüísticas**: construção do saber metalingüístico da língua nacional. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat, 2001.

SILVEIRA, Fabrício. Comunicação, sujeito e subjetividade. In: Cadernos de comunicação, vol. 7. **O campo das mídias** – estratégias e representações. Org. Fabrício Silveira e Paulo Reyes. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó, SC: Argos, 2002.

SUZUKI JR, Matinas. A maquiagem do mundo. In: **Primeira página**. São Paulo: Folha de São Paulo, [1990].

TÉTU, Jean-François. Le Monde e Libération em perspectiva - referência e significação. In: PORTO, Sérgio D. (org). **O jornal**: da forma ao sentido. Brasília: Paralelo 15, p. 191-201, 1997.

THOMAS, Cláudio. Histórico do Diário Catarinense [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <darlete@matrix.com.br>. 21 nov 2002.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2001.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 7. ed. Lisboa: Presença, 2002.

VILLELA, Regina. **Quem tem medo da imprensa?**: como e quando falar com jornalistas. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

Este trabalho foi digitado conforme o  
MODELO DE DISSERTAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA  
LINGUAGEM  
da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL